



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Cris Serra

**“Para que tenhamos vida”: saberes e fazeres de coletivos cristãos
de feministas e de dissidentes de gênero e sexualidade
no Brasil contemporâneo**

Rio de Janeiro
2023

Cris Serra

**“Para que tenhamos vida”: saberes e fazeres de coletivos cristãos de
feministas e de dissidentes de gênero e sexualidade
no Brasil contemporâneo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Luis Carrara

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

S487 Serra, Cris

“Para que tenhamos vida”: saberes e fazeres de coletivos cristãos de feministas e de dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo / Cris Serra – 2023.
321 f.

Orientador: Sergio Luis Carrara

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Ativismo - Brasil - Teses. 2. Cristianismo – Teses. 3. Feminismo - Teses. 4. Dissidentes sexuais – Teses. 5. Conservadorismo - Teses. 6. Sexualidade – Teses. I. Carrara, Sergio Luis. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título.

CDU 165.744(81)

Bibliotecária: Julia Franco Barbosa – CRB 7 5945

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Cris Serra

“Para que tenhamos vida”: saberes e fazeres de coletivos cristãos de feministas e de dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas em Saúde.

Aprovada em 02 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Carrara (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-UERJ

Dra. Ana Ester Pádua Freire
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof.^a Dra. Jacqueline Moraes Teixeira
Universidade de Brasília

Prof.^a Dra. María Elvira Díaz-Benítez
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Horácio Sívorí
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-UERJ

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Laroyê! Nada começa sem saudar e pedir licença ao Senhor do Tempo, dos Caminhos e das Encruzadas. Meus respeitos a todas que vieram antes, e abriram caminho com suas vidas pra hoje estarmos aqui. Sobretudo às mestiças, saravá!

Com João Cabral aprendi que “um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos”. Por isso (já disse e repito): é tanta, tanta gratidão. Com vocês a vida vale a pena ser vivida, e cada encontro é uma bênção. Agradeço:

Sergio Carrara, generoso e brilhante. Pelo amor partilhado, e por cada minuto desses anos de encontro. Cada. Minuto.

Regina Facchini, Horácio Sívor, Jacqueline Moraes Teixeira, María Elvira Díaz Benítez, Maria das Dores Campos Machado, André Rios, Ana Ester, pela interlocução preciosa sempre.

Maria Leão, Alê Brigo, Vivi Mattar, Cleber Macedo, Lu Ponte e aos colegas de orientação, pela amizade, cumplicidade e parceria.

Minha família – mãe, pai, maninha, tia Olga, Marcia Camero. Por terem me trazido até aqui, e vindo comigo.

Minha família nesses anos – Vanessa, Mainah (pela capa do livro também!), Luli, Bebel. Por darmos as mãos e caminhararmos juntas, e o amor iluminar a escuridão.

Familia de mi corazón – San, Lavinia, Laura, amoras mías. Por el amor que une y vence todo tiempo, toda distancia, renovado siempre.

Wanda, Bam, Flavinha, amigas-irmãs da vida inteira.

Minha família-irmã, Maira, Jefte, Rian. É tanto, tanto.

Rodolfo e Rafa, Fran e Fabio, vocês sabem.

Minhas irmãs e irmãos: Murilo Araújo, Jef Batista, Bella Tymburibá e a equipe de coordenação da Rede 2018-2021 – criamos tanta coisa linda juntas, e tanto amor. Luis Rabello e Luis Corrêa, sempre, sempre. Déa Moller e Sil Paiva, presentes maiores da vida.

Núcleo Madalenas, meu sustento e inspiração: Niu Ferreira, Mari Luna e Dani Cardozo, Nara Macedo (ah, Narinha, a amizade) e Bela Pinheiro, Dani Oliveira, Dalia Tayguara, Samantha Guedes, Bruna Rayssa e Let Soares e todas, todas. Silvia Kreuz, incondicionalmente.

Ana Ester, Bob Botelho, Camila Mantovani – vocês me salvam todos os dias.

Companheiras e companheiros de *board* da GNRC: Ruby Almeida, Chris Vella, Marianne Duddy-Burke, Toño Ortiz, *mi hermanito preferido*. *Miss you folks so much*.

Mis hermanes de GNRC América Ladina: Feña Gonzalez, Miguel Cortes, Arturo Retana, Stef Herrera, Lore Bogantes, Myriam López, Mari Salas, Nati y Belén, Jime Muñoz. *Aquí se respira lucha*.

Minhas pastoras, chão onde me ergo pra caminhar: Nancy Cardoso, Odja Barros, Lusmarina Garcia, Andre Musskopf, Eliad Santos, Romi Bencke, Ana Ester de novo (e mais uma vez e sempre porque sim, *love*) – vocês sustentam meu corpo e minha alma e matam minha sede no deserto.

À comunidade da IBC, às Mulheres do Caminho, a Henrique Vieira – por salvarem a minha vida e a minha fé. E continuarem salvando.

Às companheiras de Católicas, especialmente Rô Talib, Rê Jurkewicz, Zeca Rosado, Leandro Noronha, Leticia Rocha. Juntas, sempre.

Lipe Seghetto, Joao Victor Isidoro e Leoni Oliveira – vocês me reencantam a cada dia. João Victor Oliveira, sempre, sempre.

Lea Carvalho, Malu Santos, pelo amor mais que imenso. E pela Metanoia.

Agnes Alencar, pelo encontro precioso – e pelos vermelhos do Shaun.

Em Recife, Joselio Silva, Silvia Souza, Vozes Marias, I Igreja Batista em Bultrins e a acolhida calorosa. Sonia Corrêa e Angela Freitas; Gut Simon; Sergio Junqueira e equipe do manual; Helio Gasda e a FAJE; Moisés Sbardelotto e família; Angelica Tostes – você não imagina o impacto das suas Angeliquisses no meu caminho. Simony dos Anjos. Nat Blanco e Alexandre Pupo. Zé Barbosa. Esses encontros que tornam a vida tão melhor. Laura Moutinho, Paulo Neves, Mima e Buja Neves: por tecermos afetos em tempos tão duros. E Claudio Ribeiro; Magali Cunha; Chris Vital, encontros e referências preciosos. E Regina Fachini (sim, outra vez. Por toda a partilha).

Raiza Siqueira e Jorge Braga, *in memoriam*.

Àquelas e àqueles que me cuidam: Marcus Quintaes; Natalia Nunes e Leticia Martins; Tati e toda a equipe de enfermagem da Oncoclínica; Fred Azevedo e a equipe de cuidados continuados: Natalia, Giselle, Josy; Angela Amancio e Lourdes Correia. Sem vocês eu nem estaria aqui. Cida, sem ti seria impossível. Lidu, que me abençoa macia e felinamente.

Ao CLAM, à equipe da secretaria do IMS, à Comissão de Pós-Graduação, por todo o suporte. Ao CNPq, pela bolsa que permitiu a realização desta pesquisa.

Que esta escrita seja de despertamento. Ruah sopra em nossos caminhos com suas línguas de fogo, nos acalente, nos anime e conduza a cada passo, e faça sempre de nosso luto, Verbo. Axé! Aleluia!

Em abril de 2023, passaram-se mais de cinco anos e ainda não sabemos quem mandou matar Marielle Franco, nem por quê. #MariellePresente

Hermanos: Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas.

En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos.

El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la ríen, que la amanezcan todos. [...]

Nuestra palabra, nuestro canto y nuestro grito, es para que ya no mueran más los muertos. Para que vivan luchamos, para que vivan cantamos.

*Comité Clandestino Revolucionario Indígena
Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional*

Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão (Como é que não?)
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão

Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada

Gonzaguinha

RESUMO

SERRA, Cris. **“Para que tenhamos vida”**: saberes e fazeres de coletivos cristãos de feministas e de dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo. 2023. 321 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

No contexto de ascensão de extremismos de direita e de articulação política entre cristianismos e neoconservadorismos, esta tese investiga os saberes e fazeres dos coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade brasileiros contemporâneos, suas práticas e estratégias discursivas e pedagógicas. Para tanto, procura situar o “problema religioso” em suas articulações com o ideário secularista e, no contexto atual, com os chamados “neoconservadorismo” e “neoliberalismo”, bem como sua participação na dita “crise das democracias liberais”. Busca também examinar os chamados “cristianismos progressistas” e como se relacionam com a atuação e ascensão de tais forças religiosas/cristãs. Privilegia-se o diálogo com vozes do Sul, racializadas como não-brancas, dissidentes de gênero e sexualidade, inseridas no marco teórico dito decolonial ou anteriores à sua delimitação, mas pioneiras na denúncia de violências epistêmicas e na crítica às categorias binárias, puras e coerentes supostamente construídas pela modernidade colonial em seu processo de criação de alteridades.

Palavras-chave: Cristianismos. Ativismos. LGBTQIA+. Feminismos. Conservadorismos.
Gênero. Sexualidade. Brasil.

ABSTRACT

SERRA, Cris. **“For us all to have life”**: knowings and doings by feminists’ and sexual and gender dissidents’ Christian collectives in contemporary Brazil. 2023. 321 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

In the context of the rise of right-wing extremism and the political articulation between Christianity and neoconservatism, this thesis investigates the knowledge and practices of contemporary Brazilian feminists’ and gender and sexuality dissidents’ Christian collectives, their practices and discursive and pedagogical strategies. To this end, it seeks to situate the “religious problem” in its articulations with secularist ideas and, in the current context, with the so-called “neoconservatism” and “neoliberalism”, as well as its participation in the so-called “crisis of liberal democracies”. It also seeks to examine the so-called “progressive Christianity” and how it relates to the activity and rise of such religious/Christian forces. Dialogue with voices from the Global South is privileged, as well as with authors racialized as non-white, gender and sexuality dissidents, inserted in the so-called decolonial theoretical framework or prior to its delimitation, but pioneers in denouncing epistemic violence and in criticizing binary, pure and coherent structures supposedly constructed by colonial modernity in its process of creating otherness.

Keywords: Christianisms. Activisms. LGBTQIA+. Feminisms. Conservadorism.

Gender. Sexuality. Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Imagem de divulgação do encontro “Evangélicos com Lula e Alckmin”, no Clube Tamoios de São Gonçalo (RJ), 9 de setembro de 2022.....	21
Figura 2-	Encontro “Evangélicos com Lula e Alckmin”, 9 de setembro de 2022. Impressão de tela da autora, a partir de vídeo no YouTube (PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2022).....	22
Figura 3-	Participantes da “Caminhada por uma Educação Inclusiva”, organizada pelo DC-RJ e Comunidade Betel e realizada da orla de Ipanema à de Copacabana em 29 de maio de 2011.....	43
Figura 4-	Mesa-redonda no evento “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, na UNIRIO, em 3 de junho de 2012. Da esquerda para a direita: James Alison, padre, fundador do primeiro coletivo católico LGBTI+ de São Paulo; a autora; Arnaldo Adnet, um dos fundadores do DC-RJ; e Marcio Retamero, da Comunidade Betel.....	44
Figura 5-	Final do evento “O jovem homossexual na Igreja: 1º encontro de relatos e experiências”, na UNIRIO, em 25 de julho de 2013.....	44
Figura 6-	Evento “Gays e suas famílias: 2º encontro de relatos e experiências”, na UFF, em 19 de outubro de 2013.....	45
Figura 7-	Aprovação do manifesto do evento “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT”, na UNIRIO, em 26 de julho de 2014.....	46
Figura 8-	Plateia da mesa-redonda “Cristianismo e direitos humanos: uma resposta ao fundamentalismo”, realizada em 30 de outubro de 2017 na sede do ISER.....	49
Figura 9-	Participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+,	

	realizado em São Paulo em 1 e 2 de junho de 2018.....	55
Figura 10-	Composição inicial da equipe de coordenação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT eleita no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+. Da esquerda para a direita: Uilson José, Coordenador Regional Sul; Isabella Elian, secretária e tesoureira; Cris Serra, Coordenadora Regional Sudeste e Coordenadora Nacional; Murilo Araújo, Coordenador de Assessoria; Bruno Feittosa, Coordenador Regional Centro-Oeste e Vice-Coordenador Nacional; Santiago Neto, Coordenador Regional Nordeste; e Beatriz Junqueira, Coordenadora de Comunicação – que ainda em 2018 abdicaria e seria substituída por Jeferson Batista.....	56
Figura 11-	Mesa inter-religiosa “Superação da violência contra pessoas LGBTI+ na Igreja e na Sociedade”, no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, em 2 de junho de 2018.....	57
Figura 12-	Participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ na missa da paróquia São Luiz Gonzaga, 3 de junho de 2018.....	58
Figura 13-	Participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ na 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, 3 de junho de 2018.....	58
Figura 14-	A atriz Renata Carvalho em cena do espetáculo “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”. Foto: Luciane Pires Ferreira.....	59
Figura 15-	Cartaz do seminário “Ciência, política e religião: ‘Cura gay’ em debate”.....	62
Figura 16-	Imagem de divulgação de palestra de D. Antonio Augusto sobre “ideologia de gênero”, em 15 de julho de 2018.....	66
Figura 17-	D. Antonio Augusto é apresentado antes de sua palestra sobre “ideologia de gênero”, em 15 de julho de 2018. Foto da autora.....	66
Figura 18-	“O Amor Vence o Ódio: Caminhada e Vigília”. Candelária,	

	Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018. Foto: Matheus Rodrigues.	68
Figura 19-	“O Amor Vence o Ódio: Caminhada e Vigília”. Av. Rio Branco, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018. Foto: Matheus Rodrigues. Impressão de tela da autora, a partir de postagem no Facebook...	68
Figura 20-	Seminário de CDD: “Identidades de gênero, sexualidades e religião”. Realizado de 9 a 11 de novembro de 2018 no Hotel San Raphael, em São Paulo.....	70
Figura 21-	O então presidente Jair Bolsonaro na Marcha para Jesus na capital paulista, em junho de 2019. Foto: Nacho Doce (Reuters)...	86
Figura 22-	O deputado federal e pastor Marco Feliciano (à época no PSC-SP), após ser confirmado como presidente da Comissão de Direitos Humanos, em 7 de março de 2013. Atrás dele, à direita, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ). Foto: Alexandra Martins (Agência Câmara).....	98
Figura 23-	O ainda deputado federal Jair Bolsonaro é batizado no Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, em maio de 2016. À esquerda na imagem, seus filhos Flavio e Carlos Bolsonaro. Foto: reprodução de vídeo de pouco mais de 40 segundos divulgado em redes sociais (EXTRA, 2016).....	107
Figura 24-	Imagem publicada no perfil da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito no Facebook, em 23 de maio de 2019.....	163
Figura 25-	Capa do <i>e-book</i> “Testemunhos da Diversidade”. Ilustração e <i>layout</i> . Bela Pinheiro.....	166
Figura 26-	Exemplo de imagem de cruzado vitorioso em sua guerra santa – visto pelo ângulo, podemos supor, do inimigo caído, prestes a ser imolado.....	183
Figura 27-	Vigília inter-religiosa diante do STF, na madrugada anterior à segunda sessão da audiência sobre a ADPF 442. A pastora Odja Barros está ao megafone. Impressão de tela da	

	autora.....	193
Figura 28-	Roda de diálogo “Meu corpo, minha fé: violências e abusos da religião”, realizada em São Paulo em 2 de fevereiro de 2019. Autoria da foto não creditada.....	195
Figura 29-	Mesa-redonda “Mulheres contra os fundamentalismos se fortalecendo na diversidade”, realizada na I Igreja Batista em Bultrins, Olinda (PE), em 3 de dezembro de 2021, como parte da programação do primeiro dos três dias do VII Seminário Discurso Religioso e Violência contra a Mulher e III Encontro de Mulheres, organizados pelo Coletivo Vozes Marias, CEBI e Diaconia. Impressão de tela da autora, a partir de vídeo no YouTube (CEBI_NACIONAL [OFICIAL], 2021).....	198
Figura 30-	Equipe de coordenação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT no biênio 2021-2023, eleita no III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+, realizado de forma <i>online</i> nos dias 20 e 21 de novembro de 2021.....	215
Figura 31-	Publicação do jornal Extra sobre o lançamento da Pastoral da Diversidade de Nova Iguaçu, com foto de D. Luciano Bergamin. Impressão de tela da autora.....	218
Figura 32-	Capa do vídeo com arte de divulgação da celebração de Pentecostes da GNRC ladino-amefricana, transmitido ao vivo em 23 maio de 2021. Arte: Mario António “Toño” Ortiz. Impressão de tela da autora.....	224
Figura 33-	Vista parcial das e dos participantes da celebração de Pentecostes da GNRC ladino-amefricana. Àquela altura, a emoção já havia tomado conta. Impressão de tela da autora.....	224
Figura 34-	Participantes do I Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+: Diálogos Ecumênicos para o Respeito à Diversidade, realizado de 19 a 23 de junho de 2019 na Paróquia da Santíssima Trindade (anglicana), São Paulo. Foto: Julio Cesar	

	Silva.....	227
Figura 35-	Bloco inter-religioso Gente de Fé contra a LGBTfobia na 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em 23 de junho de 2019. Foto: Julio Cesar Silva.....	228
Figura 36-	Capa do site com informações sobre o curso Teologia Plurais, oferecido pela Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT em maio de 2021. Arte: Murilo Araújo.....	229
Figura 37-	Arte de divulgação do FLEA.lab, oferecido pelo Evangélicxs pela Diversidade em parceria com a Plataforma Intersecções, de abril a novembro de 2021.....	230
Figura 38-	Pessoas convidadas para a série de vídeos intitulada “Diálogos pela Unidade na Diversidade”: Romi Bencke, Rodney Williams, Arthur Cavalcante, Eliad Santos, Odja Barros, Camila Mantovani. Montagem com impressões de tela da autora.....	231
Figura 39-	Programação do evento “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, na UNIRIO, em 3 de junho de 2012....	301
Figura 40-	Programação do evento “O jovem homossexual na Igreja: 1º encontro de relatos e experiências”, na UNIRIO, em 25 de julho de 2013.....	302
Figura 41-	Programação do evento “Gays e suas famílias: 2º encontro de relatos e experiências”, na UFF, em 19 de outubro de 2013.....	303
Figura 42-	Programação do evento “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT”, na UNIRIO, em 26 de julho de 2014.....	304
Figura 43-	Arte que acompanhou a publicação da nota da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT sobre a declaração da CDF, em 15 de março de 2021. Ilustração: Latuff.....	313

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AD	Assembleia de Deus
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ADVEC	Assembleia de Deus Vitória em Cristo
AGU	Advocacia Geral da União
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do RJ
ANTRA	Associação Nacional de Transexuais e Travestis
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBB	Convenção Batista Brasileira
CDF	Congregação para a Doutrina da Fé
CDBFC	Centro Dom Bosco de Fé e Cultura
CDD	Católicas pelo Direito de Decidir
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Câmara dos Deputados)
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNLB	Conselho Nacional do Laicato do Brasil
COMOCAD	Comunidad Católica de la Diversidad
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CPAC	<i>Conservative Political Action Conference</i> (“Conferência de Ação Política Conservadora”)
D.	Dom (título honorífico episcopal)
DC-RJ	Diversidade Católica do Rio de Janeiro
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
ESH	Projeto Escola Sem Homofobia

EIG	Evangélicas pela Igualdade de Gênero
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEED	Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito
FEPLA	Frente Evangélica pela Legalização do Aborto
FLEA.lab	Laboratório de Formação de Lideranças Evangélicas Afirmativas
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
GAPD-SP	Grupo de Ação Pastoral da Diversidade (São Paulo)
GNRC	Global Network of Rainbow Catholics
IBL	Igreja Batista da Lagoinha
IBC	Igreja Batista do Caminho
IBP	Igreja Batista do Pinheiro
ICM	Igrejas da Comunidade Metropolitana
ICM Rio	Igreja da Comunidade Metropolitana do Rio de Janeiro
ICR	Igreja Católica de Roma
ISER	Instituto de Estudos da Religião
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> e Intersexo
LGBTQIA	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> e Intersexo, Assexuais
LGBTQIAP	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> e Intersexo, Assexuais e Pansexuais
MAMI	Mães de Amor Incondicional
Mbep	(Movimento) Bancada Evangélica Popular
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MNE	Movimento Negro Evangélico
MOPA	Movimento Pastoral LGBT “Marielle Franco”
MOSES	Movimento pela Sexualidade Sadia
ONG	Organização Não-Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PF	Polícia Federal
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PLC 122	Projeto de Lei Complementar nº 122/2006
PNDH-3	III Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RCC	Renovação Carismática Católica
REJU	Rede Ecumênica da Juventude
RMNE	Rede de Mulheres Negras Evangélicas
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TEPALI (Rede)	(Rede de) Teólogas, Pastoras, Ativistas e Líderes Cristãs
TJ-SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	19
	Deus e o diabo na corrida eleitoral: <i>o religioso</i> como desafio.....	19
1	“(NÃO AGUENTO MAIS SER) TESTEMUNHA OCULAR DA HISTÓRIA”: ANÁLISE A QUENTE EM TEMPOS VERTIGINOSOS.....	37
1.1	“Em tempos de crise, é preciso se reinventar”: plantando sementes e tramando redes de vida nas brechas da morte.....	41
1.2	(Corpos estranhos) no meio de nós: o que sabemos e fazemos para sermos (e por sermos) quem somos, e estarmos onde estamos?.....	72
2	“DEUS ACIMA DE TODOS”: O BRASIL ELEGEU SEU PRIMEIRO PRESIDENTE “EVANGÉLICO”?.....	82
2.1	“O Brasil é do Senhor Jesus”: a consolidação do <i>poder evangélico</i> no imaginário público brasileiro.....	89
2.2	Dos “porões da política” à presidência: Bolsonaro e os <i>evangélicos</i>.....	100
2.3	“Aquele que o Senhor escolheu”: elementos da teologia política bolsonarista.....	107
2.4	“Terrivelmente cristãos”: a construção de uma identidade <i>evangélica</i>.....	113
3	“EM BUSCA DA ORDEM PERDIDA”: UMA CRUZADA MORAL ANTIDIREITOS, ANTIGÊNERO E ANTIPLURALISTA.....	121
3.1	Direitos humanos em disputa.....	121
3.2	Conservadorismo e moralização teológica.....	123
3.3	Borramento e disputa dos limites entre <i>público e privado</i> – ou: híbrido, esse (suposto) problema moderno.....	126
3.4	A ameaça <i>ideológica</i>.....	130
3.5	Neoconservadorismo e defesa da família (qual?).....	133
3.6	Moralização das inseguranças e o fantasma da degeneração.....	141
3.7	“Fascistas” vs. “antifas”	146
3.8	Democracia para quem?.....	150

4	A PLURALIDADE DO RELIGIOSO: OUTRAS IDENTIDADES CRISTÃS E NARRATIVAS SOBRE (E DESDE) OS CRISTIANISMOS..	156
4.1	Buscar “olhos para ver”: diversidade, pluralidade (e tensões) nos cristianismos brasileiros.....	156
4.2	O impacto das mídias digitais: promoção de comunicação e <i>encontros</i>.....	163
4.3	Porosidade de discursos e práticas.....	167
4.4	O “sopro antirracista do Espírito” e a luta antirracista nas igrejas ...	170
4.5	“Nem toda teologia é colonial”: disputas de tradição e espiritualidades políticas entre o império e as <i>catacumbas</i>.....	175
4.6	As mulheres e pessoas dissidentes de gênero e sexualidade cristãs precisam ser salvas?.....	180
5	“MEU CORPO, MINHA FÉ”: APROPRIAÇÕES E SUBVERSÕES DAS “FÉMINISTAS” CRISTÃS.....	189
5.1	“Não é seu corpo, e, se você é cristã, sabe disso”: Damares Alves, Michelle Bolsonaro e mulheres “empoderadas”	200
5.2	“As netas das bruxas que não conseguiram queimar”: a demonização das feministas.....	203
5.3	<i>Testemunhos de vida, para dar testemunho da vida</i>.....	205
5.4	Línguas de fogo: <i>tabu sexual vs. prazer</i> como potência e saber sobre si.....	209
6	“A DIVERSIDADE COMO DOM DE DEUS”: DISSIDENTES DE GÊNERO E SEXUALIDADE CRISTÃOS E AUTONOMITIZAÇÃO MORAL.....	212
6.1	O movimento brasileiro de “cristãos LGBTI+”: uma genealogia.....	212
6.1.1	<u>Debates e tensões em torno da <i>institucionalidade</i> no catolicismo romano.....</u>	217
6.1.2	<u>Movimentos de dissidentes de gênero e sexualidade nos protestantismos e entre “evangélicxs”.....</u>	225
6.2	“Unidade na diversidade”: produção e difusão de <i>fazeres e saberes (-de-si)</i>.....	226
6.3	Teologias políticas de “celebração” da “diversidade”	232
6.4	Um tecido eclesial atravessado por disputas teológicas.....	237

6.5	Transcendência e imanência numa teologia do estrangeiro, ou corpos estranhos.....	240
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	242
	Entre caminhos e descaminhos, alguns achados da pesquisa.....	242
	Deus em disputa num mundo encarnado.....	247
	REFERÊNCIAS.....	253
	ANEXO A - Matéria do jornal de Brasília sobre a “Caminhada por uma Educação Inclusiva”, chamada pelo Diversidade Católica do Rio de Janeiro e realizada com participação da comunidade Betel (futura ICM Rio) em 28 de maio de 2011.....	300
	ANEXO B – Materiais de divulgação dos eventos abertos realizados pelo DC-RJ em 2012 e 2014.....	301
	ANEXO C – Manifesto gerado no evento “ Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT”, realizado na UNIRIO em 26 de julho de 2014.....	305
	ANEXO D – Nota da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT sobre a controvérsia gerada pelo cancelamento da apresentação da peça “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu” no Rio de Janeiro, em junho de 2018.....	307
	ANEXO E – Manifesto gerado no “II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+”, realizado em São Paulo em 1 e 2 de junho de 2018.....	309
	ANEXO F – E-mail da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT à CNBB, comentando conteúdo para jovens da Campanha da Fraternidade 2020. Fonte: arquivo pessoal.....	311
	ANEXO G – Nota da Rede Nacional de Grupos Católicas LGBT sobre a declaração da CDF negando ao clero católico romano a possibilidade de abençoar uniões do mesmo sexo, em 15 de março de 2021.....	313
	ANEXO H – Carta de São Paulo.....	316

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Deus e o diabo na corrida eleitoral: o *religioso* como desafio

A corrida presidencial de 2022 no Brasil, que começou oficialmente em 16 de agosto, foi marcada pelo acionamento de elementos *religiosos*,¹ especialmente com relação às mulheres. Um destaque nesse sentido foi a participação de Michelle Bolsonaro na campanha pela reeleição do marido. Entre 28 de maio e 13 de agosto, Bolsonaro havia comparecido com a esposa a sete Marchas para Jesus² por todo o país.³ E, não por acaso, a cidade de Juiz de Fora (MG) – palco do atentado a faca sofrido por ele em 2018⁴ – foi escolhida para sua primeira atividade oficial de campanha em 2022. Desde que aconteceu, o episódio da facada vem sendo repetidamente evocado pelos Bolsonaro com conotações *cristãs* de “provação”, “martírio” e “milagre”. Falando a um grupo de lideranças religiosas de Juiz de Fora, por exemplo, Bolsonaro classificou como “milagres” sua sobrevivência à facada em 2018, assim como sua eleição (HOLLANDA; MIRANDA, 2022) – “milagres” entendidos, nesse contexto, como sinais de que ele teria sido “escolhido por Deus” para governar o país.

¹ Nesta tese, utilizo negrito nos grifos; itálico em palavras em língua estrangeira e termos cujo sentido fica em suspenso ou em discussão; e aspas para expressões êmicas.

² Maior evento evangélico do Brasil, a Marcha para Jesus foi idealizada em 1993 pela Igreja Renascer em Cristo, liderada pelo apóstolo Estevam Hernandes. Em 2009, o então presidente Lula sancionou uma lei criando o Dia Nacional da Marcha para Jesus, que ocorreria, a cada ano, sessenta dias após o feriado de Páscoa (RIBEIRO, 2009).

³ 28 de maio, Manaus; 25 de junho, Balneário Camboriú (SC); 9 de julho, São Paulo; 16 de julho, Fortaleza; 23 de julho, Vitória; 6 de agosto, Recife; 13 de agosto, Rio de Janeiro. Em 2 de julho, Michelle, sem o marido, esteve também na edição de Brasília. Ou seja, só entre fins de junho e meados de agosto, Michelle esteve a cada sábado em uma Marcha para Jesus diferente (ao que parece, com a exceção de 30 de julho). Esse levantamento, apenas para fins de ilustração, não pretende ser exaustivo.

⁴ Em 6 de setembro de 2018, durante uma atividade de campanha em Juiz de Fora, o então deputado federal Jair Bolsonaro, candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), sofreu um ataque a faca que resultou em uma perfuração do intestino grosso e o colocou em risco de morrer. Em torno do episódio se teceria todo tipo de teorias conspiratórias, disseminadas tanto por adversários quanto por aliados de Bolsonaro. Para os primeiros, tudo não teria passado de uma farsa, uma simulação a fim de encobrir a necessidade de uma cirurgia abdominal. Para os segundos, o ataque teria sido promovido e orquestrado “pela esquerda” – embora a investigação da Polícia Federal (PF) tenha concluído que o agressor agiu sozinho. O episódio teve grande impacto na campanha eleitoral, resultando em uma superexposição e vitimização do candidato, que passou a fazer *lives* de seu leito no hospital (BRONZATTO; MATTOS, 2019).

Já no lançamento da campanha petista, no ABC Paulista, Luís Inácio Lula da Silva acusaria Bolsonaro de ser “um fariseu” que tentaria “manipular a boa-fé de homens e mulheres evangélicos”.⁵ “Se tem alguém que é possuído pelo demônio é esse Bolsonaro”, diria ainda (*apud* DUCHIADE, 2022). No dia seguinte, o deputado federal André Janones, que abriu mão de sua candidatura à presidência pelo Avante para aliar-se a Lula na disputa eleitoral, tuitou, em letras maiúsculas: “BOLSONARO USA DEUS. DEUS USA LULA!” (*apud* DUCHIADE, 2022).

As hesitações e contradições da campanha petista com relação ao tema transpareceram numa sequência de acontecimentos entre os dias 18 e 20 de agosto. Logo no primeiro comício de sua campanha, dia 18, Lula chegou a dizer que “a gente tem que olhar a Constituição e ela tem que ser cumprida, tem que olhar a declaração universal dos direitos humanos e ela tem que ser cumprida, e a gente tem que olhar a Bíblia e ela tem que ser cumprida” (*apud* AUGUSTO; AZEVEDO, 2022). No dia seguinte, afirmou que a “questão religiosa” não entraria “em sua pauta política” (AZEVEDO, 2022). Contudo, já no dia 20 sua campanha entraria com uma petição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a criação de uma série de novos perfis nas redes sociais, todos direcionados especificamente ao público *evangélico* (BRAGON, 2022).⁶

Assim, em 9 de setembro, realizou-se em São Gonçalo, segundo município mais populoso do Rio de Janeiro, o encontro “Evangélicos com Lula e Alckmin” (Figura 1), divulgado nas redes sociais por perfis oficiais da campanha petista (EVANGÉLICOS COM LULA, 2022b).

⁵ Conforme assinala Ronaldo Almeida: a partir da adoção, no Censo Demográfico, da classificação dos protestantes em “evangélicos pentecostais” e “evangélicos não pentecostais”, “a categoria descritiva ‘evangélicos’ foi [parcialmente] estabilizada de forma técnico-científica” (ALMEIDA, 2017, p. 5). Mesmo no campo das ciências sociais da religião, a categoria “evangélicos” vem se consolidando. Porém, é preciso cuidado para não cair em certo senso comum que traduz a crença em uma suposta homogeneidade e coesão de grupos mobilizados a partir de identidade *religiosas* – ignorando diferenças entre as várias denominações protestantes, por exemplo, ou eclipsando as especificidades da atuação de setores católicos romanos e espíritas, como notam Vital da Cunha e Evangelista (2019, pp. 90-91). Sobre as alianças entre católicos e evangélicos no Legislativo brasileiro, ver Machado (2015).

⁶ Em 27 de agosto, o perfil Evangélicos com Lula convidava: “JUNTE-SE AO TIME DE EVANGÉLICOS COM LULA! Ao se juntar ao nosso time de voluntários, você receberá conteúdos, informações, missões, materiais e será convidado a participar de grupos especialmente criados para ajudar você a conversar com seus amigos cristãos” (*apud* EVANGÉLICOS COM LULA 2022a).

Figura 1 – Imagem de divulgação do encontro “Evangélicos com Lula e Alckmin”, no Clube Tamoiós de São Gonçalo (RJ), 9 de setembro de 2022.



Fonte: GARCIA, 2022.

O evento, transmitido ao vivo pelo canal do Partido dos Trabalhadores (PT) no YouTube, durou quase duas horas e meia e incluiu a apresentação de materiais de campanha em vídeo, leitura de textos bíblicos e louvores –que levantaram o público no amplo galpão lotado (Figura 2). Participaram diversos pastores, além dos próprios Lula e Geraldo Alckmin, e candidatos aliados no estado do Rio (PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2022).

Figura 2 – Encontro “Evangélicos com Lula e Alckmin”, 9 de setembro de 2022. Impressão de tela da autora, a partir de vídeo no YouTube (PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2022).



Fonte: PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2022.

A candidatura de Bolsonaro, por sua vez, havia sido oficializada em 24 de julho em convenção do Partido Liberal (PL) realizada no Rio de Janeiro. Na ocasião, coube à primeira-dama abrir os discursos com uma fala de treze minutos, marcada pelo tom *religioso*. Referindo-se ao episódio da facada em 2018, ela evocou sua experiência de fé pessoal: “Quando eu cheguei na Santa Casa e vi meu marido na maca, eu olhei para o teto do hospital e falei ‘o Senhor tem controle de todas as coisas’” (*apud* RODRIGUES, 2022). Na mesma chave, ela apresentaria em seguida seu diagnóstico: “Essa nação é rica, é próspera. Ela só foi mal administrada. Deus ama essa nação” (*apud* RODRIGUES, 2022). Em 7 de agosto, em culto na Igreja Batista da Lagoinha (IBL), em Belo Horizonte, Michelle afirmou que nem ela, nem o marido tinham um “projeto de poder”, mas agiam “em obediência a Jesus”, no contexto de uma “guerra do bem contra o mal” (*apud* VIANA, 2022). E reiterou:

Por muitos anos, por muito tempo, aquele lugar [o Palácio do Planalto] foi um lugar consagrado a demônios. [...] E hoje é consagrado ao senhor Jesus. [...] Podem me chamar de fanática, podem me chamar de louca, mas vou continuar louvando nosso Deus, vou continuar orando. (*Apud* ANATER; CHEREM, 2022).

A propósito dos diagnósticos e prognósticos de Michelle Bolsonaro sobre os rumos da “nação”, Cristina Tardáguila, jornalista que atua no setor de checagem de fatos,⁷ ressaltou que a primeira-dama não se referiu especificamente ao ex-presidente Lula ao mencionar “demônios” no Palácio do Planalto. O alvo das críticas de Michelle seria, para Tardáguila, os “anos de democracia [...]”. **Ela endemoniza toda a democracia**” (*apud* VIANA, 2022; grifo meu). Já o teólogo, pastor batista e ativista Ronilso Pacheco (2022b) advertiu: “o segmento evangélico tem sido assediado pelo discurso bolsonarista mais radicalizado, dentro e fora dos templos, fomentando uma profunda hostilidade à esquerda e às propostas progressistas” – e citou dois exemplos. Primeiro, a afirmação de Michelle Bolsonaro, num dos encontros com mulheres cristãs que realizou pelo país com Damares Alves (ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro) de que “estamos sim vivendo em uma guerra espiritual. Esse câncer do partido das trevas [o PT] vai ser dissipado da nossa nação. Esse partido [...] só veio pra matar, roubar e destruir a nossa nação” (*apud* PACHECO, 2022b). Segundo, a perseguição movida por lideranças evangélicas a membros das igrejas e pastores que declararam voto em Lula.⁸

Em 9 de agosto, Michelle compartilhou, em seus *stories* no Instagram, uma postagem da vereadora bolsonarista Sonaira Fernandes (Republicanos-SP) com um vídeo de Lula recebendo um banho de pipoca⁹ num encontro com lideranças de candomblé e umbanda na Assembleia Legislativa da Bahia. Embora o vídeo datasse de um ano antes, agosto de 2021, a vereadora afirmava em sua postagem que “Lula já entregou sua alma para vencer essa eleição”, além de referir-se a uma luta contra as “trevas” e dizer que “o cristão tem que ter a coragem de falar de política hoje, para não ser proibido de falar de Jesus amanhã” (*apud* NEXO, 2022). Ao repostar o material, Michelle questionou: “Isso pode, né! Eu falar de Deus, não!” (*apud* NEXO, 2022).

⁷ Tardáguila é fundadora da Lupa, agência de checagem de fatos e combate à desinformação, criada em 2015.

⁸ A esse respeito, ver Nascimento (2022), Braun (2022) e Correia e Fonseca (2022).

⁹ Como explicam Oliveira e Simas (2022), “pipocas são as flores de Obaluaê, usadas num banho ritualístico para proteção e desejo de saúde dos adeptos e simpatizantes das religiões de matriz africana”. Obaluaê, ou Omolu, é o orixá das doenças e da cura, associado em cultos afro-brasileiros a São Roque, que é celebrado no mês de agosto.

Pela associação do banho de pipoca com “trevas” e pela insinuação de que o ritual não estaria relacionado com “Deus” (estaria relacionado ao “demônio”, então, na perspectiva maniqueísta e beligerante de “bem contra o mal” continuamente propalada pela primeira-dama?), a postagem gerou uma onda de reações denunciando a “intolerância religiosa” e o “racismo religioso” não só de Michelle em particular, mas dos “evangélicos” em geral – ou, ao menos, daqueles tidos como “fundamentalistas”.¹⁰ Nas palavras da jornalista Flávia Oliveira e do historiador Luiz Antonio Simas:

[...] é tão revoltante quanto desolador testemunhar o recrudescimento da intolerância contra religiões afro-ameríndias como estratégia político-eleitoral. E num mês sagrado. Apontamos o racismo religioso, porque os ataques, as provocações e a demonização das divindades e ritos partem de fundamentalistas evangélicos contra tradições que ancestrais africanos escravizados legaram aos seus descendentes. (OLIVEIRA; SIMAS, 2022.)

Não que manifestações de “racismo religioso” sejam uma novidade no país, como ilustra Ronilso Pacheco, citando a atitude da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) com relação às religiões de matriz africana:

Há anos, evangélicos que – influenciados por uma teologia de matriz racista – acreditam no conto de que os orixás das religiões de matriz africana são demônios passaram a considerar razoáveis os ataques físicos, verbais e simbólicos contra esses fiéis. A década de 1990 e o início dos anos 2000 foram “infernais” para muitos candomblecistas e umbandistas, expostos em programas de televisão evangélicos que exibiam “demônios” com nomes de orixás sendo “entrevistados” por pastores, “revelando” planos macabros para os crentes. (PACHECO, 2022b.)

Para Pacheco (2022b), o racismo religioso seria um dos indícios de um “processo de radicalização” em curso, que se intensificou a partir da adesão de lideranças evangélicas à campanha de Bolsonaro em 2018. Já naquela disputa eleitoral, Pacheco havia notado como “a interferência das lideranças evangélicas de extrema direita não se limitou apenas às pregações dominicais de suas igrejas. Milhões de crentes receberam por boletins, jornais impressos e, principalmente, rádios, a imposição do medo para não votar em Fernando Haddad” (PACHECO, 2023; 2018).

O jornalista Jamil Chade, por sua vez, apontou a contradição entre a atitude da primeira-dama ao corroborar a postagem de Sonaira Fernandes e a adoção, pelo

¹⁰ Ver, por exemplo, além de Oliveira e Simas (2022), Balloussier (2022) e uma compilação de reações em Brasil de Fato (2022).

governo Bolsonaro, de um discurso de defesa da “liberdade religiosa” em sua política externa. No entender de Chade, a pauta *religiosa*, na verdade, “dialogava com outros interesses. O principal deles: rever o arcabouço de direitos humanos no mundo e frear reivindicações do movimento gay [sic] e de mulheres” (CHADE, 2022).

A propósito do acionamento de uma estética e uma retórica *cristãs* pela campanha de Bolsonaro, Flávia Oliveira assinalou:

Fazer da disputa presidencial guerra santa ou luta do bem contra o mal é mentira deslavada. Os adversários de Jair Bolsonaro não são demônios, o presidente não é a encarnação do bem. Não há bondade na indiferença a 682 mil mortes por Covid-19, quando boa parte desses brasileiros e brasileiras estaria viva se não houvesse sabotagem oficial ao isolamento, às máscaras, às vacinas. Não existe bondade no líder máximo de um país em que um litro de leite custa mais do que um de gasolina. Falta bondade a quem ignora 33 milhões de famintos, minimiza recorde de desmatamento na Amazônia, nega território aos povos tradicionais, autoriza (tácita ou explicitamente) crimes de ódio, violência política, ataques à democracia e ao sistema eleitoral.

O presidente da República também não é a materialização do mal. É um líder inapto e autoritário, cercado de aduladores oportunistas, que tenta permanecer no poder. Não é escolhido de Deus, como tampouco são seus concorrentes. É somente um candidato à reeleição reprovado por 57% do eleitorado [...]. (OLIVEIRA, 2022b.)

Estabeleceu-se certo consenso – na opinião pública, na imprensa, e mesmo entre pesquisadores – de que o chamado “voto evangélico” teria sido “decisivo” para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.¹¹ Ao fim de seu primeiro mandato, porém, e num cenário agora centralizado na disputa entre o então presidente Bolsonaro e o ex-presidente Lula, as pesquisas eleitorais realizadas ao longo do primeiro semestre de 2022 apontavam para uma maior divisão dos “evangélicos”, em grande parte atribuída a uma perda de espaço de Bolsonaro principalmente junto às “mulheres evangélicas” – que representam quase 60% do segmento no Brasil (BBC NEWS BRASIL, 2022). “Não tenho dúvida que elas são o voto que define essa eleição”, afirmou a antropóloga Jacqueline Moraes Teixeira a uma reportagem de mais de meia hora veiculada no canal da BBC News Brasil no YouTube em abril de 2022,

¹¹ Essa tese se difundiu principalmente a partir da interpretação do estatístico José Eustáquio Alves (2018) – corroborado, por exemplo, por Lilian Sales e Ricardo Mariano (2019). Christina Vital da Cunha (2019), por outro lado, destaca a participação dos católicos romanos na ascensão de Bolsonaro à presidência. Ela salienta que, embora uma pesquisa do Datafolha às vésperas do segundo turno (INSTITUTO DATAFOLHA, 2018) tenha mostrado o segmento evangélico menos dividido que os demais no seu apoio ao candidato eleito, o número absoluto de eleitores católicos de Bolsonaro foi maior que o de evangélicos. Um exemplo de significativa liderança católica romana a apoiar Bolsonaro foi Monsenhor Jonas Abib, da Comunidade Canção Nova, que encabeça o segmento católico “carismático” (de base pentecostal) no Brasil (BONFIM, 2020).

intitulada “Como pensam evangélicas, que podem definir eleição para presidente” (BBC NEWS BRASIL, 2022).

Com efeito, embora pesquisas realizadas entre fins de julho e princípios de agosto já sugerissem uma recuperação e mesmo um franco domínio de Bolsonaro junto a esse eleitorado, sua aprovação viria majoritariamente dos homens – num segmento da população composto por 58% de mulheres negras (RUPP, 2022).¹² Foi se consolidando a percepção de que as “mulheres evangélicas” impediriam Bolsonaro de se sair melhor nesse setor (BALLOUSSIER; BOGHOSSIAN, 2022); esse seria o público “com mais resistência às propostas de Bolsonaro e no qual ele mais perdeu votos em relação aos obtidos na disputa de 2018”, segundo as pesquisadoras Ana Carolina Evangelista, Jacqueline Moraes Teixeira e Lívia Reis (2022). Por exemplo, em um dossiê da revista *Le Monde Diplomatique* de junho de 2022, sobre “os evangélicos e as eleições”, a jornalista Nilza Valéria Zacarias, uma das coordenadoras da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), relatou:

[...] dona Cida, irmã Cida, eleitora de Bolsonaro em 2018, crente fiel da Assembleia de Deus, percebeu que votou errado. A ficha caiu quando ela viu Bolsonaro imitando as pessoas que morriam de Covid. Ela percebeu que não havia cristianismo nele. Tenho conversado com muitas pessoas que mudaram de ideia. Agora há pouco, no mercado, a atendente de caixa me falava como ela e as amigas conseguem, no máximo, ganhar R\$ 1.800 com horas extras. E que isso não dá para segurar a família, que está difícil. Ela quer que outubro chegue para virar o jogo. Crente ela. (ZACARIAS, 2022.)

Nesse contexto, o protagonismo de Michelle na campanha do marido seria estratégico para reconquistar a vantagem junto a um público (“feminino”) não só “evangélico”, mas “cristão” mais amplo.¹³ Na avaliação do cientista político Vinicius do Valle, em entrevista ao *Nexo Jornal* com data de 8 de agosto:

¹² Uma pesquisa do Instituto Datafolha realizada entre 16 e 18 de agosto indicaria 49% das intenções de voto nesse segmento para Bolsonaro e 32% para Lula – em contraste com 52% dos votos católicos para Lula e 25% para Bolsonaro (BARBON, 2022). Outra, divulgada em 15 de setembro, revelou uma redução da diferença entre os dois candidatos nas intenções de voto no segmento evangélico de 23 para 17 pontos em relação à pesquisa do mesmo instituto realizada na semana anterior (TAVARES, 2022). Já uma pesquisa do Instituto realizada entre os dias 8 e 9 de setembro havia mostrado que, para 51% dos eleitores em geral e 54% das mulheres, Bolsonaro seria o candidato à presidência que mais atacaria as mulheres (G1, 2022b). A referência às pesquisas interessa aqui em termos do que elas podem indicar a respeito das categorias e percepções em circulação (por exemplo, “evangélicos”, “mulheres”, “mulheres negras”, “mulheres evangélicas”), e de que maneiras tais categorias e percepções vão sendo continuamente construídas e ressignificadas.

¹³ Michelle chegou a ocupar tanto espaço na campanha de Bolsonaro que ultrapassou o limite máximo permitido por lei para a participação de “apoiadores”, levando o TSE a proibir a veiculação de determinadas peças de propaganda com sua presença (ARAÚJO, 2022; COELHO, 2022).

Michelle fala a língua com o jeito dos evangélicos, e isso tem um impacto muito forte. Não dá para qualquer candidato fazer o que ela faz, porque ela realmente é evangélica [...]. Ela tem todos os jeitos, a prosódia, a indumentária, uma construção que gira em torno do perfil evangélico. O que ela fez [...] na Igreja [Batista] da Lagoinha foi justamente se apresentar dessa forma [...], você não sabia se aquela era uma fala política, ou se fazia parte do culto. E é aí que está o poder dela. As duas coisas se misturam. Ela encarnou o religioso para falar do político de uma forma que é muito rara de ver, com essa performance avivada, como se estivesse falando dentro de um transe espiritual, que está dentro da teologia pentecostal.¹⁴ (*Apud RUPP, 2022.*)

Entrevistada para a mesma matéria do Nexo, Jacqueline Moraes Teixeira observou que “Michelle [fala] para mulheres cristãs, considerando as evangélicas e as católicas do segmento carismático e conservador” (*apud RUPP, 2022*). E destacou:

Como Michelle, desde antes do primeiro mandato, era conhecida como a esposa evangélica de um político que não é evangélico, ela se tornou a pessoa que assumiria os compromissos diante de Deus para esse público. Tudo o que Michelle faz está atravessado pelo religioso. [...] Sempre dizemos que os evangélicos são uma população plural. Mas este público, que em 2018 foi fundamental para a eleição, é majoritariamente feminino. E não se reconhece como bolsonarista: não se engaja nas políticas armamentistas e é sensível ao Estado garantir políticas públicas. Michelle aparece na sustentação desse compromisso ético. E ela vai tentar fazer com que esse voto feminino evangélico, capaz de definir a eleição, se decida por Bolsonaro. (*Apud RUPP, 2022.*)

Um exemplo foi a seguinte declaração de Michelle, em 14 de setembro, no evento “Mulheres pelo Brasil”, em Natal:

Aqui tem um homem talvez um pouco mais técnico, mas aqui tem uma mulher espiritual. Então, eu acho que se completa né? Tem que ser assim, minhas amadas. A mulher tem que ser ajudadora do esposo, não é isso? É a gente que aguenta né? Mas graças a Deus, Deus tem falado muito ao coração do meu marido. (*Apud ARAÚJO; GOMES, 2022.*)

¹⁴ Há diferentes tipologias e classificações de igrejas e suas teologias como pentecostais e neopentecostais. Seguindo o trabalho de Ricardo Mariano (2005), entendemos, em linhas muito gerais, que ambas enfatizam a ação do “Espírito Santo” (daí a referência a “Pentecostes” – o momento em que, após a morte, ressurreição e ascensão de Cristo aos céus, seus discípulos reunidos teriam recebido seu “Espírito Santo” [At, 2, 1-13]) e diferentes dons seus, especialmente o chamado “dom de línguas” (glossolalia) e a “cura divina”. Outra prática que se destaca é o exorcismo, sobretudo no caso do neopentecostalismo. As correntes denominadas de “neopentecostais” no Brasil tendem a enfatizar, ainda, a noção de uma “batalha espiritual”, fundamentando um maior envolvimento na política partidária. Contudo, investir aqui em algum tipo de rigor classificatório poderia levar a uma percepção equivocada de coesão e estabilidade, expressões de identidades estabelecidas *a priori*. Interessa especialmente nesta tese pensar como as características teológicas e doutrinárias de movimentos (neo)pentecostais e sua expansão no Brasil (e no mundo) têm convergido e participado da ascensão dos “neoconservadorismos”, do chamado “nacionalismo cristão” e da dita “crise das democracias liberais” no atual momento do neoliberalismo, como veremos nos Capítulos 2 e 3. Para os objetivos aqui em pauta, interessa sobretudo refletir de que maneiras vão se construindo, estabilizando e desestabilizando *identidades evangélicas* (no plural), em circunstâncias específicas e no decorrer de processos sociais e históricos mutuamente implicados.

Participando de um *podcast* da Folha de São Paulo, a socióloga Esther Solano assinalou, com base nos achados da pesquisa “Conservadorismo, gênero e feminismo” (SOLANO; ROCHA; COSTA, 2022):

[Michelle] descontamina Bolsonaro de toda essa intolerância, dessa radicalidade. [...] Muitas mulheres falam assim: “eu me reconheço nela”, porque têm esses maridos brancos em casa, e elas aguentando a barra [...]. A preocupação é que essa mensagem do pânico moral,¹⁵ [...] vindo da boca da Michelle, tem uma maior legitimidade. [...] O público feminino [evangélico] [...] tem mais conexão com o Lula (que está muito preocupado com a ideia do cuidado), [...] quer falar de família, quer falar de infância, quer falar de questões do cotidiano de gestão da casa, e talvez aí o campo progressista esteja falhando. (*Apud* ILUSTRÍSSIMA CONVERSA, 2022).

Nas palavras do jornalista Fernando Barros e Silva, *deus*¹⁶ teria se tornado “o cabo eleitoral mais disputado entre os candidatos” (*apud* FORO DE TERESINA, 2022).¹⁷ Já para Natalia Viana, diretora-executiva da Agência Pública,¹⁸ “é urgente refletir sobre as implicações do carregado discurso missionário com o qual a campanha bolsonarista foi lançada. O diabo parece ter entrado de vez na corrida eleitoral” (VIANA, 2022). Com relação aos possíveis usos de uma retórica *cristã* nas eleições, Esther Solano chamou atenção para o modo como a ideia de que Bolsonaro faria parte de um “projeto messiânico” poderia ser usada para rejeitar o resultado das eleições. Para Solano, se ele foi “escolhido por Deus” para governar o

¹⁵ Conceito elaborado de maneira sistemática inicialmente por Stanley Cohen (2015 [1972]), “pânico moral” refere-se a uma reação coletiva desproporcional de medo diante de pressões por mudança social. O que a ameaça percebida põe em risco é algo de caráter sagrado, crucial para a sociedade: a própria ordem social, ou uma concepção idealizada do que ela teria sido no passado. Como no caso da assimilação do “perigo comunista” à “ideologia de gênero”, tende-se a associar temas distintos, com o efeito de amplificar a percepção de ameaça. A resposta mais provável envolverá um reforço do aparato de regulação ou controle social e uma demanda por um reavivamento passadista de valores tidos como “tradicionais”.

¹⁶ Exceto quando em citações, utilizo a palavra *deus* como substantivo comum e, portanto, grafado com a inicial minúscula, por entender que se trata de uma categoria em disputa no campo e que é preciso atenção para não naturalizar toda menção a *deus* – mesmo a um *deus* identificado como *cristão* – como remetendo necessariamente a um mesmo ente reificado.

¹⁷ Pesquisa do Datafolha realizada entre 8 e 9 de setembro mostrou que, para 49% dos evangélicos e 20% dos católicos, Lula seria o candidato que mais “atacaria os cristãos”; ao passo que, para 40% do eleitorado em geral, 62% dos evangélicos e 35% dos católicos, Bolsonaro seria o candidato que mais “respeitaria os cristãos” (G1, 2022a). De novo, trata-se menos de olhar para os números em si e mais de indagar pelos pressupostos e expectativas que informam a definição das categorias utilizadas nas pesquisas eleitorais – como “cristãos”, por exemplo. Do mesmo modo, não se pode perder de vista que diferentes interpretações dos resultados das pesquisas eleitorais levam à adoção de estratégias diversas, alternando a associação ou o desvinculamento das candidaturas em relação à identificação religiosa, em tentativas de “purificação” própria e “contaminação” alheia. A crença na uniformidade do “voto religioso”, por exemplo, não só tem sido determinante em negociações e composições políticas, como agrega considerável capital político a atores legitimados como representantes dos ditos “evangélicos” (VITAL; LOPES, 2013, pp. 29ss; SERRA, 2019b, pp. 51ss).

¹⁸ Agência de jornalismo investigativo independente, fundada em 2011.

país, “[...] tem uma retórica, uma narrativa sendo construída [para] [...], no caso de Bolsonaro perder as eleições, não aceitar o resultado: [...] ‘O diabo ganhar as eleições? Isso é impossível, não podemos aceitar’” (*apud* ILUSTRÍSSIMA CONVERSA, 2022).

Encerrada a disputa eleitoral, Lula, de improviso, abriria seu primeiro pronunciamento após a confirmação oficial de sua vitória dizendo: “eu quero começar [...] com um agradecimento a Deus, porque... [palmas] eu a vida inteira sempre achei que Deus sempre foi muito generoso comigo pra permitir que eu saísse de onde eu saí pra chegar onde eu cheguei” (*apud* JORNAL O GLOBO, 2022). Minutos depois, a futura Ministra do Meio Ambiente de seu governo, Marina Silva, evangélica frequentadora da Assembleia de Deus, exclamaria “glória a Deus” ao abraçá-lo. No vídeo do discurso publicado no canal do jornal O Globo no YouTube, o primeiro comentário diz: “Louvado seja Deus nosso senhor. O Deus da verdade eis q conheceis a verdade é a verdade vos libertará. obrigada meu Deus por nos libertar da Mentira e do fascismo [sic]”. Dos sete comentários seguintes, cinco contêm agradecimentos e/ou louvores a deus pela vitória de Lula.

No dia seguinte ao segundo turno das eleições, Ronilso Pacheco advertiu para o perigo do “discurso de ‘guerra espiritual’ contra a esquerda dentro e fora dos templos evangélicos” (PACHECO, 2022b), diante do receio de que ocorresse no Brasil algo semelhante à tentativa de apoiadores de Donald Trump, inconformados com sua derrota, de impedir a diplomação de Joe Biden, em 6 de janeiro de 2022. Nos Estados Unidos, argumentou Pacheco, muitos dos envolvidos na invasão do Capitólio naquele dia tinham algo em comum:

frequentavam igrejas evangélicas, a maioria com líderes conservadores conspiracionistas; simplesmente se consideravam cristãs; ou diziam respeitar a tradição cristã do país. Elas passaram o período eleitoral sendo radicalizadas pela mensagem evangélica ultraconservadora que demonizava Biden e os progressistas, enquanto pintava Trump como aquilo de que a “América” precisava para permanecer branca, cristã e conservadora. (PACHECO, 2022b)

Na análise de Pacheco, a vitória de Bolsonaro em 2018 foi um marco institucional da participação brasileira em um movimento global de extrema direita, que tem como um de seus eixos ideológico-políticos um “nacionalismo cristão” de inspiração estadunidense (PACHECO, 2022a). Após a invasão das sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, Pacheco reforçaria o alerta:

a destituição do governo Jair Bolsonaro e de seus pastores ultraconservadores instalados no Executivo federal, com Damares Alves à frente, não nos devolverá a democracia e a diversidade em condições de segurança. Mas é importante lembrar o seguinte: o espírito da radicalização, que segue vivo e atuante, voltará em parte para sua incubadora – as muitas igrejas e comunidades virtuais evangélicas e católicas dispostas a cultivá-lo, aguardando o momento de ele reaparecer e reivindicar novamente o lugar de privilégio e supremacia de um grupo que vê a si mesmo como a “maioria” e acredita que, como tal, sua crença política, sua concepção de moral e sua religiosidade devem ser impostas. (PACHECO, 2023.)

Os embates entre deus e o diabo parecem seguir firmes e fortes no debate público e na ação política por aqui.

À procura de saberes e fazeres *estranhos*: metodologia, pergunta de pesquisa, objetivos e desenho da tese

Nesta tese, olho para identidades e sujeitos políticos mais ou menos essencializados sendo forjados, estabilizados e desestabilizados, em processos contínuos de centramento e descentramento (ALVAREZ, 2014; FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020). Olho para histórias e verdades sobre si que vão sendo contadas; para tradições e mitos de origem que vão sendo tecidos; para narrativas de (re)existência e reivindicações de vida que vão sendo feitas (EVARISTO, 2021); para encontros que, entre traduções e traições, vão acontecendo (COSTA; ÁVILA, 2005; COSTA, 2020); para categorias *mestiças* (ANZALDÚA, 2021a) que vão sendo criadas na tarefa de imaginar comunidades (ANDERSON, 2008), utopias e horizontes comuns. Olho para a criação de *outros* mundos, em meio ao fim daquele(s) que conhecemos (SILVA, 2022; MOMBAÇA, 2021).

Meu intuito, porém, não é fazer uma historiografia, mas uma genealogia – conforme a proposta de Yunderkys Espinosa, após Foucault (1995 [1979]): em lugar de apontar unidades, homogeneidades e coerências narrativas, procurar dilemas, rupturas, dinâmicas e disputas de poder no processo de “como chegamos a ser o que somos, acreditar no que acreditamos, dizer o que dizemos, fazer o que fazemos” (ESPINOSA, 2020, p. 114). Nesse sentido, e assumindo como lugar de enunciação e de escuta esse encontro *desencontrado* de tantas humanidades subalternizadas (MBEMBE, 2014) – mulheres, dissidentes de gênero e

sexualidade,¹⁹ pessoas racializadas como não-brancas, periféricas, *classes perigosas* (MCCLINTOCK, 2010), enfim, *corpos estranhos* em geral –, busco meios de aceitar o convite de Espinosa para “mudar a pergunta sobre identidade para uma pergunta sobre o que fazemos, as práticas que nos fazem ser o que somos” (ESPINOSA, 2020, p. 103).

No contexto de ascensão política de extremismos de direita e de articulação entre cristianismos e neoconservadorismos, esta tese investiga os saberes e fazeres dos coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade. O exame parte da minha própria inserção e militância nesses campos. Portanto, a investigação se dá necessariamente desde minha localização na teia de relações entre atores individuais e coletivos, me posicionando no entrecruzamento das redes de feministas e LGBTI+, das esferas “religiosa” e “secular”, da militância e da academia. A pesquisa envolve a etnografia de, por um lado, eventos promovidos por movimentos de “cristãos LGBTI+” e “feministas cristãs”, bem como outros grupos identificados como “cristãos progressistas”; por outro, de documentos *online* – postagens nas redes sociais de atores individuais e coletivos ligados a essas redes (incluindo imagens e vídeos de eventos).

Nessa jornada, procuro privilegiar o diálogo com vozes do Sul, racializadas como não-brancas, dissidentes de gênero e sexualidade, inseridas no marco teórico dito *decolonial* (HOLLANDA, 2020; LUGONES, 2020; 2019; CURIEL, 2020; ESPINOSA, 2020; 2022b) – ou anteriores à sua delimitação, mas pioneiras na denúncia de violências epistêmicas e na crítica às categorias binárias, puras e coerentes supostamente construídas pela modernidade colonial em seu processo de criação de alteridades (VIVEROS, 2020; MASUZAWA, 2005) e humanidades

¹⁹ Como identidades e sua expressão política fazem parte de processos amplos e complexos, nos quais as fronteiras são imprecisas e encontram-se em constante negociação (CARRARA, 2010); e considerando que os próprios sujeitos no campo se autodenominam de diversas formas (CARRARA, 2013), evito aqui, quando possível, a naturalização de termos associados a antigas categorias médicas, como “homossexualidade”, e categorias identitárias atuais, como “lésbicas”, “gays”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais” e “*queer*”, estabelecidas nas esferas políticas nacional e internacional através de siglas como “LGBT”, “LGBTQ” e afins. Assim, opto nesta tese pelas expressões “**dissidentes/dissidências de gênero e sexualidade**”, enfatizando a noção de *divergência*, de *deslocamento* daquelas práticas, experiências e expressões de gênero e sexualidade que se localizam nas *fronteiras*, entre normas e abjeções (FIGARI; DÍAZ, 2009). Apenas ao me referir aos ativismos de dissidentes de gênero e sexualidade e aos coletivos aqui pesquisados como **movimento**, opto pela sigla “LGBTI+” – em diálogo com os movimentos sociais, que, a partir do fortalecimento do ativismo intersexo internacionalmente e no Brasil, vêm incorporando essa identidade (COSTA, 2018). Mantenho as siglas “LGBTI+” e “LGBT” também em função de seu uso êmico, quando for o caso.

subalternas (MBEMBE, 2014). Vozes de pessoas que tenham olhos, ou óculos (LUGONES, 2019), para enxergar nas sombras da modernidade colonial, para além das normatividades hegemônicas e pretensões de pureza, no fundo dos híbridos e contradições que lhe são inerentes (LATOURE, 2019).

A atuação dos coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade brasileiros se dá no contexto de uma sucessão de controvérsias públicas e embates políticos e eleitorais que, ao longo da década de 2010, foi consolidando, no imaginário público brasileiro, a ligação entre *religião*, sobretudo os cristanismos, e *conservadorismo*. Atores (auto)identificados como *cristãos* e seus aliados, reunidos sob o rótulo convencional de *evangélicos*, são considerados protagonistas no fortalecimento e ascensão de uma agenda *antidireitos* e particularmente *antigênero*.²⁰ Chamados de *fundamentalistas*, são entendidos como uma força de resistência à modernidade. Logo, uma força irracional e anticientífica, contrária e até incompatível com a lógica secular dos direitos humanos, a laicidade do Estado, a concepção pluralista de família, as dissidências de gênero e sexualidade e os ideários feministas. Em meu percurso de pesquisa, venho procurando compreender como esses coletivos que examino aqui articulam discursos, práticas e pedagogias com a proposta de “disputar narrativas” **sobre e nos** cristanismos – em contraponto especialmente aos atores que acionam uma retórica e simbologia cristãs no cenário mais amplo de *ataques antigênero*.

Acompanho Juan Marco Vaggione (2014) na percepção de que um dos desafios com que se deparam os movimentos feministas e LGBTI+²¹ é justamente a possibilidade de (re)incorporar o *religioso* em termos amplos e plurais. Para isso, será necessário desfazer antíteses – e, nesse sentido, a elaboração e consolidação de contranarrativas hermenêuticas, teológicas e históricas podem desempenhar um

²⁰ Materializados sobretudo no combate à chamada “ideologia de gênero”, os *ataques antigênero* vêm se configurando como estratégia de deslegitimação simultânea dos estudos de gênero, no plano teórico, e dos movimentos feministas e LGBTI+, no plano dos ativismos – como veremos em mais detalhes no Capítulo 2.

²¹ A sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) consolidou-se, no Brasil, na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008 – quando substituiu a sigla GLBT, usada até então pelo movimento, supostamente para conferir maior visibilidade às lésbicas (AGUIÃO, 2016). Desde então, vêm se difundindo também as siglas LGBTI (o I remete às pessoas intersexo), LGBTQI (o Q refere-se a *queer*), LGBTQIA (o A diz respeito aos assexuais), LGBTQIAP (referência aos pansexuais) ou variações seguidas do sinal de adição, indicando que a sigla inclui outras identidades não explicitadas pelas letras usadas. Sobre transformações de nomenclaturas e siglas ao longo do tempo, ver Facchini (2005) e Aguião (2014). Sobre formas de organização e produção de enquadramentos, ver Fachini, Carmo e Lima (2020).

papel estratégico nas disputas em torno da permanente construção das próprias *tradições* e das *verdades* da fé.

Torna-se especialmente interessante investigar que comunidades podem ser imaginadas por meio da elaboração e reelaboração de narrativas de origem. Que projetos de mundo, que horizontes sociais, que ordenamentos, reordenamentos, desordenamentos, serão *revelados* pelas visões do *reino de deus* compartilhadas por esses coletivos? Quais serão os *outros* cristianismos imaginados e *vividos* por esses movimentos, no Brasil “terrivelmente cristão” deste começo da terceira década do milênio – *outros* cristianismos possíveis, capazes de descortinar horizontes utópicos que, nas palavras de Donna Haraway, nos “prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (HARAWAY, 1995, p. 24)? Aqui, algumas categorias êmicas se apresentam em disputa: “amor”, “ódio”, “medo”, “vida”, “morte”, “deus”/“Cristo”, “tradição”, e, claro, “religião”, “igreja” e “cristianismo”.

Partindo do **objetivo geral** de investigar os saberes e fazeres dos coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade, alguns **objetivos específicos** se delineiam:

(1) examinar o contexto de ascensão de Bolsonaro ao poder, à luz de suas articulações com certo *poder religioso/cristão*;

(2) situar o *problema religioso* em suas articulações com o ideário secularista e, no contexto atual, com os chamados *neoconservadorismo* e *neoliberalismo*, bem como sua participação na dita crise das democracias liberais;

(3) examinar os chamados “cristianismos progressistas” e como se relacionam com a atuação e ascensão de tais forças *religiosas/cristãs*;

(4) examinar os saberes e fazeres dos coletivos de “feministas cristãs”, suas práticas e estratégias discursivas e pedagógicas;

(5) examinar os saberes e fazeres dos coletivos de “cristãos LGBTI+”, suas práticas e estratégias discursivas e pedagógicas.

Assim, chegamos ao desenho em que se organiza esta tese:

No Capítulo 1, exploro as perspectivas adotadas nesse trabalho e os (des)caminhos a que minha curiosidade de pesquisadora e meu compromisso de ativista me conduziram – e através dos quais (e nos quais) encontrei o “material” que inspira minha reflexão. Indago sobre o significado de fazer pesquisa (e ativismo) neste tempo de análises a quente e de “altas voltagens emocionais” (FACCHINI,

2018, p. 328). Sustento a ideia de que olhar para coletivos organizados por mulheres autoidentificadas como feministas e/ou dissidentes de gênero e sexualidade desde contextos religiosos, e especificamente no interior de ambientes eclesiais cristãos (ou tangencialmente a estes), é olhar no fundo das contradições e brechas da modernidade e desvelar a *impureza* inerente aos binarismos de categorias (pretensamente *puras*) que organizam o projeto colonial moderno e sustentam suas hierarquias.

No Capítulo 2, faço uma apresentação do problema de pesquisa, começando pela relação entre a chegada de Jair Bolsonaro à presidência e o poder evangélico que, segundo certo senso comum, teria sido um dos principais responsáveis pelo seu êxito eleitoral. Entendendo a trajetória de Bolsonaro como um ponto nodal e caso exemplar de convergência de estratégias implicadas no fenômeno identificado como *neoconservadorismo*, procuro examinar sua ascensão política ao longo da década de 2010 – que se deu *pari passu* com a consolidação de sua aliança com atores e grupos identificados como *evangélicos* – e alguns elementos da estética e do discurso teológico articulados como parte de sua estratégia de sustentação política. Em conexão com essas considerações, problematizo certa representação coletiva sobre os evangélicos e procuro entender como ela vem se forjando, especialmente em antagonismo com o ideário dos direitos humanos e os movimentos feministas e LGBTI+, e a que interesses pode atender.

No Capítulo 3, exploro as implicações e participação desse elemento *religioso* na cruzada moral *antidireitos*, *antigênero* e *antipluralista* mais ampla que recrudescer no Brasil e na América Latina (para adotar a feliz [re]formulação de Lélia Gonzalez [2020]) ao longo da década de 2010. Minha intenção, nesse trajeto, é articular e explorar algumas dimensões dessa *cruzada* em suas conexões com o *neoconservadorismo*: a moralização teológica, o borramento das fronteiras entre público e privado e da suposta circunscrição do *religioso* ao *privado*, o elemento *antigênero*, o *familismo*, a *moralização* das inseguranças, a ameaça de *degeneração*, a *polarização* entre *nós* e *eles* – e como esses elementos ajudam a articular certos *cristianismos* e a crise das democracias liberais, na presente etapa do neoliberalismo.

No Capítulo 4, lanço um olhar sobre os cristianismos ditos “progressistas” como “campo discursivo de ação” (ALVAREZ, 2014), examinando sua emergência histórica, suas estratégias narrativas e pedagógicas, a formação de seus

contrapúblicos e sua articulação de categorias *mestiças* (ANZALDÚA, 2021a). Dialogo com as reflexões de Conceição Evaristo (2021) sobre fecundação e as de Beatriz Nascimento (2021 [1974-1994]) sobre a importância política de escrever a própria história, e também com o “devir-negro do mundo” de Mbembe, em toda a sua ambiguidade – em termos tanto da sujeição a necropolíticas (MBEMBE, 2018 [2003]) que vitimizam as “humanidades subalternas” quanto, ao mesmo tempo, de sua positividade criadora. É desde esse diálogo que interrogo os coletivos cristãos de feministas e/ou dissidentes de gênero e sexualidade a respeito de sua capacidade de fecundação, de suas estratégias discursivas e, sobretudo, de sua bagagem de práticas e saberes, para criação de *vida*.

No Capítulo 5, foco nos coletivos e movimentos de feministas cristãs. Acompanho a ação pulverizada e capilarizada de teólogas, pastoras e leigas, realizada através de encontros, debates, grupos de estudos, muitas vezes em articulação com outros movimentos sociais, cristãos ou não (organizações de mulheres quilombolas, camponeses em luta pela terra, movimentos de juventude, movimentos negros, movimentos por moradia, ambientalistas e ecofeministas). Reflito sobre como, lançando mão não só do paradigma das teologias feministas e outras teologias contextuais, mas também de uma retórica, uma gramática e uma pedagogia cristãs, esses coletivos e movimentos se empenham em realizar, especialmente junto às mulheres cristãs, um trabalho de disseminação, debate, sensibilização e esclarecimento de temas caros ao feminismo, com foco especial na denúncia e combate à violência de gênero nas igrejas, comunidades e espaços de vivência da fé e na militância pelo direito ao aborto legal e seguro.

No último capítulo, abordo os movimentos e coletivos de dissidentes de gênero e sexualidade *católicos* e *evangélicos*. O fato de essas pessoas não estarem dispostas a abrir mão nem de sua fé cristã nem de suas experiências sexuais e de gênero dissidentes não apenas indica a consolidação e legitimação de suas *identidades* dissidentes, mas também aponta para as tensões e negociações envolvidas na tentativa de reconciliação dessas *identidades* e uma pertença eclesial *cristã*. Reflito sobre como, ao tomar a palavra para falar por si, tais movimentos e coletivos desenvolvem diálogos simultâneos com discursos doutrinários, ativistas e acadêmicos (de especialistas em ciências humanas e sociais), buscando superar a concepção eclesiológica que confere à hierarquia e à institucionalidade das igrejas autoridade última no estabelecimento da Verdade sobre a divindade e sobre a

experiência humana. Como geralmente acontece, também aqui esse processo de transformação mais amplo acontece a partir da expressão pública de vozes articuladas por quem vive nas “periferias existenciais”, no *exílio*, nas *fronteiras*.

1 “(NÃO AGUENTO MAIS SER) TESTEMUNHA OCULAR DA HISTÓRIA”: ANÁLISE A QUENTE EM TEMPOS VERTIGINOSOS

E percebi que era possível andar pelo mundo cheia de buracos.

*Eliane Brum*²²

“Deus” (e o “diabo”); “religião”; “cristianismo”; “nacionalismo cristão”; “igrejas”; “crentes”; “evangélicos”; “mulheres”; “mulheres evangélicas”; “família”; “voto evangélico”; “racismo”; “intolerância”; “conservadorismo”; “fundamentalistas”; “progressistas”; “cristãos de direita”; “cristãos de esquerda”; “democracia”; “ataques à democracia”; “diversidade”. “Gênero”. “Feminismo”. Sobreponho e embaralho essas palavras e situações da corrida eleitoral de 2022 para evocar imagens e sentimentos e com eles tecer um pano de fundo, composto por certas percepções a respeito de agentes *religiosos*, recorrentes em espaços sociais (auto)identificados como *não-religiosos*, *seculares*, ou como os *outros* da *religião*. Essas percepções podem gerar posições dicotômicas e antagônicas: forças e agentes identificados como “religiosos”, “tradicionalistas”, “conservadores”, de um lado; e, de outro, forças e agentes identificados como “laicistas”, “modernizantes”, “pluralistas”.

Oposições simplificadoras criam incompatibilidades – por exemplo, entre ser “cristão” e ser “LGBTI+”; ou entre ser “feminista” e ser “cristã”. Criam também uniformidades – tais como percepções de “cristianismo” e “igreja”, qualquer que seja esta, como campos monolíticos. Ou também de “feminismo” e “LGBTI+” como campos homogêneos e, sobretudo, coerentes. Incompatibilidades e uniformidades podem acabar obscurecendo disputas e invisibilizando e simplificando dinâmicas, para fins de purificação do *nosso* próprio lado ou de desqualificação do *outro*, conforme o caso. Criam estereótipos simplificadores, que tendem a obscurecer o fato de que as articulações e contradições em jogo não são nem lineares, nem unívocas. Ignoram o caráter dialógico desse processo de gênese de posicionamentos e identidades – uma produção ininterrupta de uns em relação aos outros, recortando-se uns contra os outros e apoiados uns nos outros. Sujeitos

²² Brum, 2021, p. 15.

políticos se constituem, estabilizam e desestabilizam, seja na relação com diferentes instâncias estatais, nas igrejas, nos ativismos ou na academia, em processos contínuos de centramento e descentramento (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020). É por esses entrelugares de identidades e diferenças, por essas costuras que se fazem e desfazem, que eu tenho transitado, como pesquisadora e ativista feminista do movimento católico (romano)²³ LGBTI+.

Como indaga a jornalista Eliane Brum, a eleição de Bolsonaro em 2018 (e seus congêneres pelo globo) e a ascensão ao poder do conjunto de forças que se amalgamaram em torno de sua candidatura e, em seguida, compuseram seu governo podem ser entendidas como “um grito desesperado pelo retorno de um passado que nunca existiu, aquele em que cada coisa estava no seu lugar e cada um sabia o lugar de cada coisa [...] na hierarquia racial, social e de gênero” (BRUM, 2021, p. 35)? Foi uma reação às movimentações, às lutas e à pressão daquelas e daqueles posicionados como menos humanos (BUTLER, 2018 [2009]) no *projeto colonial moderno ocidental* (LUGONES, 2020 [2008]; 2019 [2010]; CURIEL, 2020 [2014])²⁴ – mulheres, dissidentes de gênero e sexualidade, pessoas racializadas

²³ Os termos “católico” ou “catolicismo” são usados desde o século I para referir-se à pretensão de “universalidade” da “Igreja” cristã. Adoto as especificações “Igreja Católica **de Roma**”, “catolicismo **romano**” e “católicos **romanos**” para fins de distinção em relação a outros segmentos que também se intitulam “católicos”. Por exemplo, desde o cisma oficializado em 1054, as igrejas ortodoxas orientais e ortodoxas bizantinas consideram-se “católicas” no sentido de serem a “Igreja universal”. Mesmo nos cristianismos ocidentais, contudo, diversos grupos adotam crenças e ritos similares aos do catolicismo romano, sem conferir ao bispo de Roma o mesmo estatuto e prerrogativas que lhe são atribuídos na ICR. Assim, também se autodenominam “católicas” a Velha Igreja Católica, a Igreja Católica Apostólica Carismática, a Igreja Católica Liberal, a Associação Patriótica Católica Chinesa, as igrejas católicas brasileiras dissidentes e segmentos do anglicanismo.

²⁴ Como salienta Anne McClintock, o projeto colonial e imperial moderno “não é uma coisa que aconteceu em outro lugar – um fato desagradável da história exterior à identidade ocidental” (MCCLINTOCK, 2010 [1995], p. 20). Ao contrário: formulada sobretudo por autores latino-americanos desde fins dos anos 1990 (embora, claro, a crítica ao poder colonial remonte “provavelmente [à] chegada do primeiro colonizador às nossas terras”, como sugere Heloísa Buarque de Hollanda [2020]), a crítica decolonial veio denunciar a “colonialidade” como “padrão de poder que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial” (HOLLANDA, 2020, p. 16). Trata-se, portanto, de uma dinâmica presente e atualizada nas relações concretas de subalternidade vigentes, nas hierarquias e ordenamentos gerados a partir da criação de alteridades (VIVEROS, 2020; MASUZAWA, 2005), em violências de toda ordem (inclusive epistêmicas), que produzem e reproduzem, sob diferentes formas, “a dicotomia central da modernidade colonial” apontada por María Lugones: “a hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos” (LUGONES, 2019 [2010]). A partir da publicação do ensaio “Colonialidade e gênero”, de María Lugones (2008), o feminismo vem enriquecer o pensamento decolonial com suas análises das imbricações mútuas entre gênero, cis-heteronormatividade, classificações raciais, codificações religiosas e capitalismo como elementos estruturantes da colonialidade. Assim, a perspectiva decolonial aportada por autoras como María Lugones (2020; 2019), Ochy Curiel (2020) e Yuderkys Espinosa (2020; 2022b) constitui um marco teórico importante para os argumentos aqui desenvolvidos, por sua denúncia da colonialidade sempre atualizada nas relações sociais e

como não-brancas, oriundas de classes populares e periféricas, povos originários desta América Latina?

Neste cenário cambiante, em que eventos se sucedem e sobrepõem em ritmo vertiginoso, desestabilizando certezas e fronteiras, abalando consensos e identidades, abrindo fissuras e fendas em narrativas aparentemente sólidas ou consolidadas, ouvi de uma amiga, autoexilada em Portugal desde o primeiro ano do governo Bolsonaro: “não aguento mais ser testemunha ocular da História”. Jornalistas, pesquisadores, militantes, cientistas políticos e da religião, antropólogos, sociólogos e também teólogos e pastores são convocados a participar de debates acadêmicos e *podcasts* e *lives*; a dar entrevistas; a publicar suas percepções e análises em veículos de notícias e nas redes sociais, em seus perfis pessoais e nos das instituições e movimentos a que se filiam.

Fazer pesquisa (e ativismo) neste tempo de análises *a quente* e “altas voltagens emocionais”, para tomar de empréstimo a expressão de Regina Facchini (2018, p. 328), tem significado para mim encontrar mais perguntas que respostas, descortinar mais caminhos a percorrer que portos onde ancorar. Buscamos referenciais analíticos para construir sentidos e criar estratégias, individuais e principalmente coletivas, para nos movermos neste mundo, e neste país. Sobretudo, entre a distopia da colonialidade como princípio de reprodução do “mundo como o conhecemos” e o “fim” desse mesmo mundo como uma “práxis continuada”, conforme a proposta de Denise Ferreira da Silva (2022), precisamos de perguntas que nos guiem. E das utopias possíveis.

A escritora e artista visual Jota Mombaça (2021), bicha não-binária, indaga: “como desfazer o que me tornam?”. E nos provoca:

À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. [...] Aqui, onde não somos a promessa, mas o milagre. (MOMBAÇA, 2021, p. 14)

Aqui, eu me debruço sobre meu campo de militância para interrogar os coletivos organizados por dissidentes de gênero e sexualidade e feministas cristãs no Brasil, em movimentações que ganharam corpo sobretudo a partir da segunda

constituição de sujeitos políticos, por seu investimento em “contraepistemologias” (HOLLANDA, 2020, p. 13) e por sua demonstração de como o ideário moderno e a empresa colonial e capitalista são instrumentais um para o outro e, por isso mesmo, inextricáveis.

metade da década de 2010 e se inserem em uma movimentação mais ampla identificada como um “cristianismo progressista”, que vem se propondo a fazer uma “disputa de narrativas” **sobre os cristianismos**, e **desde dentro** dos *cristianismos*.

É um trabalho de investigação, mas inescapavelmente também um exercício de memória. Nesse percurso, aciono um arquivo de registros e materiais os mais diversos, escritos e imagens, impressos e *online*, anotações de campo e fotografias pessoais; mas, sobretudo – seguindo a pista de Yuderkys Espinosa Miñoso – uso minha “própria experiência como documento substancial e fundamental” (ESPINOSA, 2020, p. 105). Como Espinosa, trabalho com “as mil e uma histórias que guardo na memória e que testemunhei em presença ou não, mas que escutei em diferentes versões por parte de quem participou”; aciono “também uma memória corporal e visual que acompanha os discursos, sensações de alegria, de dor, de vitória ou derrota, de expectativas, incredulidades ou certezas” (ESPINOSA, 2020, p. 105). E, o que é fundamental: esta escrita, mediada pela “memória corporal de estar-com-os-outros” (para usar a delicada imagem de Veena Das [2011, p. 35]), está atravessada por amores e desamores, encontros e desencontros, alianças e conflitos, suores, saliva, (muitíssimas) lágrimas – fluidos corporais diversos –, risadas e prazeres, e uma imensidade de afetos.²⁵ Esta pesquisa é um desdobramento e um *testemunho* de uma construção coletiva de mais que *estratégias de resistência e sobrevivência*; é uma evocação e um mergulho nos recursos de *vida* de quem caminha nas fronteiras, na perspectiva do “milagre” de que nos fala Jota Mombaça em sua profecia sempre presente, sempre atual. Como esse trajeto me trouxe a esta escrita, é do que eu faço memória a seguir.

²⁵ Como em toda narrativa autobiográfica, o esquecimento, os silêncios, as omissões e lacunas são uma parte fundamental da história. Afinal, assinala Das (2011, pp. 34-35), “há um eu narrado e um eu narrador”, que conta “uma estória que não está terminada”; “a memória [...] é constantemente mediada pela maneira em que o mundo está sendo habitado no presente” – o que sem dúvida inclui os horizontes que se apresentam aos olhos. O que entra no corpo do texto e o que fica de fora, o que vira nota de rodapé, o que não passa de comentário nas margens que não se materializa na escrita final? Um desejo: que, nesta escrita e em sua leitura, aquilo que nos espreita desde as entrelinhas não nos perca de vista.

1.1 “Em tempos de crise, é preciso se reinventar”: plantando sementes e tramando redes de vida nas brechas da morte

Eu sonho mais alto que drones.

Emicida

Cheguei em dezembro de 2008 ao Diversidade Católica do Rio de Janeiro (DC-RJ), o primeiro coletivo de “católicos LGBTI+” a surgir no Brasil, e o segundo na América Latina.²⁶ Logo me tornei uma das produtoras de conteúdo e moderadoras de seu *blog* e perfil no Facebook (e, por algum tempo, também no Twitter) – e foi desse lugar que acompanhei, no começo de 2011, a polêmica em torno do cancelamento do Projeto Escola Sem Homofobia (ESH). Dilma Rousseff iniciava seu primeiro mandato, depois de uma campanha eleitoral marcada por debates a respeito da influência do chamado *voto religioso* e por uma crescente visibilidade, no debate público, de atores identificados como *evangélicos* (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013; MACHADO, 2012). O ESH envolvia um conjunto de materiais educativos visando à promoção dos direitos humanos e do respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero no âmbito escolar no Brasil (LEITE, 2014). O projeto foi o pivô de uma controvérsia²⁷ deflagrada por um então obscuro deputado federal, Jair Bolsonaro, que o batizou de “kit gay”. No rastro do reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da união estável entre casais do mesmo sexo, em 5 de maio,²⁸ o combate ao projeto foi encampado em peso pela chamada “bancada evangélica” no Congresso. Em 25 de maio, o ESH foi cancelado; aos parlamentares *religiosos*, o governo prometeu que seriam ouvidos

²⁶ Dois grupos surgiram em 2007, independentemente um do outro, com poucos meses de diferença: o DC-RJ teve seu início oficial em julho, ao passo que a Comunidad Católica de la Diversidad (COMOCAD) havia sido fundada em fevereiro, no Peru.

²⁷ Controvérsias sociais como essas são entendidas por Emerson Giumbelli (2002) como expressões de um “drama social” – episódios em que emergem definições conflitantes de realidade e ocorrem reconfigurações que podem ser cruciais.

²⁸ Nessa data, o STF, no julgamento conjunto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/DF (ADPF 132) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277/DF (ADI 4277), reconheceu por unanimidade os casais do mesmo sexo como comunidade familiar, sob a configuração de união estável. Dois anos mais tarde, em maio de 2013, a resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinaria que os cartórios de todo o país celebrassem também o casamento civil propriamente dito entre pessoas do mesmo sexo, bem como realizassem a conversão de suas uniões estáveis em casamentos.

em todas as ditas “questões de costumes” ou “comportamentais” (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013); e a presidenta Dilma chegaria a declarar que nenhum órgão de seu governo faria “propaganda de opções sexuais” (CANALGOV, 2011). Foi uma das primeiras demonstrações significativas de força de um conjunto de atores que entraria em franca ascensão nos anos seguintes, culminando com a eleição do próprio Bolsonaro à presidência em 2018.

Eu estava indignada – com a “bancada evangélica”, com o tal Bolsonaro, com **aquilo** que chamavam de “cristianismo” e “igreja” para atacar **a mim e aos meus**. Naquele tempo no DC-RJ, eu já tinha sido tocada por histórias em número mais que suficiente para *saber* o quanto o acionamento de elementos *cristãos* contra dissidentes de gênero e sexualidade, fossem estes *religiosos* ou não, podia ter efeitos devastadores. Embora não tivesse experiência de militância nem de organização de atos – ou, o que é mais provável, justamente por isso –, propus que o DC-RJ fizesse uma “Caminhada por uma Educação Inclusiva”. Chamamos para se juntar a nós a Comunidade Betel do Rio de Janeiro, uma *igreja cristã* voltada para o chamado “público LGBTI+” que era, na época, pastoreada pelo reverendo Marcio Retamero e mais tarde se tornaria a atual Igreja da Comunidade Metropolitana do Rio de Janeiro (ICM Rio).

No domingo seguinte, 29 de maio, reunimos algumas dezenas de pessoas, quase todas ligadas ao DC-RJ ou à Betel, para percorrer um trecho entre as orlas de Ipanema e Copacabana. Graças a contatos de um dos membros do DC-RJ, participaram também Júlio Moreira e Marcio Caetano, representando o Grupo Arco-Íris.²⁹ Levávamos camisetas e faixas onde se lia “Sou cristão, sou gay, sou étic@” [sic]; entre os *banners* da Comunidade Betel, um deles dizia “O Senhor é meu Pastor... e Ele sabe que eu sou gay!”. Havia ainda uma faixa com “Respeito se aprende na escola” e “Diversidade também é educação” (Figura 3).³⁰

²⁹ O Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT é uma organização não-governamental (ONG) que, desde 1993, atua no Rio de Janeiro com uma pauta ligada à diversidade sexual e de gênero.

³⁰ A caminhada foi registrada em matéria no Jornal de Brasília em 30 de maio de 2011 (JORNAL DE BRASÍLIA, 2011), reproduzida no Anexo A. Dois dias antes, a divulgação do ato havia gerado também uma entrevista de 18 minutos de Juliana Luvizaro, integrante do DC-RJ e minha companheira na época, à Rádio CBN Rio.

Figura 3 – Participantes da “Caminhada por uma Educação Inclusiva”, organizada pelo DC-RJ e Comunidade Betel e realizada da orla de Ipanema à de Copacabana em 29 de maio de 2011.



Fonte: A autora, 2011.

A partir de 2012, o DC-RJ realizou alguns eventos abertos ao público – até então, suas atividades se restringiam a reuniões mensais fechadas, cercadas de cuidados para não haver exposição dos participantes. O primeiro, intitulado “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, aconteceu em 3 de junho de 2012 num auditório da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde uma das fundadoras do DC-RJ, Valéria Wilke, era professora (Figura 4). O segundo, “O jovem homossexual na Igreja: 1º encontro de relatos e experiências”, ocorreu em 25 de julho de 2013, também na UNIRIO, durante a realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), quando o Papa Francisco esteve na cidade (Figura 5). Poucos meses depois, em 19 de outubro, organizamos uma nova atividade aberta, agora numa sala de aula da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói: “Gays e suas famílias: 2º encontro de relatos e experiências” (Figura 6).

Figura 4 – Mesa-redonda no evento “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, na UNIRIO, em 3 de junho de 2012. Da esquerda para a direita: James Alison, padre, fundador do primeiro coletivo católico LGBTI+ de São Paulo; a autora; Arnaldo Adnet, um dos fundadores do DC-RJ; e Marcio Retamero, da Comunidade Betel.



Fonte: A autora, 2012.

Figura 5 – Final do evento “O jovem homossexual na Igreja: 1º encontro de relatos e experiências”, na UNIRIO, em 25 de julho de 2013.



Fonte: A autora, 2013.

Figura 6 – Evento “Gays e suas famílias: 2º encontro de relatos e experiências”, na UFF, em 19 de outubro de 2013.



Fonte: A autora, 2013.

Em 26 de julho de 2014, realizamos o “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT” (Figura 7), de novo na UNIRIO, com membros de grupos de diferentes lugares do país, em diferentes estágios de consolidação. Além do DC-RJ, estavam representados os coletivos de São Paulo e Brasília, mais os grupos que começavam a se organizar em Ribeirão Preto (SP), Recife e Olinda (PE), Belo Horizonte e Curitiba; vieram também pessoas de Itajaí (SC) e Anápolis (GO), com o desejo de iniciar grupos locais, e um pesquisador de Mossoró (RN), que acabaria também fundando um coletivo em sua cidade. No fim do dia, foi criada uma Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT e lançado um manifesto que começava afirmando: “Nós, cristãs e cristãos católic@s [sic] LGBT [...], somos filhas e filhos de Deus e da Igreja”.³¹

³¹ Os materiais de divulgação usados nestes eventos encontram-se reunidos no Anexo B; o manifesto gerado no “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT” pode ser lido na íntegra no Anexo C. Na época, montei um álbum de imagens daquele I Encontro Nacional de Católicos LGBT, composto não só por fotos, mas também impressões de tela com comentários dos participantes em seus perfis pessoais nas redes sociais, que se encontra disponível no perfil do DC-RJ no Facebook e pode ser acessado pelo *link* <<https://bit.ly/EncontroNacional2014>> (DIVERSIDADE CATÓLICA, 2014b).

Figura 7 – Aprovação do manifesto do evento “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT”, na UNIRIO, em 26 de julho de 2014.



Fonte: DIVERSIDADE CATÓLICA, 2014a.

Na organização desses eventos, a internet desempenhou um papel crucial não só em termos da visibilização dos encontros em si, mas também da mediação das trocas com pessoas interessadas que entravam em contato nos comentários das postagens ou por mensagem. Em termos da minha trajetória pessoal, o trabalho com o *blog* e as redes sociais do DC-RJ me colocaria em contato com as ideias de feministas e transfeministas, ativistas LGBTI+ e um conjunto de pessoas e organizações cristãs com reflexões, práticas e preocupações sobre *igreja*, *sociedade* e a própria *religião* até então muito pouco visíveis, para mim. E, num contexto em que me deparava constantemente com discursos e situações que reforçavam a percepção de que uma pertença religiosa cristã seria incompatível com a diversidade sexual e de gênero, pude descobrir outras perspectivas de diálogo também entre cristianismos e questões relacionadas a gênero e sexualidade.

Portanto, a internet foi crucial para minha formação como militante cristã e minha *iniciação* nessa malha de interações. No começo, por meio de *sites* e *blogs*; depois, das redes sociais digitais (primeiro o Facebook e, por um breve período, o Twitter; posteriormente, Instagram e grupos de WhatsApp); mais tarde, também de vídeos no YouTube e *podcasts*. Assim foram se consolidando contatos e relações com organizações e pessoas que se tornariam amigas, colegas e companheiras de pesquisa e de militância LGBTI+ e feminista nos cristianismos. Foi ainda a partir

desses encontros, cruzamentos e enredamentos que passei a encontrar e, ainda de maneira informal, coletar materiais que iam me chamando a atenção.

Mas meu trabalho com os grupos de “católicos LGBTI+” brasileiros não só me forjou *militante*; também me trouxe para a pesquisa. Como moderadora das plataformas *online* do DC-RJ, eu ficava muito intrigada com o fato de que não só pessoas que se apresentavam como “cristãs” e/ou “católicas” vinham nos dizer que, se éramos “católicos”, “não podíamos ser LGBT”, mas também pessoas que se apresentavam como “LGBT” diziam o mesmo – que, se éramos “LGBT”, “não podíamos ser católicos”. Assim, entre 2015 e 2017 me dediquei, no mestrado, a investigar as estratégias adotadas pelos coletivos de católicos LGBTI+ para permanecer na igreja (SERRA, 2019b). Já nesse período, porém, estava atenta a eventos como a primeira edição do Festival Reimaginar, realizado em setembro de 2016, em Brasília. Não pude comparecer presencialmente, como gostaria; mas as redes sociais me deram a oportunidade de acompanhar, de algum modo, as atividades. Segundo o *site* do evento:

O REIMAGINAR deu início a um processo de assentar as bases de um novo espaço de diálogo entre pessoas de matriz protestante/evangélica, progressistas de diferentes denominações e espaços de atuação social no Brasil, a respeito da sociedade e cultura brasileiras e nossas respostas missionais. Um novo espaço de encontro, troca e formação de diferentes coletivos, pessoas, militantes/ativistas e lideranças de diferentes regiões e aproximações às agendas de justiça, igualdade e Direitos Humanos em perspectiva evangélica e interseccional.

Entre 9 e 11 de Setembro de 2016, aproximadamente 150 pessoas se reuniram nos arredores de Brasília para conversas corajosas a respeito de diferentes temas da vida social, buscando interagir com a Teologia, a Bíblia, a Missão e a Espiritualidade de matriz protestante/evangélica. Buscou-se analisar diferentes vetores da conjuntura que afetam a vida dos jovens, das mulheres, dos negros, das pessoas LGBTs e dos segmentos mais vulneráveis no Brasil. Palestrantes internacionais também contribuíram para a compreensão de como a vida desses segmentos em outras partes do mundo tem sido afetada. (INTERSECÇÕES, s.d.)

Foi também pelas redes sociais que eu soube que haveria uma mesa-redonda chamada “Cristianismo e direitos humanos: uma resposta ao fundamentalismo” em 30 de outubro de 2017, na sede do Instituto de Estudos da Religião (ISER), no bairro carioca da Glória. A mesa tinha o pastor batista Henrique Vieira como mediador e contava com a participação de Ariovaldo Ramos, um dos fundadores da FEED; do católico Frei Betto; e da evangélica Camila Mantovani.

Eu conhecia Henrique e Camila dos vídeos postados nas redes sociais pelo Coletivo Esperançar. Desses vídeos, especialmente aqueles de Ronilso Pacheco, falando sobre “teologia negra” e luta antirracista nas igrejas, e os de Camila, falando sobre feminismo desde uma perspectiva cristã, haviam me interessado; eu tinha me identificado profundamente com aquela visão e vivência do cristianismo. Henrique falava de um cristianismo indissociável de uma perspectiva dos direitos humanos. Foi por causa desses vídeos que, naquela segunda-feira, gazeteei um evento acadêmico para ir à sede do ISER conferir de perto quem, afinal, eram aquelas pessoas. Eu não sabia ainda, mas essa seria a primeira experiência etnográfica da minha pesquisa de doutorado.

Meu primeiro estranhamento se deu em relação ao tamanho da plateia. Um salão grande, no último andar do prédio, já estava cheio quando cheguei – e foi ficando completamente lotado. Começaram a trazer mais cadeiras, mas mesmo essas acabaram, e as pessoas não paravam de chegar. Foram se sentando pelo chão ou se acomodando de pé mesmo, encostadas nas paredes e pelos cantos da sala. Na época, como em tantos outros eventos de temática semelhante que eu teria a oportunidade de presenciar depois, tive a sensação de haver uma forte demanda por um cristianismo que não se apresentasse em conflito ou em oposição ao ideário dos direitos humanos. Nas fotos do evento postadas por Henrique no Twitter, eu mesma apareço sentada na plateia com um sorriso entusiasmado (Figura 8).

Figura 8 – Plateia da mesa-redonda “Cristianismo e direitos humanos: uma resposta ao fundamentalismo”, realizada em 30 de outubro de 2017 na sede do ISER.



Fonte: VIEIRA, 2017.

Ao final do debate, fui me apresentar à Camila. Eu já a seguia nas redes sociais e havia lido seu relato pungente sobre a experiência de se revelar bissexual na adolescência. Seu pai e sua mãe eram pastores de uma igreja na favela em que moravam e “especialistas em exorcismo” – e ela havia passado a adolescência sendo submetida a rituais para deixar de sentir atração por mulheres. Foi a partir desse relato pessoal de Camila e da sua fala naquele dia que comecei a imaginar uma atividade acadêmica sobre controvérsias em torno da chamada “cura gay”³² – que de fato se concretizaria no ano seguinte. Diante de uma crescente identificação pública de retóricas, gramáticas e estéticas cristãs com violências simbólicas e materiais sofridas por segmentos vulneráveis da população, me parecia fundamental dar visibilidade a discursos e articulações cristãs menos evidentes de imediato no

³² Foi em fins da década de 1990 que se iniciou a prolongada controvérsia em torno das tentativas de se estabelecerem, no Brasil, práticas supostamente *(psico)terapêuticas* visando à *cura, reversão, redesignação* ou *reparação* de orientações sexuais e identidades e/ou expressões de gênero que escapam à norma binária cis-heterossexual (GONÇALVES, 2020). Entre os defensores dessas ditas *terapias*, também conhecidas pejorativamente como tentativas ou propostas de *cura gay*, observa-se com frequência o acionamento de argumentos legitimadores em linguagem cristã (a esse respeito, ver Macedo [2017] e CFP [2019]). Observa-se aí um aprendizado constante e apropriação mútua, por defensores e opositores dessas ditas *terapias*, de estratégias argumentativas e políticas diversas, a fim de legitimar ou deslegitimar cada posição na disputa. São exemplos o acionamento de discursos supostamente científicos ou articulados na linguagem dos direitos humanos; ou o deslocamento das disputas para diferentes esferas legislativas ou para o Judiciário. Uma breve discussão da controvérsia e das estratégias nela acionadas pode ser encontrada em Serra (2018b).

debate público, especialmente em suas articulações com questões de gênero e sexualidade.

Foi nesse espírito que, quase dez anos após minha chegada ao DC-RJ, iniciei meu doutorado, em março de 2018. Foi um mês marcado pela execução sumária de Marielle Franco, uma mulher negra, lésbica e periférica, cria da favela da Maré e eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro com uma pauta de defesa dos direitos humanos. Sua morte, nas palavras precisas de Cida Bento, foi “um divisor de águas, no sentido de obrigar o Brasil a olhar para si mesmo como um país violento, conservador e leniente com a brutalidade cometida por parte de suas elites dirigentes” (*apud* RODA VIVA, 2022). Não por acaso, aquele ano de 2018 terminou com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, após uma campanha incendiada por pânicos morais armados em torno de questões de gênero e sexualidade e, em larga medida, configurados em uma retórica *cristã* cada vez mais explícita e agressiva. Esses dois eventos, e a história daquele ano marcado por dois atentados políticos – um que vitimou uma mulher negra eleita e outro (a facada em Juiz de Fora) que ajudou a eleger um homem branco para a presidência da república –, foram cruciais para moldar minha trajetória de vida e de pesquisa desde então.

A notícia do brutal assassinato de Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, às nove e meia da noite de 14 de março de 2018, circulou muito rápido. Eu soube por volta das 23h, ao conferir um grupo de WhatsApp do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), enquanto minha companheira na época recebia um telefonema de uma amiga, que ligou aos prantos para dar a notícia. Lembro de gritar da sala para ela: “mataram Marielle!” – e corri para o quarto, onde a encontrei em choque com o que ouvia da amiga ao telefone.

No dia seguinte, milhares de manifestantes se reuniram em várias cidades do país. No Rio, ainda pela manhã, começamos a nos dirigir de maneira aparentemente espontânea para a Cinelândia, onde, na Câmara de Vereadores, os dois corpos estavam sendo velados. Quando os caixões deixaram a Câmara, a vigília se dirigiu à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Dali saíria em marcha à noite, passando pela Igreja da Candelária e retornando à Cinelândia, seguindo o percurso mais usual de atos e manifestações no centro da capital carioca (G1, 2018).

Encontrávamos amigas e companheiras de caminhada e luta, nos abraçávamos e chorávamos muito. Todas estávamos muito impactadas. A pesquisadora e ativista Vanessa Leite, um ano depois, resumiria os efeitos do atentado: “os tiros que abateram Marielle atingiram a todas nós que acreditamos e lutamos a vida toda, cada uma a seu jeito, por um Brasil diferente” (LEITE, 2019b). Edilson Cruz, que em julho daquele ano seria um dos fundadores do segundo grupo de católicos LGBTI+ em São Paulo – batizado, justamente, de Movimento Pastoral LGBT “Marielle Franco” (MOPA) –, comentou que, ao se deparar com a multidão reunida na Avenida Paulista, naquele dia, havia “compreendido o verdadeiro significado da ressurreição cristã”.³³

Marielle Franco converteu-se em um símbolo da resistência e da potência das lutas populares e por direitos humanos, especialmente das mulheres negras, periféricas e lésbicas. Passados cinco anos de seu feminicídio político,³⁴ ainda não se sabe quem mandou matá-la, nem por quê. Mesmo assim, ela segue inspirando e movendo as lutas de mulheres cis e trans,³⁵ pessoas negras e indígenas, ativistas e defensoras dos direitos humanos, e exerce impacto também em termos político-eleitorais. Com frequência evocando a figura e a memória de Marielle como “semente”, se organizariam pesquisas e publicações,³⁶ movimentos e iniciativas

³³ Cito de memória. A publicação original no perfil pessoal de Edilson no Facebook encontra-se, no momento em que escrevo, indisponível.

³⁴ Categoria proposta por Renata Souza (2020) justamente a partir da execução de Marielle Franco, no esforço urgente de reconhecer e caracterizar “o assassinato de lideranças femininas à frente da política” como fenômeno recorrente no Brasil. A seu ver, a própria falta de visibilidade e problematização do problema é sintoma de uma estratégia do “patriarcado” de “invisibilização das mulheres em vida e em morte” (SOUZA, 2020, p. 127).

³⁵ O termo “cis” (como abreviação de “cisgeneridade”), em oposição a “trans” (abreviação de “transgeneridade”), refere-se às “experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico)” (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 133). “Cis-heterossexualidade” remete à perspectiva binária normativa, hegemônica no Ocidente moderno, segundo a qual um sujeito só pode ser um homem ou uma mulher, conforme o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, e só poderá estabelecer relações de amor e desejo com o gênero oposto (BUTLER, 2003).

³⁶ Ver a coletânea, organizada por Manuela D’Ávila (2022), de relatos das violências sofridas por mulheres eleitas como Erika Hilton, Benedita da Silva, Dilma Rousseff, Duda Salabert, Isa Penna, Marina Silva, Maria do Rosário (a quem o então deputado federal Jair Bolsonaro havia dito, em 2003, e repetido, em 2014, que não estupraria por ser “muito feia” e “não merecer” [LUNA, 2014]), Sonia Guajajara e, claro, a própria Manuela D’Ávila. Depois de ter sido candidata a vice-presidenta na chapa de Fernando Haddad em 2018, Manuela concorreu à prefeitura de Porto Alegre em 2020, perdendo no segundo turno, e era cotada para disputar a vaga do Rio Grande do Sul no Senado em 2022. Porém, em maio ela tornou pública sua decisão de não concorrer pela primeira vez desde que fora eleita vereadora em Porto Alegre em 2004, citando os ataques sofridos na disputa municipal de 2020 como uma das principais razões (CHAGAS, 2022). Na apresentação do livro, ela relata: “reunir

diversas,³⁷ inclusive legislativas, de combate à violência política de gênero e de raça³⁸ e por maior representatividade de mulheres negras, periféricas, transgênero, bissexuais, lésbicas, travestis na política nas corridas eleitorais seguintes.

Também o pastor Henrique Vieira ampliaria sua visibilidade a partir de um ato inter-religioso em memória de Marielle e Anderson, realizado diante da câmara municipal carioca na semana seguinte ao atentado, em 22 de março. O vídeo com a participação de Henrique, divulgado pela Mídia Ninja, viralizou. Diante de uma multidão eufórica, ele terminou sua fala dizendo: "Negros não voltarão pra senzala, LGBTs não voltarão para o armário, mulheres não voltarão para a submissão e os nossos sonhos não vão ficar num caixão. Porque eles estão vivos. Nós somos a semente, nós somos o futuro, nós somos a revolução" (MÍDIA NINJA, 2018).³⁹

Em 17 de maio, Dia Internacional de Combate à Homofobia, foi lançado nas redes sociais o movimento Evangélicxs pela Diversidade. Assim que a primeira

estes artigos foi, para mim, como abrir um carretel: percebi, lendo os textos que me chegavam, que os fios das histórias das autoras, que são diversas e plurais, se entrelaçavam, evidenciando que, embora pessoalíssima, a violência política de gênero é um dispositivo utilizado sem piedade contra todas nós. A violência pode ter o nosso rosto e aparentar ser sobre nossa vida, mas não tem como objetivo parar apenas uma de nós, e sim desencorajar todas" (D'ÁVILA, 2022). Ver também as pesquisas "A violência política contra mulheres negras" (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020) e "Violência política de gênero e raça no Brasil 2021" (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2021), realizadas e publicadas pelo Instituto Marielle Franco e disponíveis para *download* gratuito.

³⁷ A iniciativa "Estamos Prontas", por exemplo, é uma parceria entre o Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem. Pretende "ampliar a representação na política institucional de mulheres negras, LBTQIA+ e periféricas, que atuam como lideranças coletivas, e em especial defensoras de direitos humanos" (ESTAMOS PRONTAS, s.d.b). Diz o site da campanha: "Passou da hora de o nosso país ampliar, reconhecer, e validar nossas ações à nível institucional. O Brasil que a gente precisa, é um Brasil que só a gente pode criar. [...] Estamos prontas para construir um projeto político a partir da radical imaginação política das mulheres negras" (ESTAMOS PRONTAS, s.d.a). Outros exemplos são plataformas *online* que compilam e apresentam candidaturas com determinadas pautas, tais como o coletivo #VoteLGBT; a Campanha Indígena; as campanhas Quilombo nos Parlamentos e Eu Voto em Negra; o Mosaico Feminista 2022; o projeto Enegrecer a Política; e o mapeamento de candidaturas de pessoas trans feito desde 2014 pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA) (SANTOS, 2022).

³⁸ A pesquisa "Violência política de gênero e raça no Brasil 2021", publicada pelo Instituto Marielle Franco em 2021, traz depoimentos significativos e é um bom ponto de partida sobre o tema. Ao mesmo tempo em que destaca como "o fenômeno da violência política de gênero e raça no Brasil é histórico e estrutura as bases de formação do país" (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2021, p. 12), o texto salienta o contexto latino-americano mais amplo de violência contra defensoras de direitos humanos, sobretudo negras e indígenas, e dos diversos consensos regionais adotados para combatê-la, começando pelo Consenso de Quito de 2007. Por outro lado, o atendimento e acompanhamento, pelo Instituto, de "casos de violência política contra mulheres negras cisgêneras, transexuais e travestis, todas elas parlamentares e defensoras de direitos humanos" levou ao reconhecimento da "importância da observação em primeiro plano de vivências de mulheres negras, indígenas, quilombolas, mulheres cis, transexuais, travestis, pessoas intersexo e de outras identidades de mulheres invisibilizadas e negligenciadas, sendo o gênero e a raça desencadeadores principais dessa miscelânea de agressões" (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2021, p. 12).

³⁹ Em 2022, como veremos, Henrique Vieira seria eleito deputado federal pelo PSOL-RJ.

postagem apareceu na minha *timeline* do Facebook, entrei em contato por meio de meu perfil pessoal. Eram dez horas da noite.

Olá, boa noite. Nós do Diversidade Católica gostaríamos de parabenizá-los e estamos muito felizes por esta iniciativa. Fazemos parte da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, com grupos espalhados por todo o país, e esperamos ter a oportunidade de conhecer vocês. Como podemos fazer para conseguir mais informações sobre a iniciativa? Vocês têm algum membro ou representante no Rio de Janeiro ou em São Paulo com quem possamos conversar? Um grande abraço e Deus abençoe a caminhada de vocês. (SERRA, 2018a.)

Quem me respondeu, minutos depois, foi Flavio Conrado, homem cis-heterossexual, batista, pai de uma jovem trans e um dos fundadores do movimento:

Boa noite! Obrigado. Estamos muito felizes também de lançarmos esta iniciativa. Na verdade, pode ter certeza de que o Diversidade Católica é uma grande inspiração. Existem grupos evangélicos inclusivos mas estão desarticulados, embora tenham alguma visibilidade na mídia. Queremos contribuir para qualificar a conversa. Vocês certamente têm muito a nos ensinar. Ainda estamos construindo uma coordenação nacional. [...] Temos contato no Rio [...], a Camila Mantovani. (EVANGÉLICXS PELA DIVERSIDADE, 2018.)

Nos dias seguintes, Flavio e eu trocávamos mensagens pelo WhatsApp. Para apresentar-se, ele me mandou um áudio falando sobre sua trajetória acadêmica, seu doutorado com a antropóloga Regina Novaes, sua inserção no ISER, sua militância. Um áudio de 20 minutos, que ouvi com crescente surpresa. Flavio me falava de uma teologia e um campo de ação, de toda uma movimentação *progressista* evangélica com que ele estava envolvido desde os anos 1980 e de um conjunto de atores dos quais eu nunca tinha ouvido falar. Foi aí que eu descobri que ele estivera por trás do Festival Reimaginar, em 2016. O Evangélicxs pela Diversidade havia começado lá, em uma oficina intitulada “Bíblia, Gênero e Sexualidade”.

Em 27 de maio, fui pela primeira vez à Igreja Batista do Caminho (IBC), pastoreada por Henrique. Ainda sem sede própria, a comunidade se reunia num salão alugado no centro cultural dos jesuítas em Botafogo, perto do metrô, que eu conhecia bem. Cheguei cedo e fiquei observando o movimento. Três coisas me chamaram a atenção. Primeiro, a quantidade de pessoas negras. Só nesse dia me dei conta de como os espaços cristãos (católicos romanos) que eu frequentava eram brancos – muito brancos. Segundo: como eu nunca tinha notado isso?! Terceiro: a quantidade de pessoas que me *pareceram* lésbicas ou gays. Inclusive casais.

Foi minha primeira experiência em um culto batista, e tudo na liturgia me pareceu novo e estranho: as músicas, as orações, o gestual, a estética. Por coincidência, naquele dia houve a celebração da ceia, usando pão e suco de uva. A Eucaristia é o elemento central do rito católico romano, mas não do batista. Eu não sabia, na época, que são poucos os cultos batistas em que se celebra a ceia. Foi o momento do culto mais familiar para mim.

Henrique não participava de todos os cultos – e, quando sim, sua atribuição como pastor limitava-se à pregação em si. Quando ele não estava, outra pessoa, em geral alguém convidado de fora, era chamado a pregar. Os demais momentos do culto – músicas, orações e outros momentos de breve reflexão – eram conduzidos e partilhados com a assembleia por diferentes membros da IBC a cada vez, com grande protagonismo dos músicos. De fato, era uma experiência de fé em comunidade marcada pela música, pelo canto, pelas palmas, pelas lágrimas, pelo riso que atravessavam os corpos.

Assim, muito mais que as pregações de Henrique, me impressionou a experiência de fé vivida e partilhada naquela comunidade com tantas pessoas negras, dissidentes de gênero e sexualidade e um grupo de mulheres, chamado “Mulheres do Caminho”, que se reuniam periodicamente para estudar teologia feminista. Era uma experiência radicalmente distinta do tão familiar clericalismo católico, que tendia a concentrar o foco das atenções na autoridade dos padres e fazia cada vez menos sentido para mim. Entre aquelas pessoas, nos meses seguintes, eu fazia grandes e preciosas amizades, viveria experiências cruciais para resgatar sentidos perdidos da minha vivência de fé e de sagrado no cristianismo e encontraria um senso renovado de mística pessoal e coletiva – uma mística **encarnada**. Essas experiências entrariam em profunda conexão e ressonância tanto com minha militância cristã quanto com meus interesses de pesquisa, não só ressignificando essas dimensões da minha vida como deixando evidente, para mim, como elas são inseparáveis na minha caminhada.

Na semana seguinte àquela minha primeira ida à IBC, aconteceu em São Paulo, nos dias 1 e 2 de junho, o II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ (Figura 9). promovido pela Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. A programação consistiu em um primeiro dia de análise de conjuntura política do país e eclesial e uma apresentação da história e ação dos grupos que então compunham a Rede. Esta, embora existisse havia quatro anos, não contava ainda com uma estrutura

formal. A esse momento se seguiu a definição de metas estratégicas para nortear o trabalho da Rede nos dois anos seguintes; e, em plenária, foi votada uma proposta de constituição e eleita a primeira equipe de coordenação nacional, de mandato previsto inicialmente para esse período de 2018 a 2020. Nessa oportunidade, fui escolhida para os cargos de Coordenadora Regional Sudeste e Coordenadora Nacional (Figura 10)

Figura 9 – Participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, realizado em São Paulo em 1 e 2 de junho de 2018.



Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018e

Figura 10 – Composição inicial da equipe de coordenação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT eleita no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+. Da esquerda para a direita: Uilson José, Coordenador Regional Sul; Isabella Elian, secretária e tesoureira; Cris Serra, Coordenadora Regional Sudeste e Coordenadora Nacional; Murilo Araújo, Coordenador de Assessoria; Bruno Feitosa, Coordenador Regional Centro-Oeste e Vice-Coordenador Nacional; Santiago Neto, Coordenador Regional Nordeste; e Beatriz Junqueira, Coordenadora de Comunicação – que ainda em 2018 abdicaria e seria substituída por Jeferson Batista.



Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018b.

O acesso a toda essa primeira parte da programação foi restrito aos participantes do Encontro que já pertenciam a coletivos da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. Só na tarde do dia 2 houve uma atividade aberta ao público em geral: uma mesa inter-religiosa sobre “Superação da violência contra pessoas LGBTI+ na Igreja e na Sociedade” (Figura 11). Uma das convidadas para falar na mesa foi Camila Mantovani, que apresentou seu testemunho sobre sua experiência com as tentativas de “exorcismo” de sua bissexualidade.

Figura 11 – Mesa inter-religiosa “Superação da violência contra pessoas LGBTI+ na Igreja e na Sociedade”, no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, em 2 de junho de 2018.



Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018a.

No domingo, 3 de junho, haveria a Parada do Orgulho em São Paulo. Assistimos à missa da manhã na paróquia São Luiz Gonzaga, dos jesuítas, na Avenida Paulista – que tinha fama de “acolhedora” em relação aos dissidentes de gênero e sexualidade. O jesuíta Luis Corrêa Lima, que acompanha o DC-RJ e estava no II Encontro conosco, seria um dos concelebrantes. Muitos de nós usamos a camiseta do evento. Murilo Araújo – que havia sido eleito Coordenador de Assessoria da Rede e era meu companheiro de militância no DC-RJ – levou uma bandeira do arco-íris nas costas (Figura 12). Dali, seguimos para a Parada, na própria Av. Paulista (Figura 13).

Figura 12 – Participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ na missa da paróquia São Luiz Gonzaga, 3 de junho de 2018.



Fonte: A autora, 2018.

Figura 13 – Participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ na 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, 3 de junho de 2018.



Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018c.

No sábado seguinte, dia 9 de junho, tive a oportunidade de assistir à peça de teatro “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu” (Figura 14). O espetáculo solo, cuja premissa era apresentar Jesus Cristo se viesse ao mundo de hoje encarnado no corpo de uma travesti, era protagonizado pela atriz trans Renata Carvalho e estava no centro de uma intensa controvérsia envolvendo acusações de censura e transfobia ao então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), bispo da IURD e sobrinho de Edir Macedo, fundador da igreja. Em vídeo, Crivella havia afirmado: “na minha administração nenhum espetáculo, nenhuma exposição vai ofender a religião das pessoas. Eu não vou permitir. Enquanto eu for prefeito nós vamos respeitar a consciência e a religião das pessoas” (*apud* REIS, 2018). Para Renata, a proibição seria um “ato de transfobia”, já que “Jesus é tido como a imagem e semelhança de todo mundo, menos de nós pessoas trans. As pessoas acreditam que só pelo fato de Jesus estar sendo [...] materializado no corpo de uma travesti isso é inapropriado” (*apud* REIS, 2018). A peça acabaria sendo encenada em outro local. A lotação esgotou. Foi preciso providenciar mais cadeiras, e agendar uma sessão extra para atender à demanda.

Figura 14 – A atriz Renata Carvalho em cena do espetáculo “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”. Foto: Luciane Pires Ferreira.



Fonte: MITSP, 2016.

Assim, no mesmo dia em que foi publicado o álbum de fotos do II Encontro Nacional no perfil da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT no Facebook, 10 de junho, saiu também a primeira nota assinada pela equipe de coordenação recém-eleita, a propósito da controvérsia em torno da peça. Ainda sob o forte impacto da apresentação na véspera, escrevi:

Nada [...] é capaz de deter a Verdade e a Justiça. Porque a Vida, quando jorra, é em abundância, e nada – nenhum apagamento, nenhum autoritarismo, nenhuma arbitrariedade, nenhuma hipocrisia, nenhuma censura, nenhuma violência, nenhuma perseguição, nenhum poder deste mundo, nada – é capaz de deter o jorro em sua fonte.

O texto [da peça] [...] é teologia encarnada. É experiência viva do Cristo encarnado nos corpos feridos das pessoas que sofrem, nos corpos violentados das pessoas excluídas, nos corpos martirizados das pessoas vulneráveis. [...] A peça é testemunho vivo do Evangelho de Cristo entre nós, da Boa Nova da redenção das pessoas excluídas deste mundo, herdeiras que são do Reino de Deus. E Renata Carvalho carrega sua atuação de Verdade, como só alguém que caminha com o Cristo Vivo poderia fazer. [...]

Parafrazeando a Jesus travesti de Renata: bem-aventuradas as pessoas perseguidas em nome da Verdade, porque elas trazem a mudança. E a mudança virá, porque nada pode impedir a Fonte de Água Viva de jorrar, nem o fogo do Espírito de arder em nossos corações e mover nossos passos e nossa luta por Justiça neste mundo. Cristo é conosco, e nada nos deterá.

Cristo é conosco, e somos todes sagrades. (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018d.)⁴⁰

Inseparáveis do contexto eleitoral daquele ano e da percepção de “polarização” e acirramento das tensões e da violência, circulavam ampla e profusamente imagens e narrativas de vigilância, perseguição, sítio, ataque, acompanhadas por sentimentos de vulnerabilidade, insegurança, medo, ameaça e perigo de extermínio, destruição, aniquilamento.⁴¹ Diferenças de opinião e valores se radicalizavam em universos de sentidos cada vez mais intensamente incompatibilizados em oposições inegociáveis e insolúveis, pela identificação do

⁴⁰ O texto foi publicado originalmente no perfil da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT no Facebook, acompanhado de uma foto do espetáculo. Posteriormente, a imagem original foi vetada por essa rede social, sob a alegação de violar seus “Padrões da Comunidade”. Diante do risco de que também o conteúdo da nota pudesse acabar sendo removido, optei por reproduzi-la na íntegra no Anexo D.

⁴¹ Em setembro de 2022 (outro cenário eleitoral, mas em clara linha de continuidade com a tendência, já observada nas eleições de 2018 e 2020, de multiplicação de casos de agressão e violência política), uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) traduziria em números a intensificação da percepção de violência e dos sentimentos persecutórios de medo e perigo: 67,5% dos brasileiros teriam medo, por exemplo, de ser agredidos fisicamente em função de suas escolhas políticas ou partidárias (LIMA *et al*, 2022).

outro, com sua *diferença*, como um *inimigo* –chegando ao ponto da ruptura de amizades e relações familiares, pessoais e profissionais. Nos meses que se seguiram, multiplicaram-se, na imprensa e em minha rede pessoal, os relatos de agressões dos mais diversos tipos, sofridas por mulheres, indígenas, pessoas negras e dissidentes de gênero e sexualidade, pessoas identificadas como “de esquerda” ou ligadas à defesa de pautas de direitos humanos. Nesse período, quando eu mesma deixava de me identificar como uma mulher cisgênero para me entender como uma pessoa não-binária, nem todos os meus privilégios de classe e raça impediram que eu sofresse hostilidades em função da minha corporalidade e expressão de gênero.

Foi nesse contexto que, em 18 de junho, o CLAM promoveu o seminário acadêmico sobre controvérsias em torno das chamadas *terapias de reversão* no Brasil que eu havia começado a imaginar em 2017 e ajudei a organizar, com meu colega de doutorado Cleber Macedo e apoio dos professores Sergio Carrara, Horacio Sívorí e Vanessa Leite (Figura 15). Um dos meus objetivos pessoais para o evento era reunir atores que trouxessem uma perspectiva de cristianismo contrária a tais *terapias*. Assim, uma das mesas-redondas foi composta por José Barbosa Jr., pastor batista criador do movimento Jesus Cura a Homofobia; Sergio Viula, ex-pastor, fundador e dissidente do Movimento pela Sexualidade Sadia (MOSES), uma iniciativa evangélica para a promoção de processos de “reversão” da orientação sexual;⁴² Murilo Araújo, pelo DC-RJ (o convite tinha sido feito antes de sua eleição para a coordenação de assessoria da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT); e Camila Mantovani, representando o Esperançar e o Evangélicxs.

⁴² Atualmente, Sérgio Viula apresenta-se como ateu e militante pelos direitos humanos e pela causa LGBTI+.

Figura 15 – Cartaz do seminário “Ciência, política e religião: ‘Cura gay’ em debate”

Ciência, Política e Religião:
"CURA GAY"
EM DEBATE

Seminário acadêmico discutirá as tentativas de implementação, no Brasil, das chamadas "terapias de reorientação sexual", seus efeitos e implicações. Dia 18 de junho, de 9h30 a 18h, auditório do IMS/UERJ.

PROGRAMAÇÃO

09h30-10h00 | Abertura: Horacio Sivoni (CLAM/IMS/UERJ)

10h00-12h30 | A controvérsia em debate: diferentes campos de atuação

- Pedro Paulo Bicalho (CFP/ UFRJ)
- Leticia Oliveira (NUDIVERSIS/DPRJ)
- Sérgio Carrara (CLAM/IMS/UERJ)

Comentador: Claudio Nascimento (Aliança Nacional LGBT); Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT)
Mediador: Cleber Macedo (CLAM/IMS/UERJ)

12h30-14h00 | Almoço

14h00-16h30 | A controvérsia em debate: comunidades de fé

- Sérgio Viula (LHS; ex-MOSES)
- Camilla Mantovani (Esperança; "Evangélicos - Juntos pela Diversidade")
- José Barbosa Jr. (Comunidade Batista do Caminho-BH: "Jesus Cura a Homofobia")
- Murilo Araújo (Diversidade Católica-RJ)

Comentadora: Jandira Queiroz (Aristia Internacional)
Mediadora: Cristiana Serra (CLAM/IMS/UERJ)

16h30-18h00 | Fórum de articulação
Mediadora: Vanessa Leite (CLAM/IMS/UERJ)

Logos patrocinadores: EBT, IMS INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL, UERJ, FAPERJ, CNPq, CAPES, BILHETERIA

Fonte: A autora.

Em 26 de junho aconteceu na UFF, em Niterói, o debate “Cristianismo e a Descriminalização do Aborto – Desafios e possibilidades da ADPF 442”.⁴³

⁴³ A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442/2017, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pela Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero em 7 de março de 2017, solicita ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a interrupção da gestação induzida e voluntária em qualquer circunstância, quando realizada nas doze primeiras semanas de

Organizado pela Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA) em parceria com Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) e Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, e com apoio do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, o evento consistiu em uma mesa-redonda composta por Gabriela Rondon, de Anis; Rosângela Talib, coordenadora de CDD; Negra Maria, da IBC; e, mais uma vez, Camila Mantovani, representando a FEPLA.

No dia 6 de junho, o perfil da FEPLA no Facebook havia criado um “evento” para divulgar a realização do debate – compartilhando-o em sua página com a seguinte chamada:

É hora de intensificar a disputa de narrativas. De compreender que o cristianismo é plural e diverso e que não, nem todo evangélico é conservador. Pra cada Projeto de lei da bancada fundamentalista que intenta contra os direitos das mulheres, nascerão muitos coletivos, organizações e iniciativas cristãs na luta pelos direitos Humanos, na luta pela dignidade e vida para as mulheres. Pra cada lei injusta, surgem milhares de profetas rebeldes. (FRENTE EVANGÉLICA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2018a.)

Dois dias depois, Camila postaria, em seu perfil pessoal:

Menos de 48h de evento da Frente evangélica pela legalização do aborto no ar, e já estamos contabilizando as páginas fascistas e misóginas que puxaram convocações pra boicote do nosso espaço! Aceitamos orações pq o bagulho tá louco! (SILVA, 2018.)

A partir daí, expressando receio tanto pela própria segurança quanto pela dos demais presentes, as integrantes da FEPLA envolvidas da organização passariam a convocar pessoas “amigas e aliadas”, religiosas e ativistas, a comparecer. Além de meu interesse pessoal e de pesquisa no tema, foi também nessa condição que fui assistir ao evento. Temendo ataques, as organizadoras e “pessoas aliadas” permaneceram fechadas em uma sala vizinha ao local do debate até o horário

gestação, seja excluída do âmbito de incidência dos artigos 124 e 126 do Código Penal, deixando de ser considerada crime (RODAS, 2017). Em junho de 2018, a relatora do processo, ministra Rosa Weber, agendou uma primeira audiência pública para instruir a ação – ocorrida entre os dias 3 e 6 de agosto. De lá para cá, a ADPF 442 não voltou a ser pauta para julgamento, e a própria opção estratégica pelo STF como arena de litígio tornou-se objeto de controvérsia. De um lado, alega-se que o contínuo fortalecimento da posição antiaborto no debate legislativo no Congresso Nacional, desde o final da década de 1990 (MELO, 1997, 2002; LUNA, 2014), caracteriza o Parlamento como uma instância que não tem isenção para discutir o aborto, justificando o recurso ao Judiciário. De outro, o STF é acusado de “usurpar” poderes que caberiam ao Legislativo. Nas duas linhas de argumentação, são feitas acusações mútuas de violação dos “princípios democráticos” de debate. De todo modo, foi na perspectiva da audiência pública marcada para agosto de 2018 que aconteceu, em junho, a mesa redonda na UFF.

marcado para começar.⁴⁴ Mais uma vez, o auditório – como na mesa sobre cristianismo e direitos humanos na sede do ISER, em 2017, e como no “Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, semanas antes – lotou, com pessoas de pé e sentadas no chão.

Quando foi aberto o microfone para perguntas do público, após as falas das integrantes da mesa, perguntaram a Rosângela Talib:

[...] Como católica, a senhora se sente autorizada a contradizer o que ensina a sua igreja? Como Católicas pelo Direito de Decidir se colocam ainda intituladas como ‘católicas’ se várias conferências episcopais já se pronunciaram dizendo que as mesmas não estão em comunhão com a Igreja? (*Apud* ABORTO, 2018b.)

Rosângela rebateu sem hesitar: “respondendo as duas questões: sim. Sim”. E completou: “eu fui batizada, fiz primeira comunhão, me crismei. Não fui excomungada, nunca renunciei à minha fé. Eu sou católica sim” (*apud* ABORTO, 2018b). Menos de um mês depois, eu aceitaria seu convite para me juntar à rede de ativistas de CDD; em setembro, participaria do meu primeiro seminário nacional de ativistas de CDD, em Luziânia (GO). Desde então, aprendi essa resposta de cor.

Em 1º de julho, passando um fim de semana em São Paulo, fui mais uma vez atravessada por teologia encarnada em arte. Fui levada por um amigo – Edilson Cruz, o que tinha vislumbrado o sentido da ressurreição cristã na multidão reunida na Avenida Paulista após a morte de Marielle Franco – para assistir à peça “O Averso do Claustro”, da Cia. do Tijolo, que se propunha a apresentar o legado de Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, conhecido como “bispo vermelho”. Indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz, D. Hélder é apresentado na peça como um “personagem fundamental nas históricas lutas de resistência política durante o regime militar e na construção do ideário da igreja progressista engajada nos movimentos sociais” (BRUTA FLOR FILMES, 2016).⁴⁵ Montado como uma “missa profana e poema, celebração da utopia e da canção” (BRUTA FLOR FILMES, 2016), o espetáculo inclui a preparação de uma sopa que é compartilhada

⁴⁴ A cena daquelas mulheres cristãs unidas em solidariedade e, para se proteger, trancadas em uma sala, esperando a hora do evento, remete inevitavelmente à do Pentecostes, descrita no livro dos Atos dos Apóstolos (At 2, 1-13) – quando, após a morte, ressurreição e ascensão de Jesus aos céus, seus companheiros estão reunidos, com medo, em uma casa fechada, quando recebem o Espírito Santo que Cristo lhes prometera, sob a forma de línguas de fogo pousadas sobre a cabeça de cada um dos presentes.

⁴⁵ A peça pode ser assistida na íntegra, gratuitamente, no Vimeo (BRUTA FLOR FILMES, 2016).

pelo elenco com a plateia numa ceia final, fazendo da apresentação “uma verdadeira liturgia”, nas palavras de Edilson.

Em agudo contraste com o “bispo vermelho” de Recife e Olinda, em 15 de julho fui assistir a outro bispo: D. Antonio Augusto Dias Duarte, bispo-auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro, onde é responsável pelas Pastorais Familiar, da Saúde e da Juventude. Membro do *Opus Dei*, ele daria uma palestra de uma hora e meia sobre “ideologia de gênero” (Figura 16).⁴⁶ Em uma igreja ampla, por onde se espalhavam umas poucas dezenas de pessoas (de meia-idade ou mais em sua maioria, e alguns jovens), D. Antonio expôs sua versão de uma “história do feminismo” (Figura 17). Esta se dividiria em ondas: desde a primeira, “legítima”, que seria a da luta pelo direito ao voto, até a terceira, “ideológica”,⁴⁷ que corresponderia à “ideologia de gênero” em si.

Terminado o panorama *histórico*, ele começou a contar (supostos) episódios envolvendo conhecidos seus, como o dentista que teria ouvido da diretora da escola do neto que “agora era normal” um “menininho” cumprimentar outro com um “beijo (de língua) na boca”. A cada relato, por mais inverossímil que me parecesse, eram audíveis as expressões de horror e indignação da plateia, profundamente mobilizada face aos *absurdos* descritos pelo bispo. Era inegável a eficácia das imagens e estratégias discursivas utilizadas por D. Antonio para mobilizar valores caros ao seu público, alimentar ansiedades e promover uma atmosfera bélica e maniqueísta de perigo e embate.

⁴⁶ Atores ligados ao movimento eclesial católico romano *Opus Dei* tiveram atuação marcante na elaboração e difusão do sintagma “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2017; 2022). No Brasil, o discurso de combate à “ideologia de gênero” emergiu sobretudo no contexto da controvérsia em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, a partir de 2014 (MIGUEL, 2016), chegando a desempenhar papel central no processo eleitoral de 2018 (LEITE, 2019a). Várias autoras e autores têm refletido sobre a gênese, disseminação e formas de acionamento dessa categoria; entre esses, uma genealogia minuciosa pode ser encontrada em Junqueira (2022).

⁴⁷ A fala de D. Antonio faz uma referência velada a um amálgama de *ideologia de esquerda* com *ideologia de gênero*, cuja rejeição foi um dos principais fatores de mobilização dos eleitores de Bolsonaro, segundo mapeamento de Isabela Kalil e equipe (KALIL, 2018). D. Antonio, aliás, faria pelo menos uma visita a Bolsonaro entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018, conforme o próprio candidato registraria no Twitter (BOLSONARO, 2018). Sobre a conjunção entre anticomunismo e antimarxismo e o combate à *ideologia de gênero*, operada com especial sucesso pela retórica do projeto “Escola sem Partido”, ver Miguel (2016). Kalil (2018) traça um paralelo entre a associação de *anticomunismo* e luta contra a *ideologia de gênero* nas eleições de 2018 no Brasil e a combinação de *neoliberalismo* e *neoconservadorismo* nos Estados Unidos, tal como identificada por Wendy Brown (2006; 2019).

Figura 16 – Imagem de divulgação de palestra de D. Antonio Augusto sobre “ideologia de gênero”, em 15 de julho de 2018.



Fonte: A autora, 2018.

Figura 17 – D. Antonio Augusto é apresentado antes de sua palestra sobre “ideologia de gênero”, em 15 de julho de 2018. Foto da autora.



Fonte: A autora, 2018.

Ao longo de todo aquele segundo semestre de 2018, em meio às tensões envolvidas na disputa eleitoral, segui frequentando os encontros mensais da IBC no Rio de Janeiro. Em quase todos os cultos daquela época, cantávamos uma música cujo refrão diz: “o amor lança fora o medo / Me refaz e me faz sonhar de novo” (ALMEIDA, 2016) – referência à citação bíblica “o perfeito amor lança fora todo medo” (1 Jo 4: 18b). Nas redes e ambientes cristãos por onde eu circulava na época, aquele contexto, tão marcado por sentimentos intensos de perigo e vulnerabilidade, era com frequência assimilado a certo imaginário construído em torno de um “cristianismo primitivo”. Esse imaginário de uma vida de perseguição, martírio, exílio e clandestinidade nas catacumbas romanas, por sua vez, dialogava com noções *cristãs* de “morte” e “ressurreição”. Também era recorrente o contraste entre “ódio”, como algo “anticristão” (como em “discurso de ódio”, por exemplo), e “amor” – este, sim, próprio de “verdadeiros cristãos”.

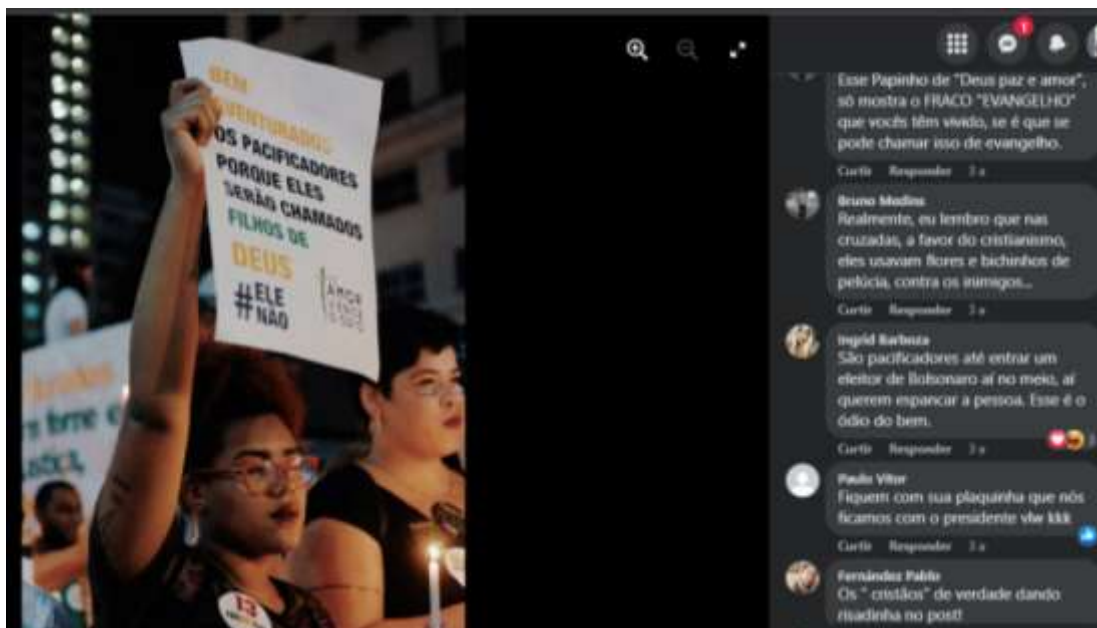
Assim, “O amor vence o ódio” foi o nome dado a uma caminhada e vigília inter-religiosa realizada no Rio de Janeiro em 18 de outubro, dez dias antes do segundo turno das eleições presidenciais. Em uma das fotos publicadas depois no Facebook, eu apareço cantando uma música católica ao lado de Luiz Coelho, reverendo anglicano cis gay, e da também reverenda anglicana Inamar Corrêa (Figura 18). Os comentários em outra foto ilustram o acionamento tanto das categorias “ódio” e “amor” para fins de ataque e/ou legitimação (e as disputas que se estabeleciam aí) quanto de outro imaginário *cristão* – o das “cruzadas”, associado à *guerra santa* e a certo ideal de *masculinidade* e *heroísmo viril* – como elemento de sustentação do bolsonarismo (Figura 19).

Figura 18 – “O Amor Vence o Ódio: Caminhada e Vigília”. Candelária, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018. Foto: Matheus Rodrigues.



Fonte: COLETIVO CRISTÃO: O AMOR VENCE O ÓDIO, 2018a.

Figura 19 – “O Amor Vence o Ódio: Caminhada e Vigília”. Av. Rio Branco, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018. Foto: Matheus Rodrigues. Impressão de tela da autora, a partir de postagem no Facebook.



Fonte: COLETIVO CRISTÃO: O AMOR VENCE O ÓDIO, 2018b.

Sobre o ato, Karine Fernandes, do Evangélicxs pela Diversidade, escreveu:

pude, pela primeira vez [...], acompanhar um ato ecumênico – apesar de ter sido organizado por cristãos – que reunia objetivos para além dos religiosos: uma manifestação política que posiciona o amor, ensinado nas mais diversas crenças, como o instrumento principal para vencer a crescente onda de ódio que culminou nas eleições deste ano. (FERNANDES, 2018.)

Na manhã de 28 de outubro, dia do segundo turno das eleições vencidas por Jair Bolsonaro, o culto na IBC se estendeu por quase duas horas. A tensão e a ansiedade eram palpáveis; estávamos com os nervos à flor da pele. A certa altura, entre louvores e orações, um dos músicos que conduziam o culto falou sobre como “em tempos de crise e dificuldades, é preciso se reinventar [...] se repensar, se recriar” (*apud* IGREJA BATISTA DO CAMINHO, 2018). Em seguida, nos convidou a cantar uma música sobre como “a gente pode sempre se recriar e se refazer”: “Tempo Perdido”, da banda brasileira Legião Urbana. Foi um dos momentos mais catárticos do dia. A ela se seguiu uma canção litúrgica cujo refrão fala sobre Cristo estar *vivo* apesar da *morte*, e como “porque ele [Cristo] vive / posso crer no amanhã. / Porque ele vive / temor não há” (*apud* IGREJA BATISTA DO CAMINHO, 2018).

Henrique estava claramente emocionado, e sua pregação nesse dia foi arrebatadora. Ele falou sobre *um cristianismo* que inspira na luta contra a injustiça, que se coloca a serviço dos mais vulneráveis, que cria uma rede de proteção e de apoio na comunidade, que alimenta a esperança e renova as forças para a caminhada no deserto. Naquele dia, muito se falou na importância da partilha da fé em comunidade para fortalecimento e perseverança na caminhada individual e coletiva em momentos de “ódio” e “medo” (IGREJA BATISTA DO CAMINHO, 2018).

De 9 a 11 de novembro, participei de um segundo seminário de CDD, agora em São Paulo, sobre “Identidades de gênero, sexualidades e religião” (Figura 20). Chamado informalmente de “seminário das teólogas”, a proposta era promover reflexões sobre diversidade sexual e de gênero que servissem de fundamento para a publicação de um livro. Foram convidadas ativistas da rede de CDD que possuíam formação em teologia, mais três de nós que nos identificamos como lésbicas ou gays.

Figura 20 – Seminário de CDD: “Identidades de gênero, sexualidades e religião”. Realizado de 9 a 11 de novembro de 2018 no Hotel San Raphael, em São Paulo.



Fonte: A autora, 2018.

A perspectiva de produzir um texto para a publicação de CDD me entusiasmou. Seria uma oportunidade de sistematizar reflexões teológicas que eu vinha desenvolvendo nos últimos anos em minha trajetória pessoal e militância no DC-RJ. Tive a ingenuidade de achar que seria tarefa fácil. Para minha surpresa, o desafio foi muito maior do que eu esperava; a experiência de escrita seria dolorosa e, provavelmente, a mais difícil que eu havia tido até ali. Acabei encontrando inspiração em Renata Carvalho e no “Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, cuja teologia tanto havia me impactado. Comecei fazendo memória do brutal assassinato da travesti Quelly da Silva, em janeiro de 2019, em Campinas (SP). Quelly teve o peito aberto com cacos de vidro e o coração arrancado; em seu lugar, o criminoso deixou uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida. Da denúncia das violências cometidas contra dissidentes de gênero e sexualidade por meio do uso de elementos cristãos, passei à crítica da doutrina católica romana sobre diversidade sexual e de gênero e a uma proposta teológica alternativa, elaborada desde o trabalho com pessoas católicas LGBTI+. Os três parágrafos finais compunham um “testemunho”, sob a forma de “bem-aventuranças”. Na verdade, um breve manifesto, que terminava com uma celebração de vida:

Bem-aventuradas nós que estamos vivas, que estamos vivos. E precisamos viver, e viver bem, e partilhar a graça da vida, porque para isso fomos todas e todos criados – para estarmos vivas e vivos em plenitude, vivas e vivos em comunhão, vivas e vivos no Amor e na Alegria. Para que também em nós se cumpra a Promessa de Vida, a Promessa do Amor Incondicional e Irrestrito pela qual e para a qual todas e todos fomos criados e somos chamados. Para que também nós cumpramos a missão profética a que somos todas e todos convocados, de sermos sal da terra e luz do mundo, partícipes na construção do Reino. Para que também nós sejamos, uns para os outros, para a Igreja e para o mundo, sinais da Boa Nova do Cristo, que veio para que tenhamos Vida, e Vida em abundância. (SERRA, 2019a, p. 31.)

De 21 a 23 de novembro, graças ao apoio do CLAM (por meio do professor Horacio Sívorì), eu e Vanessa Leite ajudaríamos a sediar na UERJ o primeiro encontro nacional do Evangélicxs pela Diversidade, com o tema {R}Existência (EVANGÉLICXS PELA DIVERSIDADE, s.d.). Àquela altura, eu já havia tido a oportunidade de conhecer pessoalmente Flavio Conrado em Brasília, por onde eu havia passado em viagem, em julho; naquela ocasião, no Rio de Janeiro, eu conheceria Bob Botelho, pastor cis gay que era também um dos coordenadores nacionais do Evangélicxs e se tornaria um amigo querido.

Assim, naquele ano de 2018, o ano terrível, o ano tremendo da queda de Marielle e ascensão de Bolsonaro; naquele tempo que seria tão bem expresso pelo resgate do “ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro” de Belchior pelo Emicida;⁴⁸ naquele ano em que o *mundo acabava* outra vez, encontrei com quem *viver* as palavras de Jota Mombaça – e eu nem a conhecia ainda: “não vão nos matar agora, apesar de que já nos matam. [...] Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui” (MOMBAÇA, 2021, p. 13).

Quando tudo, ou tanto, nos dizia “que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo” (MOMBAÇA, 2021, p. 15), encontrei o *meu povo*, um *nós*, e *caminhamos* juntos, e vivemos *a vida*. Com a *minha gente*, *nós* nos dedicamos aos nossos “experimentos na borda das coisas, lá onde estamos prestes a dissolver as ficções de poder que nos matam e aprisionam [...], [onde] nos tornamos mais-do-que-aquilo-que-levaram [...], [naquele] fora que não só não está fora como está dentro de tudo” (MOMBAÇA, 2021, p. 19).⁴⁹ E

⁴⁸ Refiro-me à música “Amarelo”, que contém um trecho de “Sujeito de sorte”, de Antonio Carlos Belchior. Foi lançada por Emicida em 2019, como primeira faixa de trabalho do álbum de mesmo nome. O vídeo, com a participação de Majur e Pablló Vittar, encontra-se disponível em <<https://youtu.be/PTDgP3BDPIU>>.

⁴⁹ Não posso deixar de reconhecer e assinalar, aqui, o conjunto de privilégios de raça e classe que se aplicam ao meu caso particular – e, a despeito da minha identidade não-binária, certa passabilidade

assim, vivendo a melhor *vida* que eu podia querer viver naquelas circunstâncias, foram se desenhando as perguntas que dariam o sul da minha pesquisa. (Não o norte. Foi preciso vir para o Sul – para o Sul, sempre.)⁵⁰

1.2 (*Corpos estranhos*) no meio de nós: o que *sabemos e fazemos* para sermos (e por sermos) quem *somos*, e estarmos onde *estamos*?

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando eu falo, para reescrever os equívocos que outros contam sobre mim, sobre você. [...] Para desmentir os mitos de que eu seja uma profeta louca ou uma pobre alma sofredora. [...] Não foi para nos reconciliarmos com esse **outro dentro de nós** que começamos a escrever?

Gloria Anzaldúa⁵¹

Em conferência intitulada “Narrativas de (re)existência”, proferida em setembro de 2019 – primeiro ano do governo Bolsonaro – Conceição Evaristo evoca Beatriz Nascimento para assinalar a importância de um resgate da “práxis quilombola como paradigma de luta” (EVARISTO, 2021). Um elemento central desse

que pode favorecer que eu seja percebida como *mulher/sapatão* cis, em vez de como uma pessoa trans. É crucial reconhecer e nomear essa combinação de privilégios, aliados ao privilégio epistemológico de quem teve acesso a uma educação formal e ao domínio de uma linguagem legitimada academicamente, para me situar como pesquisadora e ativista. Interessa-me especialmente racializar minha branquitude (BENTO, 2022; SCHUCMAN, 2020) como condicionante crucial das minhas percepções, sobretudo quando me debruço sobre expressões *religiosas* que me causam estranhamento, na medida em que são marcadas por uma *experiência religiosa negra*.

⁵⁰ Referência às chamadas “epistemologias do Sul”, que emergem no âmbito do debate sobre a colonialidade do saber como um dos eixos em torno dos quais se articula o projeto colonial moderno, que cria as condições para produção e circulação dos conhecimentos definidos como válidos e relevantes e, ao mesmo tempo, a inaudibilidade e suposta irrelevância daqueles saberes localizados fora desse escopo de legitimidade. Nesse contexto de “epistemicídio” (isto é, de exclusão e extermínio dos pensamentos e conhecimentos entendidos como “outros” em relação aos saberes reconhecidos pela epistemologia moderno-colonial), a referência ao “Sul” não remete simplesmente a uma geografia, mas a todas as humanidades subalternizadas e renegadas pela modernidade ocidental (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016). Creio que referenciais epistemológicos decoloniais e “do Sul” como marcos teóricos são cruciais para esta pesquisa, face à dinâmica e à localização contra-hegemônicas dos meus interesses de pesquisa – cuja *impureza*, como veremos, por um lado põe em xeque as categorias dicotômicas modernas no plano analítico e, por outro, em termos êmicos, desfaz pretensões de coerência interna e externa.

⁵¹ ANZALDÚA, 2021b, p. 167 (grifo meu).

paradigma, a seu ver, seria o resgate das *memórias*, e a partir delas a articulação de *narrativas*, em torno das quais se organizaria uma *história* mítica. Tais *memórias*, *narrativas* e *história* seriam cruciais para a configuração e fortalecimento, como *comunidade imaginada*,⁵² do sujeito e autor coletivos dessa *história*. Narrativas de (re)existência, insiste Evaristo, desde uma luta sempre atualizada por *liberdade*; narrativas feitas por vozes subalternizadas que se contrapõem às histórias de morte, subjugação e esterilidade contadas a seu próprio respeito e vêm apresentar a dimensão *fecundante*, a “possibilidade geratriz e geradora” de que “as mentes e os corpos negros são capazes” (EVARISTO, 2021). Desse modo, como diz Achille Mbembe, as pessoas negras deixam de estar reduzidas a “seres-capturados-pelos-outros” e, “pelos seus próprios traços [...] [conseguem] articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo” (MBEMBE, 2014, p. 12).

Mbembe aponta uma tendência à “universalização da condição negra” na atualidade, na medida em que os riscos sistemáticos a que as pessoas negras escravizadas foram submetidas durante o “primeiro capitalismo” constituem agora, “se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas” (MBEMBE, 2014, pp. 15-16). Ele chama esse “novo caráter descartável e solúvel, [...] sua institucionalização enquanto padrão de vida, [...] sua generalização ao mundo inteiro”, de “devir-negro do mundo” (MBEMBE, 2014, p. 18). Ao mesmo tempo, Mbembe salienta como “o Negro” – esse nome “inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado” na ordem colonial moderna –, “numa reviravolta espetacular, tornou-se símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo” (MBEMBE, 2014, p. 19).

Dialogo com as reflexões de Conceição Evaristo (2021) sobre fecundação e as de Beatriz Nascimento (2021) sobre a importância política de escrever a própria história, e também com o “devir-negro do mundo” de Mbembe, em toda a sua ambiguidade – em termos da sujeição a necropolíticas (MBEMBE, 2018) que vitimizam as “humanidades subalternas” e, ao mesmo tempo, de sua positividade criadora. É desde esse diálogo que interrogo os coletivos cristãos de feministas e

⁵² Parafrazeando Benedict Anderson (2008 [1983]).

dissidentes de gênero e sexualidade a respeito tanto de sua capacidade de *fecundação* quanto de suas estratégias discursivas, e sobretudo sua bagagem de práticas e saberes, para criação de *vida*. Nas palavras de Jota Mombaça, para além da “reprodução da morte como expectativa de vida”, lá “onde fomos machucadas, e nos tornamos mais do que um efeito da dor; onde fomos aprisionadas, e nos tornamos mais do que o cativo, onde fomos brutalizadas, e nos tornamos mais que a brutalidade” – ali “fecundamos a vida mais-do-que-viva, a vida emaranhada nas coisas [...], ‘a vida infinita’” (MOMBAÇA, 2021, p. 19).

Aqui, a perspectiva decolonial, aliada a uma abordagem feminista, nos fornece a chave (ou os “óculos”, como prefere María Lugones [2019, p. 357]) para enxergarmos o que se oculta nos modos como entendemos (e vivemos) (1) gênero e (2) raça; (3) a cis-heteronormatividade como norma compulsória;⁵³ (4) o ideário secularista e, conforme esse paradigma, os papéis desempenhados pelo elemento dito *religioso*; (5) a violência epistêmica que invalida saberes e cosmologias (*mundos inteiros* – e, com eles, *horizontes* e *utopias*, e os projetos de sociedade em que se inserem), e contribui para determinar o que pode ou não ser dito, quando, e por quem; (6) a lógica exploratória e extrativista do capitalismo; (7) a chamada liberal-democracia como forma (ideal?) de governo; (8) a dicotomia fundadora e central da modernidade colonial, como a denomina María Lugones (2019, p. 358): o binário *humano vs. não-humano*, ou *menos-que-humano*,⁵⁴ como tecnologia fundamental não só de “criação de alteridades” (VIVEROS, 2020; MASUZAWA, 2005), mas igualmente de **policimento** das classes assim estabelecidas e consideradas *perigosas* (MCCLINTOCK, 2010). Tal policimento se dá a partir do que Mbembe (2014, p. 13) descreve como uma “codificação paranoica da vida social em normas, categorias e números”, crucial para a autodefinição das classes médias, como Anne McClintock (2010) mostra com clareza; (9) as pretensões de universalidade e o poder discursivo e político desse “animal necropolítico”, como Paul Preciado (2020, p. 15) se refere ao “homem branco [cis-]heterossexual burguês”.

Por fim, o que é absolutamente crucial: (10) como essas dimensões do projeto colonial moderno, em sua dinâmica peculiar de criação de categorias dicotômicas em pares de *opostos* hierarquizados, se inter-relacionam e estão

⁵³ Tal como desvelada e denunciada desde os anos 1970 por feministas lésbicas como Gayle Rubin (1975), Adrienne Rich (1981) e Monique Wittig (2022 [1992]).

⁵⁴ À luz de Butler (2018).

entretidas umas nas outras, criando diferentes modos de subalternização que se atualizam, articulam-se entre si e atravessam todos os âmbitos da vida (LUGONES, 2020). “Tais oposições”, assinala Regina Facchini, não somente “marcam a própria emergência das modernas sociedades ocidentais”, como “trazem consigo a **produção** das diferenças de gênero, sexualidade e raça tal qual as conhecemos e vivemos” (FACCHINI, 2018, p. 314; grifo meu).

María Lugones (2020), em seu ensaio pioneiro “Colonialidade e gênero”, de 2008 (no qual introduziu a categoria “gênero” no pensamento decolonial), denuncia o “alcance destrutivo” do projeto colonial moderno e procura visibilizar “a dissolução forçada e crucial dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e exploração que constituem a colonialidade”, ao mesmo tempo em que procura compreender “nossa lealdade para com esse sistema” (LUGONES, 2020, p. 55). Nesse sentido, mais uma vez evoco Jota Mombaça, em sua indagação sobre “que tipo de coletividade se põe a operar no encontro de histórias de injustiça contadas desde posições tão diferentes, e sempre já assimétricas?” (MOMBAÇA, 2021, p. 23).

Na medida em que promovem uma “politização do pessoal, do privado e do íntimo” (FACCHINI, 2018, p. 314) em suas movimentações coletivas e organização como movimentos, feministas e dissidentes de gênero e sexualidade tornam-se objetos privilegiados de observação das dinâmicas em curso nas contradições e brechas da modernidade colonial ocidental. São contradições, como aponta Bruno Latour (2019 [1991]), constitutivas da própria modernidade – em sua produção contínua e simultânea de categorias ideais, ordenadas em binários de opostos hierarquizados (SCOTT, 2018),⁵⁵ por um lado; e, por outro, de híbridos submetidos a tentativas constantes de purificação.

Nesse sentido, olhar para coletivos organizados por dissidentes de gênero e sexualidade e/ou mulheres autoidentificadas como feministas desde contextos *religiosos*, e especificamente no interior de ambientes eclesiais *cristãos* (ou tangencialmente a estes), é olhar no fundo dessas contradições e brechas da

⁵⁵ Joan Scott (2018) mostra como o ideário moderno, que se pretende libertador para as mulheres, organiza o mundo em binários de opostos hierarquizados: público e privado, exterior e interior, razão e paixão, objetivo e subjetivo, secular e religioso. O primeiro elemento de cada um desses pares, diz ela, corresponde ao **masculino**, o **superior** domínio da modernidade, da ciência e do progresso. O segundo pertence ao domínio **feminino**, **inferior** e residual da irracionalidade, da emoção, do sexo. Estas se tornam dimensões da experiência subjetiva, **interior** – privatizadas, feminizadas e inferiorizadas.

modernidade e desvelar a *impureza* inerente aos binários de categorias (pretensamente puras) que organizam o projeto colonial moderno e sustentam suas hierarquias. Aqui, fronteiras se borram: a narrativa de incompatibilidade entre *ser* feminista, ou *ser* dissidentes de gênero e sexualidade, e *ser* cristã ou cristão, parece perder o sentido. A tese secularista de que só pode haver *agência* e *emancipação* pessoal, especialmente no tocante às dimensões de gênero e sexualidade (tratadas como se fossem impermeáveis e estanques), se vê na iminência de ser desmentida. As próprias noções de *agência* e *emancipação* como ideais normativos são postas em xeque. A *religião*, como elemento prescritivamente restrito ao terreno subjetivo da *crença* e ao domínio a-histórico do *privado*, se politiza. Mesmo as fronteiras entre *público* e *privado* ficam indefinidas. As tensões entre identidade e diferença, individualidade e comunidade, desejo de pertencimento, essencialismos estratégicos, políticas identitárias e de coalizões ficam evidentes.

São tensões necessárias, como apontam Costa e Ávila (2005) e já propunham Gloria Anzaldúa e Cherrie Moraga ao evocar as vozes e corpos daquelas e daqueles que habitam as fronteiras, suportam as feridas abertas e cujas costas são pontes (ANZALDÚA; MORAGA, 2021 [1981]; ANZALDÚA, 2021a) – se quisermos vislumbrar horizontes para além dos muros (supostamente) erguidos pelas categorias modernas e dos impasses e conflitos assim produzidos.⁵⁶

Tomoko Masuzawa (2005) mostra como o discurso moderno sobre *religião*, tal como se consolidou ao longo do século XIX, foi essencialmente um discurso de criação de *outros* (“*othering*”) em relação à *identidade europeia-ocidental*.⁵⁷ São *outros* tanto *externos* à *civilização ocidental* quanto *internos* – e definidos, conforme a temporalidade linear e evolutiva do ideário moderno, como *pré-modernos* (ou, como prefere María Lugones, “não modernos”).⁵⁸ Segundo Masuzawa:

[...] essa coisa chamada “religião” continuava dominando todos aqueles que eram **diferentes** deles: não-europeus, europeus do passado pré-moderno

⁵⁶ Mahmood (2016) sustenta que diferenças e conflitos religiosos são exacerbados e mesmo produzidos pelo ideário secularista moderno como ideal normativo. Voltaremos a esse ponto adiante.

⁵⁷ Não à toa, um dos marcos iniciais da modernidade seria o ano de 1453, data da queda de Constantinopla, sede do Império Romano do Oriente, para o império (islâmico) turco-otomano.

⁵⁸ Lugones (2019) sublinha que é o aparato moderno, com sua referida temporalidade linear e ideal de progresso, que reduz formas “não modernas” a “pré-modernas”, com uma conotação hierarquizante – quando, ao contrário, a autora salienta que “conhecimentos, relações e valores não modernos e práticas ecológicas, econômicas e espirituais são formados em uma constante tensão com [tal] lógica dicotômica, hierárquica e categorizante”.

e, entre seus próprios vizinhos contemporâneos, o bucólico populacho incivilizado e sem educação, bem como os supersticiosos pobres urbanos – todos estes uma espécie de "**selvagens internos**" [*savages within*]. Pois, como observavam aqueles modernos iluminados do século XIX [...] com um misto de horror e fascínio, o **opressivo** sobrenaturalismo de **tradições** obstinadas [...] seguia controlando e comandando os pensamentos e atos daqueles desafortunados "outros" de mil e uma formas. (MASUZAWA, 2005, p. 12; tradução minha; grifo meu.)

Não por acaso, autoras como Abu-Lughod, Mahmood, Spivak, Anzaldúa, McClintock e Brah enfatizam a importância de trabalhar também com "nacionalidade" e "religião" como marcadores sociais da diferença (DÍAZ, 2020, p. 270), na medida em que as reconhecem como categorias produzidas pelo projeto colonial moderno a fim de "criar alteridades" (VIVEROS, 2020, p. 24) hierarquizantes. Ao mesmo tempo, tais alteridades funcionam como um "exterior constitutivo" (MOUFFE, 2015) – isto é, conferem um verniz de coesão e homogeneidade a um conjunto de atores e relações que é intrinsecamente heterogêneo, atravessado por tensões e disputas e marcado pela porosidade de suas fronteiras.

No ideário secularista moderno, o *religioso* é construído como uma forma de *crença* e, portanto, algo da ordem do *subjetivo*.⁵⁹ Tratada como uma "representação coletiva apriorística" (DUARTE, 2005, p. 140) e contraposta ao saber *científico* e à ação *autônoma*, a *crença* é relegada a um estatuto de "fragilidade ontológica", na medida em que "tem mais a ver com os sujeitos e suas representações do que com o mundo objetivo" (GIUMBELLI, 2011, p. 348). Assim, justifica-se ao mesmo tempo sua inferiorização e seu confinamento ao domínio *privado*. Ademais, se a *religião* é uma questão de *crença* num conjunto de proposições às quais a pessoa adere, torna-se uma questão de *escolha*. "Segue-se que os incautos [*crentes*] podem talvez ser persuadidos a adotar uma prática de leitura diferente [de imagens, ícones e signos] [...]", argumenta Saba Mahmood (2019). "O poder transformador dessa visão foi precisamente o que motivou os missionários dos séculos XVIII e XIX a realizar o projeto pedagógico de ensinar os sujeitos nativos a distinguir adequadamente entre objetos inanimados, humanos e divindade", diz ela.

O argumento de Mahmood aponta para as contradições inerentes à tese moderna de que a *crença* **não pode** ser coagida, no sentido de tal coação ser

⁵⁹ Nesse sentido, reveste-se de especial ironia a provocação de Paul Preciado em sua palestra para psicanalistas: "perdoem-me se, no relato que lhes vou fazer, eu não tomar a masculinidade e a feminilidade como fatos **naturais**. Fiquem tranquilos, não peço que abduquem de suas **crenças** – pois trata-se de crenças – para meu ouvir. Apenas ouçam o que tenho a dizer e, depois, **se puderem**, voltem para suas vidas '**naturalizadas**'" (PRECIADO, 2022, p. 12; grifo meu).

impraticável.⁶⁰ Essa tese se encontra, por exemplo, no cerne da teoria da tolerância de John Locke – que, como aponta Giumbelli (2011), é parte importante da genealogia do ideário secularista. Locke se baseou na nova psicologia religiosa e no novo conceito de Estado que despontavam na Europa em princípios do século XVII; foram essas inovações modernas nos campos da epistemologia e da política que lhe permitiram classificar como “irracional” qualquer tentativa de coação da *crença religiosa*, uma vez que tudo que se poderia obter à força seria uma profissão de fé sem convicção e/ou uma conformidade aparente (ASAD, 2011, p. 43). A insistência em que não é possível mudar uma *crença* por determinação *externa* se insere em “um discurso político sobre ‘privacidade’, uma reivindicação de imunidade civil por parte da fé religiosa que veio reforçar a ideia de um Estado secular e uma determinada concepção de religião” (ASAD, 2011, p. 44; tradução minha).

Por outro lado, justamente os argumentos de Locke (de que a *crença* não pode ser coagida) e de Asad (acerca da “imunidade da fé religiosa” no ideário secularista moderno) encontram eco em certo *essencialismo* estrategicamente acionado por dissidentes de gênero e sexualidade para legitimar sua pertença *religiosa* cristã como uma forma de *identidade*. Nesse contexto, a *pertença religiosa* pode ser acionada como uma *identidade essencializada* em termos de uma *experiência* que produz certa *verdade* de si, tão crucial quanto a *sexualidade*. Por exemplo, um dos colaboradores do *blog* do DC/RJ, escrevendo sob o pseudônimo “O Inquieto”, expressou essa posição nos seguintes termos:

a pertença religiosa, **assim como a orientação sexual**,⁶¹ não é uma **escolha**. [...] A religião [...] é estruturadora de vários aspectos da vida da

⁶⁰ Ou, mais provavelmente, a (aparente?) contradição se mantém na medida em que o argumento de Mahmood é válido sobretudo quando aplicado aos *outros* que são *externos* à modernidade colonial, legitimando o projeto imperialista de *catequização* e *conversão* dos *nativos* à *civilização (cristã) ocidental*, ao passo que a tese de Locke vem legitimar a *liberdade religiosa* dos *crentes* que são *internos* à *cristandade ocidental*. Como salienta Masuzawa, o processo histórico de consolidação da noção moderna de *religião* – ao longo, sobretudo, do século XIX – foi também um processo de criação contínua de “oportunidades para os europeus modernos elaborarem o problema de sua própria identidade, e desenvolverem diversas concepções da relação entre o legado do cristianismo, de um lado, e, de outro, a modernidade e racionalidade” (MASUZAWA, 2005, p. 10). Também Samuel Moyn (2014) apresenta a noção de *cristandade* como um eixo central (ainda que semioculto), na configuração de uma *identidade* ocidental moderna na passagem do século XIX para o XX, em oposição aos seus *outros*: primeiro o comunismo ateu e, mais recentemente, o islamismo – ainda que o comunismo persista no imaginário capitalista *ocidental* como um *outro* presente, mesmo passados mais de trinta anos da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética, marcos do fim da Guerra Fria.

⁶¹ Nessa reflexão sobre as tensões entre a definição e estabilização de *identidades* coerentes e a noção de *escolha*, é interessante remeter à discussão de Júlio Simões e Regina Facchini (2009) sobre as tensões e disputas em torno das expressões *orientação sexual* e **opção sexual**. O termo

peessoa – de tal forma, que não é uma **opção** fácil e nem indolor abandoná-la [...], [o que] implica um **grande sofrimento** por parte de quem, realmente, **se experimenta** religioso. (O INQUIETO, 2011; grifo meu.)

Portanto, a presença do elemento *religioso (cristão)* – aqui, onde ele pode parecer tão fora de lugar, como categoria entretecida ao *feminismo* e às *dissidências de gênero e sexualidade* – coloca em evidência as maneiras como definimos, fixamos, estabilizamos e desestabilizamos identidades; centramos e descentramos sujeitos políticos, em processos contínuos (e às vezes mesmo simultâneos) de estabilização e desestabilização (ALVAREZ, 2014; FACCHINI, 2018; FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020); acionamos essencialismos estratégicos (SPIVAK, 1988); investimos tanto na desconstrução de estereótipos quanto na (tentativa de) produção de coerências *internas* e *externas*; e habitamos as tensões entre *igualdades, desigualdades e diferenças*.

Regina Facchini (2018, p. 325) assinala como vem crescendo “a ênfase na experiência como base de legitimidade política” na mobilização e construção de identidades. Olhar para a *experiência*, entende ela,

funciona a um só tempo como forma de contraste em relação às políticas de identidade baseadas no ‘essencialismo estratégico’ e produzidas no diálogo socioestatal, mas também como forma de **reencantar** a política, conectando-a ao cotidiano e a estruturas de poder que incidem diretamente sobre a vida dos sujeitos e daqueles(as) que consideram como sendo os(as) seus(suas). (FACCHINI, 2018, p. 329; grifo meu.)

Aqui, pisamos o terreno em que Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2023) foram pioneiras ao evidenciar a relevância política e epistemológica de grupos subalternizados elevarem a voz; ocuparem lugar no espaço com seus corpos, seus atos, suas palavras, suas redes e coletividades, seus amores, seus afetos, enfim, suas *vidas*; e tomarem para si a tarefa de (re)escrever a própria *história* – onde assumir a *autoria* da própria história é também se apropriar

“opção”, apontam esses autores, “tem sido insistentemente rejeitado pelos ativistas e aliados do movimento LGBT por sugerir, entre outras coisas, que a orientação sexual **seja algo que se possa adquirir, descartar e trocar conforme as circunstâncias**, como a roupa que se veste em determinada ocasião”. Por outro lado, uma vez que “as pessoas dispõem de alguma margem de manobra para decidir se e como darão vazão aos desejos que sentem”, salientam, “escolher e nomear intencionalmente uma identidade sexual pode ser um ato **político**. Dizer ‘eu sou gay’, ou ‘eu sou lésbica’, ou ‘eu sou bissexual’ pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual”. Nesse contexto, identidades passam a ser pensadas “em termos situacionais, relacionais e contrastivos; são afirmações de resposta política a determinadas conjunturas, **articuladas a outras identidades em jogo**, compondo uma ‘estratégia de diferenças” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 33; grifo meu).

da *autoridade* de enunciar *verdades* sobre si. É o que Patricia Hill Collins (2019 [2000]) chama de “o poder da autodefinição”, que encontra eco na reivindicação do “direito de falar sobre minha própria condição na qualidade de especialista” por Paul Preciado (2022, p. 14).

Do mesmo modo, Facchini, em seu mapeamento do percurso histórico do movimento LGBTI+ no Brasil, destaca o modo como “tomamos as categorias pelas quais fomos historicamente apontadas(os) e tornadas(os) objetos de injúria ou medicalizadas(os) – *bicha, lésbica, sapatão, homossexual, transexual* – como categorias de luta e nos enunciamos como capazes de dizer nós mesmas(os) [...] a verdade sobre nós” (FACCHINI, p. 314; grifo do original). E, em minha pesquisa de mestrado, dialoguei com a tese de Moisés Sbardelotto (2017) para refletir sobre como os coletivos brasileiros de “católicos LGBT” se autoconstituem em “sujeitos eclesiais” ao “tomarem a palavra” e se arrogarem a autoridade para enunciar a verdade sobre si mesmos e sobre sua própria presença e lugar na *igreja* (SERRA, 2019b).

As reflexões de Avtar Brah a respeito da relação entre questões de identidade e o foco na experiência vêm ao encontro dessa perspectiva. Brah alerta para o perigo da fixação de essencialismos, e propõe sublinhar menos a noção de *verdade*, com os riscos de reificação que a acompanham, e mais a oportunidade de olhar para a *experiência* como **prática** e exercício continuados de atribuição de sentidos:

a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a “verdade” mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado. Contra a idéia de um “sujeito da experiência” já plenamente constituído a quem as “experiências acontecem”, a experiência é o lugar da formação do sujeito. [...] Pensar a experiência e a formação do sujeito como processos é reformular a questão da “agência”. O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas. (BRAH, 2006, pp. 360-361.)

Desse modo, como diz Patricia Hill Collins, a identidade deixa de ser um objetivo para tornar-se “o ponto de partida do processo de autodefinição” (COLLINS, 2019, p. 205).

Glória Anzaldúa, falando das “lésbicas de cor”, observa como há grupos que não são apenas **invisíveis**, mas **sequer existem**; o que torna seus discursos inaudíveis. “Falamos em línguas, como os marginais e os loucos”, constata ela,

apontando uma vantagem em nunca ter desfrutado de maiores privilégios: “não temos tanto a perder” (2021b, p. 163). Também Yuderkys Espinosa, em sua proposta de uma “genealogia da experiência” ladino-amef리카ana como método para fazer “uma crítica da colonialidade da razão feminista” (ESPINOSA, 2020, p. 97), discute as regras tácitas e privilégios epistêmicos que definem os limites do que pode ou não ser dito ou enunciado; do que pode ou não ser ouvido e escutado; que discursos são ou não reconhecidos como válidos; quais são ou não “levados em conta e figuram como partes importante da memória e quais passam despercebidos”; quais discursos propõem reconstruções (ESPINOSA, 2020, p. 104).

Tendo em vista esses limites que recortam e definem o que pode ser dito, ouvido, visto, compreendido – e, mais importante, o que pode sequer **existir** –, eu me debruço sobre os coletivos cristãos de dissidentes de gênero e sexualidade e feministas brasileiros, atenta também ao papel desempenhado pela própria organização coletiva no sentido de amplificar esses corpos e vozes e sua inteligibilidade. Em sua discussão do direito à liberdade de assembleia, Judith Butler (2019a) salienta o modo como a ação coletiva, a reunião de corpos no espaço público, mesmo que virtual, constitui um exercício e uma exigência do direito de aparecer, afirmar a existência e fazer uma demanda muito concreta, materializada nos corpos, por um conjunto mais suportável de condições de vida. Nesse sentido, a reunião, inclusive no espaço virtual e por meio de próteses tecnológicas (celulares, computadores, áudios, vídeos, transmissões ao vivo, redes sociais, aplicativos de mensagens, fóruns *online*), se torna uma importante estratégia não apenas de visibilização, mas de afirmação e reivindicação de existência, na medida em que amplifica o tamanho dos corpos e a potência das vozes, incrementando consideravelmente sua capacidade de serem vistos, ouvidos, compreendidos e levados em conta.

Chamando atenção para o fato de que a epistemologia feminista de modo geral, e os feminismos negros e *de cor* em particular, propuseram, em sua crítica ao método científico, “a ‘experiência’ das mulheres e das mulheres negras e de cor como base válida para a produção de conhecimento” (ESPINOSA, 2020, p. 106), Yuderkys Espinosa entende a perspectiva de mundo “que o sujeito racializado teria por coabitar o mundo de subalterno, submetido à opressão, e sua incursão como tal

no mundo das classes dominantes”⁶² (ESPINOSA, 2020, p. 107) como um ponto de vista privilegiado enquanto lugar de conhecimento. Ou seja, ao mesmo tempo em que reconhece a possibilidade de se “recorrer [estrategicamente] a certas formas de validação de conhecimento, aceitando e sendo parte do dispositivo saber/poder através do qual se estabelece uma fronteira entre o que é um saber legítimo e o que não é” (ESPINOSA, 2020, p. 111),⁶³ Espinosa reconhece o valor do que ela chama de “olhar subalterno”. Assim, a subalternidade pode se tornar “mais uma possibilidade de olhar o mundo de maneira mais completa e heterogênea” (ESPINOSA, 2020, p. 108), à medida que se vai evidenciando aquilo que hierarquias e ordenamentos de poder procuram ocultar. É como olhar um bordado do lado do avesso. Agora, diz ela,

já sabemos que explicar o mundo e os acontecimentos a partir somente do ponto de vista de quem é privilegiado nos dá um entendimento parcial e distorcido [...]. O olhar subalterno é um olhar dúbio, contraditório, conflitivo, paradoxal, impuro – e que justamente por isso nos dá uma fonte maior de conhecimento. (ESPINOSA, 2020, p. 108.)

Ao celebrar, com Chandra Mohanty (1988), o “**privilegio epistêmico** daquelas que estão na parcela mais inferior da estrutura social e que a partir dali nos dão pistas sobre seu funcionamento” (ESPINOSA, 2020, p. 108; grifo meu), Yuderkys Espinosa nos fornece uma chave para vislumbrar como a ênfase na experiência, especialmente desde o lugar da subalternidade, pode ser fundamental para a tarefa de *reencantar o mundo*. Essa tarefa se faz tanto mais urgente quando olhamos para o cenário que veio se consolidando, no Brasil e no mundo, desde a década de 2010, e parece ter chegado a um ápice por aqui nos anos Bolsonaro – cenário em que, na vívida descrição de Regina Facchini (escrevendo ainda em 2018),

o terror é evocado pela acelerada retirada de direitos sociais, trabalhistas e sexuais e reprodutivos, pelo esvaziamento ou destruição de projetos de futuro, e no qual a polarização e o conflito aberto se fazem linguagem nos

⁶² Aqui, vale lembrar o artigo de Laura Moutinho sobre desigualdade social entre dissidentes de gênero e sexualidade no Rio de Janeiro, e como seu trabalho de campo revelou a “maior margem de manobra” e as vantagens obtidas por jovens negros gays de subúrbios e favelas cariocas em suas interações afetivas e sexuais com homens brancos de classe média e alta (MOUTINHO, 2006).

⁶³ A propósito da submissão *estratégica* às normas, mesmo que parcial – e mesmo que se dê de maneira negociada, subversiva e/ou transgressiva –, será crucial ter sempre em mente o alerta de Audre Lorde: “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (LORDE, 2019, p. 137)

modos como a ação direta, a *lacrção* e o *escracho* [...] são mobilizados nas ruas ou nas redes por aqueles(as) que por muito tempo se sentiram silenciados e agora disputam a legitimidade ou a autoridade da fala. (FACCHINI, 2018 pp. 328-329; grifos do original.)

Em sua apresentação de “Escritos de uma lésbica escura”, de Espinosa, Violeta Barrientos salienta como os textos ali reunidos promovem um resgate da paixão no terreno político – um restabelecimento “daquela força perdida por uma diluição no pragmatismo e na razão instrumental [...] da potência regeneradora das utopias” (*apud* ESPINOSA, 2022a, p. 19). Creio que também esta escrita procura ser, em si, ao mesmo tempo um projeto similar de resgate da *paixão* e das *utopias* políticas em tempos turbulentos, e uma investigação sobre **se e como** os coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade pretendem (e/ou podem) promover uma regeneração similar.

Trata-se da possibilidade de projetar *horizontes utópicos*: conceber e imaginar utopias que sejam horizontes para onde caminhar, em cuja direção construir. Do “sussurro de possibilidades impossíveis, [da] manifestação misteriosa do que não existe”, de que nos fala Jota Mombaça (2021, pp. 18-19). Falando sobre aquelas e aqueles que se encontram nas fendas, “na quebra”, Jota Mombaça se pergunta qual será a “política de afinidade” que “pode ser engendrada aí, apesar e através da quebra” (MOMBAÇA, 2021, p. 24). E me pergunto com ela: “que movimentos de **vida**, afinal, tal **encontro** propicia” (MOMBAÇA, 2021, p. 25; grifo meu)?

Aqui, eu me debruço sobre categorias e sujeitos políticos – inclusive na política eclesial – francamente desprovidos de coerência. E meu interesse reside justamente aí: nessa impureza, nessa *mestiçagem* identitária (ANZALDÚA, 2021a), que também configura uma *impureza* epistemológica, no *encontro* de categorias *desencontradas*. Mas a *mestiçagem* se dá também na medida em que o campo “de estudo”, o território “nativo”, invade o terreno da pesquisa, na figura daqueles e daquelas que assumem a tarefa de produzir conhecimentos (legitimados academicamente) sobre si mesmos. As fronteiras entre o nível êmico e o analítico são postas em risco. Será possível não borrar as fronteiras entre os dois planos? Será **necessário** borrar-las?

A *mestiçagem* ocorre ainda na medida em que produzimos e registramos conhecimento em outras instâncias – em redes sociais, em *podcasts*,⁶⁴ em materiais

⁶⁴ Sobre *podcasts* como estratégias de produção e difusão de conhecimentos e formação de contrapúblicos, ver Hack, 2023.

e *links* compartilhados em aplicativos de mensagens, em grupos de WhatsApp, em perfis pessoais e institucionais, em entrevistas, mesas-redondas, oficinas e reuniões *online*, chamadas de vídeo, encontros presenciais e afetos compartilhados seja em ocasiões formais, seja em bate-papos com café, seja em trocas de mensagens, seja em mesas de bar. Nessa profusão de *encontros* de todo tipo, a mediação das tecnologias de comunicação certamente é crucial para a formação de contrapúblicos,⁶⁵ por meio de pedagogias peculiares; e é contraditória na medida em que ao mesmo tempo populariza a difusão do conhecimento, mas certamente ainda o mantém circunscrito a limites elitizados. Ainda assim, ou por isso mesmo, é preciso cuidado para não cair na tentação purificante (ainda que legítima como estratégia) de valorizar mais o conhecimento validado academicamente que o conhecimento definido como *informal* e *leigo*, segundo critérios epistemológicos hegemônicos.

Nesse sentido, Luiza Bairos resgata o pensamento de Patricia Hill Collins (2019), que destaca a legitimidade e valor não apenas do conhecimento produzido por mulheres reconhecidas academicamente, mas também de “uma tradição intelectual subjugada também em função de critérios epistemológicos que negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento” (BAIROS, 2020 [1995], p. 213). Emergem aqui as tensões apontadas também por Ochy Curiel (2020) na produção e disseminação de conhecimentos que não apenas articulam teoria e prática, mas se organizam a partir da vivência cotidiana das práticas e da reflexão sobre essa *experiência*. Torna-se necessário colocar em questão a *economia* que define as condições para produção de conhecimentos (CURIEL, 2020) e atentar para outros espaços de sistematização do conhecimento para além daqueles já consagrados como legítimos e ainda (justamente por isso) elitizados, como a universidade.⁶⁶ No desafio do reconhecimento e legitimação de saberes *outros*, subalternizados, Curiel chama atenção ainda para a constituição de

⁶⁵ Entendendo que dinâmicas de poder afetam as possibilidades de diferentes grupos participarem no “público geral”, Nancy Fraser (1990) examina a existência do que chama de “contrapúblicos subalternos”, que ela define como “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam contradiscursos e os colocam em circulação, o que por sua vez lhes permite formular, em contraponto, interpretações de suas próprias identidades, interesses e necessidades” (FRASER, 1990, p. 67; tradução minha).

⁶⁶ Autoras como Stephanie Lima (2020) têm se dedicado a pesquisar as experiências de *corpos estranhos* à institucionalidade universitária hegemônica. Sua investigação aponta para as tensões, contradições e negociações entre a penetração e abertura de espaços (e seu impacto sobre o *fazer científico-acadêmico*) e a necessidade de legitimação da presença desses *novos corpos* em *velhos espaços* – bem como os efeitos dessas negociações sobre a constituição de sujeitos (políticos) de saber reconhecidos como válidos.

intelectuais orgânicos. No campo de pesquisa sobre o qual nos debruçamos aqui, é primordial considerar não só a presença desses atores como as tensões que envolvem seu *trânsito* constante entre diferentes instâncias de *ativismo* e, ao mesmo tempo, produção e difusão de conhecimento – bem como a produção e difusão de *conhecimento* como aspecto crucial do próprio *ativismo*.

Aqui, portanto, são os *corpos estranhos* que busco, *corpos estranhos* que desestabilizam as fronteiras desenhadas pelas supostas coerências (internas e externas) que delimitam um *nós* igualmente suposto, em oposição inconciliável com *eles*. Me parece que só assim poderemos começar a realizar a delicada e necessária tarefa de “politizar nossas feridas”, nas palavras de Jota Mombaça; e, assim, dedicar-nos à construção de “um modo de estar juntas na quebra [...] [que] tem a ver com habitar espaços irrespiráveis, avançar sobre caminhos instáveis e estar a sós com o desconforto de existir em bando, o desconforto de, uma vez juntas, tocarmos a quebra umas das outras” (MOMBAÇA, 2021, p. 26).

2 “DEUS ACIMA DE TODOS”: O BRASIL ELEGEU SEU PRIMEIRO PRESIDENTE “EVANGÉLICO”?

Será que nunca faremos senão confirmar / A incompetência da
américa católica / Que sempre precisará de ridículos tiranos

Caetano Veloso

“O presidente de vocês confessou a Jesus Cristo” (*apud* LOPES, 2020), anunciou um pastor na primeira edição brasileira do *The Send*, festival missionário evangélico estadunidense, em fevereiro de 2020. A afirmação foi feita na presença do próprio presidente, que não só participou do evento como aproveitou para reiterar o mote que repete constantemente: “o Estado pode ser laico, mas Jair Bolsonaro é cristão” (*apud* LOPES, 2020). Bolsonaro foi também o primeiro presidente do país a participar de uma Marcha para Jesus, em junho de 2019. Saudado com gritos de “mito” e “messias”, entremeados de umas poucas vaias, fez com os dedos o gesto de atirar com uma arma (COSTA E SILVA, 2019) – sua marca registrada (Figura 21) – e afirmou: a presidência lhe teria sido dada por *deus*, e os evangélicos “foram decisivos para mudar o país” (*apud* TAVARES, 2019).

Figura 21 – O então presidente Jair Bolsonaro na Marcha para Jesus na capital paulista, em junho de 2019. Foto: Nacho Doce (Reuters).



Fonte: COSTA E SILVA, 2019.

Durante a disputa de 2018 pela presidência, a adesão de lideranças evangélicas de destaque no país à candidatura de Bolsonaro foi se dando de maneira gradual.⁶⁷ Algumas estiveram entre seus apoiadores de primeira hora. O então senador, pastor e cantor *gospel* Magno Malta chegou a ser convidado para compor a chapa eleitoral com Bolsonaro, que o chamou de “vice dos sonhos” (*apud* BALLOUSSIER, 2018b). Mesmo tendo recusado,⁶⁸ foi participante ativo da campanha, para a qual já havia articulado, em março, o apoio de Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC) (MENEZES; PRADO, 2018). A proximidade entre Bolsonaro e Malafaia, porém, data de anos antes. Em 2013, o pastor celebrou o casamento do então deputado federal com Michelle (LINHARES, 2018). Nesse mesmo ano, num evento organizado por Malafaia, teria nascido o futuro bordão da campanha presidencial bolsonarista. Como conta o próprio Bolsonaro, o pastor o chamou ao palco para falar e, sem saber o que dizer, ocorreu-lhe o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (RAMOS, 2020).

O deputado federal e pastor da Assembleia de Deus (AD) Marco Feliciano afirmou ter “pedido licença” ao seu partido, o Podemos, que disputava o pleito eleitoral com candidato próprio, para dar seu apoio público a Bolsonaro. Sua justificativa foi que este havia ficado ao seu lado no período em que Feliciano, cercado de controvérsias, esteve à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) (BALLOUSSIER, 2018a).⁶⁹ Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), declarou seu apoio em 29 de setembro, a oito dias do primeiro turno (FRAZÃO, 2018) – abandonando a aliança

⁶⁷ Isso não significa que o voto dos evangélicos tenha sido determinado pelos líderes das igrejas. Tampouco restringe o papel de “liderança” exclusivamente a pastores e bispos à frente de igrejas ou comunidades específicas. Nos perfis que traça dos eleitores de Bolsonaro em 2018, por exemplo, Kalil (2018) descreve a categoria “líderes religiosos” como “formadores de opinião” no meio religioso, que ocupam posições de influência em virtude da potencial repercussão e alcance de seu discurso. Incluem-se aí padres, pastores, missionários, cantores evangélicos e indivíduos que têm importância e voz no meio cristão (inclusive por sua atuação em diferentes mídias), bem como lideranças de menor alcance em pequenas cidades, periferias, e pequenas comunidades. Em contraste, o perfil identificado na pesquisa como “fiéis religiosos”, marcado pela pluralidade religiosa, compreende evangélicos, católicos romanos e espíritas, entre outras crenças (KALIL, 2018).

⁶⁸ A recusa se deu sob a alegação de que, como um dos mais destacados membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), sua presença no Congresso seria mais importante (FOLHA DE S. PAULO, 2018). Posteriormente, ao não conseguir a reeleição, Malta atribuiria a derrota à sua dedicação à campanha presidencial (AUDI, 2018).

⁶⁹ Em janeiro de 2020, a infidelidade seria lembrada como argumento para justificar a decisão, por unanimidade, de expulsar Feliciano do partido (G1, 2020b).

que mantivera, até então, com Geraldo Alckmin, candidato presidencial pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).⁷⁰ Na mesma data, Estevam e Sônia Hernandez, o casal à frente da Igreja Renascer em Cristo (idealizadora da Marcha para Jesus), convocaram seus seguidores em um vídeo no Instagram, dizendo “faz o 17 aí que eu quero ver” enquanto faziam com os dedos o número de Bolsonaro na cédula eleitoral (BALLOUSSIER, 2018a). Apenas quatro meses antes, Estevam havia criticado o candidato: “o discurso raivoso não é bíblico” (*apud* BALLOUSSIER, 2018c).

À medida que os grandes líderes evangélicos do país embarcaram na campanha de Bolsonaro, foi se consolidando a imagem deste como alguém encarregado da “missão” de enfrentar o “mal”, encarnado na “esquerda”, especialmente no “petismo”. A um mês do primeiro turno das eleições, o apóstolo Rene Terra Nova⁷¹ tuitou: “Bolsonaro não é Jesus, mas é Messias” (*apud* BALLOUSSIER, 2018a), num trocadilho com o nome do meio do candidato. Na análise de Lilian Sales e Ricardo Mariano:

os apoios pastorais ao candidato do PSL associaram-no, diretamente, à defesa da família, da vida, da igreja, da moralidade cristã tradicional, do Escola sem Partido, pautas que advogam, ardorosamente, nos templos, nas mídias e nos parlamentos. Defenderam-no como o candidato ‘de direita de verdade’, a favor da ‘livre economia’ e contra a ‘ideologia de gênero’. Ao mesmo tempo, atacaram o petista [Fernando Haddad, adversário de Bolsonaro no segundo turno], acusando-o de comunista, de combater os valores cristãos, de ‘erotizar crianças em escolas’ por meio do ‘*kit gay*’ e de apoiar reivindicações feministas e LGBTs. (SALES; MARIANO, 2019, p. 21)⁷²

Bolsonaro chegou ao fim da corrida eleitoral com o apoio declarado das maiores igrejas evangélicas no país. Foi um feito inédito: em pleitos anteriores (mesmo naqueles em que houve representantes evangélicos de peso na disputa), líderes e respectivas igrejas dividiram-se entre alianças com candidatos diversos (BALLOUSSIER, 2018a; 2018d; VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013; VITAL DA

⁷⁰ Em 4 de outubro, a TV Record, emissora de Macedo, abriria espaço para uma entrevista de trinta minutos com Bolsonaro, considerada por observadores como “amistosa” com o candidato. A entrevista foi transmitida ao mesmo tempo em que a TV Globo veiculava o debate entre os demais candidatos à presidência – ao qual Bolsonaro não compareceu alegando falta de condições de saúde, em virtude do atentado à faca que havia sofrido em Juiz de Fora (MG) pouco menos de um mês antes (ALESSI, 2018).

⁷¹ Líder do Ministério Internacional da Restauração, com forte presença na região Norte do país (BALLOUSSIER, 2018a).

⁷² Sobre as estratégias articuladas em torno de questões de gênero e sexualidade na campanha presidencial de 2018, especialmente o pânico moral em torno do chamado “*kit gay*”, ver Leite (2019).

CUNHA; LOPES; LUI, 2017). Nas urnas, o apoio evangélico foi maciço: 69% dos votos válidos dos eleitores dessa filiação religiosa foram para Bolsonaro, segundo pesquisa do Datafolha realizada a três dias do segundo turno (INSTITUTO DATAFOLHA, 2018). Na grande imprensa e entre pesquisadores, como vimos, disseminou-se a tese de que “o voto evangélico elegeu Bolsonaro” (ALVES, 2018; SALES; MARIANO, 2019). Nesse contexto, o antropólogo Ronaldo Almeida indagou ironicamente, quando foi divulgado o resultado das eleições: “o Brasil elegeu o seu primeiro presidente evangélico?”.

2.1 “O Brasil é do Senhor Jesus”: a consolidação do *poder evangélico* no imaginário público brasileiro

O pastor então discorreu. A única religião compatível com a nossa República é exatamente o evangelismo cristão. Submete-se às leis, prega o casamento civil, obedece ao Código e é, pela sua pureza, um esteio moral. [...] Os evangelistas serão muito brevemente uma força nacional, com chefes intelectuais, dispendo de uma grande massa. E, de repente, com convicção, o velho reverendo concluiu:

– Havemos de ter muito brevemente na representação nacional um deputado evangelista.

João do Rio, em reportagem datada de 1904⁷³

A presença do elemento religioso no espaço público brasileiro e ladino-amefricano não constitui novidade – nem nos âmbitos administrativo, legislativo e judicial, nem em instituições como hospitais e escolas, entre outras. Tal presença não raro passa despercebida ou, ao menos, pouco contestada; como atestam Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 15), “as relações históricas entre religião e política

⁷³ Citação extraída de uma das reportagens da série intitulada “As religiões no Rio”, publicada entre janeiro e março de 1904 na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, pelo então jovem jornalista Paulo Barreto, que escrevia sob o pseudônimo João do Rio (RIO, 2015).

são incontornáveis para a análise do Estado na região, assim como para o entendimento das formas correntes de polarização”.

Maria das Dores Campos Machado assinala que “a inserção do princípio da laicidade do Estado, na Constituição de 1891, não resultou em um afastamento radical das principais instituições políticas e religiosas do país” (MACHADO, 2015, p. 46). Pelo contrário, diz a autora, remetendo a Montero (2012): especialmente a Igreja Católica Romana (ICR) “ajudou a configurar a esfera pública brasileira que hoje se mostra mais ampliada com a presença de múltiplos outros segmentos sociais – religiosos e não religiosos” (MACHADO, 2015, p. 46).

Traçando um histórico do “ativismo sociopolítico” de católicos romanos e evangélicos, Lilian Sales e Ricardo Mariano destacam, no primeiro caso, a importância da ação desses atores na constituição de uma “cultura dos direitos”, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Ressalvam, porém, que “o ativismo católico em defesa dos Direitos Humanos tem seu ponto de inflexão diante dos direitos sexuais e reprodutivos” (SALES; MARIANO, 2019, p. 15), a cuja expansão a ICR se opõe. Já o ativismo evangélico é apresentado pelos autores como “em confronto com os Direitos Humanos” (SALES; MARIANO, 2019, p. 15).⁷⁴

Especialmente a partir da controvérsia deflagrada pelo lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2009, “instaurou-se uma franca disputa em torno dos sentidos e limites dos direitos humanos por parte de atores religiosos neoconservadores e ativistas feministas e dos movimentos LGBTQI” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 32). Nesse contexto, assistimos a um fenômeno descrito por Juan Marco Vaggione (2005) em termos de uma “politização reativa” de grupos e atores latino-americanos identificados como *religiosos*, que começaram a mimetizar estratégias discursivas e de ação adotadas por movimentos feministas e LGBTI+.

Foi se produzindo, assim, um ativismo religioso que se apresentava com “uma forma característica de organizações da sociedade civil” (VAGGIONE, 2005, p. 234; tradução minha). Compreendia igualmente certo “secularismo estratégico” – isto é, a incorporação, por esses atores, de argumentos científicos e jurídicos ao seu

⁷⁴ No entanto, há que considerar trabalhos historiográficos como o do Coletivo Memória e Utopia, que promove um resgate de histórias *outras* do protestantismo no Brasil; histórias coletivas de “resistência” e luta por justiça social, para além de narrativas de cumplicidade com o regime ditatorial militar, por exemplo, e de oposição ao campo dos direitos humanos (PADILHA *et al*, 2022).

discurso público, reduzindo a centralidade de referências explícita e estritamente teológicas (VAGGIONE, 2005; 2017). Essas duas estratégias convergiram em uma tendência de atores e grupos católicos e evangélicos a

[...] traduzir suas posições morais em termos de direitos [...] [usando] a gramática dos direitos para defender a liberdade de crença, as prerrogativas das instituições religiosas e, em algumas sociedades, a inserção dos princípios morais cristãos nos quadros institucionais. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 31.)

Um efeito dessa composição de táticas tem sido, no diagnóstico de Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 195), o fato de que “a permeabilidade estatal [no Brasil e restante da América Latina] agora se amplia em outra direção, com maior presença de atores da sociedade civil combatendo normas e políticas para a igualdade de gênero e nos espaços governamentais”.

O fenômeno, porém, não é novo. No Brasil, suas origens remontam aos anos 1980. Foi sobretudo a partir dessa década que o recrudescimento e a visibilização da atuação política de grupos (auto)identificados como *religiosos*, especialmente *evangélicos*, vieram movimentar relações consolidadas nos campos político, religioso e social. Como apontam Christina Vital da Cunha e Paulo Victor Leite Lopes, em vez de negar o papel da religião no espaço público, correntes religiosas diversas passaram, ao contrário, “a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no ‘discurso dos direitos’ e da democracia”. (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013, p. 15.)

A Assembleia Nacional Constituinte eleita em 1986, símbolo da redemocratização brasileira, inaugurou também um vigoroso ativismo político pentecostal (MARIANO, 2011, p. 250). Até então havia preponderado uma tendência à autoexclusão da política partidária (tida como “mundana” e “diabólica”), que se traduzia no bordão “crente não se mete em política”, por meio do qual os próprios protestantes com frequência se definiam (PIERUCCI, 1989). Ao longo dos anos 1980, contudo, essa postura foi sendo abandonada, sob a alegação de que era premente defender tanto seus interesses institucionais quanto seus valores morais contra os avanços de adversários. A princípio, o receio compartilhado, expresso por grupos pentecostais e protestantes históricos, era que a ICR procurasse aproveitar a oportunidade representada pela Constituinte para dilatar seus privilégios junto ao Estado brasileiro. Além dos católicos romanos, porém, logo se consolidaria a

oposição pública ao movimento feminista, ao então movimento homossexual, aos “macumbeiros” e mais à “esquerda laica, [ao] humanismo secular, [ao] modernismo cultural, [à] indústria da pornografia, [à] intelectualidade esnobe, [à] cultura da juventude, [aos] educadores liberais, [aos] pais liberados” – à “esquerda radical”, em suma (PIERUCCI, 1989, p. 111; MARIANO, 2011). Apresentar-se em contraste com esses personagens, tanto quanto em convergência com novos aliados, foi fundamental para o recorte estratégico da identidade desse segmento.

Aqui, é preciso sublinhar que, ainda que se possa indicar marcos históricos a partir dos quais delinear um itinerário da presença e atuação *evangélica* no Brasil (inclusive em suas conexões transnacionais, sobretudo com o contexto latino-americano e estadunidense),⁷⁵ isso não significa que possamos encarar esse percurso em termos de um “projeto” ou “plano” coeso e predeterminado (BURITY, 2020). Como assinala Joanildo Burity:

É preciso compreendê-la [a presença política dos protestantes brasileiros], primeiramente, a partir de suas condições de possibilidade, tanto de sua emergência quanto de suas transformações. Em segundo lugar, é importante pensá-la, em cada momento, como um feixe de iniciativas que ao mesmo tempo respondem a outras forças e desafios e articulam demandas, numa condição minoritária com pretensões ambiciosas, mas não realizadas tal e qual. (BURITY, 2020, p. 196.)

Assim, a consolidação de um *poder evangélico* no imaginário político e público brasileiro foi se acentuando a partir de meados da década de 1990. Na tentativa de explicar certos fenômenos político-eleitorais, expressões como “o poder evangélico”, “a força evangélica”, “a influência do voto cristão”, “a pressão religiosa”, “a força pentecostal”, “os fundamentalistas neopentecostais”, “o voto evangélico”, entre outras, passaram a ser cada vez mais utilizadas por jornalistas, marqueteiros e comentaristas políticos, e a difundir-se no senso comum. Tais termos expressam a crença em uma suposta homogeneidade e coesão de grupos mobilizados a partir de identidades religiosas, em geral reunidos sob o rótulo convencional de *evangélicos*. Essa nomenclatura, porém, não só ignora as diferenças entre as várias denominações protestantes, como tem o efeito de eclipsar as especificidades da ação tanto de setores da ICR quanto de organizações paraeclesiais e atores a ela ligados (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013; CUNHA, 2016).

⁷⁵ Ver, por exemplo, Pérez (2020) e Garrard (2020).

É preciso salientar também que, por um lado, essas expressões apresentam uma conotação predominantemente negativa, na medida em que presumem uma suposta ausência de razão por parte dos eleitores e a manipulação destes de acordo com os interesses de seus líderes. Por outro, incorrem em simplificações acerca do comportamento eleitoral desses segmentos. Como assinalam Vital da Cunha e Lopes (2013), contudo, a falta de uma investigação e reflexão mais aprofundadas não impede que a crença na uniformidade do *voto evangélico* seja determinante em negociações e composições políticas – além de agregar significativo capital político a atores e entidades empenhados em legitimar-se como representantes desse segmento.

Desse modo, ainda na década de 2000, atores identificados como *evangélicos* iniciaram intensa oposição a programas federais de combate à homofobia e ao Projeto de Lei Complementar 122/2006 (PLC 122), que visava à “criminalização da homofobia” (SALES; MARIANO, 2019; ZIMBRÃO, 2018).⁷⁶ A partir de 2009, manifestaram intenso repúdio ao PNDH-3, que incluía pautas como a descriminalização do aborto e o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (LEITE, 2014, pp. 109ss). E, especialmente a partir de 2014, foi intensa a pressão exercida por esses atores contra o Plano Nacional de Educação (PNE) proposto para o decênio 2011-2020. Foi, em grande medida, graças à sua movimentação que acabaram suprimidas do documento final do PNE todas as referências explícitas aos termos “gênero”, “orientação sexual” e “sexualidade” – aglutinados por seus adversários, com expressões afins, sob a alcunha pejorativa e estigmatizadora de “ideologia de gênero”.⁷⁷

Como mostram Machado (2012) e Vital da Cunha e Lopes (2013), foi a partir da campanha presidencial de 2010 que a ação de atores identificados como

⁷⁶ O PLC 122 tramitou no Congresso Nacional desde sua proposição original, em 2001, até 2013, quando foi apensado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado ao projeto de reforma do Código Penal – o que, na prática, o retirou da pauta do Legislativo (HAILER, 2013). Nesses doze anos, passou por diversas modificações; em sua versão final, propunha a ampliação da Lei nº 7.716/1989, de modo a equiparar a homofobia ao crime de racismo. Natividade e Oliveira (2013, pp. 88-100) descrevem as estratégias de atores “religiosos” para denunciar e combater o projeto como parte de um “movimento pró-homossexualismo” que visaria à “dissolução dos valores cristãos” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013, p. 88). Sobre as disputas articuladas em torno do projeto, ver Adélia Zimbrão (2018).

⁷⁷ Graças à ação conjunta de atores identificados como *religiosos*, a temática de gênero acabou sendo banida também de muitos planos estaduais e municipais de educação. Luís Felipe Miguel relata que, “durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores” (MIGUEL 2016, p. 599).

evangélicos no debate público ganhou maior visibilidade, graças a uma sucessão de controvérsias de grande repercussão na mídia. Naquela disputa eleitoral, emergiram diversas interpretações das tendências de voto apontadas pelas pesquisas eleitorais em função do elemento dito *religioso*. Ainda que divergentes, essas leituras levaram à adoção de estratégias diversas, alternando a associação ou o desvinculamento das candidaturas em relação à identificação *religiosa*, em tentativas de *purificação* própria e *contaminação* alheia.

Assim sendo, por menos que se pudesse comprovar a validade da tese da *influência religiosa*, a **mera difusão** dessa interpretação entre jornalistas, analistas políticos e nos comitês centrais das campanhas foi determinante para a expansão dos investimentos em alianças e tentativas de composição política com o segmento construído a partir dessa identidade. Em um pleito com forte marca de gênero, sobretudo pela presença de duas mulheres entre os três principais concorrentes na corrida presidencial (Dilma Rousseff e Marina Silva), é significativo que a disputa pelo *voto religioso* na campanha de 2010 tenha girado em torno de um debate central no campo dos direitos sexuais e reprodutivos: a legalização do aborto, demanda cara aos movimentos feministas (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013; MACHADO, 2012).

A vitória de Dilma Rousseff encerrou a disputa eleitoral, mas os ânimos dos grupos ditos *religiosos* não deram sinal de arrefecer. Antes mesmo do início do novo governo, já se anunciava outra polêmica, que culminaria ainda nos primeiros meses do mandato e culminaria (como vimos brevemente no Capítulo 1) no cancelamento do ESH.

Levantada e explorada em tom de denúncia pelo então deputado federal Jair Bolsonaro a partir de novembro de 2010, até março de 2011 foram poucas as referências ao ESH no Congresso Nacional e na imprensa. A questão só ganharia corpo e geraria uma profusão de embates pouco após 5 de maio de 2011, quando o STF aprovou o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo, equiparando-a, em direitos e obrigações, à entidade familiar. A partir daí, agora protagonizados também por parlamentares ligados à FPE, multiplicaram-se os ataques ao ESH e a outra política mais ampla, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNLGBT).⁷⁸

⁷⁸ O PNLGBT consiste em um conjunto de diretrizes e ações voltadas para a elaboração de políticas públicas para LGBTs, transversais a todas as esferas do governo federal, visando a assegurar os

A argumentação empregada para desqualificar o ESH – designado por Bolsonaro pela alcunha pejorativa de “kit gay”⁷⁹ – girava em torno de acusações de que o Estado estaria patrocinando o “desvirtuamento das crianças”, na medida em que o material do projeto constituiria “propaganda” de uma orientação sexual não-heterossexual. Seria inadequado por expor *crianças* a conteúdos considerados “pornográficos”; estimular a “pedofilia”; e fazer “apologia ao homossexualismo [sic] e à promiscuidade” (*apud* SALES; MARIANO, 2019). O resultado foi a deflagração de um processo de pânico moral (LEITE, 2014; 2019).

Para reforçar a tese dos *perigos* implicados no projeto, foram apresentados como integrantes do ESH materiais destinados a outras campanhas e outros públicos-alvo, tais como um programa de redução de danos entre usuários de drogas injetáveis, elaborado pelo Ministério da Saúde para travestis e transexuais. Assim, anteciparam-se estratégias de desinformação que seriam amplamente acionadas por Bolsonaro na campanha de 2018 (LEITE, 2019) e durante todo o seu mandato, agora já conhecidas como *fake news*. Paralelamente, a repercussão na mídia, sobretudo graças à cobertura da TV Record, de Edir Macedo – que concedeu amplo espaço aos discursos contrários ao ESH –, logrou impor como verdade a *demonização* do material (LEITE, 2014; VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013; SALES; MARIANO, 2019).

O desfecho do caso foi precipitado por uma série de manobras conduzidas por parlamentares membros da FPE. Primeiro, anunciaram que iriam obstruir as votações no Plenário da Câmara enquanto o Ministério da Educação (MEC) não recolhesse o material do projeto – que sequer chegou a ser distribuído. Depois, em 24 de maio, ameaçaram aliar-se aos partidos da oposição na convocação do então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, figura-chave para a gestão e articulação política do governo Dilma, a prestar esclarecimentos acerca de acusações de multiplicação indevida de seu patrimônio. No dia seguinte, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, comunicou a um grupo de parlamentares ligados às bancadas *religiosas* no Congresso Nacional o cancelamento da produção do material do ESH. Assumiu também o compromisso de

direitos e a ampliação da cidadania desse segmento da população (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013).

⁷⁹ Essa denominação seria reativada e teria papel central nas campanhas de Bolsonaro à presidência em 2018 (LEITE, 2019) e, talvez em menor escala, 2022.

que o grupo de *religiosos* seria ouvido “em todos os programas ou iniciativas do governo que tangenciassem ‘as questões de costumes’ ou ‘comportamentais’” (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2013; LEITE, 2014).

Mais à frente naquela mesma legislatura, em 2013, a eleição de Marco Feliciano⁸⁰ para a presidência da CDHM gerou uma espiral de conflitos e disputas em torno da delimitação da noção e escopo do que seriam *direitos humanos*. Feliciano havia se notabilizado por declarações como a de que o “ativismo gay” serviria para promover violência e que, “do ponto de vista da política, minoria são grupos desprivilegiados, por não conseguirem estudos e empregos. Os gays não se encaixam nesse perfil, pois são estudados e tem ótimos empregos” (FOLHA DE S. PAULO, 2013b). Noutra ocasião, disse que africanos “descendem de ancestrais amaldiçoados por Noé” (*apud* LEMOS, 2011). Sobre a homossexualidade, disse: “Não prego o ódio, mas não aceito. [...] A podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime, à rejeição” (*apud* LEMOS, 2011).

Por essa última declaração, Feliciano foi denunciado ao STF pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que o acusou de homofobia. (OLIVEIRA, 2013). Em sua defesa, dois anos mais tarde, Feliciano alegaria que “a Bíblia e a história mostram que os africanos foram alvos de uma ‘maldição’ de Noé por conta do ‘primeiro caso de homossexualismo da humanidade’” (OLIVEIRA, 2013). Afirmações desse gênero haviam lhe valido acusações de ser “homofóbico”, “racista”, “intolerante” e “fundamentalista” (SALES; MARIANO, 2019).⁸¹ A defesa de Feliciano seria apresentada ao STF em 5 de abril de 2013, quando ele já ocupava a

⁸⁰ À época, Feliciano, pastor da Assembleia de Deus havia oito anos, estava ainda em seu primeiro mandato, pelo Partido Social Cristão (PSC) de São Paulo. Fora eleito com 212 mil votos (BRAGA, 2013b), a segunda candidatura evangélica mais votada para a Câmara dos Deputados em todo o país em 2010. Ficou atrás apenas de Anthony Garotinho, eleito pelo Rio de Janeiro com 693 mil votos – este, por sua vez, foi o segundo deputado mais votado em todo o país naquele ano, quando a maior votação para a Câmara foi a do palhaço Tiririca.

⁸¹ A declaração de Feliciano acerca da suposta “maldição” da África se deu no contexto de uma polêmica envolvendo Bolsonaro. Este, entrevistado em um programa televisivo, havia respondido a uma pergunta da cantora Preta Gil sobre o que faria caso um de seus filhos namorasse uma mulher negra: “não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o teu” (G1, 2011). Defendendo-se das acusações de racismo que se sucederam, Bolsonaro alegou ter compreendido mal a pergunta: “O que eu entendi, na pergunta, foi 'o que você faria se seu filho tivesse relacionamento com um gay'” (*apud* G1, 2011). Foi em meio à controvérsia então deflagrada que, dias depois, Feliciano publicou uma série de tuítes sobre como a África estaria sob “a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, aids. Fome... Etc [sic]”, devido a uma suposta maldição de Noé a seu neto Canaã, de quem os africanos, por sua vez, seriam descendentes (LEMOS, 2011).

presidência da CDHM; nesse mesmo dia, o deputado publicaria em sua conta no Twitter a fotografia de um suposto “diploma” de “defensor dos direitos humanos”, que teria recebido de uma organização chamada Federação Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos (OLIVEIRA, 2013).⁸²

Alvo de protestos e oposição, Feliciano havia assumido a CDHM prometendo “defender os ‘**verdadeiros** direitos humanos’ e dar ‘atenção às **verdadeiras** minorias’ numa comissão que, a seu ver, até então fora dominada pelo diabo (leia-se PT)”⁸³ (SALES; MARIANO, 2019, p. 17; grifo meu). À frente da CDHM de março de 2013 a fevereiro de 2014, Feliciano e outros atores da FPE alcançaram grande visibilidade, graças a uma sucessão de controvérsias públicas – nas quais Jair Bolsonaro, que conquistou uma vaga de suplente da comissão, também esteve envolvido de maneira recorrente (CUNHA, 2013). Já na tumultuada sessão da CDHM em que Feliciano foi eleito, Bolsonaro aparece sentado bem atrás do colega pastor, em foto que ilustra matéria do G1 daquele dia (Figura 22) – matéria que inclui um vídeo em que Bolsonaro, em meio a vaias, discute com manifestantes no corredor da Câmara (NÉRI, 2013). Na época, ele chegou a afirmar que se sentia “um irmão” de Feliciano e considerava-se um “soldado” seu (CUNHA, 2013) – acionando simultaneamente uma retórica eclesial e familiar, ao chamá-lo de “irmão”, e uma virilidade beligerante empenhada em uma *guerra espiritual*, ao definir-se como um “soldado”.

⁸² Tentei acessar o site de tal “Federação”. Só tive tempo de passar os olhos pela página inicial – feia, estética ultrapassada, lembrando as velhas páginas em HTML de fins dos anos 1990. O antivírus do meu computador classificou a página como “insegura” e me enviou sucessivos alertas de “ataques maliciosos” emitidos pelo site. Desisti.

⁸³ A presidência da CDHM – cuja criação, em 1995, foi fruto de articulações de parlamentares petistas iniciadas em 1987 – sempre estivera nas mãos de partidos considerados de *esquerda*. De seus quinze presidentes até então, dez haviam sido petistas. Em seu voto pela abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff em 2016, Feliciano atribuiria à sigla “PT” o significado de “Partido das Trevas” (*apud* ALMEIDA, 2018).

Figura 22 – O deputado federal e pastor Marco Feliciano (à época no PSC-SP), após ser confirmado como presidente da Comissão de Direitos Humanos, em 7 de março de 2013. Atrás dele, à direita, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ). Foto: Alexandra Martins (Agência Câmara).



Fonte: NÉRI, 2013.

Uma das controvérsias de maior destaque no período se deu a partir do parecer favorável da CDHM ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/2011,⁸⁴ de autoria do deputado federal João Campos (PSDB).⁸⁵ O objetivo do projeto era permitir que psicólogos oferecessem *tratamento* para a *homossexualidade*, mediante a sustação do parágrafo único do artigo 3º e do artigo 4º da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que veda a esses profissionais colaborar “com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” e pronunciar-se ou participar “de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica” (CFP, 1999). Alcinado por seus opositores de “cura gay”, o projeto, no âmbito dos protestos que se espalharam pelo país em junho de 2013, gerou grande repercussão negativa – levando o PSDB a emitir uma nota afirmando que o PDC constituía “um retrocesso” (ODILLA; NUBLAT; FALCÃO, 2013; FOLHA DE S.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>. Acesso em: 09 nov. 2020.

⁸⁵ Em 2015, Campos se tornaria presidente da FPE.

PAULO, 2013a). Diante disso, o próprio João Campos acabou por solicitar o arquivamento do projeto.⁸⁶

A visibilidade alcançada por atores identificados como *evangélicos* a partir desses episódios, especialmente a suspensão do ESH e a passagem de Feliciano pela CDHM (VITAL DA CUNHA, 2020; CUNHA, 2016), criou uma percepção de força política que teria encorajado o lançamento da primeira candidatura *evangélica* à presidência da República – o Pastor Everaldo, então vice-presidente do Partido Social Cristão (PSC). Seu fracasso, a despeito do apoio inicial de grandes nomes evangélicos na política – Everaldo chegou apenas ao quinto lugar no total de votos válidos –, levaria ao que Vital da Cunha (2020) descreve como um “recuo estratégico” nas eleições nacionais seguintes.⁸⁷ Tal “recuo” se materializaria, em 2018, em uma retração no crescimento das candidaturas que Maria das Dores Campos Machado (2006) chama de “confessionais” – isto é, aquelas que fazem referência explícita à vinculação religiosa (tal como “irmão”, “irmã”, “missionário”, “missionária”) ou à posição institucional (“pastor”, “pastora”, “presbítero”, “padre”, “bispo”, “apóstola”) do candidato ou candidata (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019).

Com efeito, Vital da Cunha e Evangelista (2019) comparam as eleições de 2018 com as anteriores e observam que a oferta de “candidaturas confessionais evangélicas” mantém sua tendência de crescimento; contudo, ressalvam as autoras:

[...] entre 2010 e 2014, o aumento no percentual de candidaturas confessionais evangélicas foi de 40%. Entre 2014 e 2018 o aumento foi de pouco mais de 8%. Ainda assim, o número de parlamentares vitoriosos confessionais aparece em número muito menor do que as candidaturas evangélicas não confessionais (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019, p. 96).⁸⁸

⁸⁶ Sobre as controvérsias em torno da chamada “cura gay”, ver Gonçalves (2020). Sobre os psicólogos que se apresentam como “psicólogos cristãos”, ver Macedo (2017) e CFP (2019).

⁸⁷ Ronaldo Almeida (2018) assinala que, no caso dos cargos proporcionais, os candidatos que se identificam como *evangélicos* tendem a enfatizar posições que (supostamente) os identifiquem com o respectivo segmento religioso – “mas isso cria dificuldades quando as eleições são majoritárias, uma vez que estas implicam ampliação do discurso político”, diz ele (ALMEIDA, 2018, p. 166).

⁸⁸ As autoras tomam como base empírica a pesquisa “Candidaturas evangélicas nas eleições 2018: Mapeamento de postulantes ao poder legislativo no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais”, realizada entre 2018-2019 pelo ISER, com apoio da Fundação Heinrich Boll. Nas eleições municipais, a tendência seria inversa. O levantamento quantitativo do projeto “Religião e Poder”, do ISER, revelaria um expressivo aumento das candidaturas confessionais nos pleitos de 2016 e 2020. O apelo a uma identidade religiosa (com destaque para identidades *cristãs*, principalmente *evangélicas*) nos “nomes de urna” declarados por candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aumentou 21% entre 2012 e 2016 e 24% entre 2016 e 2020 – dado significativo se comparado ao

Nesse contexto, forjam-se alianças com atores que não necessariamente assumem uma identidade evangélica, mas mostram-se capazes de se articular com lideranças do segmento e conectar-se situacionalmente com suas bases, por meio de “jogos de ocultação e revelação da vinculação e/ou simpatia religiosas” (VITAL DA CUNHA, 2020, p. 252), acionados conforme for mais conveniente em termos de mobilização e manutenção de capital político.⁸⁹ Como salienta Livia Reis (2020), para além da indicação de uma identidade religiosa explícita no chamado “nome de urna”, essa estratégia possibilita a mobilização do aparato institucional de igrejas em favor da campanha dos aliados desses grupos e atores e o acionamento de recursos como a divulgação de candidaturas por lideranças e outros formadores de opinião no segmento, participação em cultos e eventos religiosos e assim por diante.

2.2 Dos “porões da política” à presidência: Bolsonaro e os evangélicos

Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira.

*Thiago de Mello*⁹⁰

Uma vez eleito, uma das estratégias de Bolsonaro para estabelecer e sustentar uma aliança com o segmento evangélico foi a concessão de cargos de primeiro e segundo escalão a atores *evangélicos* ou indicados por lideranças do segmento. Desde o início do mandato, estudiosos da *religião*, teólogos e *religiosos* chamaram atenção para o fato de que a *influência religiosa* em seu governo não se

crescimento total das candidaturas, cuja expansão foi de 3% entre 2012 e 2016 e 12% entre 2016 e 2020. Até a finalização deste projeto, não haviam sido divulgadas ainda informações sobre o êxito dessas candidaturas (RELIGIÃO E PODER, 2020).

⁸⁹ Esse tipo de aliança pareceu se confirmar também nas eleições municipais de 2020, conforme indicaram os levantamentos do ISER (REIS, 2020). O pleito foi marcado também pela articulação de candidaturas autoidentificadas como “evangélicas” e “católicas” ditas “progressistas”, “populares” e “de esquerda” para as câmaras municipais – tais como a Bancada Evangélica Popular e Cristãos Contra o Fascismo. Já para a prefeitura de capitais, apenas 10% dos candidatos que declararam identidade religiosa pertenceriam a partidos identificados como de esquerda e centro-esquerda (CUNHA, 2020b). Na continuidade dessa linha de pesquisa, em 2022 o ISER trabalhou com uma definição de “identidade religiosa” girando não em torno de “vinculações religiosas” específicas dos candidatos, mas sim de como se articulam “elementos como raça, gênero, ideologia e disputas discursivas em campanha que atravessam a relação entre religião e política, para além do pertencimento a um segmento religioso” (EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER, 2022b).

⁹⁰ “Artigo V” do poema “Os Estatutos do Homem” (1964).

resumiu a evangélicos (neo)pentecostais propriamente ditos; compreendeu também uma importante participação de protestantes históricos não-pentecostais, sobretudo batistas e presbiterianos (CUNHA, 2019; PACHECO, 2020; PY, 2020c).

Destacou-se aí a pastora batista Damares Alves,⁹¹ ex-assessora de Magno Malta – que, ao assumir o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), anunciou: “o Estado é laico, mas esta ministra é **terrivelmente cristã**” (*apud* VIVAS, 2019; grifo meu). Nunca será demais enfatizar seu protagonismo e centralidade como articuladora de estratégias político-religiosas no governo Bolsonaro, na maioria das vezes nos bastidores. Maria das Dores Campos Machado (2020) a considera “a liderança evangélica feminina de maior destaque tanto na aliança entre os legisladores evangélicos e católicos no Congresso Nacional quanto na promoção da racionalidade neoconservadora na campanha de Bolsonaro”.

Um exemplo foi o modo como seu ministério tomou uma série de medidas visando a dificultar o acesso à interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. Essa estratégia se intensificou especialmente no rastro da controvérsia envolvendo uma menina de 10 anos do Espírito Santo que precisou ir para Recife para fazer valer seu direito à interrupção de uma gravidez fruto de anos de abusos sexuais por parte de um tio (JIMÉNEZ, 2020)⁹² – o que talvez possamos entender não só como reação à controvérsia envolvendo a menina em si, mas como possível aceno aos aliados no campo *cristão*. Seria uma tentativa de, senão apaziguar um pouco os ânimos exaltados e insatisfeitos com a indicação de Kassio Nunes Marques para o STF em vez do prometido ministro “terrivelmente evangélico”,⁹³ ao menos revitalizar o apoio de outros segmentos *cristãos* ao governo.

Outro exemplo foi o papel de Damares Alves no incentivo e reforço de candidaturas de mulheres identificadas como “conservadoras” nas eleições municipais de 2020, o que provavelmente serviu de balão de ensaio para novas

⁹¹ Originalmente da Igreja Quadrangular, depois da Igreja Batista da Lagoinha.

⁹² Voltaremos adiante a esse caso.

⁹³ Em julho de 2019, em um culto evangélico na Câmara dos Deputados e, de novo, na sessão solene que se seguiu em homenagem aos 42 anos da IURD, Bolsonaro assumiu o compromisso de preencher com um ministro “terrivelmente evangélico” uma das duas vagas do STF para as quais ele teria o direito de fazer indicações durante seu mandato. Suas palavras na ocasião foram: “muitos tentam nos deixar de lado dizendo que o estado é laico. O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damares [Alves, ministra]: Nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal [STF]. Um deles será terrivelmente evangélico” (*apud* CALGARO; MAZUI, 2019).

estratégias eleitorais (CORREIA, 2020a) – ainda que, nas eleições municipais de 2020, dos nove candidatos diretamente apoiados por ela (por meio da gravação de vídeos para suas campanhas), apenas uma tenha sido eleita vereadora. De todo modo, a própria Damares se elegeria senadora em 2022.⁹⁴

Outros casos de *evangélicos* integrados ao governo Bolsonaro foram o luterano Onyx Lorenzoni, aliado de primeira hora que coordenou a transição do governo de Michel Temer e ocupou sucessivos cargos ao longo do governo Bolsonaro – primeiro na Casa Civil, seguida da Secretaria-Geral da Presidência e dos Ministérios da Cidadania e do Trabalho e Previdência; o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça, primeiro à frente da Advocacia Geral da União (AGU) e, posteriormente, do Ministério da Justiça, tendo sido enfim indicado para o STF (como o prometido ministro “terrivelmente evangélico”); o general Luiz Eduardo Ramos, batista, na Secretaria de Governo; o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, no MEC – de onde se demitiu após denúncias de corrupção (PIRES; AFFONSO; SHALDERS, 2022). No segundo escalão, é digna de nota a nomeação de Benedito Guimarães Aguiar Neto, ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e defensor da chamada “teoria do *design* inteligente” (G1, 2020a),⁹⁵ para a presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No MMFDH, há ainda os pastores batistas Sergio Queiroz, secretário especial do Desenvolvimento Social do Governo Federal, e Guilherme de Carvalho, diretor de Promoção e Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Proteção Global. Igualmente digna de nota é a presença de Angela Gandra Martins, advogada católica ativa no combate ao aborto e sua descriminalização, como Secretária Nacional da Família (HOLANDA, 2019).

Contudo, a articulação política e ocupação de cargos no Executivo (em diferentes níveis) por atores identificados como *evangélicos* (ou seus indicados), bem como os diferentes graus de investimento em alianças situacionais com esse

⁹⁴ Voltaremos a Damares Alves no Capítulo 5.

⁹⁵ A teoria do “*design* inteligente” postula que a vasta complexidade dos seres vivos só poderia ser explicada, ao menos em parte, por um projeto deliberado de algum tipo de inteligência superior. Corresponde a uma tentativa de revestir de roupagem científica – e, assim, legitimar – o chamado “criacionismo”, segundo o qual Deus teria criado diretamente o ser humano e demais seres vivos, de maneira similar à exposta no livro bíblico do Gênesis. Seus postulantes a apresentam em contraposição à teoria da evolução (a vida e os seres vivos evoluem a partir de mutações genéticas aleatórias, selecionadas conforme sua capacidade de adaptação ao meio), que goza de amplo consenso no meio científico.

segmento religioso, já vinham se expandindo *pari passu* com a consolidação de um *poder evangélico* no imaginário político e público brasileiro, como vimos. Em sua ascensão ao poder, Jair Bolsonaro, por sua vez, agregou às estratégias de articulação e aliança um crescente investimento na construção de uma imagem pública de *cristão*.

Vital da Cunha (2020) analisa a construção da imagem de “aliado dos evangélicos” por Bolsonaro, mostrando como ele conseguiu explorar simultaneamente as duas identidades religiosas majoritárias no país.⁹⁶ Em entrevista publicada na Revista *Época* ainda em 2011, perguntado se seguia alguma religião, ele respondeu: “Acredito em Deus, essa é a minha religião. Sou um católico que, por dez anos, frequentou a Igreja Batista” (*ÉPOCA*, 2011). Assim, apesar de se apresentar como católico romano (SOARES, 2020), Bolsonaro faz constantes acenos à sua base de apoio *evangélica*. Um exemplo é sua insistência no discurso moralizante de “proteção da família” e combate à chamada “ideologia de gênero”, entre outros temas supostamente caros a setores *evangélicos* – e *católicos* – que ele se empenha em manter aquecidos e fidelizados. Outro exemplo: sua participação em eventos *religiosos* e encontros com lideranças denominacionais (BONFIM, 2020)⁹⁷ e integrantes da FPE.

Em 31 de março de 2011, opinando sobre uma polêmica envolvendo Jair Bolsonaro,⁹⁸ Feliciano afirmou, no Twitter, não ser amigo do colega deputado, cujo nome grafou errado – “Bossonaro” (LEMOS, 2011). Menos de dois meses depois, a controvérsia em torno do ESH culminaria com o cancelamento do mesmo e selaria a aproximação entre Bolsonaro e integrantes da FPE. Em entrevista para pesquisa de Vital da Cunha e Lopes (2013), Damares Alves recorda como Bolsonaro, mesmo não sendo da FPE, reunia-se com frequência com seus integrantes – e como ela, que era então secretária da FPE, lhe fez um convite estratégico: “participar da Audiência Pública ocorrida em maio de 2011 para apresentação do material didático

⁹⁶ Tal estratégia de visibilização como “aliado dos evangélicos” não se restringe a Bolsonaro, sendo cada vez mais empregada por atores diversos em disputas eleitorais no país. No pleito de 2018, outro caso bem-sucedido foi o de Wilson Witzel, eleito governador do Rio de Janeiro (VITAL DA CUNHA, 2020) – cargo do qual seria afastado por denúncias de corrupção em 2021.

⁹⁷ Especialmente a participação em eventos e atos religiosos, amplamente divulgada, envolve o acionamento de elementos teológicos e contribui, como veremos, para a construção de uma narrativa que parece revestir a pessoa de Bolsonaro e seu governo, estrategicamente, de um sentido religioso.

⁹⁸ Trata-se da polêmica, descrita acima, deflagrada pela resposta de Bolsonaro à cantora Preta Gil.

de combate à homofobia nas escolas e denunciar o que julgavam uma apologia à homossexualidade” (VITAL DA CUNHA, 2020, p. 251).

Bolsonaro estava, à época, em seu sexto mandato sucessivo na Câmara, onde atuava como deputado desde 1991 – sendo amplamente identificado como membro do chamado “baixo clero”, expressão usada em referência a parlamentares de pouca expressão na Câmara de Deputados, movidos principalmente por interesses provincianos ou pessoais. Até então, conforme levantamento de Marina Lacerda (2019), predominava em seu discurso parlamentar a temática militar (em geral, demandas corporativas das forças armadas e das polícias) e da segurança pública. Desde os anos 2000, destacavam-se também ataques aos governos federais petistas, que o deputado acusava de “corrupção”⁹⁹ e criticava pela oposição à redução da maioria penal (LACERDA, 2019).

Nas palavras de Vital da Cunha (2020, p. 251), “pelas mãos dos evangélicos Bolsonaro saiu dos porões da política brasileira”. Segundo Lacerda (2019), foi somente após a controvérsia em torno do ESH, em 2011 – e a concomitante aproximação da FPE, seguidas do envolvimento na CDHM durante a gestão de Marco Feliciano, entre 2013 e 2014 – que as pautas ligadas à moral sexual ganharam centralidade em seu repertório. A partir daí, e ao longo de todo o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), deu-se uma “expressiva acumulação de forças” (LACERDA, 2019, p. 187) por parte do até então obscuro deputado. De fato, em 1990 ele se elegera com menos de 70 mil votos; nos cinco pleitos seguintes, entre 1994 e 2010, manteve-se na faixa entre 88 mil e 120 mil votos. Em 2014, em contrapartida, alcançou quase 465 mil votos. Foi, naquele ano, o deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro, e o terceiro mais votado do país.

Conforme Vital da Cunha (2020, p. 251), “Bolsonaro deixou de ser um candidato de nicho (de base militar) para ganhar visibilidade na cena pública como defensor de valores (supostamente) morais cristãos”. Estes compreenderiam, além do bordão da “defesa da família”, pautas como o combate às políticas de cotas raciais na educação, ataques às dissidências de gênero e sexualidade e a defesa do uso de armas pela população civil (VITAL DA CUNHA, 2020). Não ter uma identidade confessional teria mesmo favorecido o posicionamento de Bolsonaro

⁹⁹ Adiante, exploro o acionamento do tema da “corrupção” na “moralização” do debate público, associado simultaneamente ao dualismo “pureza” e “impureza” (DOUGLAS, 2014 [1966]) e à percepção de “degeneração” (CARRARA, 1998).

como “aliado dos evangélicos” no momento em que estes fizeram seu “recoo estratégico”, para usar as noções apresentadas por Vital da Cunha (2020). Nas palavras do próprio Marco Feliciano, em 2018:

Bolsonaro soube surfar nessa onda, teve o *timing* perfeito. Como eu sou cristão, tenho a marca de pastor. Eu também tinha vontade de xingar, de mandar todo mundo para aquele lugar, mas eu não posso, porque a minha fé está acima do meu orgulho. Bolsonaro podia, porque não tinha o bloqueio da fé. E eu acho que foi isso que ajudou a construir a imagem dele. (*Apud* PORTINARI, 2018)

Silas Malafaia celebrou a cerimônia religiosa de casamento de Jair e Michelle Bolsonaro em 21 de março de 2013, duas semanas depois de Marco Feliciano assumir a presidência da CDHM. O casamento civil se dera em novembro de 2007; em 2008, Michelle havia começado a frequentar a igreja de Malafaia, na Barra da Tijuca, bairro do Rio de Janeiro onde o casal foi morar. O casório foi noticiado no *site* “O Fuxico Gospel” nos seguintes termos:

Bolsonaro e Malafaia são aliados na crítica veemente ao movimento gay, vistos como “homofóbicos”, e estão no centro da polêmica sobre Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, atuando em defesa do presidente, o pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP). Não foi a luta do mesmo lado, porém, que uniu o religioso e o político no evento, para cerca de 150 pessoas. A noiva, Michelle, 32 anos, é membro da igreja de Malafaia e queria ser casada pelo pastor. “Eu também sempre gostei dele, de suas pregações e dos valores que defende. Ele está do lado da **verdade**”, justificou o deputado. (BATISTA, 2013; grifo meu.)

Em dezembro de 2016, alvo de uma investigação da Polícia Federal (LABOISSIÈRE, 2016), o pastor cobraria que Bolsonaro se posicionasse publicamente a seu favor. Foi ignorado. Menos de seis meses depois, Michelle trocou a ADVEC pela Igreja Batista Atitude (LINHARES, 2018).¹⁰⁰

Em março de 2016, Bolsonaro havia se filiado ao PSC – e foi indicado pré-candidato à presidência pelo partido para 2018 (BRAGA, 2016a). Dois meses e meio depois, ocorreu a cerimônia de votação da abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. O dia escolhido para a realização da sessão, um domingo, possibilitou uma audiência recorde: todos os principais canais de TV aberta substituíram sua programação habitual pela transmissão das seis horas de votação (G1, 2016). Nas justificativas dadas pelos deputados para os votos *pró-impeachment*, a palavra “deus” foi usada 59 vezes –

¹⁰⁰ A reconciliação entre os dois se daria em 2018, quando Magno Malta costurou o apoio de Malafaia para a candidatura de Bolsonaro.

quase o mesmo número de vezes que a palavra “corrupção”, citada 65 vezes. Houve ainda 10 menções aos “evangélicos” e 136 à palavra “família” (VIEIRA, 2016).

O voto de Jair Bolsonaro naquela sessão seria um marco em sua trajetória. A transmissão televisiva o mostrou ao microfone com um papel na mão, que consultou algumas vezes de relance. Seu filho Eduardo, também deputado, estava postado de braços cruzados bem atrás dele. Depois de elogiar a condução da sessão pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (que também se apresentava como *evangélico*), Bolsonaro passou ao seu voto:

Perderam em 64. Perderam agora, em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra,¹⁰¹ [*levantam-se vaías das galerias da Câmara*] o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias [*as vaías se intensificam*], pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos,¹⁰² o meu voto é sim! (ESTADÃO, 2019.)

A controvérsia deflagrada pela reverência à memória de Ustra (CHRISTOFOLETTI, 2008) foi mais um reforço à imagem construída por Bolsonaro como alguém assumidamente favorável à tortura (PODER360, 2021) e opositor dos direitos humanos.¹⁰³ Menos de um mês depois, em 12 de maio – mesmo dia em que a abertura do processo de *impeachment* era votada no Senado –, Bolsonaro foi batizado no Rio Jordão, aquele em que o próprio Cristo teria recebido o batismo (EXTRA, 2016). Ministrado pelo pastor Everaldo, então presidente do PSC, o rito

¹⁰¹ Coronel e ex-chefe de um importante equipamento de tortura durante o regime militar, o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) – entre setembro de 1970 e janeiro de 1974 –, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o primeiro militar reconhecido como torturador pela Justiça brasileira, em 2008 (CHRISTOFOLETTI, 2008).

¹⁰² Ali se consolidou o futuro bordão da campanha eleitoral de 2018.

¹⁰³ O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), assumidamente gay, foi o seguinte a votar, após Bolsonaro. Ao se cruzarem junto à tribuna, Bolsonaro fez-lhe uma ofensa homofóbica, à qual, num impulso, Wyllys respondeu com uma cusparada. Os dois tinham uma relação conflituosa desde a primeira eleição de Wyllys para a Câmara, em 2010 – relação que muito contribuiu para a construção da imagem de antagonismo entre Bolsonaro e o “movimento LGBTI+”/“minorias”/“ideologia de gênero” como eixo articulador da sua apresentação como “paladino” dos “cidadãos de bem”. Aí se insere o acionamento de recorrentes boatos acusando Wyllys de atacar os *crístianismos*, os *crístãos* e/ou as *igrejas*, ou associando-o a pedofilia; bem como o uso, por Eduardo Bolsonaro, de um vídeo falso que “comprovaria” que a cusparada de Wyllys no dia da votação da abertura do *impeachment* na Câmara havia sido premeditada (RIBEIRO, 2016) – prenúncios das estratégias chamadas de *fake news* amplamente difundidas a partir da campanha eleitoral de 2018. Uma vez confirmada a eleição de Bolsonaro para a presidência, Wyllys, temendo por sua segurança, optou por renunciar ao cargo de deputado na nova legislatura e buscou exílio na Espanha.

funcionou como sinal da *conversão* de Bolsonaro (Figura 23), *sacramentando* sua recente filiação ao partido, em março.¹⁰⁴

Figura 23 – O ainda deputado federal Jair Bolsonaro é batizado no Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, em maio de 2016. À esquerda na imagem, seus filhos Flavio e Carlos Bolsonaro. Foto: reprodução de vídeo de pouco mais de 40 segundos divulgado em redes sociais (EXTRA, 2016).



Fonte: EXTRA, 2016.

2.3 “Aquele que o Senhor escolheu”: elementos da teologia política bolsonarista

Autores como Evandro Bonfim (2020) e Fábio Py (2020a; 2020d) se debruçaram sobre a utilização, por Bolsonaro e seus aliados no segmento cristão,¹⁰⁵ de uma retórica e uma estética que acionam diferentes temáticas, uma linguagem e uma simbologia caras aos cristianismos. Nesse sentido, o batismo de 2016 se insere em uma série de rituais de *consagração* ou *unção* a que Bolsonaro vem se submetendo periodicamente, como indica Bonfim (2020). Mais que encontros entre aliados políticos, nesses episódios (assim como no do Rio Jordão) parece encenar-

¹⁰⁴ Antes de Bolsonaro, Anthony Garotinho e Eduardo Cunha foram casos de atores de destaque no cenário político nacional que não se identificavam a princípio como “evangélicos que foram para a política” mas “estenderam suas bases para esse universo religioso por meio de atos rituais e narrativas de conversão”, conforme assinala Almeida (2018, p. 174).

¹⁰⁵ Aí se incluem, no meio católico romano, lideranças do segmento carismático (BONFIM, 2020).

se algum tipo de rito iniciático, mediado por lideranças religiosas capazes de transmitir o(s) *carisma(s) divino(s)*.

Um exemplo foi a ida de Bolsonaro, dois dias depois da eleição, à igreja de Silas Malafaia. Este convocou os fiéis a imporem as mãos sobre o presidente eleito. Citando a primeira epístola de Paulo aos coríntios,¹⁰⁶ Malafaia orou:

[...] Deus escolheu as coisas loucas para confundir as sábias. Deus escolheu as coisas fracas para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor. [*Bolsonaro faz cara de choro*] As desprezíveis, que podem ser descartadas. As que não são, que ninguém dá importância, pra confundir as que são. [...] [*Põe a mão no ombro de Bolsonaro*] É por isso que Deus te escolheu. Então [*voltando-se para o público*], estendam a mão sobre ele. [*Bolsonaro abaixa a cabeça. Malafaia olha para a câmera*] Quem está pelas redes sociais, meu irmão, faça a sua oração. [*Malafaia põe o braço em torno dos ombros de Bolsonaro, que fecha os olhos*] Senhor, aqui está Bolsonaro. Um cara simples, com defeitos, com limitações. [*A câmera mostra a igreja lotada, a multidão de mãos erguidas em direção ao palco onde estão os dois.*] Mas tu és *expert* em usar coisas que ninguém acredita, pessoas que ninguém dá valor, pra fazer uma obra extraordinária. Nós não estamos querendo um presidente pra governar pra um grupo social. Nós estamos aqui pra um presidente [*sic*] pra mudar a história de uma nação, de um povo. [...] Esse espírito de mentira, de engano, de corrupção, devastador, de roubo, seja repreendido na nossa pátria. Dá sabedoria, Senhor, a esse homem pra escolher homens sábios e íntegros para os postos-chaves do Brasil. Eu o abençoo no nome de Jesus, e declaro com a Igreja: o Brasil é do Senhor Jesus! [...]. (AD VITÓRIA EM CRISTO, 2018)

O ritual se repetiria um mês mais tarde, quando, em visita à sede da Canção Nova,¹⁰⁷ em Cachoeira Paulista (SP), Bolsonaro foi abençoado pelas principais lideranças da comunidade (BONFIM, 2020). E, novamente, em meados do seu primeiro ano de governo, quando foi divulgada a primeira queda em seus índices de popularidade. Agora no Templo de Salomão, da IURD, diante de dez mil pessoas, Bolsonaro, ajoelhado de costas para a multidão, foi ungido com óleo por Edir Macedo. “Vamos consagrá-lo, ungi-lo como o profeta Samuel fez sobre Davi” (*apud* PY, 2020b), disse – colocando a si mesmo no lugar do *homem santo* – o profeta que, segundo a Bíblia,¹⁰⁸ recebe instruções diretamente de Deus e tem o poder de entronizar e destituir governantes. Para Bolsonaro está reservado o papel do pequeno Davi – o pastor que vence o gigante Goliás e se torna um rei guerreiro e pecador, responsável pela expansão de Israel. O bispo pôs as mãos sobre sua

¹⁰⁶ 1Co 1, 27ss.

¹⁰⁷ Comunidade católica romana brasileira fundada em 1978 pelo Monsenhor Jonas Abib, seguindo as linhas da Renovação Carismática Católica (RCC).

¹⁰⁸ Primeiro livro de Samuel (I Sm).

cabeça e pediu a deus que lhe desse sabedoria, inteligência e coragem. Essa teria sido a primeira vez que os dois se encontraram pessoalmente (NASCIMENTO, 2019).

Vale recordar aqui que, uma vez confirmado o resultado eleitoral em 2018, Magno Malta (que acompanhava a apuração ao lado de Bolsonaro) conduziu, antes mesmo do discurso da vitória do presidente eleito, uma oração – encerrada com o bordão “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” sendo dito em uníssono pelos presentes (MALTA, 2018). Segundo Malta diria mais tarde, Bolsonaro havia lhe passado a palavra para que rogasse a deus que lhe concedesse sabedoria – “o que Salomão pediu a Deus” (*apud* SENADO FEDERAL, 2018) – para governar. Mesmo não assumindo um formato de *unção* ou *consagração* rituais propriamente, foi um gesto significativo: a precedência da oração de agradecimento parece implicar algum tipo de reconhecimento de que a vitória seria devida a deus, em contraste com o mérito do próprio vencedor. O pedido de “sabedoria” é um tema recorrente desde a campanha. De certo modo, parece responder às referências de detratores de Bolsonaro à sua falta de preparo para o cargo, invertendo a acusação e inserindo-se no mote de que o êxito no governo, assim como na campanha eleitoral, só será alcançado como dádiva divina. Essas duas dimensões convergem na equiparação entre Bolsonaro e Salomão, o monarca que teria pedido sabedoria a deus para governar. Filho de Davi, Salomão é caracterizado como o mais sábio – e, graças a isso, o mais próspero – governante da tradição judaica; em seu reinado mítico, apogeu da riqueza do *povo escolhido*, teria sido construído o Templo de Jerusalém, que se tornaria o eixo central e fundamento da religião de Israel.

Em conexão com os temas da *unção* e do pedido de *sabedoria*, outros elementos são constantemente reiterados. É recorrente a referência ao papel de Bolsonaro como *eleito de deus*.¹⁰⁹ As frequentes menções à sua quase morte no atentado a faca durante a campanha e ao *milagre* de sua sobrevivência parecem acionar narrativas de martírio e sacrifício. Na interpretação de Py (2020a; 2020d), projeta-se sobre Bolsonaro a figura do *servo sofredor*,¹¹⁰ que purga os pecados

¹⁰⁹ Bonfim (2020) entende que emerge daí uma representação do líder político que, com base em referências messiânicas e milenaristas, ele chama de “rei do fim do mundo”. A tal personagem, segundo esse autor, seria confiada a missão sagrada de fundar uma nova ordem, pondo fim a todos os males da terra.

¹¹⁰ No livro bíblico do profeta Isaías, o servo sofredor é identificado como uma antecipação profética da figura de Cristo.

(próprios e do mundo) por meio de seu *holocausto* e vence a morte para salvar a nação, imersa em uma *crise de valores* – atribuída a uma presumida desconexão com deus.

Nas repetidas expressões de espanto e surpresa causados por sua vitória eleitoral, esta é apresentada como altamente improvável – o que é interpretado como um sinal de seu caráter *milagroso*. Bolsonaro é retratado simultaneamente como assumidamente incapaz e como vítima humilhada e injustiçada do desprezo e da maldade dos *poderosos*. Malta se refere, por exemplo, à “imprensa que o tratou como folclore durante muitos anos” (*apud* SENADO FEDERAL, 2018), numa possível associação com as narrativas *cristãs* a respeito dos “últimos” que se tornam os “primeiros”, dos “humilhados” que são “exaltados”, da “pedra que os construtores rejeitaram” e que “se transforma em pedra angular” – discurso simultaneamente triunfalista e marcado por profundo *ressentimento*.¹¹¹ A inversão sobrenatural/miraculosa das expectativas parece reforçar a narrativa de que, do mesmo modo, os *dons* necessários à *missão* serão concedidos pela divindade – por intermédio de seus representantes terrenos, por meio dos quais age e se manifesta o poder de deus. É o que parecem indicar as palavras do próprio presidente eleito, por ocasião de sua ida à igreja de Malafaia logo após a vitória:

Quero agradecer a Deus por estar vivo, pelas mãos de profissionais da saúde [...] Deus operou milagre. Depois quero agradecer a Deus por essa missão, porque o Brasil está em uma situação um tanto quanto complicada. Crise ética, moral e econômica. Eu tenho certeza que **não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos**. (AD VITÓRIA EM CRISTO, 2018; grifo meu.)

A representação de Bolsonaro como *eleito de deus* foi acionada também por Josué Valandro Junior, pastor da Igreja Batista Atitude, atualmente frequentada por Michelle Bolsonaro. Valandro, como Macedo, *ungiu* Bolsonaro em maio de 2019, rogando em sua oração “que o povo se una debaixo **daquele que o Senhor escolheu, separou para ser presidente da nação**, Jair Messias Bolsonaro” (*apud* PY, 2020b; grifo meu). Py (2020b) sugere que a *eleição por deus* vai além da mera opção da pessoa por uma alternativa religiosa, apresentando a *conversão* como *ato divino*.

A descrição da própria vitória eleitoral como *ato de deus* parece reservar aos *fiéis* – como na cena da oração em que toda a assembleia impõe as

¹¹¹ Voltaremos à questão do ressentimento no Capítulo 3.

mãos sobre Bolsonaro – o papel de um corpo coletivo que media (agora, através do voto) a transmissão do *carisma divino*. Letícia Cesarino (2019), em sua discussão do que chama de “populismo digital”, à luz do processo eleitoral de 2018 no Brasil, introduz a categoria de “corpo digital do rei” – derivada, como explica a autora, de certa teologia política medieval em que

ao corpo físico do rei sobrepunha-se o corpo glorioso, divino, para destacar como, após o atentado a faca que retirou Jair Bolsonaro da esfera pública, seu corpo debilitado foi substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que passaram a fazer campanha no seu lugar – o que ficou conhecido na época como os autointitulados “marqueteiros do Jair” (um significante que flutuou também enquanto “fiscais do Jair”, “escudo do Jair”, “exército do Jair”, ou “robôs do Bolsonaro”). (CESARINO, 2019, p. 533)

Uma possível referência, aqui, seria à participação do *povo de deus* no *corpo místico* de Cristo, e *em comunhão* com ele. Neste caso, porém, estaríamos diante de um *corpo* militarizado, apoiado na noção do *exército de deus*, que *marcha por/para Jesus*, encabeçado por um *deus* guerreiro, paladino do *bem* em sua luta contra as hostes do *mal* – imagens que remetem à chamada “teologia da batalha espiritual”, como já veremos, e apresenta deus como “Senhor dos Exércitos”, *Yahweh Sabaoth*, caracterização intimamente ligada à do “Deus Todo Poderoso”, *El Shaddai*.

Outros elementos da teologia política bolsonarista se inserem no contexto de teologias políticas *cristãs* mais amplas diretamente relacionadas ao “nacionalismo cristão” estadunidense (DU MEZ, 2022)¹¹² ou ao que vem sendo chamado de “supremacia cristã” em contexto ladino-ameficano.¹¹³ Além de sua correlação com o chamado “cristofascismo” (SÖLLE, 1970; PY, 2020d), em sua lógica totalitarista e de extermínio, e com as retóricas da meritocracia, da *verdade* e da *liberdade*, no Capítulo 4 examinaremos suas possíveis articulações com a temática da *tradição*.

¹¹² A historiadora Kristin Du Mez (2022) descreve como, ao longo dos últimos 75 anos, convergiu no evangelicalismo branco estadunidense, em forte diálogo com o que ela identifica como sendo uma cultura popular daquele país, um conjunto de forças que se articulam em torno de um ideal agressivo e autoritário de masculinidade e se traduzem em uma *identidade nacional* pautada por perspectivas racistas, xenófobas, totalitaristas e com forte ênfase no armamentismo. A esse ideário, intimamente ligado à noção de “supremacia branca” e fortemente ancorado em corpos masculinos cis-heterossexuais brancos *armados* (literalmente, corpos que ostentam armas de fogo), ela chama de “nacionalismo cristão”.

¹¹³ A organização sem fins lucrativos Soulforce, que combate “a opressão política e religiosa de pessoas LGBTQI” (SOULFORCE, 2019, p. 3), em especial, tem investido na produção e circulação de análises e materiais diversos denunciando a disseminação do que vem chamando de “supremacia cristã” em América Ladina, que remeteria à apropriação dos *cristianismos* como armas políticas a serviço de *projetos de poder* e instrumentos de *violência*, sobretudo *espiritual*, contra dissidentes de gênero e sexualidade, mulheres, povos indígenas e afro descendentes e pessoas marginalizadas (SOULFORCE, 2019).

“O Brasil é um país cristão e conservador, e tem na família sua base” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Com essas palavras, Jair Bolsonaro encerrou seu discurso na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 22 de setembro de 2020. Nesse pronunciamento, ele afirmou trabalhar pela “preservação e promoção da ordem democrática” na América Latina, emendando: “a liberdade é o bem maior da humanidade. Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Aqui emergem algumas indagações. Em que medida esse apelo ao *conservadorismo* é associado a, e legitimado por, uma narrativa de *defesa* de certa *tradição* – esta, por sua vez, apresentada como *única* e possivelmente identificada com a *ordem divina* da *criação*? O recurso à categoria *cristofobia* (denominação construída em claro contraponto com *homofobia*) apresenta um *inimigo* a ser combatido – um inimigo que assume a forma do *agressor* injusto e opressor, que ameaça a *liberdade* do povo? Assim se legitimará que, no limite, se pegue em armas para defender *o bem maior*?

Os repetidos acionamentos de uma retórica e uma estética *cristãs* parecem convergir na criação de uma ritualística e uma iconografia que, por sua vez, contribuem para a consolidação de uma ou mais narrativas religiosas sobre Bolsonaro e seu governo. Tais narrativas podem ser empregadas inclusive por atores que não são religiosos ordenados, nem identificados como lideranças religiosas. Por ocasião de um culto evangélico realizado na Câmara dos Deputados, por exemplo, em julho de 2019, o ministro Onyx Lorenzoni apresentou o presidente nos seguintes termos: “muitos são chamados, poucos os escolhidos.¹¹⁴ Deus escolheu o mais improvável. Salvou-o de um atentado terrível [...]. Aqui está o eleito. Simples, alegre, humilde e, sobretudo, temente a Deus” (*apud* GORTÁZAR, 2019).

Nesta descrição de alguns elementos teológicos articulados em narrativas construídas em torno de Bolsonaro e seu governo, não se pode perder de vista que essas mesmas narrativas tendem a atribuir, estrategicamente, certa superioridade aos *sacerdotes*. Afinal, ao que parece é somente por intermédio destes que a *unção de deus* e suas *bênçãos* se materializam no trabalho do líder *eleito*. Nesse caso, o poder do *messias* estaria, de certo modo, simultaneamente justificado, submetido e condicionado à *transmissão* do *carisma divino* pelos *homens de deus*.

¹¹⁴ Referência a Mt 22, 14.

A despeito de eventuais narrativas *religiosas* e teologias políticas que foram acionadas estrategicamente para legitimar o governo Bolsonaro e fortalecer seus aliados *cristãos*, nunca será demais assinalar que não só inexistem qualquer unidade entre esses apoiadores, como esse apoio está longe de ser incondicional e unívoco. O próprio Marco Feliciano, no começo de março de 2019 (com menos de três meses de governo Bolsonaro), já disparava uma sequência de tuítes criticando o “despreparo” do governo: “a comunicação está péssima. O ego daqueles que vcs [sic] elegeram está tão inflado que só enxergam seus umbigos” (*apud* SARDINHA, 2019). E aparentemente fez uma ameaça velada: “é hora de sentar com sábios, experientes, ouvi-los, filtrar, e agir. Presidente lembre-se que cristãos de todo país que lhe elegeram, continuam orando pelo seu governo. Jesus disse orai mas também VIGIAI” (*apud* SARDINHA, 2019).

O próprio processo de adesão paulatina de lideranças cristãs à candidatura de Bolsonaro em 2018 já sugeria a existência de tensões, divergências e disputas entre essas lideranças. É indicativo também das negociações em torno do apoio (ou da retirada deste) tanto à campanha, primeiro, quanto ao governo, em seguida, pautadas por diferentes interesses políticos, econômicos e institucionais. Foi o que se viu, para citar apenas dois exemplos de grande destaque no noticiário, nas disputas em torno da nomeação dos sucessivos ministros da educação¹¹⁵ e na frustração, em outubro de 2020, das expectativas de que Bolsonaro indicasse o tal ministro “terrivelmente evangélico” para o STF,¹¹⁶ conforme já havia prometido desde julho do ano anterior.¹¹⁷

2.4 “Terrivelmente cristãos”: a construção de uma identidade *evangélica*

Magali Cunha (2013, 2016) examina e sublinha a importância da participação da mídia na construção e consolidação da imagem e da visibilidade de figuras

¹¹⁵ Ver, por exemplo, Uribe e Saldaña (2020).

¹¹⁶ Ver, por exemplo, Leitão (2020).

¹¹⁷ Essa expectativa seria atendida com a indicação do pastor presbiteriano André Luiz Mendonça para o STF em 13 de julho de 2021 – ainda que Mendonça precisasse esperar por quase cinco meses para ter sua indicação aprovada pelo Senado, em 1º de dezembro. A comemoração da aprovação por seus apoiadores ocorreu em meio a intenso *fevor religioso*, em que a primeira dama manifestou o dom da glossolalia (CONGRESSO EM FOCO, 2021).

públicas associadas aos *evangélicos* e tidas como controversas, tais como Marco Feliciano, Silas Malafaia e o próprio Jair Bolsonaro – cuja ligação com os *evangélicos*, como vimos, foi sendo construída gradualmente. Cunha salienta como tais personagens receberam amplo espaço para exposição de seus argumentos nas mídias impressa, televisiva, radiofônica e digitais – seja por meio de matérias jornalísticas e entrevistas, seja por meio de espaço em programas diversos de TV, tais como programas de auditório, de entrevistas, de variedades, de jogos e mesmo humorísticos. Como afirmou o próprio Bolsonaro em entrevista à revista *Época*, em 2011, “minhas declarações vendem jornais e revistas e dão audiência no rádio e na TV” (*apud* *ÉPOCA*, 2011).

Tamanha visibilidade, aliada ao “tratamento afável” que receberam das mídias, na caracterização de Cunha (2016, p. 156), teria contribuído para ampliar o capital político desses personagens específicos. Me pergunto se a visibilidade dessas figuras, muitas vezes tratadas como *controversas* e mesmo *caricatas*, teria se conjugado ao protagonismo midiático de diversos outros atores que operam “a partir de uma conjugação muito específica entre a Teologia da Prosperidade e do Domínio”, na descrição de Vital da Cunha e Evangelista (2019, p. 90),¹¹⁸ e ajudado a consolidar certa *identidade evangélica* – uma (auto)representação hegemônica dos *evangélicos* – no imaginário nacional.

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo e ao portal UOL no começo de abril de 2013, menos de um mês depois de ter assumido a presidência da CDHM, Feliciano afirmou:

Existe uma ditadura chamada [...] “gaysista” [sic]. Eles querem impor o seu estilo de vida e a sua condição sobre mim. E eles lutam contra a minha liberdade de pensamento e de expressão. Eles lutam pela liberdade sexual

¹¹⁸ As chamadas “teologia da prosperidade”, “teologia da batalha espiritual” e “teologia do domínio” constituem as características mais visíveis da maioria dos setores evangélicos neopentecostais, segundo Pérez (2020). A teologia da prosperidade propõe “um envolvimento com as realidades deste mundo”, porém não com vistas à transformação da ordem social, e sim ao “usufruto dos recursos presentes no mundo, com a crença de que os cristãos são os ‘filhos do Rei’, e têm o direito de desfrutar dos bens da criação” (PÉREZ, 2020, p. 50). A teologia da batalha espiritual “preconiza que o mundo é um campo de batalha entre as forças do bem e do mal” (*id.*, *ibid.*, p. 52). Estas últimas poderiam se apoderar dos fiéis e causar problemas e infortúnios. Para obter cura e prosperidade, seria preciso libertar-se delas, por meio de ritos de exorcismo e expulsão de “demônios” conduzidos pelos líderes religiosos. Por fim, a “teologia do domínio” preconiza uma conquista de poder no mundo “terreno”; é considerada por certos autores “a face política da chamada teologia da prosperidade, que prega que os cristãos estão predestinados a ocupar posições de comando neste mundo” (*idem*, *ibidem*, p. 54). Assim, os fiéis “não apenas participam e desfrutam do mundo sem o menor remorso (‘teologia da prosperidade’), como também buscam purificá-lo (‘teologia da guerra espiritual’) e conquistá-lo (‘teologia de domínio’ ou ‘reconstrucionismo’)” (*idem*, *ibidem*, pp. 18-19).

deles. Só que antes da liberdade sexual deles, que é secundária, tem que ser permitida a minha liberdade intelectual. A minha liberdade de expressão. Eu posso pensar. Se tirarem o meu poder de pensar, eu não vivo. Eu vegeto e morro. (*Apud* CUNHA, 2016, p. 156.)

No mês seguinte, em uma palestra na Igreja Batista de Campo Grande, Damares Alves alertaria: “estão detonando as nossas **crianças e zombando** dos cristãos no Brasil. [...] Os deputados evangélicos [...] estão sendo chamados de homofóbicos, fundamentalistas... estão sendo **perseguidos**” (*apud* MACHADO, 2020, p. 99; grifo meu).

Declarações desse teor, amplamente reproduzidas e disseminadas, ajudaram a alimentar um imaginário de “perseguição religiosa” (CUNHA, 2016) – para o qual concorre também a tese da “cristofobia”, acionada por Bolsonaro em seu discurso na ONU em setembro de 2020. A *perseguição* de que os *evangélicos* seriam vítimas – percepção de vitimização fortemente marcada por certo *ressentimento* – é atribuída a seu (suposto) papel de guardiões de comportamentos e valores morais (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019) ameaçados, em consonância com uma concepção do mundo como um terreno em permanente *batalha espiritual* entre o *bem*, representado pela *igreja*, e o *mal*, representado pelo *mundo* – domínios tratados como (idealmente) estanques, incompatíveis e em permanente oposição.

A perseguição, já em curso ou iminente, ajuda a alimentar pânicos morais e, ao mesmo tempo, contribui para a consolidação do antagonismo entre *evangélicos* e o “movimento LGBTI+”, o “movimento feminista” e/ou “as feministas”, “defensores dos direitos humanos” e, talvez em menor escala, “o movimento negro”. Estes estariam entre os principais vetores do suposto desmonte de uma ordem moral que se tenta naturalizar por meio do acionamento da categoria *tradição*. Um dos efeitos da construção desse antagonismo foi a configuração desses movimentos (ou, mais propriamente, do imaginário construído a seu respeito) como um “exterior constitutivo”, nos termos de Chantal Mouffe (2015).

Dá-se continuidade, assim, à estratégia, posta em prática desde a Assembleia Constituinte, de recorte de uma identidade *evangélica* por meio do contraste e da oposição com atores e grupos sociais específicos (PIERUCCI, 1989). Em 1986, o grupo de 34 deputados eleitos que se autoproclamavam *evangélicos*¹¹⁹ representou

¹¹⁹ Os *evangélicos* formaram a quarta maior bancada do Congresso Constituinte, atrás apenas do PMDB, PFL e PDS (PIERUCCI, 1989, p. 109). Contudo, é preciso salientar a falta de homogeneidade política e ideológica desse grupo: segundo Pierucci (*ibidem*, p. 106), alguns desses parlamentares seriam “claramente identificados com as teses populares e progressistas de transformação social”.

uma novidade na cena política nacional¹²⁰ não só pela vocalidade com que se manifestavam e defendiam suas convicções e interesses, mas pela mera visibilidade e mensurabilidade que o número inédito, por si só, lhes conferiu. A visibilidade, no entender de Pierucci (1989), constituiria já uma estratégia de presença e influência na esfera pública política e midiática, expressa na busca ativa de notoriedade e popularidade – em consonância com o espírito das lutas “por e através de categorias identitárias”, promovidas a partir de movimentos sociais, em que “‘fazer-se presente’ parece a melhor tradução da própria arte da política” (CARRARA; VIANNA, 2008, p. 353).¹²¹

Sem poder contar com a hegemonia numérica e histórica que convencionalmente conferia à ICR autoridade como representante de uma *identidade brasileira* como *nação católica*, esses atores trataram de delimitar sua categoria identitária específica legitimando-se como bastiões de uma “maioria moral”. Posicionaram-se estrategicamente, então, contra o aborto, o jogo, as drogas, o feminismo, a pornografia, o divórcio, os métodos anticoncepcionais, o “homossexualismo” e a favor da censura nos meios de comunicação e da educação religiosa nas escolas e na televisão (bem como pela demanda de concessões de emissoras de rádio e TV e recursos públicos para organizações religiosas e assistenciais)¹²² (PIERUCCI, 1989, p. 112; MARIANO, 2011, p. 251). Assim, seguindo a estratégia de legitimar-se falando por uma (suposta) maioria, o deputado Salatiel de Carvalho defendeu a supressão da expressão “identidade sexual” do texto que vedava a discriminação contra homossexuais valendo-se do argumento de que “os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direitos **porque a maioria da sociedade não quer**” (*apud* MARIANO, 2005, p. 3; grifo meu).

O principal aporte desse *neoativismo evangélico* – de modo similar ao que se passou, como mostra Marina Lacerda (2019), com os movimentos estadunidenses intitulados de “Maioria Moral” (*Moral Majority*) e “Direita Cristã” (*Christian Right*) a partir da década de 1970 – foi justamente a “centralidade das questões de

¹²⁰ Entre 1910 e 1982, apenas cinco deputados federais pentecostais e 94 protestantes históricos haviam sido eleitos (PIERUCCI, 1989).

¹²¹ Aqui, é interessante considerar que Virginia Garrard (2020) destaca como a teologia da prosperidade característica dos neopentecostanismos racionaliza o crescimento numérico das igrejas como manifestação direta de sucesso (prosperidade) e, portanto, sinal das bênçãos de deus.

¹²² Mais recentemente, juntaram-se a essa lista de demandas as isenções tributárias e o perdão de dívidas de igrejas (JOTA, 2022).

moralidade privada em seu discurso, [a] recusa da separação entre política e moral privada” (PIERUCCI, 1989, p. 115). O privilégio dado à dimensão *moral* na agenda desses atores e grupos (MACHADO, 2015) permitiu-lhes extrapolar o terreno especificamente *religioso* e engajar-se em alianças e disputas com outros agentes, buscando legitimar-se como fontes de informação, influência e estimulação políticas.

Jair Bolsonaro manejou com sucesso essa estratégia antagonística, que não só sustentou ao longo de todo o mandato como intensificou ao longo da campanha eleitoral de 2022. Em sua trajetória, conseguiu articulá-la à retórica *evangélica* e usá-la para consolidar sua aliança com esse segmento (incorporando a partir daí, como vimos, também seu aspecto moralizante). Letícia Cesarino (2020), com base em dados empíricos coletados em redes sociais bolsonaristas durante a disputa eleitoral de 2018, observa que a fama de “misógino”/“machista”, “racista” e “homofóbico”/“LGBTifóbico” de Bolsonaro foi alavancada como capital político naquela campanha presidencial.¹²³ Ela aponta a correspondência entre as acusações de “misógino”, “racista”, “homofóbico” etc. e “os marcadores da diferença privilegiados pelas políticas de identidade no Brasil e alhures: gênero, raça e orientação sexual” (CESARINO, 2019, p. 541) e mostra que, na campanha de 2018, a memética acionada em favor de Bolsonaro tratou de identificar nesses pontos os *inimigos*. Todavia, ressalva essa autora,

[a memética bolsonarista] teve o cuidado de traçar a fronteira antagonística não entre brancos e negros, homens e mulheres, ou héteros e gays, mas entre a **militância** feminista, LGBT e do movimento negro e os “cidadãos de bem”. Assim, brasileiros negros, pardos, gays ou mulheres que não tinham um investimento especial na gramática identitária das políticas de reconhecimento (podemos supor, uma maioria) puderam ter seu pertencimento mobilizado pela cadeia de equivalência do bolsonarismo, que operou com significantes vazios como “brasileiros”, “trabalhadores”, “cidadãos de bem” ou “patriotas”. (CESARINO, 2019, p. 541; grifo meu)

As considerações de Cesarino (2019; 2020) vão ao encontro da análise de Isabela Kalil e sua equipe (2018) acerca do público eleitor de Bolsonaro em 2018. Kalil mostra que “o eleitorado de Bolsonaro” não se caracteriza como um grupo social específico; antes, mobilizou-se em torno de variações da noção de “cidadãos de bem”, pessoas de “conduta correta” – identidade organizada em oposição e contraste com “bandidos”/“corruptos”. Entre o eleitorado de Bolsonaro, segundo

¹²³ Essa estratégia foi sendo testada e aprimorada (e teve sua eficácia comprovada) ao longo da ascensão política de Bolsonaro, até tornar-se candidato à presidência.

essa análise, “corrupção” é um termo polissêmico. Por um lado, articula-se em torno de um eixo cívico, público, relacionado à conduta dos “políticos profissionais” e a uma estrutura estatal intrinsecamente corrupta.¹²⁴ Por outro, diz respeito às condutas *privadas* e *morais*; nessa dimensão, uma de suas expressões seria

a “desordem” de costumes e valores que estariam colocando em risco a ordem familiar [...] como a homossexualidade, a vida sexual desregrada e o aborto. Nesse mesmo registro, a corrupção é lida como cerceamento da liberdade individual e uma redução da importância do papel da família na formação do cidadão. [...] Finalmente, mas não menos importante, numa outra interpretação, a corrupção significa “confusão entre direitos e “privilégios”. Nesta chave, são corruptas as pessoas que, no Brasil, “gozam de muitos direitos e não cumprem seus deveres” [...]. (KALIL, 2018, p. 10)

As estratégias vitoriosas nas eleições de 2018 incluem a maneira como esse antagonismo foi sendo produzido e reforçado pela construção dos *movimentos* (feministas, LGBTI+, negro, pelos direitos humanos em geral) como ameaças, sobretudo mediante a fabricação de pânicos morais. Conforme nota Vital da Cunha (2020), assim se capitaliza o sentimento de insegurança patrimonial e física produzido pelo aumento da violência no campo e nas cidades – ao mesmo tempo em que remete à insegurança “moral e até ontológica” (VITAL DA CUNHA, 2020, p. 245) no plano das moralidades, dos valores e da cultura. Esse mecanismo ajudaria a revestir a necessidade de *segurança* – expressa em termos de *combate à violência* e *manutenção/restauração da ordem* – também de um sentido metafórico, de solução para a disseminação da *corrupção* como *desordem* e *degeneração* em seu sentido *moral*, como veremos.

Simultaneamente, emerge um discurso que identifica uma *divisão* social como fruto da ação desses *movimentos* e causa de *desordem* e *corrupção*. A solução estaria no resgate da *unidade* para assim restaurar a *ordem*. É o que transparece no misto de discurso e oração feito por Marco Feliciano em um encontro de pastores em 11 de maio de 2016, alguns dias após a aprovação da abertura do *impeachment* no Senado, descrevendo uma situação de “guerra”:

Conseguiram colocar no nosso país um motivo de guerra: brancos lutam contra negros, religiosos contra ateus, pobres contra ricos, índios contra

¹²⁴ Podemos supor que essa dimensão pública compreenda também a preocupação com a “segurança pública”, apontada por Kalil (2018) como central para vários perfis de eleitores de Bolsonaro descritos em sua pesquisa. Vital da Cunha e Evangelista (2019) indicam as pautas prioritárias em candidaturas identificadas por essas autoras como “evangélicas” e “conservadoras” que foram vitoriosas nas eleições de 2018, e coincidem em vários pontos significativos com os temas valorizados pelo eleitorado bolsonaristas, tal como identificados por Kalil (2018).

roceiros. E neste momento nós decretamos que este espírito que divide o país está sumindo daqui. Porque um tempo de unidade, de prosperidade vai cair sobre a nação brasileira [...]. Nós ordenamos que todos os demônios desaparecerão de nossa nação, e decretamos que o Brasil é do Senhor Jesus. (*Apud* ALMEIDA, 2018, p. 173)

Dois anos e meio depois, após a vitória eleitoral de Bolsonaro, Magno Malta celebraria, em discurso na tribuna do Senado:

Se nada ocorrer no mandato de Bolsonaro, uma coisa maravilhosa já ocorreu: o viés ideológico está quebrado. Está quebrado o muro que separava, de uma forma **preconceituosa**, **católicos** de **espíritas** e espíritas de **evangélicos**. Esse muro se quebrou nesse processo e nós nos abraçamos. Podemos divergir doutrinariamente, mas nos abraçamos em defesa do Brasil e em defesa da Pátria. Esses esquerdopatas jamais voltarão ao poder. (*Apud* SENADO FEDERAL, 2018; grifos meus.)

Nessa ocasião, Malta acenou tanto com certa união dos *cristãos* na *batalha contra o mal* quanto com a expectativa de que a eleição de Bolsonaro pusesse fim às *divisões do país* – apropriando-se estrategicamente da categoria *preconceito*, tão central para os ativismos negro e LGBTI+ no Brasil, para sustentar seu argumento. Ao mesmo tempo, seu discurso parece remeter a uma tendência detectada já nas campanhas eleitorais de 2016 e 2018 (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019), e que se intensificou nas disputas municipais de 2020, conforme levantamentos do ISER (REIS, 2020). Cada vez mais se articulam candidaturas em torno de uma identidade, linguagem e valores identificados como *cristãos*,¹²⁵ em vez de *evangélicos*. Seria em parte uma tentativa de se purificar dos estigmas acumulados em torno da categoria *evangélicos* – em virtude dos quais, segundo Almeida (2018, p. 166), já “muitos protestantes históricos e pentecostais têm preferido identificar-se pelo nome específico de sua denominação ou pelo termo genérico ‘cristão’”. Ou, justamente em vista da disputa que tal movimento descrito por Almeida (2018) instaura em torno da categoria “cristão”, seria uma estratégia para ocupar esse território mais abrangente e reforçar o capital político desses atores, que passariam a falar em nome de um segmento numericamente maior (uma “maioria” ainda mais ampla). Sobretudo, isso permitiria articular e consolidar alianças com os importantes setores do catolicismo romano e do espiritismo que vêm aderindo à *cruzada moral antigênero, antidireitos e antipluralista* que examinaremos a seguir e que transcende

¹²⁵ Ou mesmo “judaico-cristãos” – na medida em que se vão incorporando aí aqueles que Kalil (2018, p. 22) identifica como “defensores do estado de Israel”, que alertam para os riscos do que chamam de “islamização do mundo” e se alinham com o chamado “sionismo cristão” (WACHHOLZ; REINKE, 2020) ou “sionismo evangélico” (MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022).

tanto as fronteiras intra e inter-religiosas quanto os limites do que seja o próprio *religioso*.

3 “EM BUSCA DA ORDEM PERDIDA”: UMA CRUZADA MORAL ANTIDIREITOS, ANTIGÊNERO E ANTIPLURALISTA

3.1 Direitos humanos em disputa

Um vídeo de 2017 mostra o ainda deputado federal Jair Bolsonaro em meio a uma multidão, na Paraíba, bradando ao microfone: “não tem essa historinha de Estado laico não, é um Estado cristão! Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias [...]. As minorias se adequam ou simplesmente desapareçam” (GOSPEL+, 2017). No discurso de Bolsonaro em 2017, ecoa a declaração do pastor Marco Feliciano ao assumir, em 2013, a presidência da CDHM, quando afirmou que defenderia os “verdadeiros direitos humanos” e daria “atenção às verdadeiras minorias” (*apud* SALES; MARIANO, 2019).

Desde pelo menos as manifestações de 2013 (CUNHA, 2017), uma série de processos políticos culminou na ascensão do conjunto de forças qualificado como uma “onda conservadora”. Ronaldo Almeida (2017, p. 3) a descreve em termos da contenção, restrição ou retrocesso do universo de direitos construído, no Brasil, sobretudo a partir da redemocratização. Em seu bojo, a tese de que só “humanos direitos” fariam jus a “direitos humanos” foi conquistando espaço no debate público.

A emergência de tal “onda” fomentou, em determinados setores da sociedade, uma atmosfera de crescentes apreensão e medo decorrente da percepção de *retrocesso* quanto à situação dos direitos humanos no país. Foi nesse contexto, à luz de declarações como as citadas acima e à medida que as projeções de vitória eleitoral de Bolsonaro ficavam mais perto de se concretizar, que as já citadas “altas voltagens emocionais” mencionadas por Regina Facchini (2018, p. 328) foram se acumulando em torno de um imaginário de *extermínio* iminente.

Já no final do primeiro ano do governo Bolsonaro, os alertas e previsões nesse sentido pareciam ser confirmados por denúncias e relatórios de organizações nacionais e internacionais: 2019 teria sido um ano “desastroso” para os direitos humanos no país, segundo Maria Laura Canineu (2020), diretora da Human Rights Watch Brasil. Em fevereiro de 2023, Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, corroborou o mesmo diagnóstico: “para qualquer direção que

“você olhe, houve retrocesso no cumprimento das obrigações de direitos humanos no país” (*apud* MENA, 2023). Entre esses dados, inclui-se a gestão catastrófica da pandemia de Covid-19 no país, que resultou num saldo de mais de 37 milhões de casos confirmados e acima de 700 mil mortos entre 2020 e março de 2023.¹²⁶

Da redemocratização até os anos 2000, vigorou no Brasil um certo consenso social em torno do combate à desigualdade e defesa dos direitos humanos como metas e ideais coletivos (MIGUEL, 2016).¹²⁷ Em contrapartida, ao longo dos anos 2010 – em meio ao acirramento das disputas em torno dos limites dos direitos humanos – duas perspectivas foram ganhando legitimidade. A primeira corresponde a uma valorização do esforço e do mérito individuais (chamada de “meritocracia”) e ao favorecimento de uma agenda liberal de redução da participação do Estado na economia, em detrimento da ênfase em políticas de reconhecimento e redução das desigualdades sociais (ALMEIDA, 2017). A segunda diz respeito ao entendimento de que os “direitos humanos” protegeriam, indevidamente, indivíduos ou grupos percebidos como *perigosos* ou de algum modo deletérios para a sociedade (MIGUEL, 2016, p. 592).¹²⁸ Esta última categoria incluiria os beneficiários de programas de redistribuição de renda – que iriam de encontro à lógica da referida “meritocracia”.

A convergência dessas duas dinâmicas permite racionalizar um repúdio visceral a qualquer ameaça de subversão de hierarquias consolidadas e hegemônicas (identificadas como “tradicionais”), causa potencial de uma perda de posição e prestígio no ordenamento social. Tal perda, quer se dê no plano material ou simbólico, quer se concretize ou paire como ameaça, quer seja real ou apenas imaginada, é percebida como “injusta” e tem sido fonte de intenso *ressentimento*, que vem permeando o debate público e as relações sociais e interpessoais, como

¹²⁶ Fonte: Coronavírus Brasil. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2023. Com um total de quase 6,9 milhões de mortos por Covid-19 em todo o mundo no mesmo período, esse número significa que mais de 10% do total mundial de mortes concentraram-se no Brasil, que conta com 2,7% da população global – uma desproporção flagrante. (Fonte: WHO COVID-19 Dashboard. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 31 mar. 2023).

¹²⁷ Mesmo na lógica dos “direitos”, a própria definição de quem são os “sujeitos que têm direito aos direitos” (CARRARA, 2010, p. 143) cria uma disputa que gera novos ordenamentos, já que o surgimento de novos “cidadãos respeitáveis” projeta, em oposição a eles, novos subalternizados. O risco é que a essencialização dessas identidades e a naturalização de novas clivagens sociais sigam estabelecendo fronteiras redesenhadas, mas ainda intransponíveis (RUBIN, 2007 [1984]; CARRARA, 2010).

¹²⁸ Percepção que podemos ler em termos das “classes perigosas” descritas por Anne McClintock (2010) como fundamentais para a (auto)definição das classes médias.

mostram, entre outros, Wendy Brown (2019), remetendo ao contexto estadunidense, e Eric Fassin (2019), em uma análise mais transnacional, que abrange Europa e América Latina.

3.2 Conservadorismo e moralização teológica

“Vamos restabelecer a ordem neste país” (*apud* FOLHA DE S. PAULO, 2019a), prometeu Bolsonaro em sua cerimônia de posse presidencial, dando continuidade a um discurso de valorização e esperança de retorno a um passado idealizado que já era sugerido pelo *slogan* “Ordem e progresso” do governo Temer. De fato, Vital da Cunha (2020) observa, nos candidatos eleitos em 2018 – Bolsonaro entre eles – uma tendência a mobilizar sentimentos públicos de *medo* e *ameaça* (patrimonial, física, econômica e moral) e apresentar-se como capazes de garantir a restauração de certas noções de *ordem*, *segurança*, *previsibilidade* e *unidade* (supostamente) perdidas. Essa tática discursiva, que a pesquisadora chama de “retórica da perda”, vem sendo acionada por lideranças sociais e políticas – inclusive *religiosas*, mas não só elas. Conforme vimos, o sentimento de *ameaça* e a urgência da necessidade de *solução* vêm ganhando corpo. São partilhados por um contingente que ultrapassa o universo dos frequentadores de igrejas; e, mesmo entre estes, é relativamente independente da orientação da instituição religiosa (VITAL DA CUNHA, 2020). Assim, a “retórica da perda” identificada por Vital da Cunha nas eleições de 2018 remete a medos, temores e preocupações difusos na sociedade que emergem em momentos de transformação de valores e hierarquias sociais legitimados como *tradicionais*, gerando dinâmicas de resistência por parte de forças qualificadas como *conservadoras*.¹²⁹

Ao caracterizar como *conservadoras* forças que opõem resistência a transformações, não é demais lembrar que não se trata de uma qualidade própria de

¹²⁹ No contexto de uma intensificação da lógica *beligerante* que dicotomiza e contrapõe como *inconciliáveis* dois lados entendidos como opostos, é importante ressaltar também a ocorrência do que talvez possamos ler como uma versão dessa “retórica da perda” do *lado progressista* – no sentido de percepções e sentimentos de *insegurança* face ao *risco* de *violências*, de *ameaças* de *retrocesso* e do *medo* de perda de horizontes utópicos. Podemos supor que tais percepções e sentimentos de desestabilização da *ordem* esperada seriam agravados pela quebra da expectativa de *progresso linear* tão cara ao ideário moderno.

determinados atores, nem de um juízo de valor que associa *conservadorismo* a *retrocesso* e *obscurantismo*, contrapondo-os dicotomicamente a forças *progressistas*, *libertárias* e *esclarecidas* (CARRARA, 2015). Como ressaltam Biroli, Machado e Vaggione (2020):

[...] a noção de conservadorismo é posicional, e a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política. Ou seja, ideologia e iniciativas conservadoras tendem a aparecer quando segmentos sociais minoritários que desafiam a ordem estabelecida se fortalecem a ponto de ameaçar os fundamentos ideais e materiais das instituições. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 24.)

Se essa resistência *conservadora* não é **inerente** a atores, agendas e linguagens de caráter especificamente *religioso* e *cristão*, tampouco se restringe a estes. Por mais que *religiosos* e seu apelo a uma suposta *maioria cristã* sejam centrais nos processos e disputas aqui descritos, não se pode desconsiderar a multiplicidade de atores participantes da atual configuração dessas forças ditas *conservadoras*. É inegável que a atuação pública e as estratégias político-eleitorais de determinados atores e líderes identificados como *cristãos* se articulam estreitamente a essas diferentes dimensões, para as quais contribuem **também** com seu repertório simbólico e seu idioma *religioso* (CUNHA, 2020a). Essa constatação, porém, não pode encobrir o fato de que em cada uma dessas dimensões se agregam diferentes atores e interesses, como o ultraliberalismo e o anticomunismo, em um jogo complexo de convergências e alianças entre forças heterogêneas (ALMEIDA, 2017; MIGUEL, 2016).

Dito isso, não se pode ignorar um efeito crucial da presença do elemento *religioso*: o fornecimento de um substrato *teológico* para o deslocamento da disputa política para um plano *moral*. Essa *moralização* da política, tal como operada aqui, cristaliza categorias e relações que são convencionais (como arranjos familiares e papéis de gênero, por exemplo), revestindo-as de uma qualidade universal e *transcendente*. Essa reificação de ordenamentos sociais (FASSIN, 2011) os despoja de seu caráter histórico e contingencial. Nesse contexto, qualquer estranhamento dos valores que os sustentam, qualquer risco (ainda que apenas percebido) de interrupção da sua reprodução, podem ser racionalizados como ameaças de *deterioração* do tecido social. A reificação permite acusar eventuais questionamentos de colocar em risco a própria sobrevivência da sociedade,

mobilizando, assim, ansiedades sociais de grande intensidade, que tendem a assumir contornos de pânico moral (COHEN, 2015).

O elemento especificamente *teológico* vem sobrepor *imagens de deus* a esse processo de *moralização*. Ronaldo Almeida (2018, p. 174) se refere ao “deus comprometido com uma ordem nacional anticomunista, autoritária e militar” apresentado no voto de Bolsonaro pela abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.¹³⁰ É um deus muito próximo àquele apresentado pelo “nacionalismo cristão” descrito por Kristin Du Mez (2022) em contexto estadunidense. A imagem preponderante desse deus teocrático é a de um homem cis-heterossexual branco e velho, um *olho que tudo vê*, vigilante e desencarnado, que está em toda parte e ao mesmo tempo em lugar nenhum; um deus único, exclusivo e excludente, “cujo Olho produz, apropria e ordena toda a diferença”, na descrição de Donna Haraway (1995).¹³¹ A transfiguração do discurso *moral* num discurso *teológico* com **essas** características reforça, por um lado, a reificação de normas e imperativos morais, por meio de sua *sacralização*. Por outro, contribui para o estreitamento das margens de tolerância ao discernimento e à autonomização moral, no plano subjetivo individual; e à convivência e negociação entre moralidades concomitantes e divergentes, no plano coletivo.

Entretanto, não podemos perder de vista que o acionamento de discursos *teológicos* (como, de resto, também de discursos *científicos* e *jurídicos*) para fins de reificação e criação de *transcendentes* e entes morais fixos, atemporais, a-históricos e, portanto, despolitizados, é uma possibilidade instrumental dentre outras nas disputas de poder em pauta. Com efeito, as chamadas *teologias contextuais*, tais como a teologia da libertação, com sua “opção preferencial pelos pobres” (TEIXEIRA, 2014); as teologias feministas (BARROS, 2020); as teologias negras (CONE, 2020a [1997]; 2020b [1970]; PACHECO, 2019; SELO ZAU, 2020); as teologias chamadas de *gays*, *LGBT* ou *queer* (MUSSKOPF, 2012; ALTHAUS-REID,

¹³⁰ O comediante Marcelo Adnet, num esquete parodiando Bolsonaro, descreveu o deus deste como um “senhor idoso de direita, conservador, [de] bons costumes, armamentista”, que teria votado nele para presidente (ADNET, 2020).

¹³¹ Esses discursos *teológicos* (não suponho que seja um discurso unitário) são centrados em *imagens de deus* similares ao que a teóloga feminista Elizabeth Schüssler Fiorenza (1993) chama de “kyriárquicas”. O neologismo, baseado no grego *kyrios* (referente ao domínio senhorial de um imperador, senhor de escravos, mestre, pai, oligarca), foi cunhado por essa autora para descrever padrões complexos e entrelaçados de dominação, que incluem o sexismo, a misoginia e o racismo, entre outros.

2019 [2003]; 2005) – pretendem, de maneira geral, partir de *experiências* humanas *encarnadas*, consideradas em suas especificidades, em vez de construir e prescrever ideais normativos e abstratos, descolados de *experiências* concretas. Como observa Gabriela González em artigo sobre o acionamento da categoria “mulher” nas teologias da libertação latino-americanas:

as múltiplas possibilidades de se tornar mulher são recolhidas pelas teologias da libertação feministas latino-americanas, que constroem sujeitos racializados, etnizados e generificados que desarticulam a ideia do pobre ou do povo como sujeito de libertação que invisibiliza outros problemas e lutas dentro e fora das igrejas de pertença numa ordem pós-colonial. (GONZÁLEZ, 2015.)

Justamente essas características tornam tais teologias, mais afeitas a uma lógica *imane*nte que *transcendente*, fundamentais para as disputas políticas que examinamos aqui.¹³²

3.3 Borramento e disputa dos limites entre *público* e *privado* – ou: o híbrido, esse (suposto) problema moderno

Outro efeito da *moralização* explícita da política em termos *religiosos* é uma disputa em torno da delimitação das (supostas) fronteiras entre *público* e *privado*. Quando, em 2013, Marco Feliciano foi denunciado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a acusação referiu-se ao teor homofóbico de suas declarações de dois anos antes. Segundo reportagem do G1 à época, Gurgel não o denunciou também por racismo (o que se justificaria pela referência do deputado à “maldição” que supostamente pesaria sobre os “africanos”) “por entender que se tratava de uma ‘interpretação bíblica’” (OLIVEIRA, 2013). Seria, portanto, uma questão de *crença* pessoal e, como tal, pertenceria ao domínio *privado* – o que a colocaria fora do alcance do direito enquanto regulador de relações e comportamentos *públicos*. Argumento similar se via no âmbito da controvérsia

¹³² Voltaremos às teologias focadas numa lógica imane

acerca do PLC/122 (ZIMBRÃO, 2018), que, como vimos, visava à criminalização da homofobia; seus opositores apelidaram-no de “lei da mordça”, sob a alegação de que o projeto restringiria a “liberdade de crença e expressão religiosa” e violaria “o direito de ‘pregar contra o homossexualismo’” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013, p. 90).

A introdução do elemento *religioso*, com seu duplo efeito de *moralizar* e *despolitizar* o debate público, tem o efeito adicional de reforçar a esfera *privada*, concebida como pessoal, a-histórica e apolítica, em sua oposição idealizada ao domínio *público*, supostamente o território do *político* por excelência. Obscurece o fato de que identidades e lugares sociais são construídos de forma relacional, em um jogo permanente de disputas, alianças e negociações – que é, portanto, sempre eminentemente *político* (RUBIN, 2007; DUARTE, 2013). Conjugadas, a *moralização* e a (pretensa) *privatização* do debate engendradas pelo *religioso* reificam normatividades e as tornam impermeáveis à análise política – além de *sacralizar*, legitimar e invisibilizar as diferenças hierárquicas que elas produzem.

Para superar a reificação operada por esses processos articulados de *moralização* e *privatização*, será preciso problematizar a dualidade entre *público* e *privado*, adverte Flavia Biroli (2018) – sem perder de vista o modo como as esferas pública e privada se constituem mutuamente (MONTERO, 2012). Lembrando o mote feminista de que “o privado é político”, Biroli (2018) salienta a necessidade de compreendermos a relevância política das disputas em torno do que se define como *privado* e do que se define como *público*. A seu ver, tais disputas

[...] são um problema de primeira ordem para as democracias porque traçam fronteiras entre experiências, problemas e necessidades, atribuindo-lhes peso e legitimidade diferenciados. O que está em jogo é o que terá relevância política e, claro, quem será reconhecido como capaz de interferir nos debates. Nesse ponto, apresenta-se outra questão, que tem especial relevância para a produção de conhecimento: enquanto alguns problemas são alçados à condição de problemas “gerais”, outros são sistematicamente situados como “particulares”. (BIROLI, 2018, pp. 10-11.)

Biroli alerta para o perigo de determinadas questões virem a ser negligenciadas, ou mesmo invisibilizadas, por sua alocação na esfera *privada*, pretensamente apolítica. Aqui, será necessário recordar como o ideário moderno se organiza em dicotomias sempre **fictícias**, como nos lembra Latour (2019) ao expor a dinâmica moderna de criação de híbridos em lugar de categorias supostamente

estanques e puras.¹³³ Também Anne McClintock (2010) salienta a instabilidade inerente às categorias modernas em sua construção necessariamente umas em relação às outras, sempre de modo desigual e contraditório. Ela enxerga nos medos sexuais dos colonizadores indícios de categorias difusas e borradas, que nada tinham de estanques como supunham – o que certamente se aplica aos receios de questionamento das pretensões de *pureza* e *coerência* das categorias que atualmente organizam os discursos de oposição que nos interessam neste momento, e (supostamente) separam o *público* do *privado* e o *secular* do *religioso*.

Saba Mahmood (2016) encara o *religioso* e o *secular* não como essências necessariamente imutáveis ou ideologias opostas, e sim como categorias que ganham particular destaque com a emergência do Estado moderno e da política que o acompanha – categorias, portanto, interdependentes e vinculadas em sua mútua transformação e emergência histórica. Vista sob essa perspectiva, na medida em que a racionalidade *secular* passou a definir a lei, o aparato de Estado, a produção de conhecimento e as relações econômicas no mundo moderno, transformou também, ao mesmo tempo, as concepções, ideais, práticas e instituições da vida *religiosa*. O *secularismo*, na crítica dessa autora, é entendido não simplesmente como a separação doutrinal entre *igreja* e *Estado*, mas como a rearticulação da *religião* de acordo com sensibilidades e formas de governo *modernas*. Repensar o *religioso*, nesse sentido, requer repensar igualmente o *secular* e seus argumentos de verdade, sua promessa de bens internos e externos. Do mesmo modo, Mahmood associa a constituição da *religião* como *problema* da modernidade *secular* à alocação articulada da *crença religiosa*, da *família* e da *sexualidade* na esfera (nominalmente) *privada*. A seu ver, as diferenças e conflitos religiosos são **exacerbados** por regimes seculares de poder imbuídos de um ideal **acrítico** de *laicidade* do Estado, acompanhado da estigmatização e inferiorização do *religioso* que são intrínsecas a esse ideal – com o efeito, por exemplo, de alimentar o imaginário de perseguição *crisofóbica*.

A pretensa *privatização* do debate *público* se articula também com as disputas em torno da noção de *liberdade* e de seus limites, tanto no espaço *público*

¹³³ Foucault já advertia para a ambiguidade intrínseca aos dispositivos de controle *modernos* ao descrever como a suposta “repressão moderna do sexo” (FOUCAULT, 2011 [1976], p. 11) significou concretamente uma “grande prédica sexual” (*idem, ibidem*, p. 14): nunca se investiu tanto nos discursos destinados “a dizer a verdade sobre o sexo [...]”. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente, reforçam-se reciprocamente” (*idem, ibidem*, p. 14).

quanto no *privado* (VITAL DA CUNHA, 2018). Wendy Brown (2019) chama atenção para o modo como os direitos à *liberdade religiosa* e à *liberdade de expressão* vêm sendo mobilizados para

contestar o significado dos poderes sociais nas democracias e para reforçar a moralidade tradicional contra mandatos de igualdade [...]. Longe de assegurar e proteger o dissenso político, a consciência e as crenças privadas diversas, e as esferas estatais, públicas e comerciais neutras, a nova jurisprudência mobiliza as liberdades religiosa e de expressão para permitir a (re)cristianização da esfera pública. (BROWN, 2019, p. 153.)

A evocação da *ordem democrática* e da *liberdade* como *bem maior* para justificar o apelo à defesa da *liberdade religiosa*, ameaçada pela *crisofobia*, como vimos no discurso de Bolsonaro na ONU em setembro de 2020, ilustra bem a observação de Brown – e lembra o comentário de Butler (2019) acerca de como “democracia”, como categoria, facilmente se torna um termo discursivo estratégico e em permanente disputa.

Com efeito, a contestação das noções de *igualdade* e *liberdade* como princípios fundamentais das sociedades democráticas – bem como as disputas em torno da redefinição de seus limites como eixos balizadores das relações sociais (BROWN, 2019) – constitui, em última instância, uma disputa em torno dos limites da própria *democracia*. Está em jogo, para Eric Fassin (2011), o próprio fundamento da ordem social nas sociedades democráticas – que repousam sobre normas que dependem de negociações, tanto em âmbito público quanto privado. Não são determinadas por alguma autoridade transcendente, como *deus*, *natureza*, a *tradição* “ou qualquer outro princípio que pretenda escapar à mudança histórica e à crítica política” (FASSIN, 2011, p. 148). A lógica democrática tem como um de seus eixos que a ordem das coisas seja social, não reificada como *natural* ou *divina*; é, portanto, intrinsecamente *imane*nte. Por estar inserida na história, está sujeita a mudança. Por ser, em essência, política, é passível de crítica. O que está em disputa é o quanto será possível definir e/ou legitimar normas e leis para reger a sociedade com base em referenciais *transcendentes*, cuja autoridade seja tratada como absoluta, vertical e unívoca (FASSIN, 2011).¹³⁴

¹³⁴ Voltaremos a esse ponto ainda neste capítulo, trazendo contribuições interessantes de Butler (2021 [1997]) para esse debate.

3.4 A ameaça ideológica

Muito se disse que, no discurso de posse do presidente eleito em 2018, a palavra mais usada foi *deus*. De fato, nos dois discursos de Bolsonaro no dia da posse – um no Congresso Nacional, outro após a transmissão da faixa presidencial – “Deus”, esteve entre as referências mais citadas, junto com “família”, “segurança” (temas centrais da campanha) e “democracia”¹³⁵ (FOLHA DE S. PAULO, 2019a; 2019b). Todavia, o tópico abordado com mais insistência por Bolsonaro foi a(s) *ideologia(s)*; em suas palavras, “ideologias que **destroem** nossos valores e tradições, **destroem** nossas famílias, **alicerce** da nossa sociedade” (*apud* FOLHA DE S. PAULO, 2019a; grifo meu).

Em seus pronunciamentos naquele dia – em especial naquele dirigido à multidão defronte ao Palácio do Planalto – Bolsonaro deu continuidade ao discurso de campanha. O combate à “nefasta ideologia” que “defende bandidos” e “criminaliza policiais” é associado à luta contra o “socialismo”, a “inversão de valores” e o “politicamente correto”. A “ideologia” – atributo, em princípio, da(s) “esquerda(s)” e do “petismo”, que logo se converteram em categorias de acusação com as quais são identificados todos os opositores e adversários, unificados como “inimigos” – é a fonte da “corrupção”.¹³⁶ Como vimos, por analogia, a “corrupção” das grandes falcatruas e desvios de verba pública é assim vinculada à *corrupção* dos valores morais e à *degeneração* do tecido social, materializada no sentimento generalizado de insegurança face à violência, à ameaça à “vida” de “inocentes” e ao perigo de “destruição” da “família”. Do mesmo modo, Bolsonaro enfatizou a “segurança das pessoas de bem” como preocupação central, vinculada à garantia da “legítima defesa” e da “propriedade” como direitos.

Nos dois discursos de Bolsonaro em sua posse presidencial, *corrupção*, *insegurança* e *morte* são claramente associadas e sobrepostas – e atribuídas à *ideologia*. Numa abordagem muito similar à da palestra de D. Antonio Augusto Dias

¹³⁵ “Democracia” foi mais citada no discurso no Congresso, na provável tentativa de rebater acusações de que o novo presidente eleito seria *autoritário* e/ou *antidemocrático* – e, ao mesmo tempo, inserindo-se nas disputas em torno dos sentidos da palavra *democracia*.

¹³⁶ Aqui fica especialmente evidente o caráter de “significante vazio” da palavra *ideologia* tal como acionada no discurso antigênero (SERRANO, 2017), construída antagonisticamente como ameaça capaz de “destruir” o que quer que haja de precioso e se queira *preservar* – como ficou muito claro, por exemplo, na palestra de D. Antonio Augusto Dias Duarte descrita no Capítulo 1.

Duarte que assisti em 2018, também para Bolsonaro a “ideologia” “corrompe valores”, “destrói a família” e “defende bandidos”. Assim, é contraposta à promessa de resgate da *prosperidade e segurança* (materiais e simbólicas) do *passado perdido* e à permanência de ambas no futuro, mediante o investimento na “educação dos filhos” (FOLHA DE S. PAULO, 2019a; 2019b) – garantia de manutenção e reprodução das condições materiais e simbólicas que sustentam o *status quo* e asseguram sua sobrevivência, hoje e no tempo que há de vir.

Portanto, a retórica de combate à *ideologia de gênero*¹³⁷ fornece uma linguagem comum para alinhar grupos e atores que de outro modo permaneceriam desconectados ou mesmo em oposição – forjando alianças (temporárias ou não) muito flexíveis (SERRANO, 2017). Não obstante, é crucial, por um lado, sublinhar a genealogia especificamente católica romana do combate à *ideologia de gênero*, que vem adquirindo intensidade e centralidade crescentes no debate público latino-americano (JUNQUEIRA, 2022); por outro, é imperioso entender a própria *cruzada moral* (BECKER, 1977) *antigênero* e como ela vem ganhando corpo por meio do acionamento de um vocabulário e uma gramática *cristãos*.

Sonia Corrêa e Isabela Kalil sublinham que a centralidade da pauta *antigênero* na campanha de 2018 e no governo Bolsonaro (CORRÊA, 2018; CORRÊA; KALIL, 2020) aponta para o sentimento de ameaça à *família*, ou melhor, a um determinado modelo familiar – *sacralizado* (inclusive em linguagem *teológica*) como “alicerce da sociedade” – isto é, **fundamento** de todo um modo de vida e ordenamento social. Fica evidente, assim, como a mobilização do medo de *degeneração* e ruptura do tecido social é um poderoso aglutinante proporcionado pela pauta *antigênero*.¹³⁸ É interessante notar que, na disputa eleitoral de 2022, a

¹³⁷ É especialmente interessante notar que a expressão “ideologia de gênero” originalmente era utilizada pelas feministas para se referirem às normas hegemônicas que organizam os ordenamentos de gênero e sexualidade. Ver, por exemplo, Scott (2019 [1986], pp. 54 e 59). Teresa de Lauretis (2019 [1987], pp. 127-128) adota o termo *ideologia* partindo de Althusser – em cuja concepção *ideologia* representaria “não o sistema de relações reais que governam a existência dos indivíduos, e sim a relação imaginária daqueles indivíduos com as relações reais em que vivem” (*apud* LAURETIS, 2019, p. 127).

¹³⁸ Ainda que se desenvolva com características específicas no contexto de cada país, a *cruzada antigênero*, assim como a participação *religiosa* na dita *onda conservadora*, é de ordem **transnacional**. As articulações e estratégias, inclusive discursivas, que servem de eixo para essa ofensiva são muito parecidas em diferentes partes do mundo. A oposição a temas como equidade de gênero, aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e leis e políticas voltadas para a educação em sexualidade nas escolas tem unido amplos setores conservadores em diferentes países, nos quais assistimos a reações públicas fomentadas por um pânico moral capaz de agregar legiões de pessoas em defesa da família, da norma binária cis-heterossexual e contra um pretenso

campanha bolsonarista agregou à pauta propriamente *antigênero* uma dimensão de *gênero* que talvez possamos descrever como *positiva*, sobretudo por meio da participação de Michelle Bolsonaro e Damares Alves – como vislumbramos nas considerações iniciais e retomaremos no Capítulo 5.

Outra vantagem estratégica da lógica beligerante da cruzada contra a *ideologia* reside na identificação de *inimigos*: *esquerda, movimentos sociais, marxismo cultural, feministas, gays, movimento LGBTI+* – aqueles que *nos* ameaçam, *nos* inspiram medo. A divisão esquemática e cristalizada entre *nós* e *eles* (pretensamente) homogeneíza, simplifica e essencializa tanto *nossa* própria identidade quanto a de *nostros* oponentes, conferindo, a *nós* e a *eles*, uma aparente coerência e coesão internas, (supostamente) reduzindo a diversidade interna dos campos em conflito e estabelecendo *antagonismos* intransponíveis (BUTLER, 2018; STANLEY, 2019; SOLANO, 2018).

O aprofundamento da polarização alimenta o *ressentimento* de parte a parte (BROWN, 2019; FASSIN, 2019), bloqueia a empatia com o campo construído como *oposto*, simplifica o debate político e restringe o exercício da esfera pública como espaço de deliberação – contribuindo para o recrudescimento do autoritarismo e da violência. Diferenças são reduzidas a estereótipos que causam *escândalo*, promovendo uma desqualificação *moral* dos adversários, silenciando-os e removendo-os do lugar de interlocutores legítimos. O efeito é o esgarçamento da possibilidade não só de diálogo mas do próprio dissenso, dimensão fundamental do debate público e democrático (LIONÇO, 2019). Como aponta Judith Butler, a consequência desse “enquadramento de guerra” é que o *outro* deixa de ser reconhecido sequer como legitimamente *humano* (BUTLER, 2018). Não admira que a disputa em torno de quem são aqueles que têm direito aos *direitos humanos* – em última instância, a *ser humanos* – ocupe posição tão central nesse cenário.

3.5 Neoconservadorismo e defesa da família (qual?)

Se tem uma coisa que o Brasil não precisa é de moral cristã e ordem militar. Tudo o que a gente teve até hoje é porrada e missa. E a gente é a prova viva do fracasso de ambos. Ninguém no Brasil nunca fez merda em nome do Capeta, da Maconha ou da Sacanagem. Toda vez que mataram, escravizaram e torturaram no Brasil foi em nome de Deus, da Pátria e da Família.

*Gregório Duvivier*¹³⁹

Autores diversos vêm adotando a categoria “neoconservadorismo” para descrever e analisar a atual “onda conservadora”, especialmente em seu aspecto *antigênero* e *antidireitos* – tais como Wendy Brown (2006; 2019) e Melinda Cooper (2017), com foco no contexto estadunidense; e Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020), que voltam suas atenções para o contexto ladino-amefricano, o brasileiro em especial. Formulado inicialmente em contexto estadunidense para descrever reações, nos anos 1970, aos movimentos de contracultura, o termo tem sido empregado para “lançar luz sobre os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores – religiosos e não religiosos – visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 25).

Acompanho esses autores na adoção da categoria “neoconservadorismo” por permitir “caracterizar o fenômeno de sua emergência no **momento político atual, ressaltando as coalizões diversas que o sustentam em um momento específico**”, nas palavras de Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 25; grifo dos autores).¹⁴⁰ Assim como Brown (2006), estes entendem que o termo

¹³⁹ *Apud* Solano, 2018.

¹⁴⁰ Sucintamente, Biroli, Machado e Vaggione, em linhas muito similares a Brown (2019) e Cooper (2017), descrevem cinco dimensões do que denominam “neoconservadorismo”: (i) a articulação de alianças e afinidades entre diferentes atores; (ii) uma acentuada juridificação da moralidade; (iii) o fato de dar-se em contextos democráticos; (iv) o caráter transnacional do fenômeno; (v) a íntima associação entre neoconservadorismo e neoliberalismo (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020).

Se refere a uma racionalidade política que se expressa em forte regulação da moralidade sexual. Essa racionalidade promove uma forma de cultura política e de política de subjetivação que prioriza a mobilização do direito de proteger e garantir uma moral sexual baseada na defesa da família (heterossexual) e legitimada por seu potencial reprodutivo. Isso se dá justamente à medida que outras moralidades ganham legitimidade no sistema internacional de direitos, assim como regional e nacionalmente. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, pp. 25-26).

O atual fenômeno chamado de “neoconservadorismo” emergiria, portanto, no contexto de um embate de moralidades. Sergio Carrara (2015) trabalha com a hipótese de que o surgimento, na passagem do século XX para o XXI, da própria noção de “direitos sexuais”, compreendidos como parte dos direitos humanos, constitui um indicador da “emergência histórica de um ‘novo’ regime secular da sexualidade, acompanhado por um estilo de regulação moral que lhe é próprio” (CARRARA, 2015, p. 326). Em contraponto com o regime que, forjado ao longo do século XIX e difundido na primeira metade do século XX, veio a apreender a sexualidade em uma linguagem biomédica e consagrar o casal cis-heterossexual **reprodutivo** como **norma biológica e moral**, tal como descrito por Foucault (2011), o “novo” regime delineado em fins do século XX ancora-se em uma linguagem sociojurídica. Nele, os critérios de avaliação *moral* das práticas sexuais passam a ser a *consensualidade* e a *responsabilidade*. Para Carrara (2015), tal deslocamento teria redesenhado as fronteiras da legitimidade: onde antes o que qualificava como aceitáveis as práticas sexuais era, grosso modo, seu caráter reprodutivo, emerge agora uma **nova sensibilidade social para as diferenças de poder nas relações** (e a presunção da **violência** nelas implicada) e para o descontrole dos próprios impulsos e paixões. Evidentemente, é crucial reconhecer a contribuição das movimentações de diferentes setores da sociedade, sobretudo em termos das denúncias de *violência* e lutas por direitos por parte de grupos subalternizados e vulneráveis, para a modificação de sensibilidades e moralidades aqui apontadas.

Em contraste com essa lógica de **responsabilização moral** do indivíduo e **atenção crítica à reprodução de violências e hierarquias nas relações**, o neoconservadorismo se estabeleceria como “uma lógica normativa e disciplinadora” concorrente, que iria “além de um projeto defensivo ou de uma tentativa de obter representação do Estado, consolidando-se como um modelo de governança e cidadania” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 26).

Neste ponto, podemos seguir as trilhas abertas por autoras como Anne McClintock (2010, p. 27), para quem o projeto moderno colonial¹⁴¹ se organiza em torno das articulações múltiplas e simultâneas entre categorias mutuamente implicadas, como gênero, raça e classe, sem privilégio de uma em relação às demais. McClintock faz uma crítica a Foucault pelo destaque que dá à sexualidade como tropo organizador; e, em diálogo com bell hooks, propõe uma produção de discursos sobre tais categorias que interroguem não a raça como sinônimo de “negro”, nem o gênero como sinônimo de “mulher”, mas, ao contrário, as “normas invisíveis” (MCCLINTOCK, 2010, p. 25) estabelecidas pelos binários categóricos da modernidade.¹⁴² Ela cita a “invenção da brancura” (MCCLINTOCK, 2010, p. 25) – mas podemos incluir aí a *invenção* da masculinidade, da cis-heterossexualidade e assim por diante como problemas centrais a serem investigados. Estamos falando de categorias fortemente lastreadas nos corpos e reificadas por meio de naturalizações em termos biologizantes, tais como sexualidade, gênero e raça; mas também de outras como classe, religião e família. A reificação destas últimas não se dá tanto mediante uma biologização (exceto, talvez, família), mas sim por meio do recurso a estratégias discursivas que revelam mais claramente o modo como tais categorias, bem como os sentidos que as criam e são por elas criados, são construídas em termos contingenciais, imersas em relações necessariamente históricas e políticas.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2023 [2005]) propõe o exame de um “dispositivo de racialidade” a partir da noção foucaultiana de “dispositivo da sexualidade” – isto é, a “raça” como dispositivo de controle e ordenamento social por meio da criação de um “outro” racializado que instaura “uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras [...], a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro” (CARNEIRO, 2023, p. 13). Analogamente, Butler, discutindo a presença de homossexuais nas forças armadas estadunidenses, assinala que “o termo ‘homossexual’, [...] descreve uma classe de pessoas que deve continuar sendo proibida de se autodefinir; o termo deve ser sempre atribuído por

¹⁴¹ McClintock utiliza o termo “imperialismo” para se referir ao que entendo ser, aqui, o projeto moderno colonial – conforme as leituras, por exemplo, de María Lugones (2019; 2020) e Ochy Curiel (2020).

¹⁴² Nessa mesma direção, Denise Ferreira da Silva (2022) se refere à branquitude como norma que cria sujeitos (brancos) “transparentes”, isto é, *invisíveis*.

outra instância. [...] Um homossexual é alguém cuja definição deve ser deixada para os outros” (BUTLER, 2021, p. 177). Considerando essa estratégia moderna de estabelecimento de binários e criação de alteridades como mecanismos de reificação e fixação de lugares sociais por meio da definição do *outro*, proponho considerar nesta análise uma rede de dispositivos análogos diversos, mutuamente imbricados entre si de maneira inextricável. Penso desse modo não apenas a *sexualidade*, nos termos de Foucault, e a *racialidade*, nos termos de Sueli Carneiro, mas também *gênero*, *classe*, *família*, *religião* e assim por diante.

Nesse sentido, olhamos aqui para a *família*, como vimos, como um ponto nodal das disputas em pauta; mas não é de **qualquer família** que se trata, evidentemente. Trata-se d**A família**, designada por artigo definido no singular, reforçando sua unicidade e exclusividade. Estamos falando da família nuclear reprodutiva, baseada na norma binária cis-heterossexual e no princípio da autoridade adulta e masculina, que justifica a tutela de mulheres e, em medida ainda maior, de crianças e jovens.¹⁴³ Essa é a família que, como mostra Melinda Cooper (2017), torna-se fundamental para a agenda neoliberal de privatização e desregulamentação. O modelo familiar consagrado e sacramentado como *alicerce da sociedade* – e que emerge, de fato, como **fundamento** de **uma** determinada concepção de sociedade e um ordenamento social **específico** – assume um duplo papel de dispositivo de controle. Por um lado, cabe a esse *dispositivo familiar* a responsabilidade pela reprodução social de hierarquias. Por outro, como lócus de articulação das dimensões *pública* e *privada*, é também por seu intermédio que se dá uma crucial manobra de privatização – e conseqüente reificação – dos ordenamentos e certa *blindagem* das relações contra qualquer problematização ou crítica. Como assinala Vanessa Leite (2020), as hierarquias e relações de poder em jogo organizam tanto o discurso *público* de um conjunto de atores quanto as desigualdades e assimetrias na vida *privada*.

¹⁴³ Leite (2012; 2013), discutindo a possibilidade de afirmação da sexualidade como um direito de adolescentes, reflete acerca de como os confrontos de moralidades em relação à sexualidade de crianças e adolescentes estão relacionados ao lento processo de construção, na sociedade brasileira, do paradigma das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Segundo a autora, “um dos desafios éticos emergentes parece ser a questão da autonomia versus tutela” (LEITE, 2012, p. 98), defendendo que, historicamente, tem predominado no Brasil uma perspectiva autoritária e tutelar com as crianças e adolescentes. Assim, os experimentos infanto-juvenis relacionados ao gênero e à sexualidade seriam lugar privilegiado para o acionamento de pânico morais.

Aqui, é interessante recordar o papel desempenhado pelo pânico moral articulado em torno do onanismo infantil na França do século XVIII, tal como descrito por Foucault (2002 [1974-1975]), em sua contribuição para configurar a nova “esfera da domesticidade” (McClintock, 2010). Esta é, por excelência, o domínio da família *privatizada* em torno do casal romântico/reprodutivo cis-heterossexual como núcleo *privado* e lugar privilegiado de *proteção* da criança como futuro cidadão *em produção*, assegurando assim a *reprodução* das (novas?) normas e ordenamentos sociais *modernos* que se consolidavam então. Nesse sentido, entende-se a construção dessa família *privada*, tendo como eixo o casal romântico cis-heterossexual, como alicerce da sociedade moderna. Como observam autoras como Vanessa Leite (2019), que destaca a centralidade das disputas em torno de crianças e adolescentes na atual pauta *antigênero*, a sexualidade e as expressões de gênero na infância/adolescência tornam-se, na modernidade ocidental, alvo de intensa vigilância e *policimento*, como dimensões cruciais da produção do adulto enquadrado como *normal* e recortado contra seu (suposto) antagônico *anormal*.¹⁴⁴

A *família* assim definida será o cerne também do processo de *politização da moral*, na medida em que sua “defesa” se converte em “um dispositivo para aprofundar as fronteiras entre os que mereceriam e os que não mereceriam proteção” – possibilitando, desse modo, “justificar posições antipluralistas e anti-humanistas, assim como o rechaço a agendas de justiça social” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 197). À medida que “a dimensão política coletiva se esgarça e os aparatos estatais de proteção são reduzidos ou desmontados” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 197), passa a ser também sua a função *moral* de atuar como rede de apoio para os indivíduos, contribuindo para a normalização das desigualdades.¹⁴⁵ Nas palavras de Biroli, Machado e Vaggione:

¹⁴⁴ O binário *normal* vs. *anormal* assim definido está de acordo com o (pretense) ideal moderno de *pureza* categorial, em que só se pode estar inteiramente dentro ou inteiramente fora de normas supostamente estanques. Em se tratando de categorias *binárias*, sair de uma implicaria necessariamente em cair na que lhe é oposta e complementar.

¹⁴⁵ Não se pode perder de vista, sobretudo no contexto brasileiro aqui em pauta (de fins da primeira a princípios da terceira década do século XXI), o modo como o acionamento da *família* assim definida – como demarcadora das fronteiras entre *sujeitos de direitos* e quem não tem direito a ter direitos – tem se dado em íntima e indissociável articulação com certa *identidade religiosa cristã*, ainda referida majoritariamente como *evangélica*. Jacqueline Moraes Teixeira, por exemplo, trabalha com a hipótese de que “religiões não produzem religiosos, igrejas não produzem fiéis”; constituem, isto sim, “máquinas de produção incessante de corpos civis” (TEIXEIRA, 2018, p. 19). Para um útil exame da articulação entre gênero (*masculinidade*) e *pentecostalismo* como *tecnologia neoliberal*, ver Teixeira (2022).

A aposta na família como núcleo de segurança, diante da vulnerabilidade e da precarização, faz com que o neoliberalismo e o neoconservadorismo operem de maneira convergente, justamente quando os conflitos relacionados às desigualdades de gênero se acirram, a crise das relações de cuidado se torna mais explícita e a retirada de garantias sociais, assim como as medidas para assegurar restrições ao orçamento público, é levada a novos patamares. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, pp. 197-198).

No cerne dessa retórica de *defesa da família* reside, portanto, uma necessidade de (re)afirmar a singularidade e exclusividade (ou, ao menos, a superioridade) de um determinado modelo familiar, nessa função de *dispositivo de controle*, e (re)negar (ou, ao menos, tentar inferiorizar) a existência de outros. Na pretensa *defesa da verdadeira família*, fica implícito, em maior ou menor medida, que as *outras*, portanto, seriam *falsas* – negando sua legitimidade ou mesmo seu *status* como entidades familiares. Assim, por exemplo, defensores do chamado “Estatuto da Família”,¹⁴⁶ projeto de lei (PL) de 2015, afirmavam estar “defendendo de fato o que é família” e o justificavam alegando que “os novos arranjos familiares são verdadeiros desarranjos” e que era preciso “salvaguardar o País da **anarquia**” (*apud* AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015; grifo meu). Ao mesmo tempo, essas afirmações mesmas – e a própria existência de tal PL – demonstram a impossibilidade de **desconhecer** os tais *novos arranjos familiares*, por mais que possam ser considerados *anárquicos, desordenados*. Transparece aqui uma tentativa de reposicionamento num contexto em que outros formatos de *família* vêm

¹⁴⁶ O projeto de lei conhecido como “Estatuto da Família” (PL 6.583/13) foi aprovado por Comissão Especial da Câmara dos Deputados em outubro de 2015 e, desde então, aguarda ser pautado pela presidência da Câmara para ir a votação em plenário. O texto estabelece como família “a entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos” (*apud* AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015). Determina também que “é dever do Estado, da sociedade e do poder público, em todos os níveis, assegurar à entidade familiar a efetivação do direito à vida desde a concepção” (*apud* AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015), o que afeta o debate e o desenho de políticas públicas relacionadas ao aborto. Prevê ainda que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral, sexual e religiosa que esteja em acordo com as convicções estabelecidas no âmbito familiar” (*apud* AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2015). Também em 2015, o deputado Orlando Silva apresentou o PL 3.369/15, propondo um “Estatuto das Famílias do Século XXI”, que reconheceria como entidade familiar “todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas” (disponível em: <camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1402854>. Acesso em: 28 nov. 2020) – evocando, portanto, as noções de consentimento e responsabilização moral identificadas por Carrara (2015) no cerne das novas moralidades e racionalidades que ele vê se configurando. O projeto de Orlando Silva seria objeto de controvérsia em agosto de 2019, quando sua votação na CDHM foi suspensa após a disseminação de uma série de interpretações distorcidas de seu conteúdo, associando-o à legalização da poligamia e do incesto (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM, 2019).

efetivamente consolidando sua legitimidade nas disputas pelo reconhecimento e garantia de sua existência e de seus direitos.

Não podemos ignorar, portanto, que a tentativa mesma de negação implica um reconhecimento implícito da existência do que se pretende renegar – não se pode **negar a existência** do que **não existe**. Grosso modo, diante da impossibilidade de propriamente **extinguir** aquilo cuja existência se tenta negar (e que não é possível sequer **ignorar**), o que se faz é criar relações de superioridade e inferioridade. Não se trataria, então, de promover uma *eliminação* de fato de arranjos familiares concorrentes, por maior que seja o ônus das *violências* inerentes a essa dinâmica de deslegitimação e promovidas por ela. Negar a existência de *outras famílias* ou tratá-las como *falsas* constituem, a rigor, tentativas de hierarquização e ordenamento, por meio de uma retórica mais ou menos radicalizada de *eliminação*.

Nesse sentido, não podemos perder de vista que as operações aqui descritas e reunidas sob o rótulo *neoliberalismo*, na medida mesma em que se constituem e se recortam contra e em relação com determinados ideários e moralidades, acabam por incorporá-los em alguma medida, em dinâmicas de apropriação e reapropriação. Assim é que vemos a expressão de certo *pluralismo* no reconhecimento, ainda que enviesado, da existência de *outros arranjos familiares* por defensores do “Estatuto da Família”. Analogamente, no discurso de *proteção das crianças* – que se apresenta estreitamente entrelaçado ao de *defesa da família* – vislumbra-se a lógica de proteção aos vulneráveis própria do ideário dos direitos humanos e articulada ao novo regime secular da sexualidade descrito por Sergio Carrara (2015).¹⁴⁷ Como nos lembra esse autor, narrativas e moralidades em confronto não são estáticas. A cada disputa, a cada interação, elas se deslocam e se transformam mutuamente.

Com efeito, Veena Das, defendendo que as normas e expectativas sociais da vividez em contexto indiano não “se traduzem automaticamente em opressão”, aponta a distância que existe entre a *norma* e sua *atualização*, e nos recorda que “surgem novas normas em experimentos com a vida, na auto-criação espiritual” (DAS, 2011, p. 16). Para ela, será preciso sempre indagar “como os indivíduos

¹⁴⁷ O mesmo se aplica à incorporação da retórica de combate às *violências de gênero*, com ênfase deslocada para o enfrentamento da *violência doméstica*, no discurso da ministra Damare Alves (SENRA; KRIEZIS, 2019) – que também trata a dita “ideologia de gênero” (e o que chama de “erotização infantil”) como uma forma de *violência contra as crianças* (PRATES, 2022)

colocam normas para si mesmos, e como elas se relacionam com o modo como as normas sociais são imaginadas” (DAS, 2011, p. 16). Nesse mesmo sentido, nunca será demais remeter à discussão contínua na obra de Judith Butler¹⁴⁸ a respeito da “ambivalência promissora da norma” (2021, p. 155) e do fracasso inerente à capacidade especificamente *prescritiva* da norma na conformação de práticas concretas. Como indica Isadora Lins França, a mera constatação da “diversidade de corpos, relações e sujeitos que habita nosso cotidiano” põe em xeque o suposto poder da norma de *determinar* práticas e condutas de maneira estrita (FRANÇA, 2019, p. 45). Toda norma, ao mesmo tempo em que efetivamente produz práticas, discursos e sujeitos, é continuamente deslocada, reproduzida e produzida por esses mesmos sujeitos, discursos e práticas.

Na medida em que todo enunciado será carregado de significados ambíguos, diz Butler, seu poder será igualmente, “em princípio, menos unilateral e seguro do que parece” (BUTLER, 2021, p. 148). Em contraste com a noção de “poder soberano”, “compreendido de acordo com o modelo do poder divino de nomear, segundo o qual enunciar é criar o efeito enunciado” (BUTLER, 2021, p. 61), adverte ela, o discurso humano raramente emula esse efeito em que ela identifica uma analogia com o “divino”. Butler salienta o risco e a vulnerabilidade inerentes ao processo democrático, na medida em que é preciso ir ao encontro do *outro* sem ter como saber, de antemão, “o significado que [este] atribuirá ao enunciado de alguém, que conflito de interpretação pode surgir e qual a melhor maneira de julgar essa diferença. O esforço para chegar a um acordo não pode ser resolvido antecipadamente, mas apenas através de uma luta concreta de tradução” – um esforço permanente e sem qualquer garantia de sucesso (BUTLER, 2021, p. 149).¹⁴⁹

Sem perder de vista o lembrete de Veena Das de que “ser vulnerável não é o mesmo que ser vítima” (DAS, 2011, p. 16), suportar tal *vulnerabilidade* e comprometer-se com a *ética de responsabilidade mútua* que ela evoca torna-se um desafio central – uma vez que a interdependência pode facilmente propiciar mais *violências* (BUTLER, 2019a) – e uma “demanda democrática pós-soberana”, adverte

¹⁴⁸ Recorro aqui sobretudo às reflexões da autora em suas obras sobre discurso de ódio (BUTLER, 2021 [1997]), enquadramentos de guerra (BUTLER, 2018 [2009]) e teoria performativa da assembleia (BUTLER, 2019a).

¹⁴⁹ Teresa de Lauretis (2019) entende que a contradição, a multiplicidade e o “outro lugar” (margens, fendas, fissuras) são (deveriam ser) condições fundamentais de discursos e práticas feministas, que idealmente (deveriam) manter-se mais próximas dessa lógica tradutória da vulnerabilidade.

Butler (2021, p. 156). Tal desafio e tal demanda tornam-se tanto mais urgentes quanto mais fantasias de resgate de um poder supostamente soberano emergem em discursos e disputas políticas (BUTLER, 2021, p. 127) – fantasias para as quais a convergência com teologias políticas fortemente lastreadas nesse ideal de soberania *divina* revela-se particularmente instrumental. Face à lógica democrática de vulnerabilidade, Butler se pergunta, remetendo a Foucault, o quanto a evocação de um poder soberano revela uma tentativa de compensar o sentimento de perda de poder (BUTLER, 2021, p. 127).

3.6 Moralização das inseguranças e o fantasma da degeneração

No es fácil enfrentarse al monstruo, sobre todo cuando descubres que eres parte de él.

Yuderkys Espinosa

Na retórica de *defesa da família* se observa mais um aspecto do apelo aos temas interligados da *corrupção*,¹⁵⁰ da *violência* e da *segurança*, que são centrais no processo de *moralização* do debate público. A transposição de *inseguranças* materiais para um plano metafórico e *moral* estabelece narrativas que atribuem fragilidades e inseguranças ao problema – de ordem *moral* – da distorção e desvirtuamento da *ordem estabelecida*, legitimada como *tradição*. A *desordem* assim produzida – o *caos* decorrente de uma *perda de referências* (ou melhor: da **transformação** de referências a partir do processo histórico-genealógico de mudança de *mentalidades*, *moralidades* e *sensibilidades*) – seria responsável pela *insegurança* e pela *violência*. Seria, ela mesma, percebida como *violenta*. A articulação entre as dimensões pública e privada e o processo de *privatização* da (suposta) solução para inseguranças e ansiedades se dá, também aqui, pela chave da *família* (nuclear, reprodutiva, organizada em torno da norma binária cis-

¹⁵⁰ Em contraste com interpretações moralizantes ou essencialistas, Marcos Otavio Bezerra (2017) entende que as práticas identificadas como de “corrupção” participam da formação do Estado, na medida em que se articulam “aos procedimentos de rotina da burocracia estatal, às práticas políticas relativas à atuação de parlamentares no orçamento da União e a formas de sociabilidade ordinárias” (BEZERRA, 2017, p. 130).

heterossexual etc.) – apresentada como único suporte possível e responsável pelos seus, o que certamente contribui para a dissolução de laços coletivos de solidariedade, em processos de individualização e atomização social já indicados por autoras como Wendy Brown (2019) e Judith Butler (2019a; 2021) como aspectos primordiais do projeto neoliberal.

Cumprе apontar, aqui, as disputas em torno da categoria *violência* – tanto em termos de *violências* no espaço público democrático, relacionadas desde a *violências* materiais até à subalternização e privação de direitos de grupos identificados como vulneráveis, quanto daquelas *violências* identificadas e denunciadas como estruturais ao espaço *privado* das relações familiares, sejam de ordem *física, emocional* ou *simbólica*.¹⁵¹ Assim, essa mesma *família* que se pretende *defender* – baseada no binário cis-heterossexual reprodutivo e, como tal, pedra angular do projeto moderno colonial – emerge como lugar de produção e reprodução de racismos, sexismos e outras violências relacionadas ao controle e *policimento* de identidades e expressões de gênero e condutas sexuais dissidentes.

Angela Figueiredo salienta, por exemplo, que “ainda temos considerado as famílias negras-mestiças como um espaço de proteção às dinâmicas externas a ela, ou temos nos silenciado com relação às suas práticas excludentes” (FIGUEIREDO, 2020, p. 247). Luis Felipe Miguel comenta a adoção do mote “meus filhos, minhas regras” (numa evidente paródia do *slogan* feminista “meu corpo, minhas regras”) no combate aos projetos que se tornariam a Lei nº 13.010/2014, que coíbe punições físicas de crianças – que, para membros das frentes parlamentares católica e evangélica, iria “interferir no sagrado direito dos pais educarem seus filhos” (*apud* MIGUEL, 2016). E Paul Preciado, em seu pungente texto “Quem defende a criança *queer?*”,¹⁵² denuncia: “os defensores da infância e da família invocam a figura

¹⁵¹ É interessante assinalar o resgate que Engels faz da etimologia da palavra “família” em sua associação com o latim *famulus*, “escravo”: “na tradição greco-romana, a família era, por definição, a comunidade extensa de pessoas sobre as quais o pater famílias tinha jurisdição soberana, detendo direito de vida, propriedade e trabalho da esposa, escravos e crianças” (MCCLINTOCK, 2010, p. 265) – lembrando a já citada concepção do domínio “kyriárquico”, como o chama Elizabeth Fiorenza (1993). Não à toa, como mostra Angela Davis (2016), o movimento pelo direito das mulheres emerge no contexto estadunidense em íntima conexão com a militância antiescravagista, também em decorrência das analogias percebidas entre o enclausuramento e limitação de possibilidades das mulheres (brancas e de classe média) na esfera doméstica e a situação das pessoas escravizadas.

¹⁵² Artigo de 2013, escrito no contexto das manifestações francesas contra o projeto de lei de casamento entre pessoas do mesmo sexo e extensão da possibilidade de adoção de filhos e reprodução assistida a casais homossexuais, quando “mais de 600 mil pessoas julgaram pertinente ir às ruas para preservar sua hegemonia político-sexual” (PRECIADO, 2020 [2013], p. 69).

política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normatizado. [...] Essa infância que eles pretendem proteger está cheia de terror, de opressão e de morte” (PRECIADO, 2020, p. 69-70).

A pergunta de Preciado, “quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual?” (PRECIADO, 2020, p. 70), se insere nessas disputas em torno daquelas *violências* de que é preciso proteger especialmente a *criança*. Certamente não é a mesma *violência* de gênero e sexual de que fala Preciado que preocupa, por exemplo, Damares Alves em seus esforços contra o que chama de “erotização infantil” (PRATES, 2022) ou em sua *cruzada* contra o direito ao aborto legal de meninas e mulheres vítimas de estupro (VILANOVA, 2020). A disputa emerge ainda em acusações contra ativistas antiaborto (que se apresentam como defensores do “direito à vida desde a concepção”) de defenderem a *vida* até o nascimento para depois advogarem a pauta da redução da maioridade penal (BIROLI, 2016) – articulando-se, assim, às disputas em torno de categorias como “vida” e “defesa da vida” vs. “morte” e “cultura de morte”. Mais recentemente, tem emergido ainda o contraste entre os ataques a professores e ao sistema escolar de maneira geral, justificados com a preocupação em defender a família e a criança da chamada *ideologia de gênero* (MIGUEL, 2016), por um lado, e, por outro, a ocorrência cada vez mais frequente de massacres em escolas, resultando em crianças, jovens, professores e outros funcionários brutalmente assassinados (MATTOS, 2023; SANCHES, 2023).¹⁵³ Como ressalta Flavia Biroli,

A agenda da segurança [...] expõe claramente que a proteção à infância e aos lares, parte da agenda da defesa da família, é seletiva e desenha fronteiras entre aqueles que teriam seus direitos preservados, sejam eles direitos concentrados na entidade familiar ou nos indivíduos. Assim, criminalização e encarceramento são elementos importantes numa política de controle dos corpos, em que o apagamento de experiências e identidades é o subtexto de muitas proposições, num espectro que vai do Estatuto da Família à redução da maioridade penal. (BIROLI, 2016, p. 10.)

Note-se que, na pauta da *segurança pública* e da *criminalidade*, convergem ainda, por um lado, os sentimentos de insegurança e ameaça à propriedade mediante um *roubo*, envolvendo uma percepção de *perda injusta*, outra potencial fonte de *ressentimento* (FASSIN, 2019). Por outro lado, se associam à noção de

¹⁵³ Outra disputa importante se dá em torno da própria categoria “moral”, com frequência reduzida a sinônimo de “sexual” – levando autores como Gayle Rubin (2007 [1984]) e Jeffrey Weeks (1995 [1985]) a identificarem “pânicos morais” como, a rigor, “pânicos sexuais”.

corrupção, cuja “forma mais evidente”, como assinala Kalil (2018, p. 9), “é aquela em que ‘políticos roubam o povo’” – consolidando mais uma ampla hibridização entre os planos *privado/pessoal* e *público/coletivo*. Desse modo, “a família cristã seria o contraponto à corrupção moral – o que incluiria a moral sexual e a captura de bens públicos por políticos e empresários”, conforme Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 199). Estes assinalam ainda:

Um eixo em que ainda é preciso compreender seus apelos é o da relação entre gênero e nação. Entre ideólogos laicos do neoconservadorismo, assim como nos protestos de rua [...], a chave retórica da “maioria cristã” desempenhou papel importante em conjunto com a das “tradições nacionais”. Recuperar a nação e mesmo a democracia [...] seria tomá-la de volta de feministas e lésbicas, de comunistas, de gramscianos e marxistas, mas também **da própria política como gestão coletiva do público. Restariam, assim, as famílias e o controle ampliado dos corpos, reativando na micro e na macropolítica padrões patriarcais e heteronormativos da moral e da autoridade.** (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 199; grifo meu.)

As considerações de Benedict Anderson (2008 [1983]) sobre o estabelecimento de solidariedades de cunho nacionalista a partir da concepção de uma “comunidade de iguais” podem nos servir de referência para uma reflexão acerca da centralidade de certo ordenamento de gênero nas disputas em torno da definição de um *caráter* ou *identidade* nacional. O historiador Samuel Moyn (2014), traçando um panorama do papel de ativismos *cristãos* na configuração e consolidação do ideário dos direitos humanos no século XX, salienta a importância da noção de *cristandade* como eixo definidor de certa concepção de *Ocidente* ainda no século XX. Com efeito, ao que parece a noção de *cristandade* como eixo articulador de certa *identidade ocidental* não só se mantém ainda no século XXI como reemerge de forma cada vez mais explícita, tendo em vista a emergência, nas primeiras décadas do século, da xenofobia *islamofóbica* (MAHMOOD, 2019), sobretudo na Europa, e do *nacionalismo cristão* (DU MEZ, 2022; PACHECO, 2022c), principalmente em contexto estadunidense e, cada vez mais, latino-americano (e talvez também africano), a partir de intercâmbios pedagógicos e influências mútuas transnacionais. Adiante veremos como essas teologias políticas encontram lastro em determinadas *imagens de deus* e constituem pedagogias que produzem, traduzem e reforçam normatividades que fundamentam *identidades coletivas* (inclusive *nacionais*), e sua convergência com normas de gênero e sexualidade.

Tratando do conceito de *degeneração* no âmbito de sua reflexão sobre as relações entre crime e loucura, Sergio Carrara (1998) considera a possibilidade de pensar o discurso *degeneracionista* (no sentido tanto de *degradação* quanto de *involução*) como vetor do que ele chama de “antropofagia simbólica” – isto é, o processo pelo qual “o ‘outro’ passou a habitar dentro das fronteiras do ‘nós” (CARRARA, 1998, p. 108). Carrara relaciona a difusão de medos sociais sob a forma do receio da *degeneração* à impossibilidade de manter a *ameaça* como algo exterior à *sociedade*. Pelo contrário: “a identidade das ‘sociedades civilizadas’ passava a ser construída predominantemente a partir de seu próprio interior, ou seja, a partir da ênfase na existência de um ‘outro’ que habitava o próprio coração do mundo civilizado” (CARRARA, 1998, p. 209). Podemos reconhecer na participação do elemento *anticorrupção* na *cruzada moral antigênero* a necessidade de identificar, isolar e expurgar esse *outro*, um *corpo estranho* – ou, diríamos melhor, certos *corpos estranhos*,¹⁵⁴ corpos em desacordo com determinada normatividade e com a ordem por ela (pretensamente) estabelecida – por meio de processos de *purificação* análogos ao proposto por Mary Douglas (2014) sobre a função dos *bodes expiatórios*. Vemos aqui, ainda, o que observam autoras como McClintock (2010), Masuzawa (2005) e Viveros (2020), por exemplo, em termos da constituição e *policimento* de *outros* internos ao corpo social moderno *civilizado/colonial*.

Ao mesmo tempo, nunca será demais assinalar que os discursos antigênero e anticorrupção em parte identificam e constroem *problemas*, fazendo certo *diagnóstico* de determinadas situações sociais e políticas, para os quais são os próprios autores desses discursos (sobretudo atores [auto]identificados como *cristãos* e *evangélicos*, mas também aqueles que deles se aproximam e, em alguma medida, adotam retóricas e estratégias similares) que possuem os meios necessários de combate (CARRARA, 1998). Ou, na formulação sucinta do ex-deputado federal bispo Rodrigues (que ocupou posição de destaque na hierarquia da IURD até perder o cargo, após uma sucessão de escândalos de *corrupção*): “fabricamos o veneno. Por isso, sabemos qual é o antídoto” (*apud* MACHADO, 2006).

¹⁵⁴ Em referência à noção de “corpos abjetos”, tal como proposta por Butler (1993).

3.7 “Fascistas” vs. “antifas”

Enfatizei até aqui a dimensão *antagonística* da construção tanto do discurso *antigênero* na América Latina ao longo da última década quanto de uma identidade *evangélica* ou *cristã* no Brasil, sobretudo desde os anos 1980 – discursos que, como apontam diversos autores, passam pelo acionamento de “significantes vazios” (SERRANO, 2017; CESARINO, 2019) e, por isso mesmo, extremamente adaptáveis e flexíveis, tais como *corrupção* e *ideologia*. Contudo, é preciso considerar também a **positividade** da estratégia polarizadora do *nós* contra *eles*.

Por um lado, como temos visto, o antagonismo ajuda a nivelar e eclipsar diferenças e desigualdades dentro do *nós* definido em oposição a *eles*, fortalecendo a identificação com a comunidade assim imaginada e consolidando solidariedades grupais (ANDERSON, 2008) – como fica muito claro no acionamento do tema da perseguição e na estratégia beligerante de identificação de um *inimigo*.¹⁵⁵ Por outro, nas dinâmicas aqui descritas, o *nós* restrito assim criado, recortado por perspectivas misóginas, racistas e hostis à diversidade sexual e de gênero, vem sendo acionado por lideranças autoritárias e nacionalistas, como alertam Biroli, Machado e Vaggione (2020). A definição e reificação desse *nós*, e a tentativa de revesti-lo de um caráter *transcendente*, se dá em múltiplas dimensões: passa pela *naturalização*, em termos científicos (mas também jurídicos), de determinada *ordem social*; por sua *sacralização* em linguagem *religiosa*; por sua *consagração moral* como parte de uma *identidade coletiva* (“é **assim** que **nós** somos”) e/ou da *tradição* (“sempre foi **assim**”) – única, excludente, no singular e, sobretudo, pretensamente a-histórica e despolitizada.

Com efeito, essa estratégia deixa pouco espaço, na definição de leis e normas sociais, para o debate e negociação entre uma diversidade de perspectivas, levando em consideração múltiplas realidades e pontos de vista. Trata-se de uma disputa, portanto, também pelos limites do *pluralismo*, da *horizontalidade* e da *relacionalidade*. Ademais, que espaço haverá, em hierarquias sociais assim *naturalizadas*, *sacralizadas* e *consagradas moralmente*, para a negociação de

¹⁵⁵ Esther Solano tem estabelecido diálogo com pensadores diversos e feito pesquisa e reflexões significativas acerca da disseminação de tais “retóricas de inimizade” e do “ódio como política” (SOLANO, 2018; SOLANO; ROCHA; COSTA, 2022). Retomaremos a discussão de categorias êmicas como do *ódio*, *amor*, *medo*, *esperança*, *vida* e *morte* no próximo capítulo.

posições e prestígio? Trata-se igualmente de uma disputa pelos limites da *mobilidade*.

Face ao recrudescimento da *onda (neo)conservadora* e sua agenda *antigênero, antidireitos e antipluralista*, têm se multiplicado as reflexões e debates (não só em âmbito estritamente acadêmico) sobre os ataques aos fundamentos das democracias liberais e a ascensão de autoritarismos e *populismos* diversos. Categorias como *conservadorismo, fascismo e fundamentalismo* vêm se disseminando na linguagem cotidiana, tornando-se objeto de disputa.

O que nos interessa aqui é compreender os sentidos de que esses termos se revestem em termos conjunturais e relacionais, acionados como categorias de acusação e, eventualmente, de defesa (ALMEIDA; TONIOL, 2018). Com efeito, cada vez mais certos grupos se apropriam de categorias como *conservador* e *direita*¹⁵⁶ e lhes conferem um sentido *positivo*, em contraste com seu uso para fins de acusação. Foi o que se viu, por exemplo, no discurso de Bolsonaro na ONU, em setembro de 2020; ou, graças às articulações de Eduardo Bolsonaro, nas primeiras edições brasileiras, em 2019 e em 2021, da *Conservative Political Action Conference* (CPAC, “Conferência de Ação Política Conservadora”), maior evento *conservador* estadunidense (ZANINI, 2019; MENDES, 2021). Do mesmo modo, a categoria *antifascista* tem sido revestida de conotações acusatórias (em geral por aqueles acusados, por sua vez, de *fascistas*). Manifestantes autoidentificados como *antifascistas*, ou *antifas*, em junho de 2020, foram chamados por Bolsonaro de “marginais”; e, pelo vice-presidente Hamilton Mourão, de “delinquentes”. O deputado federal Daniel Silveira tentou enquadrá-los na lei antiterrorismo (STABILE; VASCONCELOS, 2020).

Discutindo a construção do que se vai convencendo chamar “História do Brasil”, Lilia Moritz Schwarcz observa como em certos embates se procura

destacar uma dada narrativa temporal em detrimento de outras, criar uma verdadeira batalha retórica – inventando rituais de memória e qualificando seus próprios modelos de autênticos (e os demais de falsos) –, elevar alguns eventos e obliterar outros, endossar certas interpretações e desautorizar o resto. Episódios como esse [...] ajudam a entender como, quando e por que, em determinados momentos, a história vira objeto de disputa política. (SCHWARCZ, 2019, p. 14.)

¹⁵⁶ Sobre a ascensão da chamada *nova direita* e suas articulações com o pensamento liberal no Brasil na última década, ver Camila Rocha (2021).

A *História* encontra-se francamente em disputa. Diversos atores e grupos identificados com a *onda (neo)conservadora* no Brasil, a começar pelo atual presidente, são acusados de *revisão histórico*, devido às narrativas que adotam sobre o período da ditadura militar como um tempo idílico de ordem e segurança – em contraste com as narrativas de *crise de valores, insegurança social e moral, corrupção e desordem* do tempo presente. Para Schwarcz (2019), a estratégia de evocar um passado mítico implica uma promessa de reeditá-lo no presente e assegurar a vigência dessa mesma ordem e hierarquia no futuro, criando uma perspectiva de certa *eternidade*. O efeito é reforçar a *reificação* dessa mesma ordem como *transcendente*, e que transcende o próprio tempo; importa menos se a promessa será ou não cumprida de fato que sua apresentação como *horizonte utópico*.

Ainda no âmbito dessa disputa de narrativas históricas, diversos aspectos descritos pelos pesquisadores deste chamado *neoconservadorismo* são identificados em estudos sobre *fascismos, populismos* e outros fenômenos de cunho *autoritário*. O filósofo estadunidense Jason Stanley, escrevendo no contexto da ascensão de Donald Trump à presidência de seu país, elenca uma série de características do fascismo europeu na primeira metade do século XX, correlacionando-as com o que chama de “neofascismo”¹⁵⁷ no século XXI: uma ética de trabalho que enfatiza o esforço pessoal; crítica à corrupção moral da sociedade; expressões de ansiedade sexual; busca de um estado idealizado de ordem; discurso vitimista e de ressentimento; reforço de determinada hierarquia social; investimento em certa disputa de narrativas (que Stanley classifica como “irrealidade”); anti-intelectualismo; estratégias de propaganda; e a glorificação de um passado idealizado.

O acionamento de um *passado mítico* glorioso por movimentos *autoritários e antipluralistas* – assim como a *produção*¹⁵⁸ e evocação de *tradições*, tanto *nacionais*

¹⁵⁷ Ver também Brieger *et al*, 2019.

¹⁵⁸ Historiadores como Eric Hobsbawm (2018 [1983]) apontam para a produção contínua de “tradições” e assinala que as disputas e negociações em torno da transformação e consolidação de tradições ocorrem intensamente nas sociedades modernas. Benedict Anderson (2008) e Lilia Schwarcz (2019) discutem como os sentidos de identidade coletiva e de pertença a uma comunidade vão sendo forjados também por meio da produção e consolidação de narrativas sobre sua “História”. Para além do fazer *historiográfico* em sentido estrito, Conceição Evaristo (2021) aborda mesmo as narrativas especificamente *históricas* como uma dimensão da construção de *narrativas míticas de origem*, que contribuem para a delimitação e coesão de coletividades e solidariedades grupais, em termos que podemos aproximar das “comunidades imaginadas” de Anderson (2008). Nesse sentido

quanto *religiosas* (nas quais, como estamos vendo, *identidade nacional e religiosa* podem se mesclar) – parece inserir-se na estratégia mais ampla de *naturalização* e *reificação* de determinada ordem social. Por outro lado, nas evocações de passados autoritários como fantasmas e ameaças para hoje, a fim de legitimar as *lutas antifascistas* do presente, esse *tempo passado*, convertido em *ameaça distópica* e acionado a título de alerta, não deixa de ser igualmente *mítico*, no sentido de constituir uma narrativa estruturante e fundante de discursos e ações no tempo corrente. Também nesse caso, o acionamento de *memórias* do passado e a construção de certas narrativas *históricas* desempenham um papel estratégico nos embates e disputas do presente. Grosso modo, os (auto)identificados *conservadores*, assombrados pela perspectiva de um futuro *ameaçador*, parecem construir um *passado glorioso* para o qual querem retornar (nos termos da “retrotopia” descrita por Bauman [2017]). Em contraste, os (auto)identificados *progressistas* teriam seu horizonte utópico no futuro; a crítica ao passado sombrio lhes serve como referência dos males a evitar a fim de não converter a *utopia* almejada numa *distopia*.

O teólogo Fábio Py (2020a), como vimos, tem examinado as narrativas religiosas do governo Bolsonaro em termos de uma teologia política bélica e autoritária, à qual ele tem se referido como um *cristofascismo*, termo que vem se disseminando como categoria de acusação.¹⁵⁹ A expressão foi cunhada pela teóloga alemã Dorothee Sölle¹⁶⁰ para referir-se a teologias *autoritárias*, *totalitárias* e *imperialistas*, baseadas no estabelecimento de uma pretensa *autoridade moral* por parte de certos atores e grupos a fim de justificar violências organizadas em ampla escala. Tais teologias, preconizava ela, não só teriam caracterizado os *cristianismos* alemães sob o nazismo, mas permaneceriam vivas e pujantes na cena teológica de fins do século XX e, podemos depreender, início do XXI (SÖLLE, 1970).

me parece que podemos entender também a importância política primordial que pensadoras como Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (2020) atribuem à tarefa de grupos subalternizados assumirem a autoria da(s) própria(s) história(s).

¹⁵⁹ Ver, por exemplo, Cardoso (2019).

¹⁶⁰ Dorothee Sölle, teóloga alemã da libertação, viveu sua adolescência na Alemanha nazista da Segunda Guerra Mundial. Nas décadas seguintes à guerra, a crítica ao que ela encarava como um fracasso dos *cristianismos* germânicos em fazer frente ao nazismo (e, pelo contrário, a cumplicidade dos *cristãos* com o regime) foi tema constante de seu trabalho.

Na leitura de Py, as teologias políticas bolsonaristas seriam baseadas “na memória do Cristo europeu colonizador”¹⁶¹ (PY, 2020a, p. 3; tradução minha) e sustentaria um messianismo autoritário, que aponta as minorias políticas como “bodes expiatórios” e justifica o “sacrifício” dos mais vulneráveis operando uma lógica de permanente “guerra dos deuses” (LÖWY, 1996). As disputas políticas entre visões de mundo e projetos concorrentes para a sociedade seriam reduzidas assim a um dualismo simplista de embate entre o bem e o mal, como dois campos antagônicos, definidos a partir de uma perspectiva maniqueísta absoluta e transcendente.¹⁶²

3.8 Democracia para quem?

Permita que eu fale / Não as minhas cicatrizes / Tanta dor
rouba nossa voz / Sabe o que resta de nós? / Alvos passeando
por aí

Permita que eu fale / Não as minhas cicatrizes / Se isso é
sobre vivência / Me resumir à sobrevivência / É roubar o pouco
de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale / Não as minhas cicatrizes / Achar
que essas mazelas me definem / É o pior dos crimes / É dar o
troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí

Tenho sangrado demais / Tenho chorado pra cachorro / Ano
passado eu morri / Mas esse ano eu não morro

Emicida, nas vozes de Majur e Pablllo Vittar

¹⁶¹ Py (2020b) indica alguns elementos ligados a um cristianismo “colonial” e *colonizador* – tal como o uso do nome “Terra de Santa Cruz” como denominação do país – e os associa a contribuições teológicas do segmento católico romano apoiador de Bolsonaro. Seria interessante investigar essas possíveis articulações com os papéis desempenhados pelo catolicismo romano na empreitada colonial, especialmente na conformação e instrumentalização do dispositivo da racialidade (CARNEIRO, 2023) nesse contexto, tanto em termos históricos quanto em suas atualizações presentes em âmbito ladino-amefricano e africano.

¹⁶² Assim como *conservadorismo*, *fundamentalismo*, *fascismo* e derivados, não farei uso aqui de *crstofascismo* como categoria analítica; prefiro atentar, sim, para seus usos êmicos. Especialmente no caso desse último termo, me parece interessante investigar como se estabelece o contraste (ou eventual articulação) com outra categoria êmica de acusação: a já mencionada “crstofobia”.

“Quando lemos uma narrativa de violências, a primeira percepção é esta mesma, a de que é apenas sobre violência, sobre injustiça e sobre aniquilação”, diz Eliane Brum (2021, p. 64). No entanto, o que ela busca é “como tornar a vida possível apesar de todas as formas de morte” (BRUM, 2021, p. 64). Essa também é a minha jornada nesta tese: interpelar as *vidas* daquelas e daqueles cuja sobrevivência “nunca fez parte dos planos. Não como seres humanos”, como nos diz Audre Lorde (2019, p. 54). As *vidas* dos corpos “abjetos” de Butler (2003), marcados como alvos, marcados para serem objetos de violência. Corpos afetáveis, na expressão de Denise Ferreira da Silva (2022). Corpos subalternizados e “tratados como depositários simbólicos de confrontos mais amplos em torno de reivindicações culturais, identitárias e territoriais ao longo da História”, como diz Saba Mahmood de corpos de mulheres, que “podem ser objetos dessas narrativas (para serem salvas ou repudiadas), mas raramente são suas sujeitas” (MAHMOOD, 2016, p. 114).

Entretanto, é justamente da distribuição desigual da precariedade, como nos fala Butler (2019a), que emerge o desafio ético face à vida corporal passível de agressão, entendida como não-humana, que é indissociável da “vida digna de ser preservada e salvaguardada” – nesse sentido, “talvez todas as reivindicações éticas pressuponham uma vida corporal” (BUTLER, 2019a, p. 130). É preciso, adverte ela, “relacionar a vulnerabilidade a uma política do corpo” (BUTLER, 2019a, p. 129), uma vez que

a precariedade só faz sentido quando somos capazes de identificar a dependência e a necessidade corporal; a fome e a necessidade de abrigo; a vulnerabilidade às agressões e à destruição; as formas de confiança social que nos permitem viver e prosperar; e as paixões ligadas à nossa persistência como questões claramente políticas. (BUTLER, 2019a, p. 129.)

Sobretudo, olhamos aqui para corpos que, mesmo marcados (ou justamente por serem marcados) por signos de precariedade e morte, ostentam também as marcas da luta e da vida. Marcos Nobre assinala como a eleição de Bolsonaro para a presidência mergulhou o país em “uma situação de emergência democrática duradoura. [...] Formou-se pela primeira vez, desde a redemocratização, um movimento cuja existência é o desafio permanente das instituições democráticas em sentido destrutivo” (NOBRE, 2022, p. 11). Sua ascensão é indissociável do ciclo global de revoltas democráticas de 2011-2013, que as forças que se amalgamaram

ao seu redor souberam explorar a seu favor.¹⁶³ Entretanto, alerta Nobre, não se pode perder de vista que tal ciclo não é só “o marco de uma nova configuração da sociabilidade e, portanto, de novas configurações da política” (NOBRE, 2022, p. 15). Ao contrário, ele carrega em si um “enorme impulso” para “a consolidação e a ampliação de lutas sociais as mais diversas na base da sociedade” (NOBRE, 2022, p. 15). São exemplos as significativas mobilizações materializadas nas chamadas primaveras feminista e secundarista de 2015-2016, bem como na chegada de “figuras que representam uma renovação da vida política, de que Marielle Franco se tornou o grande símbolo”,¹⁶⁴ aos legislativos municipais, estaduais e nacional (NOBRE, 2022, p. 15).

Nesse momento em que se encontram, de maneiras sempre complexas, o “medo do caos” e a “esperança radical no futuro” (BUTLER, 2019a, p. 7), perguntamos, com Veena Das, como tomar “esses signos nocivos de violação” e reocupá-los através de um trabalho de domesticação, ritualização e re-narração (DAS, 2011, p. 11).

Em agosto de 2022, em meio ao recrudescimento dos ataques ao sistema democrático por Bolsonaro e seus aliados, organizou-se um ato pela democracia na Universidade de São Paulo (USP). A jornalista Flavia Oliveira chamou atenção para “a diversidade de pessoas que discursaram, diferente de quarenta e poucos anos atrás, quando basicamente essa defesa da democracia e o repúdio ao regime [ditatorial] se deu pelas vozes e mãos corajosas de homens brancos. Hoje a gente viu uma democracia mais diversa, mais vibrante, e ela é muito bem-vinda” (OLIVEIRA, 2022a).¹⁶⁵ Naquele dia, uma das últimas a falar e talvez a mais aplaudida foi Manuela Morais, jovem negra de 19 anos, presidente do centro acadêmico de direito da USP, que falou da urgência de atualização da convocação democrática

¹⁶³ É importante ressaltar que “o ciclo de revoltas democráticas de 2011-3 aconteceu em ditaduras, em governos democráticos de direita e de esquerda, sob coalizões as mais variadas” (NOBRE, 2022, p. 17), e, por isso mesmo, produziu efeitos e resultados muito distintos em cada circunstância.

¹⁶⁴ Podemos citar ainda a chegada de diversas vereadoras e deputadas estaduais e federais, especialmente negras, mulheres trans e oriundas de periferias, sobretudo nas eleições de 2020 e 2022.

¹⁶⁵ Importante assinalar, entre as vozes que se fizeram ouvir naquele dia, a de Beatriz Lourenzo do Nascimento, representando a Coalizão Negra por Direitos, com seu mote “enquanto houver racismo, não haverá democracia”.

frente ao novo paradigma de lutas que estão colocadas na atual realidade nacional. Se antes as universidades eram pra poucos, hoje novos rostos, cores e saberes diversificam os espaços de poder político e intelectual no Brasil. Nós, que éramos os “outros”, agora fazemos parte dessa nova Carta. Somos jovens, negros, periféricos, uma nova intelectualidade, que é fruto da escola pública, das quebradas e das favelas. Temos lutado permanentemente para garantir que essas conquistas sejam um ponto de não-retorno, e não exceção à regra; e é por isso que nos sentimos honrados em sintetizar nesse espaço a explosão de potência e de possibilidades que um Brasil popular pode representar. O dia 11 de agosto, nesse contexto, não pode ser apenas uma reação frente às intenções golpistas que rondam o Brasil – mas, sim, uma assembleia na qual aqueles e aquelas que se indignam com as injustiças do nosso tempo realizam um pacto coletivo para pensar pra além da democracia atualmente existente. Dessa maneira, é preciso ousar sonhar e caminhar no sentido da luta por uma democracia ainda inexistente no país. Não queremos a democracia da fome, a democracia das chacinas e, tampouco, a democracia dos ricos. Queremos a antítese da democracia que temos hoje. Em outros termos, a democracia da diversidade, a democracia dos trabalhadores, uma democracia real. Queremos a democracia dos povos, a democracia de todos os povos e todos os povos da democracia. [...] A democracia é sequestrada quando faltam vacinas; quando, em meio ao crescimento do desemprego e da desigualdade social, não há taxaço de grandes fortunas. O povo, e portanto a democracia, morrem quando 1% concentra a riqueza do restante das brasileiras e dos brasileiros. É por isso que a defesa democrática não pode ser uma abstração formal; deve ser, na realidade, uma luta material pelo direito ao pão e pelo direito à poesia. [...] É com esse espírito de luta que iremos derrotar o ódio, que barraremos o fascismo nas urnas e nas ruas. [...] É por meio do sonho da juventude que a flor da democracia rasgará a rua. (*Apud* TV 247, 2022)

A convocação de Manuela Morais faz eco à “radical imaginação política” dos *corpos estranhos e fora da ordem* evocados por Saidiya Hartman (2022). Faz eco também a Angela Davis (2019 [2008]) – que afirmava, em 2008, que a mudança é possível porque vivemos em um mundo moldado por transformações que só estão acontecendo graças às mobilizações e lutas de *humanidades subalternas* (MBEMBE, 2014):

Será que tínhamos como prever o surgimento de um violento neoconvervadorismo que se alimenta de supremacia branca, do patriarcado, da xenofobia, da islamofobia e do heterossexismo? Provavelmente não. Mas uma coisa é certa: se as lutas do passado não tivessem ocorrido, se as pessoas não tivessem erguido a voz, cometido desobediência civil, batalhado e exercido sua influência para remoldar as relações humanas, nosso mundo seria muito mais empobrecido material e espiritualmente [...]. Se não fosse por todas as lutas de massa do passado, é possível que sequer tivéssemos a força de imaginação para apreender que nossa ação coletiva pode de fato produzir transformações radicais. (DAVIS, 2019, pp. 54-55.)

Nas palavras de Ronilso Pacheco: “as forças de opressão nunca operaram de forma unilateral e sem resistências. Sempre houve luta por liberdade e sobrevivência. Todas as estruturas que instalaram sistemas de poder tiveram de

lidar com as fissuras forçadas por aqueles e aquelas que não se calaram ou recuaram” (PACHECO, 2019, p. 15).

Na Semana Santa de 2019, Murilo Araújo, então coordenador de assessoria da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, publicou em seu canal pessoal no YouTube uma série de vídeos chamada #SemanaSantaParaInsatisfeitos. Naquele que aborda a memória da crucificação e morte de Cristo na “Sexta-Feira da Paixão”, ele compartilhou a seguinte reflexão:

[Jesus] foi agredido, torturado, humilhado; assassinado da forma mais violenta que existia na época. [...] A injustiça que Jesus sofre [...] tem a ver com o fato de que ele dedicou sua vida inteira à defesa de quem não tinha vez, e com isso ele incomodou muitos poderosos que estiveram dispostos a assassiná-lo. Jesus reuniu massas, mobilizou multidões de gente pobre, de gente escrava, de gente humilhada – e pregou pra essas multidões uma dignidade que esse povo nunca teve. E as pessoas [...] o mataram de forma tão violenta porque queriam apagar esse símbolo que ele foi pra essa gente oprimida e humilhada. [...] Se a gente perde a capacidade de se indignar e de sentir a dor que Jesus viveu ontem, a gente também perde a capacidade de se indignar e de sentir a dor das pessoas que hoje sofrem como Jesus sofreu. Eu falo das cruzes de hoje. A cruz das mulheres, que a cada duas horas são vítimas de feminicídio no Brasil. A cruz das pessoas negras, criminalizadas nas favelas e assassinadas a cada 23 minutos. A cruz dos povos indígenas, que são vítimas de um genocídio que acontece desde sempre e que ainda está acontecendo, sem que ninguém se importe. A cruz das pessoas LGBT, que vivem neste país onde a taxa de assassinatos de pessoas LGBT é a maior do mundo. A cruz dos mortos na ditadura. A cruz dos mortos na favela. A cruz dos líderes camponeses, quilombolas, sem terra, sem teto, que são mortos diariamente no chão dessa América Latina. [...] Nesta Sexta-feira Santa, em que a gente relembra a morte violenta que Jesus sofreu, eu rezo pra que a gente aprenda um pouco mais a exercitar a nossa solidariedade e mesmo a nossa indignação; pra que a gente crie o compromisso de seguir defendendo Jesus através da defesa de todas essas outras pessoas que ainda hoje atualizam o sofrimento e a injustiça que ele mesmo sofreu. (MURO PEQUENO, 2023.)

Sua mensagem, escreve Murilo Araújo ao republicar o vídeo em 2023, é uma “prece de indignação e solidariedade com todas as pessoas que seguem sendo crucificadas pela violência, pelo capitalismo, pela injustiça, pelo patriarcado, pela supremacia branca”. Um clamor para “lutar e caminhar rumo a uma sociedade em que não haja mais nenhuma cruz, nenhum caveirão, nenhum jagunço, nenhum estupro. Uma sociedade em que uma Vida nova – plena, justa, livre e em abundância – seja realidade e boa notícia para todas as pessoas, sem distinção” (MURO PEQUENO, 2023).

A seguir, começamos a examinar os *saberes* e *fazer*s de um campo – de maneira geral (auto)denominado “cristão progressista” – ancorado em experiências *cristãs* de fé e de comunidade e teologias políticas menos centradas em um poder

soberano e dinâmicas de *dominação* e mais em perspectivas emancipatórias de *libertação*.

4 A PLURALIDADE DO RELIGIOSO: *OUTRAS IDENTIDADES CRISTÃS E NARRATIVAS SOBRE (E DESDE) OS CRISTIANISMOS*

4.1 Buscar “olhos para ver”: diversidade, pluralidade (e tensões) nos cristianismos brasileiros

Hoje tu só vê os close / Nunca viu meus corre / Mas pra quem confia em Deus / O sonho nunca morre

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda / Fé pra quem não foge à luta / Fé pra quem não perde o foco / Fé pra enfrentar esses filha da puta

[...] Oh, mãe, oh, mãe do céu / Abençoei, abençoei / Abençoei a correria

Iza

A *cruzada moral religiosa* transnacional contra a chamada *ideologia de gênero* talvez seja a mais recente (ou ao menos a mais pujante) expressão da (suposta) oposição moderna entre *religião* e *sexualidade*. Enquanto a dimensão religiosa da vida (coletiva e individual) tende a ser representada como “antiquada”, “pudica” ou mesmo francamente “repressiva”, a sexualidade é considerada “a dimensão mais atualizada e expressiva possível da autenticidade subjetiva” (DUARTE, 2005, p. 137).

Prevalece também em determinados setores, como observam Maria das Dores Campos Machado (2006) e Juan Marco Vaggione (2005), uma interpretação da presença da religião no espaço público como uma “falha” no princípio laico de separação entre Igreja(s) e Estado ou um sinal de “retrocesso” ou “enfraquecimento” da lógica democrática. São leituras conformadas pela ideologia secularista que supõe o recolhimento do elemento “religioso” – como influência supostamente “antimoderna” – ao domínio privado. Ademais, a tendência, como adverte Vaggione (2005), é que a dicotomia secular/religioso seja reduzida a progressista/conservador

– reforçando a percepção negativa, em determinados segmentos, a respeito da presença da religião no espaço público.

Entretanto, abordagens que “relegam a religião às margens da modernidade ou da democracia” (VAGGIONE, 2005, p. 238) são uma maneira reducionista de compreender e confrontar sua presença nas democracias contemporâneas. De fato, Machado registra, “a despeito das divergências teóricas”, a tendência dos estudiosos a “interpretarem a participação desses religiosos no cenário político não como elemento extemporâneo que teima em resgatar formas pré-modernas de organização social, mas sim como um elemento constitutivo da própria esfera pública brasileira” (MACHADO, 2015, p. 46).

Um dos problemas dessa “posição refratária às religiões”, nas palavras de Vital da Cunha e Evangelista (2019), seria “o não reconhecimento da colaboração histórica de tradições religiosas na defesa da cidadania, dos direitos humanos, [...] para a vida social e política do país”; outro seria “a percepção de uma unidade religiosa [imaginária] onde só há pluralidade” (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019, pp. 90-91). De fato, a ampla diversidade de valores no interior dos cristianismos brasileiros se reflete em diferentes modelos de atuação na esfera pública e engajamento social – inclusive aqueles pautados por princípios de justiça social, cidadania e democracia e temas como os direitos sexuais e à livre expressão de gênero e o combate ao racismo estrutural (CUNHA, 2017; COSTA, 2018; ALENCAR, 2019).¹⁶⁶ Ignorar a presença dessa tradição religiosa dita *progressista* na sociedade só contribui para “o fortalecimento político de líderes religiosos e políticos próximos a eles que usam a religião para [...] [encobrir] interesses econômicos e políticos” (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019, p. 90).

Desse modo, muito embora, no rastro das manifestações de 2013, atores e grupos identificados como *evangélicos* e alinhados com a chamada *onda conservadora* tenham ganhado visibilidade no noticiário político nacional, Joanildo Burity (2018; 2020) identifica nesse momento não uma *entrada* da religião na cena pública, como vimos, mas um processo de emergência e reorganização de atores diversos. A ascensão, desde a década de 1980, do modelo político-eleitoral evangélico de ocupação do espaço público, portanto, não só **não** implica o

¹⁶⁶ Para um histórico da presença e atuação de evangélicos “progressistas” na vida pública e político-eleitoral brasileira, ver, por exemplo, Costa (2018); Alencar (2019); Cunha (2017); e Burity (2010a e 2010b).

desaparecimento de estratégias concorrentes como, ao contrário, vem provocando a mobilização de atores e grupos (auto)identificados como “progressistas” nos *cristianismos*¹⁶⁷ – levando à renovação, multiplicação e visibilização de seus espaços e estratégias de ação tanto em termos de sua incidência pública¹⁶⁸ quanto de sua incidência no próprio tecido eclesial das religiões estabelecidas, seguindo uma lógica de *pluralização* que, com frequência, apresenta aspectos *identitários*.

Assim, na intenção declarada de “disputar narrativas” sobre e dentro dos cristianismos, surgiram e vêm se consolidando nesse período coletivos e organizações como a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA), Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, Evangélicxs pela Diversidade, Movimento Negro Evangélico (MNE), Rede de Mulheres Negras Evangélicas (RMNE), apenas para citar alguns exemplos. Não são grupos estanques; há intensa interlocução e movimentação coletivas – que incluem a partilha de pautas comuns, mesmo quando escapam ao foco temático de cada coletivo, e a formação de alianças e parcerias, sobretudo para atividades conjuntas, divulgação de eventos e multiplicação de mensagens.¹⁶⁹ Sobretudo, encontra-se aí um vasto “emaranhado de interlocuções” (ALVAREZ, 2014, p. 19) que envolve não apenas coletivos como os mencionados, mas também pastorais e projetos sociais, organizações ecumênicas e inter-religiosas, igrejas, entidades paraeclesiais, religiosos e religiosas ordenados, leigos e leigas, aliados e aliadas de outras filiações religiosas ou não crentes, entre outras possibilidades.

Esse cristianismo (auto)identificado como “progressista” configura-se como um “campo discursivo de ação”, na concepção de Sonia Alvarez (2014): uma rede de indivíduos, coletivos informais, grupos estruturados, ONGs, ocupando espaços

¹⁶⁷ Segundo Costa (2018), a partir dos anos 1970, e sobretudo no período da abertura democrática, um grupo de evangélicos passou a se apresentar como “progressista” no Brasil. “O diferencial desse grupo”, explica o autor, “foi não se reconhecer como ecumenistas, embora lançasse mão de práticas de cooperação. [...] A singularidade desse grupo foi distanciar-se da chamada ‘Bancada Evangélica’ desde a Constituinte (e denunciá-la), diferenciar-se teologicamente dos ecumenistas e se apresentar como alternativa democrática com transfundo religioso não exclusivista” (COSTA, 2018, p. 545).

¹⁶⁸ Burity entende “incidência pública” como “controle social, [...] participação qualificada em instâncias consultivas e deliberativas [...], e como mobilização de base para pautar temas importantes, subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas ou protestar contra situações várias de injustiça, violência” (BURITY, 2018, p. 37).

¹⁶⁹ Como indicam Facchini, Carmo e Lima, “o centramento em torno de uma categoria que aponta a especificidade [de cada] movimento não indica um tipo de fechamento a relações com outros movimentos ou com pautas que incluam outras especificidades” (2020, p. 4).

diversos – às vezes, combinados – na sociedade civil, na academia, na mídia, nas comunidades religiosas. Mas é também uma malha composta por práticas e pedagogias; discursos, linguagens, retóricas e gramáticas; ideias, temas, valores e visões de mundo; e afetos – ao menos em parte, compartilhados, e igualmente objetos de disputas e tensões. É um tecido que entrelaça os elementos que o compõem e os atores que com ele se identificam, mas de maneira heterogênea; nele se observam pontos nodais e áreas de esgarçamento, regiões de maior ou menor densidade que se mantêm em fluxo, ao sabor de tensões e convergências, disputas e conflitos, rupturas e alianças – “fluxos discursivos” que compreendem “linguagem, práticas e sentidos”, como sintetizam Facchini, Carmo e Lima (2020, p. 2). Olhamos aqui para processos de *centramento* e *descentramento* de sujeitos políticos, seu *enquadramento* e *desestabilização* contínuos, em “disputas pelo melhor modo de dizer de si, dos seus(suas) e de suas demandas em determinados contextos” (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020, p. 3).

Um exemplo: em agosto de 2020, quando ultrapassamos no Brasil o patamar de 100 mil mortos por Covid-19, o noticiário nacional foi tomado pelo já mencionado caso de uma menina de dez anos do Espírito Santo que precisou ser levada para Recife para fazer valer seu direito constitucional à interrupção de uma gravidez, fruto de violências sexuais sofridas por ela ao longo de quatro anos nas mãos de um tio. Em torno dessa criança e de seu direito ao aborto, atores ditos “cristãos” e “pró-vida” ou seus aliados, de um lado, e redes *feministas* e aliados, de outro, entraram em confronto direto. Acompanhamos também a notícia das investigações sobre o padre Robson de Oliveira, reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno e suspeito do desvio de 130 milhões de reais. Assistimos à prisão de cinco filhos e uma neta da pastora Flordelis, deputada federal pelo Rio de Janeiro, denunciados por participação na morte do pastor Anderson do Carmo, marido de Flordelis, por sua vez acusada de ser a mentora intelectual e mandante do crime. Vimos ainda a prisão do Pastor Everaldo e dois de seus filhos, acusado de corrupção no governo do Estado do Rio de Janeiro. O pastor, como vimos, tinha sido o responsável, em 2016, pelo batismo do então deputado Bolsonaro no Rio Jordão, selando a aliança entre o futuro presidente e setores *evangélicos* na política.

A sucessão de *escândalos* – para usar uma palavra cara ao vocabulário bíblico – ocorridos naquele mês levou a pastora luterana Lusmarina Campos Garcia a afirmar: “as igrejas cristãs chegaram ao fundo do poço” (GARCIA, 2020a); “o

cristianismo no Brasil apodreceu” (GARCIA, 2020b); e “estamos precisando de uma nova Reforma [...] baseada no pensamento crítico, no compromisso com uma sociedade justa e igualitária, numa teologia libertária” (GARCIA, 2020a). Ronilso Pacheco escreveu em sua coluna no UOL: “grupos pró-vida e pró-família são grupos de ódio que usam Bíblia como álibi” (PACHECO, 2020).

Não foram críticas isoladas por parte de atores *cristãos*. D. Walmor de Azevedo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), causou comoção ao chamar de “crime hediondo” a interrupção da gravidez da menina de dez anos estuprada pelo tio (WALMOR, 2020). Sua postagem no Facebook foi rebatida com uma saraivada de críticas, grande número delas por parte de pessoas que se identificaram como *católicas*. “Hedionda é sua falta de humanidade e empatia”. “O senhor perdeu uma ótima oportunidade de ficar calado”. “Está longe de ser um cristão, de agir como Jesus pregava”. “Esse posicionamento é abominável.” “Sou católica mas acima de tudo sou cristã. Não creio que Jesus iria optar pela vida de um ser gerado em tanta dor e violência no ventre de uma criança que nunca a desejou”. “Dom Walmor, em grande parte das vezes eu concordo com o senhor, mas dessa vez me posiciono contra. Normalmente não sou favorável ao aborto, mas em casos como esse, considero uma importante e necessária exceção”.¹⁷⁰

Em 25 de agosto, foi lançado um manifesto assinado por organizações e coletivos com participação de mulheres cristãs sobre “o caso do Espírito Santo” – o título não perde o duplo sentido entre o nome do estado brasileiro e a terceira pessoa da trindade cristã. O texto diz:

Somos leigas, diáconas, catequistas, ministras, reverendas, pastoras, religiosas, teólogas, bispas das mais diferentes expressões da tradição cristã. Somos pessoas batizadas, seguidoras fiéis de Jesus Cristo, o Nazareno. [...] Nós somos as herdeiras das mulheres silenciadas e violentadas da tradição cristã. [...] A tradição cristã é marcada pelas feridas abertas da misoginia tornada dogma e doutrina. Toda a hierarquia, autointitulada sagrada, foi construída sobre bases sólidas de ódio a nós, mulheres. [...] Cansamos de sermos silenciadas. Nós iremos denunciar este cristianismo distorcido que foi tornado cruz para nós, mulheres. Não deixaremos mais de falar sobre o direito ao aborto legal e seguro para evitar conflito. Não nos calaremos diante da perseguição às teólogas, pastoras, freiras, mulheres religiosas e não religiosas deste Brasil. Jesus de Nazaré nos autoriza a dizer: Chega! Basta de hipocrisia em nome da fé. Terminamos esta carta agradecendo ao movimento feminista que soube demonstrar a compaixão irrestrita à menina de dez anos. Enquanto grupos religiosos destilavam ódio e agressão em nome de Deus, as mulheres

¹⁷⁰ Os comentários citados foram extraídos dos mais de 2.300 realizados na postagem de Walmor Azevedo no Facebook até o dia 23 de novembro de 2020 (WALMOR, 2020).

feministas se fizeram as samaritanas que souberam demonstrar a incondicionalidade do amor. (CEBI, 2020)

Entre as organizações signatárias do manifesto¹⁷¹ estão a campanha “Tire os fundamentalismos do caminho”, lançada no dia 17 de agosto daquele ano, que se apresenta em suas redes sociais como uma iniciativa

realizada por organizações feministas, entidades baseadas na fé de matriz cristã, afro brasileiras e indígenas, com o objetivo de alertar a sociedade sobre os avanços dos fundamentalismos no Brasil e o risco que representam à vida das mulheres. [...] tem como finalidade também afirmar a importância da pluralidade de crenças e apontar para caminhos e práticas de uma cultura de paz, de respeito e de valorização da diversidade. (TIRE OS FUNDAMENTALISMOS DO CAMINHO, 2020.)

Também de surgimento mais recente em relação a outras signatárias, temos a Rede Madalenas, lançada no dia 22 de julho, dia de Santa Maria Madalena – santa de estatuto muito ambivalente na história do cristianismo. Segundo os Evangelhos, foi a primeira pessoa a receber o anúncio da Ressurreição de Cristo e, por isso, é chamada de Apóstola dos Apóstolos. Simultaneamente, uma tradição cristã a descreve como uma “prostituta”, identificando-a com a *mulher adúltera* que Jesus salvou da morte por apedrejamento com o célebre “quem de vocês não tiver pecado, que atire a primeira pedra” (Jo 8, 7).

A Rede Madalenas, composta inicialmente por dez coletivos de mulheres evangélicas que se identificam como feministas,¹⁷² se apresenta como “uma rede de apoio oferece escuta ativa e acolhimento àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade” (PROJETO REDOMAS, 2020). Na mesma postagem se lê: “ainda que as estruturas patriarcais e machistas (da época de Madalena e de hoje) queiram negar, nós somos alvo do amor de Deus e nEle podemos fazer uma revolução, assim como Madalena fez na história do cristianismo!” (PROJETO REDOMAS, 2020). No Instagram de um dos grupos participantes, o Coletivo Vozes Marias, uma postagem sobre a iniciativa diz: “se você mulher está se sentindo sozinha,

¹⁷¹ São elas: Campanha “Tire os fundamentalismos do Caminho – pela vida das mulheres”; Rede TEPALI – Rede de Teólogas, Pastoras, Ativistas e Líderes Cristãs no Brasil e na América Latina; Fórum de Gênero da Aliança de Batistas do Brasil; Frente de Evangélicas pela Legalização do Aborto – FEPLA; KOINONIA – Presença Ecumênica; Coletivo Mulheres, Políticas Públicas e Sociedade – MUPPS; Rede Ecumênica da Juventude; Núcleo Madalenas da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT; Rede Madalenas, Brasil; Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Brasil; Católicas pelo Direito de Decidir, Brasil.

¹⁷² São eles: Coletivo MUPPS (Mulheres, Políticas Públicas & Sociedade); Coletivo Vozes Marias; Evangélicas pela Igualdade de Gênero; Frente Evangélica Pela Legalização do Aborto; Fórum de Gênero Aliança de Batistas do Brasil; Grupo Flor De Manacá; Projeto Redomas; Movimento Negro Evangélico; Rede de Mulheres Negras Evangélicas; Tem Mulher na Igreja!

angustiada, se está passando por um momento delicado, se acha que Deus abandonou você ou que é pecadora demais pra merecer uma ajuda, nós, da Rede Madalenas, podemos te ajudar. [...] Vamos te ouvir, te acolher e, se preciso, te orientar no que for necessário” (VOZES MARIAS, 2020b).

Com o mesmo nome de “Madalenas”, foi lançado também em 22 de julho o “Núcleo Madalenas” da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. Na página da Rede no Facebook e em seu perfil no Instagram, foi publicada uma nota de apresentação da proposta, na qual se lê:

[...] nos reunimos para empoderar e aumentar a representatividade das mulheres lésbicas, bissexuais, transgênero e pessoas não-binárias na nossa Rede. Convidamos todas para partilhar experiências e promover novos debates sobre religião, gênero e diversidade, a fim de visibilizar e validar nossas experiências como pessoas de fé. Propomos a busca pelo autoconhecimento e o investimento no protagonismo e na liderança das mulheres em nossos coletivos católicos LGBTQI+, almejando a efetiva diversidade. (REDE CATÓLICOS LGBT, 2020.)

Vemos, assim, como essas comunidades discursivas, como diz Sonia Alvarez, “disputam as representações dominantes” e “constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados” (ALVAREZ, 2014, p. 19) tanto nos campos mais amplos em que se inserem quanto internamente. De fato, “o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos constitutivos” dessas formações políticas – que, sendo *políticas*, serão sempre atravessadas pelas tensões decorrentes de “desigualdades e relações desiguais de poder” (ALVAREZ, 2014, p. 19).

Um caso ilustrativo foi o episódio ocorrido em torno do julgamento pelo STF, em junho de 2019, da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, que resultaria no enquadramento da homofobia e da transfobia como tipos penais equivalentes aos definidos na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989), até que o Congresso Nacional edite lei específica sobre a matéria (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020). A imprensa noticiou o julgamento dando grande destaque a seu efeito de “criminalizar” atos de homofobia e transfobia – e a FEED começou a ser pressionada a se posicionar.

Em abril, o *site* “Ativismo Protestante” questionou: quando a Frente, “dita progressista e alinhada à esquerda, vai sair do armário da homofobia religiosa e

defender as causas dos LGBTIs, como a criminalização da homofobia, inclusive a religiosa, e o casamento homoafetivo pelas igrejas cristãs?” (CARVALHO, 2019). Com a repercussão da controvérsia, um mês e meio depois a FEED publicou no Facebook uma imagem com os dizeres “não a violência aos LGBT” (Figura 24), acompanhada de uma nota protocolar, manifestando “repúdio” à homofobia, justificado “pelos marcos civilizatórios dos Direitos Humanos” e fundamentado “na Constituição Federal” (FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO, 2019) – esquivando-se, portanto, do debate em termos propriamente *religiosos*.

Figura 24 – Imagem publicada no perfil da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito no Facebook, em 23 de maio de 2019.



Fonte: FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO, 2019.

4.2 O impacto das mídias digitais: promoção de comunicação e *encontros*

Conforme já assinali, as tecnologias de comunicação – cruciais para a expansão da visibilidade e atuação de atores religiosos no espaço público – proporcionam a essas dinâmicas um importante suporte material. A popularização das mídias digitais, a partir dos anos 2000, veio democratizar o acesso e a capacidade de comunicação social. Aqui, interessa-me pensar a produção de “conhecimentos precários”, nos termos de Coacci (2018), e sua relação com a

formação de contrapúblicos. Isto é, meu foco (como temos visto) são os *saberes* (e os novos/velhos *idiomas* que vão se constituindo a partir destes) mais afastados dos conhecimentos legitimados científica e academicamente (ainda que sem dúvida dialoguem com estes, afetando-os e sendo por eles afetados) e mais vinculados às reflexões e atribuições de sentidos e significados que vão se dando coletivamente a partir de *práticas e experiências*.

Os atores ligados ao ativismo político cristão identificado como “progressista” têm se beneficiado da repercussão e alcance proporcionados pelos novos meios (CUNHA, 2017, pp. 224-225). Essas mídias facilitam o contato e interlocuções, favorecem a formação de redes e as fortalecem.¹⁷³ Propiciam a multiplicação de *encontros* para atividades e a formação de coletivos e grupos de estudos e reflexão, *influenciadores* e *produtores de conteúdo*, páginas e perfis no Facebook e no Instagram, grupos de WhatsApp, *sites* e outros veículos informativos alternativos à grande imprensa, ligados ou não a atores e grupos religiosos.¹⁷⁴ Inclui-se aí o espaço mais ou menos fixo concedido a atores religiosos em veículos diversos, tais como as colunas “Diálogos da Fé”, com Magali Cunha, na Carta Capital;¹⁷⁵ e “Feministas”, no Justificando, com Simony dos Anjos.¹⁷⁶ Há também as colunas de

¹⁷³ Tem sido interessante observar como esses recursos têm favorecido encontros, colaborações e construções coletivas. Por exemplo, em 2020, durante o confinamento por conta da pandemia de Covid-19, fui uma das organizadoras, com Jeferson Batista e Murilo Araújo, de uma compilação de testemunhos de dissidentes de gênero e sexualidade católicos (SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020), coletados a partir de uma convocação nas redes sociais da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT; e colaborei com um grupo de amigos e companheiros de fé e de luta na elaboração de um manual sobre cristianismo e dissidências de gênero e sexualidade, publicado pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com a Gay Latino, como parte de um projeto intitulado “Enciclopédia LGBTI+” (CAZAL; REIS, 2021). Em 2022, participei de uma rodada de atividades *online* com outros militantes e pensadores das relações entre *cristianismos* e dissidências de gênero e sexualidade, a fim de gerar os textos que comporiam o livro “Semente de vida: Rejeição e aceitação de filhos/as/es LGBTI+ em lares cristãos” (SIMON *et al*, 2022).

¹⁷⁴ Note-se que, como toda prótese tecnológica (HARAWAY, 2019 [1985]), o engajamento dos usuários com as mídias digitais – como ao mesmo tempo ferramentas a utilizar e lugar de *encontros* e *afetos* – vai se dando num processo de constituição mútua, em que usuários e mídias vão se fazendo, uns aos outros, à sua imagem e semelhança (FRIEDMAN, 2016).

¹⁷⁵ Na coluna “Diálogos da Fé”, a rigor um *blog* dentro do *site* da revista Carta Capital, a metodista Magali Cunha, jornalista e doutora em Ciências da Comunicação, e o espírita Franklin Felix, um dos idealizadores do movimento “Espíritas pelos Direitos Humanos” são os colaboradores mais frequentes. Mais esporadicamente há textos de outros ativistas religiosos e/ou pesquisadores das religiões. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁷⁶ Cientista social, ex-membro da EIG e integrante da RMNE. No ar desde 2018, os textos originalmente eram assinados em coautoria com a antropóloga Jacqueline Moraes Teixeira. Coluna disponível em: <<http://www.justificando.com/author/coluna-feministas/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Ronilso Pacheco¹⁷⁷ no The Intercept Brasil e no UOL; de Rachel Daniel,¹⁷⁸ da FEPLA, na Mídia Ninja; de Lusmarina Garcia¹⁷⁹ no portal feminista Catarinas; e do pastor batista José Barbosa Júnior,¹⁸⁰ na Revista Fórum. Criam-se assim espaços alinhados com pautas “progressistas”, que repercutem as disputas nos e dos *cristianismos*.

É interessante observar o impacto do período de quarentena devido à pandemia de Covid-19, mesmo que parcial, sobre esses atores e sua teia de relações, em termos de uma tendência de intensificação do uso das mídias digitais, não só pelo maior número de postagens mas, sobretudo, mediante a multiplicação de celebrações, entrevistas, rodas de conversa, palestras, seminários e outras atividades com transmissão ao vivo (*lives*), que têm ampliado a repercussão e o alcance do trabalho desses movimentos, aprofundado a interação com o público e promovido uma ramificação e um adensamento das articulações entre os atores no campo, com uma proliferação também de iniciativas conjuntas.

A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, por exemplo, realizou sua primeira *live* no Instagram em 24 de março de 2020. Vieram em sequência uma celebração de Quaresma; um tríduo pascal; e o lançamento do *site* da Rede. Em maio, houve três *lives* no Instagram e uma celebração com a temática da mulher e seu lugar na Igreja; uma série de sete vídeos com pessoas convidadas de outros movimentos em preparação para Pentecostes e uma celebração de Pentecostes. No mês de junho, foi realizada uma campanha solicitando *testemunhos* de “católicos LGBTI+” integrantes dos coletivos da Rede, com a *hashtag* “Testemunhos da Diversidade”; e uma celebração do Orgulho. Em julho, foram iniciadas as atividades do Núcleo Madalenas e realizou-se a celebração de 6 anos da Rede. Nessa ocasião, foi lançado o já citado *e-book* intitulado “Testemunhos da Diversidade”

¹⁷⁷ Exponente da teologia negra no Brasil, Ronilso Pacheco é teólogo e foi pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo. Sua coluna no The Intercept Brasil está disponível em: <<https://theintercept.com/equipe/ronilso-pacheco/>>. A do UOL, em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁷⁸ Além de Rachel, que é produtora audiovisual, a coluna conta com a colaboração frequente de outras integrantes da FEPLA, especialmente Camila Mantovani, ou de outros movimentos evangélicos identificados como “progressistas”. Disponível em: <<https://midianinja.org/author/racheldaniel/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁷⁹ Teóloga, pastora luterana e pesquisadora em direito. Disponível em: <<https://catarinas.info/author/lusmarina-campos-garcia/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁸⁰ Pastor batista e criador, em 2015, do movimento “Jesus Cura a Homofobia”, cujo objetivo inicial foi dirigir um pedido de perdão à “comunidade LGBT” pelas violências cometidas pelas igrejas cristãs. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/author/zebarbosajunior/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

(Figura 25), com os 21 depoimentos coletados na campanha de mesmo nome – uma compilação de relatos de trajetórias pessoais e *experiências* das autoras e autores dos textos nos coletivos-membros da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT (SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020). Em agosto, foi feita uma celebração da visibilidade lésbica. Nesse ínterim, multiplicaram-se também as celebrações e eventos organizados pelos coletivos da Rede, bem como os intercâmbios entre os diferentes grupos.

Figura 25 – Capa do e-book “Testemunhos da Diversidade”. Ilustração e *layout*: Bela Pinheiro.



Fonte: SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020.

Em junho de 2020, também o Evangélicxs pela Diversidade lançou, com a Plataforma Intersecções, uma campanha intitulada “Fé na Diversidade” (#FéNaDiversidade). No *site* da campanha, lemos que se trata de “uma iniciativa para lideranças expressarem pedido de perdão com relação à LGBTfobia das igrejas e organizações evangélicas, assim como para reconhecer, celebrar e afirmar a diversidade sexual e de gênero” (AGÊNCIA NOVOS DIÁLOGOS, 2020). Foram disponibilizadas também uma “Declaração em reconhecimento da dignidade e do

amor de Deus às pessoas LGBTI+”,¹⁸¹ já subscrita por 135 lideranças na ocasião de seu lançamento, para coleta de novas assinaturas; e uma série de “relatos em áudio, vídeo e texto de experiências de pessoas LGBTI+ e evangélicas com as igrejas” (AGÊNCIA NOVOS DIÁLOGOS, 2020).

Assim, esses movimentos enunciam e põem em circulação códigos culturais cujo alcance é potencializado pelas novas tecnologias de comunicação; mas, para além dessas mídias em sentido estrito, a própria trama de conexões do campo lhes serve de caixa de ressonância. Em termos tanto analíticos quanto normativos, a perspectiva dinâmica de “campos discursivos de ação” será útil para evitar a armadilha da fixação de *identidades* e dos limites que as distinguem – que obscurece o olhar e paralisa a imaginação –, e ultrapassar polarizações e dicotomias.¹⁸² Permite perceber que, entre um “lado” e o “outro”, as fronteiras se delineiam no jogo relacional; não são definidas em função de algo específico de cada um. Os campos se interpenetram e se alargam, e o intercâmbio e aprendizado mútuos – de linguagens, de valores, de estratégias – são constantes.

4.3 Porosidade de discursos e práticas

Como aponta Juan Marco Vaggione (2005), os atores identificados como *religiosos* absorveram a linguagem e as táticas de seus adversários (ou aliados, conforme o caso) no embate pelo espaço público no mundo secularizado. Incorporaram novas ferramentas de intervenção na sociedade. Um exemplo é o que Vaggione (2005; 2017) chama de “secularismo estratégico”, que lhes permite apropriar-se da linguagem e do *modus operandi* jurídico e científico, a fim de defender suas posições e/ou contestar seus oponentes em seus próprios termos. Outro é a “onguização” (ALVAREZ, 2009; VAGGIONE, 2005), que lhes proporciona instrumental jurídico para agir na esfera civil secular. Ou a reivindicação de uma *cidadania* desde sua *identidade religiosa* (VAGGIONE, 2017). São estratégias

¹⁸¹ Disponível em: <<https://fenadiversidade.com/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

¹⁸² Como já indicado, atentamos, ao contrário, para o deslizamento contínuo entre dinâmicas de estabilização e desestabilização de sujeitos políticos (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020) – que justamente ajuda a evitar a tentação de acreditar na coesão, coerência, fixidez e delimitação inequívoca de categorias *identitárias*, em detrimento dessa noção de um campo de relações e práticas em permanente (re)construção.

mimetizadas pelo *religioso* – e adaptadas conforme ele se posicione como “conservador” ou “progressista” – para fins de legitimação perante seus *outros* (sejam eles adversários ou aliados), no espaço para além de suas fronteiras.

No entanto, ao adentrar o campo alheio, o *religioso* se deixa penetrar, e pode também ser contestado em seu próprio terreno por seus *outros*; porque as fronteiras são permeáveis, afinal – e “a existência mesma da fronteira é suscetível a superação, transformação, diálogo” (EFREM FILHO, 2019, p. 145), num fluxo constante de negociação. Daí que, desafiada por seus pares, *religiosos* ou não, a comprovar seu caráter “progressista” adotando uma posição que fosse interpretada como explicitamente “anti-homofóbica” e “anti-transfóbica”, a FEED se justifica em linguagem jurídica. Nem uma palavra em *idioma cristão* – para não se deslegitimar como interlocutora *religiosa*, talvez.

Outros exemplos foram o lançamento de uma pré-candidatura coletiva de “cristãos de esquerda” para a Câmara Municipal de Porto Alegre em 2020 (SALES, 2020); e um movimento, concentrado no estado de São Paulo, por uma Bancada Evangélica Popular (Mbep), que em seu *site* se define nos seguintes termos:

um movimento popular de evangélicas e evangélicos que desejam participar de forma direta na política. À luz da Palavra de Deus, queremos promover políticas públicas concretas que cessem com a desigualdade social e promovam justiça, paz e dignidade para todas e todos. Nosso propósito é ocupar as câmaras e assembleias com uma Bancada Evangélica Popular, que lute e defenda os direitos de nosso povo. Faremos isso indicando e apoiando nossos irmãos e irmãs que se dispõem a esta luta nas candidaturas, de forma pluripartidária. Não há nesse movimento e sua intenção, uma expressão unívoca de pensamento político e/ou teológico, [...] Mas nos reunimos a partir de nossa identidade e preceitos básicos teológicos e políticos que partilham do entendimento de papel como cristãos-evangélicos, agentes do Reino de Deus, para promoção da transformação social.¹⁸³

Inserida nesse movimento esteve a candidatura da cientista social Simony dos Anjos, da RMNE e da EIG, à prefeitura de Osasco (SP) em 2020.¹⁸⁴ Em suas palavras:

Como pessoa Evangélica tenho irmãs e irmãos que caminham comigo na defesa do Estado Laico! Sim, nos assumimos como evangélicos não para “evangelizar” pessoas, mas para provar que pessoas religiosas PODEM e DEVEM fazer política laica, para o povo e popular! Estamos em uma disputa de narrativas: evangélicas e evangélicos não votem em pessoas por serem

¹⁸³ Em 10 de setembro de 2020, a publicação encontrava-se em <<https://www.bancadaevangelicapopular.com/>>. Em março de 2023, o site estava indisponível.

¹⁸⁴ Em 2022, Simony dos Anjos se candidataria, ainda sem sucesso, a deputada federal.

"Pastoras/es" ou Evangélicas/os". Votem em pessoas porque elas estão do lado do povo! (ANJOS, 2020.)

Outra candidatura foi a da Reverenda Alexya Salvador, das Igrejas da Comunidade Metropolitana (ICM), primeira mulher trans ordenada numa igreja cristã na América Latina. Em postagem no Facebook, ela se apresentou como candidata a vereadora para a cidade de São Paulo em 2020 nos seguintes termos:

Aprendemos com o próprio Jesus a subverter o sistema. Ele a todo tempo ressignificava a religião. Quando ele disse que não veio abolir a lei, estava dizendo que a era para irmos além. A lei é o amor, a promoção da cidadania, a ruptura com as práticas evangélicas de subalternação e colonização dos nossos corpos e desejos. Não compactuamos com esses tais "valores cristãos" que geram morte, perseguição e retirada de direitos. (SALVADOR, 2020.)

Em 2022, Henrique Vieira foi eleito deputado federal pelo PSOL-RJ, com o título “pastor” em seu nome de cédula. Note-se que sua candidatura se oficializou depois de ele articular, em abril, uma campanha intitulada “Derrotar Bolsonaro é um Ato de Amor”, depois rebatizada apenas de “Um Ato de Amor”, aparentemente para não enfatizar certa atitude *bélica* de antagonismo, e reforçando o foco na categoria “amor”. Num primeiro momento, a campanha envolveu também um curso de mesmo nome, que chegou a ter quatro aulas *online* (via YouTube), de periodicidade irregular, tendo como temas (i) a oposição dos cristãos a Bolsonaro e sua justificação por razões teológicas e (ii) em termos das lutas por direitos humanos, (iii) pela igualdade de gênero e (iv) pela “diversidade”.¹⁸⁵

Igualmente significativo no cenário eleitoral de 2022 foi o envolvimento de diferentes atores – como os *podcasts* EBDCast¹⁸⁶ e Projeto Redomas e o movimento intitulado Novas Narrativas Evangélicas – na articulação de campanhas como #MeuVotoÉLivre e, principalmente entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, no lançamento de uma série de materiais de denúncia de *violências* e *exclusões* de pessoas consideradas “progressistas” de ambientes eclesiais, ao mesmo tempo oferecendo solidariedade e acolhimento aos que, nessas

¹⁸⁵ Fundamentais no exame *a quente* do cenário eleitoral de 2022 são as pesquisas “Candidaturas de religiosos nas eleições de 2022: entre conservadorismos e progressismos no Brasil contemporâneo” e “Evangélicos à esquerda nas eleições 2020”, realizadas pelo ISER em parceria com a Fundação Heinrich Boll e apoio do LePar-UFF. No âmbito dessas pesquisas foi realizada uma série de entrevistas com lideranças religiosas ditas “progressistas” (Henrique Vieira entre elas, tratando justamente da campanha “Um Ato de Amor”) – as quais podem ser acessadas, assim como análises iniciais dos resultados das investigações, via Equipe Religião e Política do ISER, 2023.

¹⁸⁶ A sigla EBD faz referência a “Escola Bíblica Dominical”.

circunstâncias, foram se vendo “desigrejados”. Na descrição de Christina Vital da Cunha à época:

Os que se declararam eleitores de esquerda, especialmente de Lula nestas eleições 2022, vem sendo perseguidos e violentados material e subjetivamente. Pastores estão perdendo seus postos eclesiais, crianças estão observando discursos de ódio nos púlpitos em cultos dominicais, fieis estão sendo negados em sua legitimidade como “irmãos” e “irmãs” por se posicionarem ideologicamente à esquerda. As pessoas estão sendo ameaçadas e constrangidas nas igrejas por pastores e por falas presidenciais que produziram uma relação necessária entre cristianismo e extrema direita. (VITAL DA CUNHA, 2022.)¹⁸⁷

Estava em pauta uma franca disputa de narrativas sobre *identidades e práticas cristãs*, com intenso acionamento de categorias como “ódio” e “amor”, “medo” e “esperança”, “vida” e “morte”.

Outra demonstração da porosidade e maleabilidade das fronteiras está na adoção de um discurso de *direitos* e uma reivindicação de “cidadania plena” nas igrejas por parte de “cristãos LGBTI+” e cristãs defensoras da legalização do aborto: “o fiel tem o **direito** de discutir” (FRENTE EVANGÉLICA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2018b; grifo meu), afirmou enfaticamente Rosangela Talib, coordenadora de CDD, naquele evento em Niterói em 2018, ao ser confrontada com a doutrina católica romana expressa em documentos eclesiais.

4.4 O “sopro antirracista do Espírito” e a luta antirracista nas igrejas

Foi preciso enegrecer Deus.

*Eliad Santos*¹⁸⁸

A porosidade dos discursos se observa também na denúncia de *violências e desigualdades* estruturais nas igrejas com relação a *gênero, raça ou sexualidade*, em termos próximos aos das pautas feministas, das lutas antirracistas, do

¹⁸⁷ Sobre expurgos e violências contra pastores e *fieis* identificados como sendo *de esquerda* nas igrejas evangélicas, no contexto das eleições de 2022, ver, por exemplo, Balloussier e Meireles (2022).

¹⁸⁸ *Apud* Tostes e Corazza (2020).

movimento LGBTI+. Um exemplo desse tipo de denúncia se deu em julho de 2019, quando a Juventude Batista Brasileira promoveu o Despertar 2019, evento de quatro dias realizado na Igreja Batista Atitude – igreja frequentada por Michelle Bolsonaro no Rio de Janeiro. Estava prevista na programação a mesa-redonda “Descolonizando o olhar: o racismo atinge a Igreja?”, com a educadora social (e futura pastora) Fabíola Oliveira e o pastor Marco Davi Oliveira,¹⁸⁹ do Movimento Negro Evangélico (MNE). Uma semana antes, ambos começaram a sofrer ataques difamatórios nas redes sociais, encabeçados por dois pastores brancos.

A pressão surtiu efeito: por decisão da Convenção Batista Brasileira (CBB), os dois foram *desconvidados*. Três dias antes, Fabíola havia postado em seu perfil no Facebook uma “Carta aberta ao Brasil Batista”, denunciando: “Só Jesus Expulsa o Racismo da Igreja Evangélica brasileira. Mas, antes de expulsá-lo, Jesus o revela. Ele faz com que seu nome seja conhecido: racismo” (OLIVEIRA, 2019a). Cancelada a mesa, Fabíola assinalaria, em nova postagem a respeito: “a pergunta [que dava título à mesa] foi respondida” (OLIVEIRA, 2019b). A controvérsia obteve nos meios evangélicos alcance suficiente para ela celebrar: “um debate que era pra durar uma hora e meia num congresso, está durando mais de 100 horas. Um debate que se dá, ainda tímido, nas igrejas locais, toma o Brasil todo” (OLIVEIRA, 2019b).

Um dos alvos dos ataques sofridos por Fabíola Oliveira foi sua dupla pertença religiosa como candomblecista e evangélica (FOLHA PRESS, 2019; RIBEIRO, 2022). Engajada em movimentos negros desde 2002, ela se tornou evangélica em 2015, foi ordenada pastora, e nunca deixou de enfrentar o tema – tanto no tocante à demonização das religiões afrobrasileiras no segmento evangélico quanto ao racismo estrutural nos ambientes eclesiais (RIBEIRO, 2022). Em sua “Carta”, ela descreve sua atuação: “Eu, enquanto mulher preta cristã [...] me utilizo das propostas do debate inter-religioso para promover dignidade e direitos entre o meu povo. Povo que crê em Jesus Cristo. Povo que crê nos Orixás. Povo que [...] tem uma conexão ancestral com a África” (OLIVEIRA, 2019a).

Silvio Luiz de Almeida, em seu prefácio ao livro “Teologia Negra”, de Ronilso Pacheco, sublinha como uma certa teologia cristã baseia-se na “autoridade racial” do homem branco, posto no centro dessa cosmovisão religiosa “que se nutre e se

¹⁸⁹ Marco Davi Oliveira é autor do livro “A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?” (OLIVEIRA, 2015), obra pioneira no campo da produção de *saberes de evangélicos negros* brasileiros a respeito de si mesmos.

reafirma na colonialidade” (*apud* PACHECO, 2019, p. 9). Em seu livro, Pacheco – que foi pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo (RJ), frequentada por Fabíola Oliveira – apresenta a teologia negra como um “profetismo ‘indesejado’, visto que se trata de profetas e profetisas que impedem as igrejas de dissimularem o racismo, assunto desconfortável e constrangedor, escondendo-se atrás da declaração de que ‘aos olhos de Deus somos todos iguais’” (PACHECO, 2019, p. 29). Essa “teologia da libertação negra” constitui necessariamente, para Pacheco, uma

teologia da, e na, vida cotidiana [...] que possibilita apreender o contexto adverso da realidade precária, marcada muitas vezes pela violência e as poucas alternativas de sobrevivência, e que recorre à Bíblia e à experiência de Deus, que é a experiência da fé, para construir uma leitura que não especula mas crê. [...] A fé do povo é dinâmica a ponto de não sistematizar teologias, mas de **teologizar realidades**. (PACHECO, 2019, p. 28; grifo meu.)

Reconhecer a importância de um fazer teológico que, como diz Pacheco, “também pertence e é [construído] em meio ao povo no cotidiano da vida” (PACHECO, 2019, p. 29) se torna ainda mais premente face à expansão da população evangélica no Brasil e ao fato de que uma pesquisa do Datafolha divulgada em janeiro de 2020 confirmou que 59% dos evangélicos brasileiros identificam-se como negros ou pardos e são, em sua maioria, mulheres. Daí a “urgência de movimentos que dialoguem com a fé desse grupo que está em crescimento”, nas palavras de João Marcos Bigon, coordenador estadual do MNE-RJ. Bigon prossegue:

precisamos, negros e negras, entender as perguntas que estão sendo feitas pelas pessoas nas igrejas, na periferia e nas favelas para que nossas respostas sejam audíveis e efetivas. [...] Precisamos nos apropriar das narrativas e dos discursos que podem potencializar um novo horizonte para um mundo que vive em constante queda rumo à morte. (BIGON, 2020.)

Há, portanto, interseções importantes de *raça*, *gênero* e *classe* na *luta antirracista* na Igreja – que são trazidas à pauta por movimentos negros evangélicos, e especialmente por coletivos de mulheres negras evangélicas. Como movimento emblemático, registro a fundação, em agosto de 2018, da Rede de Mulheres Negras Evangélicas (RMNE), a partir da inquietação diante da “invisibilidade das questões que afetam [especificamente] as mulheres negras evangélicas no seio do

protestantismo brasileiro” (NEGRAS EVANGELICAS, s.d.).¹⁹⁰ Na análise de Simony dos Anjos, pesquisadora e integrante da RMNE, em palestra proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em outubro de 2019: quando mulheres evangélicas reivindicam sua identidade negra, “elas quebram um pilar de sustentação da igreja, que é a demonização do negro” (ANJOS, 2019b).

Nesse sentido, há que se destacar a publicação do livro “Vozes que não se calam: Cartas de um evangelho brasileiro, feminino e negro” pela projeto zau. Trata-se do “primeiro livro totalmente projetado, produzido e escrito por mulheres negras evangélicas” (SELO ZAU, 2020, p. 5), conforme a própria apresentação da obra, que pretende “somar forças na luta pela visibilidade das ideias, pensamentos e criatividade de mulheres negras, mulheres cristãs que compartilham a luta e a afirmação da decolonidade da fé” (SELO ZAU, 2020, pp. 196-197). Partindo, como Gloria Anzaldúa (2021b), da convicção de que “a escrita é liberdade para as mulheres, e a obra escrita e pensada é arma na luta pela libertação de muitas e muitos” (SELO ZAU, 2020, p. 196), o livro é uma compilação de cartas de mulheres, todas *negras* e *cristãs*, que partilham suas *experiências* e reflexões sobre vivências de fé e comunidade. Em sua apresentação, as responsáveis pelo projeto lançam as interrogações fundamentais:

O que dizer diante do silenciamento de mulheres negras dentro das igrejas evangélicas? Como descrever as muitas vivências invisibilizadas nos púlpitos? Como expressar a justa revolta provocada pelo silêncio diante das violências que as mulheres sofrem? De que forma podemos combater o epistemicídio das mulheres negras evangélicas dentro das produções de saberes? (SELO ZAU, 2020, p. 5)

Também Camila Mantovani e Rachel Daniel, da FEPLA, denunciam o que consideram uma “demonização” dos *evangélicos* por setores da sociedade brasileira. Para elas, tal “demonização” corresponderia à reprodução de uma série de opressões – de *classe*, de *gênero* e de *raça* – historicamente constitutivas desta sociedade *moderna colonial* e *colonizada* em América Latina, dominada por elites *mestiças* imbuídas de um projeto *pigmentocrático*, nos termos de Mara Viveros (2020). Em comentário publicado no *site* da Mídia Ninja, elas salientam que, uma vez que a parcela *evangélica* da população, em especial *pentecostais* e *neopentecostais*, é predominantemente composta por negros, pobres e mulheres,

¹⁹⁰ Na memória de como se deu sua organização, consta que “o cenário de convergência entre essas irmãs foi o chamado Festival Reimaginar”, já mencionado, em setembro de 2016 (NEGRAS EVANGELICAS, s.d.).

“demonizar” os *evangélicos* significa “demonizar” a classe trabalhadora, as mulheres e “o povo preto e sua religiosidade” (DANIEL; MANTOVANI, 2020), endossando o discurso racista e reforçando a “teologia colonial” que se apropriou dos *cristianismos*. E sugerem:

Em vez de rir da espiritualidade pentecostal, olhe a beleza de uma espiritualidade negra, que se manifesta no corpo, na dança, no sapatear, no falar em línguas e o quanto é essa espiritualidade que mantém esse povo de pé. Essa espiritualidade da qual a gente tem debochado, é negra, ancestral e sagrada. (DANIEL; MANTOVANI, 2020.)

Com efeito, Réia Pereira (2019), em sua discussão dos rituais pentecostais de culto ao espírito santo (comumente referidos como “reteté” ou “corinho de fogo” e marcados por seu caráter extático e sensorial e pela intensidade das performances corporais), argumenta que “tanto estes rituais quanto a forma de organização da igreja fornecem pistas sobre a associação entre o reteté e o *ethos* periférico das favelas brasileiras” (PEREIRA, 2019, p. 267) – *ethos*, podemos entender, fortemente *negro*.

Foi Simony dos Anjos que me apresentou, em 2019, à pastora metodista Eliad Dias dos Santos, então coordenadora do Projeto Casa na Luz – na Igreja Metodista na Luz, região central de São Paulo –, voltado para o atendimento de mulheres e crianças refugiadas e imigrantes em situação de vulnerabilidade. Eliad Santos assina o prefácio do livro da projeto zau e, ao longo da década de 2000, passou por uma situação muito adequadamente descrita pela teóloga Yury Orozco, ligada a CDD, como um episódio de “inquisição moderna” (*apud* BRUM, 2009). A jornalista Eliane Brum contou sua saga em 2009:

Eliad Dias dos Santos sofre há três anos uma perseguição religiosa que lhe tirou trabalho, sustento e amigos. Pastora metodista há 14 anos, ela escolheu atuar na área social, junto às mulheres de rua. Em setembro de 2001, quando trabalhava na Comunidade Metodista Povo de Rua, em São Paulo, foi expulsa pelo então bispo da região, Adolfo Evaristo de Souza, depois de um encontro com prostitutas em que contava sobre a Inquisição e a caça às bruxas. Na carta em que comunicava o 'afastamento compulsório' de Eliad – sem direito a processo, defesa e julgamento -, o bispo justificou a decisão pela 'identificação' da pastora com 'ideologias radicais' e 'defesa e ênfase da mulher como bruxa'. Mais tarde, voltou atrás na expulsão, mas a manteve sem nomeação e subsídio (salário). [...] Aos 38 anos, Eliad está alquebrada. “Me tiraram tudo. Me deixaram sem salário, sem o trabalho em que acredito e botaram a comunidade contra mim. Eu não durmo porque não sei como vou comer no dia seguinte ou pagar a mensalidade da escola

da minha filha”, desabafa. “O que pode ser pior que isso hoje em dia? Só falta me botarem na fogueira.” (BRUM, 2009.)¹⁹¹

Em seu prefácio ao livro de Ronilso Pacheco (2019) sobre teologia negra, Silvio Almeida destaca o fato de a teologia ali preconizada emergir do testemunho daquelas pessoas marginalizadas e oprimidas que “buscam os caminhos para a própria libertação”; trata-se de uma teologia que “não se ergue das estruturas de poder, mas do ‘testemunho’ dos que sobreviveram às perseguições e humilhações, e agora podem relatar suas experiências com a divindade” (*apud* PACHECO, 2019, p. 8). Almeida pontua como o colonialismo tem sido

ideologicamente sustentado por discursos teológicos que identificavam o colonizador branco europeu com a figura de Cristo, com o **salvador** [...] um emissário de Deus [...] Entretanto, o fardo do homem branco que se considerava ‘imagem e semelhança de Deus’ não envolveria o amor ou a caridade [...] mas a **dominação** dos povos tidos como primitivos. O colonialismo e todos os seus horrores são tanto mais eficazes ao se mostrarem **terrivelmente evangélicos** e intransigentemente cristãos. (*Apud* PACHECO, 2019, p. 8; grifo do original.)

Contudo, prossegue Almeida, “nem toda teologia é colonial”. Pelo contrário: há aquelas que veem “no rompimento com a herança colonial a principal condição de possibilidade para uma relação com Deus” (*apud* PACHECO, 2019, p. 9). Que teologias comprometidas “com a liberdade e a libertação”, nas palavras de Pacheco (2019, p. 28), encontraremos no campo *cristão progressista* brasileiro atual? Haverá teologias capazes de subverter “as lógicas engessadas das teologias controladoras e fabricadas para doutrinar mais do que cuidar e libertar”, que levem a “abandonar os projetos de poder dos impérios que querem ser, e determinar, o centro de tudo” (PACHECO, 2019, p. 29)?

4.5 “Nem toda teologia é colonial”: disputas de *tradição* e espiritualidades políticas entre o *império* e as *catacumbas*

Os ricos são os donos do estado / Que ainda são os filhos dos senhores de escravos / Que dizimaram os índios / Compraram os revolucionários ou mataram / Em nome de um Cristo como o

¹⁹¹ Depois de finalmente assumir e ficar à frente da Igreja Metodista na Luz, entre 2019 e 2022, Eliad hoje se encontra em missão em Roma, atuando sobretudo junto à população de rua da capital italiana.

de Bolsonaro (ao contrário) / Um que não tem amor, ao contrário

Don L

No I Encontro Nacional de Católicos LGBT, em 2014, um padre que acompanhava um grupo paulista comparou a *clandestinidade* dos “católicos LGBT” nos ambientes eclesiais à das comunidades que, nos primórdios da história cristã, eram obrigadas a reunir-se secretamente nas catacumbas romanas. E, referindo-se à renovação operada desde os *subterrâneos* pelas inversões e subversões das ordens constituídas, concluiu: “é pelas catacumbas que a Igreja respira”. Suas palavras me voltariam à memória constantemente em 2018, em meio ao imaginário de perseguição e ameaça de aniquilamento que *nos* afligia então, em meio ao acionamento e às disputas em torno de categorias como “amor” e “ódio”, “medo” e “esperança”, “vida” e “morte” – quando percepções similares às fantasias de *degeneração* de que tratamos no capítulo anterior povoavam *nossos* horizontes com imagens de *involução*, *regressão* e *deterioração* de *sonhos* e *utopias*.

Em contraste, encarávamos a multiplicação de *imagens* de um deus, e *teologias* articuladas em seu entorno, que pareciam corresponder ao que Ronilso Pacheco descreve como um “patriarcado cristão másculo, autoritário, ‘cabeça’ incontestável, que não reserva nenhum outro papel às mulheres senão a obediência. [...] Resta aos indígenas a conversão ou morte a tiros [...] [e] negros não importam, e sua religiosidade é bestial, demoníaca e atrasada” (PACHECO, 2022c, pp. 13-14). Tal “patriarcado cristão” tem como eixo, como nota Isadora Lins França, certo **ideal de masculinidade**

[relacionado] ao autoritarismo, à violência e à guerra, expressos nos discursos, nas políticas, na estética e na estrutura institucional do governo. Estamos aqui não apenas nos domínios do gênero e da sexualidade, mas na sua intersecção com nação, classe social e raça: trata-se da produção de uma fantasia nacional de masculinidade que opera no seu cerne como branca e colonizadora e que tem efeitos muito reais na criação e na manutenção de “mundos de morte” também para as populações indígena, pobre, negra e imigrante. (FRANÇA, 2019, pp. 49-50.)

Não podemos perder de vista que também essas imagens *coloniais* e *imperialistas*, que vêm consagrar um ideal de poder soberano, criam solidariedades coletivas e sentidos de comunidade, na medida em que contam histórias sobre quem são e o que desejam para suas vidas e o mundo em que vivem aqueles e aquelas

que se reúnem ao seu redor.¹⁹²

Na imagem hegemônica do deus *cristão* como um homem cis-heterossexual branco, observamos o que Donna Haraway (1995) chama de “truque de Deus”: a criação de um ideal (supostamente) abstrato, de um sujeito (supostamente) universal – mas que nada tem nem abstrato, muito menos de *universal*. Ao contrário, uma vez definido o corpo branco, cis-heterossexual viril masculino como ideal sacralizado, estabelece-se um padrão. Essa será a referência para *normatizar* os corpos humanos em sua multiplicidade e, como mostra Gayle Rubin (2007), ordená-los e hierarquizá-los conforme suas diferenças em relação ao sujeito (supostamente) *normal* e *desencarnado* em sua pretensão de universalidade.

O corpo eleito para encarnar deus tem consequências políticas muito concretas. As imagens desse corpo sustentam determinados ordenamentos sociais e hierarquias de poder, maneiras específicas de organizar os corpos e as relações em sociedade. Essas imagens informam, por exemplo, quais são os corpos que devem viver, quais devem viver bem e com *abundância*, quais devem viver na *precariedade*, quais devem ser submetidos à *violência*, quais devem sofrer, quais devem morrer. Esse *corpo de deus*, portanto, encarna certas visões de mundo e projetos de sociedade. No caso do corpo hegemônico do deus cristão cis-heterossexual branco, a ele facilmente aderem visões e projetos autoritários e excludentes – sobretudo quando a esse corpo se articulam tradições a-históricas sacralizadas e totalitárias.

Em contrapartida, movimentos de feministas cristãs e de cristãos LGBTQI+ – e, em considerável medida, o campo mais amplo dos cristãos *progressistas* – com frequência evocam e remetem a outras tradições. Falam em uma “tradição cristã” de denúncia e combate a desigualdades, opressões e injustiças, uma tradição de “profetismo”, que não compactua com “os poderosos do seu tempo”. Tradições que criticam e se opõem frontalmente a um “legalismo vazio” e um “moralismo hipócrita”. Tradições que remetem a “amor”, “acolhimento”, “serviço”, falando em uma tradição “revolucionária” de “luta contra a injustiça”, que impõe “a quem segue o Cristo” o “dever moral” de se colocar sempre ao lado daquelas pessoas mais “pequeninas”, mais “desamparadas”, mais “excluídas”, mais “marginalizadas”, mais “violentadas”.

¹⁹² Seria interessante investigar os efeitos nesse sentido das narrativas e práticas organizadas em torno do chamado “sionismo cristão” (MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022; WACHHOLZ; REINKE, 2020).

“Tradições” de “libertação” de “opressões” e “autoridades terrenas” – inclusive *religiosas*. *Tradições* que constituem *narrativas míticas de origem*, como sugerido por Conceição Evaristo (2021) – narrativas que ajudam a revelar, por meio da memória de onde viemos, quem *somos*, onde *estamos* e por que *fazemos* o que *fazemos*, e como *fazemos*, aqui e agora. Assim, a produção de *tradições* (Hobsbawn, 2018) e as disputas em torno destas revelam outras pedagogias possíveis acerca de ordenamentos sociais e projetos de *mundo*. Aqui, interessa pensar “tradição” conforme a função que Paul Gilroy (2012 [1993]) lhe atribui na *modernidade colonial ocidental*: um *passado* em permanente transformação, com ressonâncias e (re)significados sempre atuais e atualizados.¹⁹³

Na práxis e nos discursos teológicos desses atores, emergem *cristianismos* e formas de ser *cristãos* que se afastam daquelas concepções *coloniais* que vêm se consolidando no imaginário público. Ana Ester, clériga ordenada das Igrejas da Comunidade Metropolitana (ICM) – e primeira lésbica ordenada da ICM em América Ladina – traduz essa disputa de narrativas sobre deus ao descrever sua trajetória pessoal no cristianismo:

Antes de decidir estudar teologia, eu passei por um longo período longe de qualquer ideia de Deus. Deus doía. [...] Mas algo em mim tinha saudade de Deus. Você já experimentou isso? Saudade de Deus? Deus se torna um amigo distante que mudou de país e nunca mais te ligou. [...] Saudade de um Deus não mais entre nós, um Deus que não iria voltar. [...] Eu tinha o desejo do reencontro. Mas confesso: aquele Deus do qual eu tinha saudade, com esse eu nunca mais reencontrei. Entre a teologia da libertação, a teologia feminista, a teologia *queer* eu descobri outro Deus. Percebi que a imagem anterior que eu tinha de Deus era nada mais do que isso: uma imagem. E eu, idólatra daquela imagem. Idolatria é a imagem fixada. Deus é isso. Ponto. Está ali o seu ídolo. Imexível. Enclausurado. Encaixotado. Emoldurado. Mas o deus que as teologias contextuais me apresentaram se move. É flexível. Nada o segura. Deus escapa. Escapa à razão humana, escapa ao conceito, escapa à universalidade. (FREIRE, 2020.)

Por outro lado, projetos autoritários e totalitários acionam uma retórica e uma estética *cristãs* para criar um *deus* e uma *tradição* – e um *mundo*, portanto – únicos, excludentes, imutáveis, supostamente a-históricos e apolíticos. A mensagem transmitida é que certos corpos estarão destinados ao domínio, ao passo que os demais serão subalternizados – e não só não há outro lugar e posição possíveis neste mundo para estes corpos, como **não há outros mundos possíveis**.

¹⁹³ Nesse sentido é interessante considerar trabalhos historiográficos como o do Coletivo Memória e Utopia, já citado, na produção de outras narrativas e mitos de origem (PADILHA *et al*, 2022).

São projetos que parecem assumir o estreitamento de horizontes como objetivo político. De fato, não é por acaso que a categoria “imaginação” é cara tanto à teologia quanto à ciência política, como nos lembra André Musskopf (2012): está em jogo a capacidade de imaginar *outros* lugares possíveis, *outras* formas de organização, *outras* representações sociais, projetos de mundo mais amplos – mundos “onde caibam muitos mundos”, como sonham os zapatistas (COMITÉ; COMANDANCIA, 1996; tradução minha). O corpo supostamente *desencarnado*, abstrato e universal de deus, portanto, é, ao contrário, muito *material* e específico – e exerce efeitos muito concretos na encarnação dos corpos humanos e na organização de suas relações sociais, nesta *vida* e neste *mundo*. Também o *corpo de deus é político*, portanto.

Examinando os protestos que culminariam na Revolução Islâmica iraniana em 1979, Michel Foucault falava em uma “espiritualidade política”, para *escândalo* daqueles setores da sociedade francesa mais orgulhosos do ideal republicano de *laicidade* naquele país, que se apressaram em acusá-lo de fazer apologia dos princípios teocráticos que acabariam por chegar ao poder no Irã (FOUCAULT, 2019). O escândalo, ao que parece, foi fruto da sugestão de que uma “espiritualidade política” pudesse inspirar ideais *revolucionários* e de *transformação* social – “essa coisa cuja possibilidade nós esquecemos, desde o Renascimento e as grandes crises do cristianismo [...]. Eu já ouço os franceses rirem, mas eu sei que eles estão errados” (FOUCAULT, 2019, p. 12).

Aproximadamente na mesma época em que olhava para a Revolução Islâmica no Irã, Foucault se debruçava, em suas aulas no Collège de France, sobre o tipo de poder *religioso* que ele chamou de “pastorado [*cristão*]” e sobre “elementos-fronteira” – aqueles que não são “absolutamente exteriores [...] ao cristianismo” (FOUCAULT, 2008 [1977-1978], p. 283) e que desempenham papel central nas contracondutas que criam resistências ao exercício do poder pastoral na Igreja, e da Igreja. Elementos que “não cessaram de ser reutilizados, reimplantados, retomados num sentido e em outro [...] sem cessar retomados pela própria Igreja [...] [que], ameaçada por todos esses movimentos de contraconduta, tentará fazê-los seus e aclimatá-los” (FOUCAULT, 2008, p. 283). Também Silvia Federici empreende uma análise aprofundada dos movimentos populares (messiânicos, milenaristas e heréticos) na Baixa Idade Média como grandes experimentos sociais de busca e construção de alternativas concretas “às relações feudais por parte do proletariado

medieval e sua resistência à crescente economia monetária” (FEDERICI, 2017, p. 68) – e entende a virulência da reação da Igreja a tais movimentos como indício do potencial subversivo dos mesmos.

Entre as grandes contracondutas medievais que foram de encontro à organização do pastorado cristão como lógica de poder, Foucault (cuja leitura guarda inúmeros pontos de contato com a de Federici) enumera: a constituição de **comunidades**; a **mística**, mediante a qual a “alma [...] se vê a si mesma” (FOUCAULT, 2008, p. 280); o **acesso** direto à leitura da Palavra Sagrada (e o poder implícito ao lugar de leitor, que é também o lugar de autor); além da subversão de toda a economia de **verdade** desenvolvida pelo poder pastoral, baseada na transmissão de certa *verdade sagrada* como dogma, por um lado; e, por outro, na extração de uma verdade de e sobre cada um dos fiéis, “como segredo descoberto no fundo de sua alma” (FOUCAULT, 2008, p. 280) – subversão operada, portanto, sempre que *nos* arrogamos o poder de enunciar alguma *verdade* sobre quem *somos*.

4.6 As mulheres e pessoas dissidentes de gênero e sexualidade *cristãs* precisam ser salvas?

Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que foi construído pelos seus discursos e práticas.

Paul Preciado

Quem é – quem **pode** ser? (E **quem** define quem pode?) – o sujeito político das lutas feministas e de dissidentes de gênero e sexualidade? Quem são as pessoas que podem se reivindicar *cristãs*? Que condições pode haver de escutar o que dizem, de ver o que fazem aquelas e aqueles situados lá onde *cristianismos*, *feminismos* e *dissidências* das normas sexuais e de gênero se cruzam? Como o que dizem e fazem pode ser inteligível? Em um mundo empenhado em separar, classificar e hierarquizar, como decodificar – como *traduzir*? – aquelas e aqueles que não simplesmente se encontram (supostamente fixados) nas margens, mas frequentam e atravessam fronteiras? Aquelas e aqueles que são transpassados

pelas bordas? Como *habitar* (para usar um verbo caro a Gloria Anzaldúa) a “relação incômoda”, como bem a descreve Lorena Mochel (2020, p. 125), entre categorias (“feminismos” e “religião”, por exemplo, mas também “dissidentes de gênero e sexualidade” e “cristianismos”) amplamente entendidas como *inconciliáveis*?

Em 27 de maio de 2011, dois dias depois do cancelamento do ESH graças às pressões e chantagens da bancada *evangélica*, o jornalista Tony Góes publicou em seu *blog* uma postagem intitulada “Fui hétero, Jesus me libertou”. Nela, falou sobre o trabalho do DC-RJ e defendeu a importância da *aliança*, “em meio a tanta treva emanada pelos parlamentares ligados aos evangélicos e à Igreja Católica” (GOES, 2011), entre pessoas *cristãs* e as lutas em favor da diversidade sexual e de gênero. E acrescentou: “faz tempo que renunciei à minha identidade católica, mas admiro muitíssimo quem insiste nessa luta”. O texto recebeu 46 comentários, muitos com críticas veementes aos *cristianismos* e qualquer possibilidade de *aliança*. Um deles, assinado por James Figueiredo, dizia:

Todas (veja bem, TODAS) as religiões abraâmicas são nossas **inimigas**, e não entendo o que mais seus representantes precisam fazer pra enxergarmos isso (a última semana foi bastante elucidativa nesse ponto). [...] Gays religiosos são como... sei lá, **judeus nazistas**. Deveríamos é nos esforçar pra **libertá-los dessas prisões** que só alimentam suas dúvidas e minam sua autoestima. (*Apud* GÓES, 2011; grifo meu.)

Esse comentário sintetiza e expressa com impactante clareza a percepção de *incompatibilidade* entre dissidências de gênero e sexualidade e *religião* (especialmente os cristianismos), de um lado; e, de outro, a inferiorização de pessoas *religiosas* (especialmente *crístãs*) como desprovidas de *agência* e/ou capacidade de reflexão e enunciação de qualquer *verdade* válida sobre si. Essas duas premissas desqualificam aquelas e aqueles que cruzam fronteiras (fronteiras que *deveriam* ser muros impenetráveis?) como *aberrações*; juntas, são acionadas para legitimar uma fantasia emancipatória de *salvação* e/ou *libertação*.

Lila Abu-Lughod, em seu célebre artigo “As mulheres muçulmanas precisam mesmo ser salvas?” (ABU-LUGHOD, 2002), aponta como a ideia de que seja preciso (ou possível) *salvar* alguém implica em um senso de superioridade e acarreta violências. Segundo seu argumento, “quando salvamos [alguém], supomos estar salvando essa pessoa de algo. [Mas] Estamos também salvando essa pessoa **para** algo” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788; tradução minha; grifo do original). E, pergunta ela, “que violências são cometidas nessa transformação, e que suposições

estão sendo feitas quanto à **superioridade** daquilo para o qual a pessoa está sendo salva?” (ABU-LUGHOD, 2002, pp. 788-789; grifo meu). Também Gloria Anzaldúa, como observam Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005), denuncia, em sua obra, as ideologias “salvacionistas” e “resolucionistas” que acabam respaldando violências materializadas “em relações gravemente assimétricas” – e defende, ao contrário, “a necessidade de engajar (ao invés de resolver ou dissolver) as tensões subjacentes a qualquer narrativa justificadora de opressão e exclusão” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 699).

Na mesma linha, María-Elvira Díaz-Benítez cita Mara Viveros, advertindo dos riscos de se “atribuir o monopólio da dignidade política e moral para se posicionar como encarnação de um ideário feminista e emancipador **correto**” (*apud* DÍAZ, 2020, p. 273; grifo meu). Já Yuderkys Espinosa (2020, p. 111) descreve como “imperialistas” tais pretensões de *salvação*, apontando como esse ideal reflete o compromisso com a “produção do sujeito ‘adiantado’”, de um lado, e, de outro, do “sujeito colonial, [...] definido como inferior, atrasado, bárbaro, semi-humano, em uma etapa anterior de desenvolvimento... necessitado, enfim, da empresa salvacionista do ocidente e seus movimentos políticos emancipadores” (ESPINOSA, 2021).¹⁹⁴ Ela critica os feminismos para os quais

a única possibilidade para a mulher sair de sua opressão histórica é a modernidade – a modernidade produzida pela Europa. [...]. Vocês começaram criticando o universalismo na construção do conhecimento científico, então como o que [...] um grupo de mulheres criou é, na verdade, “das mulheres”? [...] Precisamos rever esses universalismos. Ou vamos continuar dizendo “não, é que as companheiras estão tão alienadas que na verdade não se dão conta da sua própria opressão”. E [...] vamos ensinar as mulheres camponesas, as que estão tão oprimidas e dominadas, vão nos dizer [...] “vocês, os índios, não sabem nada, os negros não sabem nada, nós vamos salvar vocês. Nós sabemos. Nós vamos salvar suas almas. Nós temos o caminho para o desenvolvimento”. (ESPINOSA, 2022b)

Reconhecer a violência inerente à imposição de ideais emancipatórios ajuda a compreender como e por que pode ser muito tênue o limite entre promessas de

¹⁹⁴ Nesse sentido, me pergunto o quanto pode existir de *salvacionismo* – e da inferiorização que lhe é inerente – em relação a mulheres *de camadas populares* e *crentes* em geral quando mesmo Ivone Gebara, uma das grandes referências da teologia feminista latino-americana, alega não deixar de ser freira católica “porque ir embora significa também me desconectar das mulheres, das que mais sofrem, todas elas são crentes. Acredito que as feministas não trabalharam ainda o suficiente as correntes religiosas das camadas populares; correntes que consolam e oprimem ao mesmo tempo. Não se pode ser feminista e ignorar o pertencimento religioso das mulheres; se não são católicas, são da Assembleia de Deus, ou da Igreja Universal, ou do Candomblé ou do Espiritismo. E em cada um desses lugares há alguma dominação dos corpos femininos” (*apud* GONZÁLEZ, 2020, p. 209).

salvação e procedimentos de *extermínio*,¹⁹⁵ seja este simbólico ou, no extremo, físico – sobretudo daquelas e daqueles que, por ultrapassar fronteiras, acabam colocando em xeque as categorias em torno das quais se articulam expectativas e percepções de *ordem* social. Por isso, não posso deixar de lembrar do comentário de James Figueiredo sempre que vejo, nas redes sociais, postagens de coletivos de “católicos LGBTI+” sendo inundadas por figurinhas de cruzados de armadura, espada em punho e exclamações como “*Deus vult*” (“Deus assim quer”, em latim, grito de guerra associado às cruzadas medievais), em uma evidente ameaça de *aniquilação* (Figura 26).

Figura 26 – Exemplo de imagem de cruzado vitorioso em sua *guerra santa* – visto pelo ângulo, podemos supor, do *inimigo* caído, prestes a ser *imolado*.



Fonte: A autora, 2023.

Mary Douglas (2014 [1966]) já nos falava do *perigo* representado, nas “sociedades primitivas” (sic) que ela pesquisava, pela impureza, sujeira, desordem e pela ameaça de *poluição* e *contágio* delas decorrente; e também, diante do risco assim percebido, da necessidade de *purificação* para recuperar o *controle* e manter a *estabilidade* da ordem social¹⁹⁶ – não à toa, temas centrais nas reflexões sobre *degeneração*, acima. Nesse sentido, o “incômodo” a que Mochel (2020) se refere é

¹⁹⁵ A fragilidade dos limites entre *salvação* e *aniquilamento* é demonstrada de maneira muito evidente pelos manuais inquisitoriais usados no combate católico romano às chamadas *heresias* europeias, nos primórdios da modernidade. Desses, um dos mais conhecidos (e cruéis) foi o chamado “Martelo das Feiticeiras”, dos dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger (2020 [1487]), segundo o qual a melhor forma de salvar as almas dos hereges seria pela destruição de seus corpos, mediante formas diversas de tortura.

¹⁹⁶ Para as reflexões aqui em pauta, é muito relevante que, seguindo Durkheim (1989 [1912]), Douglas aponte, nos contextos sociais que examina, a *sacralidade* tanto do *puro* quanto do *impuro*: “com o puro, faz-se o impuro, e vice-versa. É na possibilidade dessas transmutações que consiste a **ambiguidade do sagrado**”, diz Durkheim (1989, p. 488; grifo meu).

mútuo: para autoridades eclesiásticas e pessoas *cristãs* pode parecer difícil (ou impossível, ou insuportável) sobrepor categorias que lhes pareçam *incompatíveis*. E o que haverá em comum entre esse “incômodo” decorrente do *encontro* de categorias supostamente *desencontradas*, como “mulheres”, “dissidentes de gênero e sexualidade”, “LGBTI+”, “feminismos” e “cristianismos”, em termos êmicos, e “incômodo” análogo, mas agora no plano analítico – aquele que com frequência emerge diante do *encontro* entre categorias também designadas “mulheres”, “dissidentes de gênero e sexualidade”, “LGBTI+”, “feminismos” e “cristianismos”, e mais “secularismo” e “religião”?

Críticas como as de Lila Abu-Lughod (2002), Saba Mahmood (2016; 2019 [2009]) e Talal Asad (1993; 2003) a abordagens *ocidentais* do islamismo,¹⁹⁷ especialmente de questões relacionadas às “mulheres muçulmanas”, podem proporcionar chaves que ajudem a *habitar* esse “incômodo”. Marnia Lazreg (2020 [1994]), propondo uma *decolonização* dos *feminismos* a partir de um olhar para (e desde) mulheres argelinas, já observava que, “de maneira inquietante, o discurso feminista [ocidental] sobre as mulheres espelha aquele dos teólogos” e que a *religião* era invocada como “a causa principal (se não a única causa) da desigualdade de gênero, assim como fonte de subdesenvolvimento em grande parte da teoria da modernização” (LAZREG, 2020, p. 182). Lazreg, como Veena Das (2011), nos lembra das defasagens entre as prescrições normativas de lideranças e autoridades eclesiásticas e a *experiência vivida* por pessoas *religiosas*. Para ela, é fundamental levar em conta o contexto social e histórico em que o elemento *religioso* emerge e se atualiza, a fim de não perder de vista sua dimensão propriamente política – e que pode fazer da *religião* tanto um “mecanismo de legitimação da desigualdade, [quanto] um protesto contra ela” (LAZREG, 2020, p. 183).

É preciso examinar como, historicamente, se constrói a oposição e hierarquização entre *religioso* e *secular* (MAHMOOD, 2016; 2019; ASAD, 1993; 2003), como parte dos processos de criação de alteridades que organizam o projeto colonial moderno (LUGONES, 2020; 2019; MASUZAWA, 2005; CURIEL, 2020). Só

¹⁹⁷ Para fins desta reflexão, é interessante lembrar da comparação feita pelo historiador Samuel Moyn (2014) entre a construção tanto do *islamismo* quanto do *comunismo* como *outros* do *Ocidente* – e pensar, partindo de autoras como Abu-Lughod (2002), Mahmood (2019; 2016) e Joan Scott (2018), como o acionamento de questões de *gênero e sexualidade*, especialmente quando encarnadas na figura das mulheres e dissidentes de gênero e sexualidade e nas disputas em torno de seus *direitos*, acaba ganhando centralidade na definição das fronteiras que (supostamente) separam o *Ocidente* de seus *outros*.

assim podemos pôr em questão a forma como, na modernidade ocidental, o *religioso* é construído como um *problema* – e superar o que Mahmood (2019, p. 18) descreve como o “impasse moral” decorrente do receio de que, “ao historicizar a verdade da razão secular e questionar seus argumentos normativos, [abra-se] o caminho para que o fanatismo religioso tome conta das nossas instituições e sociedade”.¹⁹⁸ Afinal, apostar no antagonismo *secular vs. religioso* não tem nos blindado de fenômenos como a ascensão do *nacionalismo cristão* (DU MEZ, 2022; PACHECO, 2022c) ou de uma *supremacia cristã* (SOULFORCE, 2019), encarnados em alianças entre *religiosos* e figuras como Bolsonaro. Como alerta Judith Butler (2019b, p. 144), “o secularismo nunca escapa às suas próprias histórias religiosas, nem adquire autonomia com relação às formações históricas que ele pretende regular”.

Assim, torna-se imperioso indagarmos, com Lila Abu-Lughod: qual o significado de “liberdade” se partirmos da premissa de que nós, humanos, somos “seres sociais, sempre criados em determinados contextos sociais e históricos e pertencentes a comunidades específicas, que moldam [nossos] desejos e entendimentos do mundo?” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 786). **Seríamos capazes de aceitar a possibilidade da diferença** – de que pode haver diferentes ideias sobre o que significa “justiça” e “liberdade”, por exemplo, ou de que “diferentes mulheres [e dissidentes de gênero e sexualidade, para quem também estamos olhando aqui] podem desejar, ou escolher, futuros distintos daqueles que nós supomos ser os melhores” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788)?¹⁹⁹ Gloria Anzaldúa denuncia o “establishment feminista branco” por “‘adotar’ mulheres de cor como sua ‘causa’, ao

¹⁹⁸ Lila Abu-Lughod observa que Saba Mahmood “é constantemente pressionada a denunciar todos os danos causados pelos movimentos islâmicos em todo o mundo – caso contrário, ela é acusada de ser uma apologista”. Contudo, comenta ela, “**nunca parece ser dirigida uma demanda análoga àqueles que estudam o humanismo secular e seus projetos, apesar das terríveis violências** que têm sido associadas a estes ao longo dos últimos dois séculos, das guerras mundiais ao colonialismo, dos genocídios à escravidão. Precisamos ter tão pouca **fé dogmática** no humanismo secular quanto no islamismo, e uma mente aberta para **as complexas possibilidades de projetos humanos empreendidos em uma tradição como na outra**” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788; grifo meu).

¹⁹⁹ Everton Rangel e María Elvira Díaz-Benítez assinalam, em comentário a texto de Saba Mahmood (2019), que, para essa autora, “habitar a norma é uma forma de agência para além da prerrogativa — liberal — da resistência. Outras éticas entendem que a norma é aquilo que historicamente tem criado seres quebrantados e que mais do que resistir à norma ou habitá-la, é necessário não reconhecê-la” (RANGEL; DÍAZ, 2019, p. 87). Recordar a existência dessas diferentes abordagens dá margem a debates e reflexões também com relação aos argumentos de Abu-Lughod aqui expostos.

mesmo tempo supondo que nos adaptemos às **suas** expectativas e à **sua** linguagem” (ALZALDÚA, 2021b [1981]). Abu-Lughod vai além:

Será que a libertação é um objetivo para todas as mulheres ou pessoas? Emancipação, igualdade, direitos, serão parte de uma língua universal que devemos usar? Em outras palavras, será que outros grupos de pessoas podem acalentar outros desejos, mais significativos – tais como viver em famílias unidas, levar uma vida de santidade, ou viver livres de guerras? (ABU-LUGHOD, 2002, p. 788.)

Analogamente, Saba Mahmood nos convida a repensar, de maneira crítica e com urgência, as premissas epistemológicas e ontológicas que fundamentam as concepções normativas da modernidade *ocidental*, “se quisermos avançar para além do impasse corrente secular-religioso” (MAHMOOD, 2019, p. 19). É uma tarefa fundamental se quisermos entender quais serão, em suas palavras, “as condições de inteligibilidade que tornam certos argumentos morais legíveis e outros inaudíveis” (MAHMOOD, 2019, p. 25).

María Elvira Díaz-Benítez (2020) assinala que tanto Abu-Lughod quanto Mahmood, assim como Gayatri Spivak, fazem eco ao trabalho pioneiro de Chandra Mohanty (1988), que já denunciava a “colonização discursiva” e a “violência epistêmica” promovidas pelos “feminismos centrais”, engendrando a ficção de “mulheres oprimidas de forma homogênea” e respaldando, assim, “um modelo específico de poder que vitimiza as mulheres em relação a raça, classe e gênero, e as deixa sem capacidade de organização política ou agência” (DÍAZ, 2020, pp. 269-270).

“Marcar é sempre rebaixar”, preconiza Gloria Anzaldúa (2021a [1991], p. 129), refletindo sobre ser qualificada como escritora “mulher”, “chicana” e “fancha” (*dyke*) – e sobre como qualquer adjetivo que venha depois de “escritora” tem o efeito de reduzir seu alcance e possibilidades em relação ao “escritor” homem-branco-*universal*. Nesse contexto, Díaz se questiona, em diálogo com Avtar Brah e Anne McClintock, sobre a possibilidade de pensar a *diferença* “não como **desigualdade** antecipadamente, mas em como a diferença pode evocar ou remeter a **igualitarismos, diversidade** ou a formas políticas de agência **favoráveis** para os sujeitos” (DÍAZ, 2020, p. 271; grifo meu). Ou, nas palavras de Brah, a questão-chave deixa de ser a “‘diferença’ em si, mas a **quem define a diferença**, como diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da ‘diferença’ e **se a ‘diferença’ diferencia lateral ou hierarquicamente**” (BRAH, 2006 [1996], p. 358;

grifo meu). Do mesmo modo, Sueli Carneiro defende que “a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (CARNEIRO, 2019 [2003], p. 320).

Em sua célebre palestra “As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”, de 1979, Audre Lorde foi além. A seu ver, era crucial ultrapassar a defesa da “mera tolerância das diferenças” (LORDE, 2019, p. 136). Limitar-se à “tolerância” seria

uma negação total da função **criativa** da diferença em nossas vidas. A diferença não deve ser apenas **tolerada**, mas vista como uma reserva de polaridades **necessárias**, entre as quais a nossa criatividade pode irradiar como uma dialética. Só então a necessidade de **interdependência** deixa de ser **ameaçadora**. Apenas dentro dessa estrutura de interdependência, de diferentes forças, reconhecidas e em pé de **igualdade**, é que o poder para buscar **novas formas de ser no mundo** pode ser gerado [...]. (LORDE, 2019, pp. 136-137; grifo meu.)

Frente à convocação de Lorde para “reconhecer a diferença como uma força crucial” (2019, p. 138), retomo a pergunta de Lila Abu-Lughod: “será que podemos lançar mão de uma linguagem mais igualitária de alianças, coalizões e solidariedade, em vez de **salvação**?” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 789; grifo meu). Do mesmo modo, também María Lugones (2019 [2010]) propõe a adoção de uma lógica de *coalizões* que desafie a das *dicotomias*; e questiona:

Como aprendemos uns sobre os outros? Como fazemos isso sem machucar uns aos outros, mas com a coragem de acolher os entrelaçamentos da vida diária que podem até revelar certas traições? **Como cruzamos fronteiras sem nos tornarmos conquistadores?** Com quem devemos fazer esse trabalho? (LUGONES, 2019, pp. 373-374; grifo meu.)

Díaz (2020) recupera uma trajetória histórica dos feminismos para assinalar como o acionamento de categorias articuladas como raça, classe, gênero e sexualidade, no âmbito de um pensamento teórico e de políticas e práticas interseccionais, implicou em uma abertura a *coalizões* e no estabelecimento de “movimentos sociais sensíveis a todos os tipos de opressão, exclusão, marginalização, tais como o classismo, sexismo, heterossexismo, racismo, capacitismo e xenofobia, sem priorizar nenhum deles de antemão [...]” (DÍAZ, 2020, p. 273). Justamente a partir daí, ela propõe, com bell hooks, que levemos em conta os “conhecimentos situados”, ou seja:

[...] valorizando o ponto de vista do marginalizado, é possível transformar a assimetria da experiência minoritária em um privilégio, por ser um

conhecimento das margens. Estou falando de um movimento político que valorize esse local e que interrogue as identidades hegemônicas a partir da marginalidade, sem, contudo, excluir alianças. (DÍAZ, 2020, p. 273.)

“O que podemos hoje traduzir umas das outras?”, indaga então Díaz (2020, p. 274). Poderemos existir “no modo da tradução, da constante tradução”, como sugere Butler (*apud* Díaz, 2020, p. 274)? Olhando para mulheres e dissidentes de gênero e sexualidade nos *cristianismos*, procuro “outras maneiras de olhar a experiência da violação, do dano e do trauma”, para usar as palavras de Veena Das (2011, p. 22) – mas não só. Olho para os coletivos de mulheres feministas e dissidentes de gênero e sexualidade que se organizam desde a sua pertença religiosa *cristã* e vou em busca de *saberes* e *fazer*es que possibilitem “mexer e brincar com nossas fronteiras” (Díaz, 2020, p. 274); que já consistam em “mexer e brincar com nossas fronteiras”. *Saberes* e *fazer*es que se articulem em torno de histórias *outras* sobre quem *somos*, para além da violação, do dano e do trauma. Que histórias estão sendo contadas e *vividas* pelos coletivos cristãos brasileiros de feministas e dissidentes de gênero e de sexualidade sobre *nossa* capacidade criativa/criadora e *fecundante* de *vida*, nestas décadas iniciais do século XXI?

5 “MEU CORPO, MINHA FÉ”: APROPRIAÇÕES E SUBVERSÕES DAS “FÉMINISTAS” CRISTÃS

[Disse Maria de Magdala a Jesus] Não sei nada de Deus, a não ser que tão assustadoras devem ser as suas preferências como os seus desprezos, Donde foste buscar tão estranha ideia, Terias de ser mulher para saber o que significa viver com o desprezo de Deus.

José Saramago, em “O Evangelho Segundo Jesus Cristo”

Em 20 de outubro de 2020, a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) deliberou que Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), uma das mais antigas e atuantes ONGs do país na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, não poderia mais utilizar o termo “católicas” no nome (PAULUZE, 2020). O relator do processo, desembargador José Carlos Ferreira Alves, justificou a decisão usando citações bíblicas e referências ao direito canônico católico romano para sustentar que as Católicas pelo Direito de Decidir não seriam verdadeiras “católicas”. Nas palavras de Rodrigo Toniol:

A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo é uma peça de sessenta páginas que acaba por confundir quem a lê sobre a natureza daquela corte, se eclesiástica ou cível. A decisão que fundamentalmente proíbe as Católicas de se apresentarem como católicas estabelece um novo marco no Judiciário brasileiro: para além dos casos de juízes que se tomam por Deus, agora também há quem se outorgue a competência de dizer quem pode ser fiel. (TONIOL, 2020)

Críticas à decisão apontaram violações à liberdade de expressão, à liberdade religiosa, à liberdade de associação e ao princípio de laicidade do Estado – na medida em que um tribunal de justiça cível se propôs a deliberar sobre assunto eminentemente eclesial.

Nas eleições de 2018 no Brasil, a rejeição ao feminismo e à luta pela expansão dos direitos sexuais e reprodutivos em geral (e pela descriminalização e legalização do aborto em particular), parcialmente englobada no repúdio à chamada “ideologia de gênero”, foi uma das características centrais do público eleitor de Bolsonaro, segundo mapeamento de Isabela Kalil (2018) e sua equipe. Sua

pesquisa aponta para a reafirmação tanto da masculinidade hegemônica quanto do modelo de feminino que lhe corresponde. A primeira transparece na ênfase, comum a vários dos perfis ali traçados, na *virilidade*, no militarismo, na *violência* – inclusive armada. No segundo são salientados fatores como “beleza”, “feminilidade” e o papel da “mãe de família” responsável pela ordem privada, muitas vezes acompanhados por um discurso de “empoderamento” que se traduz em termos de valorização do sucesso pessoal e repúdio à violência de gênero. Vai, portanto, ao encontro da hipótese de Fernando Serrano de que a cruzada antigênero dá continuidade às “estratégias para deslegitimar e reprimir a mobilização das mulheres, e adaptar o patriarcado a novos contextos sociopolíticos” (SERRANO, 2017, pp. 163-164; tradução minha).

Nesse cenário, Antonia Pellegrino e Manoela Miklos (2019) foram precisas ao afirmar que o corpo das mulheres está “no olho do furacão antidemocrático”. Não por acaso, o feminismo, caracterizado como “radical” e “ideológico”, associado ao “marxismo” e alvo de constante propaganda misógina, está no cerne dos ataques antigênero no Brasil – e a pauta da descriminalização e legalização do aborto, talvez a expressão mais acabada da defesa da autonomia das mulheres sobre seus corpos, é, de longe, a mais *demonizada*. Não admira que 41% das pessoas entrevistadas em pesquisa do Datafolha realizada em dezembro de 2018²⁰⁰ tenham se dito favoráveis à proibição total do aborto no país – com pequena predominância, entre essas, de mulheres (AMÂNCIO, 2019).

A propósito da associação entre “feminismo” e “marxismo”, é interessante notar, como já indicado antes, que o enfrentamento do “marxismo”, “comunismo”, “marxismo cultural”, “ideologia”, “esquerda” e categorias afins se apresenta como um combate a tudo que é estranho à lógica *capitalista* de acumulação e valorização de um patrimônio e propriedades materiais, por um lado, e, por outro, à valorização *neoliberal* de uma “meritocracia”.²⁰¹ Aqui, uma gramática e retórica *cristãs*, sobretudo *neopentecostais* (e especialmente as chamadas teologias do domínio e da prosperidade), são instrumentalizadas a fim de articular o embate a esse “inimigo” –

²⁰⁰ Pesquisa Datafolha realizada em 18 e 19 de dezembro de 2018, com 2.077 entrevistas em 130 municípios de todo o país (nível de confiança de 95%, margem de erro de dois pontos percentuais) (AMÂNCIO, 2019).

²⁰¹ Samuel Moyn (2014) mostra como o “comunismo ateu”, antes do Islã, foi eleito como o opositor antagônico em relação ao qual se organizou certa identidade associada a uma “cristandade ocidental”.

de modo análogo e em certa continuidade histórica com a instrumentalização de gramáticas e retóricas *cristãs* pelo projeto colonial-imperialista europeu na modernidade. Assim, Virginia Garrard (2020) salienta a importância, para teologias *neopentecostais*, da *prosperidade* (inclusive e principalmente patrimonial) como sinal concreto da benção e do favor divinos. Nesse contexto, como temos visto, o combate à dita “ideologia de gênero” funciona como tropo articulador entre esse elemento “ideológico”, “comunista”, e dimensões ancoradas no corpo – gênero e sexualidade – na organização de certa *identidade* ocidental-moderna-colonial, na qual o corpo das mulheres é um dos eixos centrais.²⁰²

Entre 3 e 6 de agosto de 2018 aconteceu, no STF, uma audiência pública, dividida em duas sessões,²⁰³ convocada para discutir a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 442/2017, por meio do qual se solicitou àquele tribunal a descriminalização da interrupção da gestação induzida e voluntária em qualquer circunstância, quando realizada nas doze primeiras semanas de gravidez.

Paralelamente, acontecia no Rio de Janeiro, no auditório de uma igreja católica no centro da cidade, o “I Congresso Antifeminista do Brasil”. Seu objetivo seria “fomentar o debate sobre os malefícios do Movimento Feminista ao progresso de uma sociedade livre e segura para as mulheres do nosso país”, conforme a página do evento no Facebook, que explicitava ainda seu foco na ADPF 442.²⁰⁴ Segundo reportagem da revista *Época*, chegando ao local, os participantes encontravam, “espalhados sobre uma mesa de toalha vermelha, pequenos fetos humanos de borracha”. Palestrantes e participantes se referiam ao aborto como “assassinato”, defendiam o “direito à vida” e promoviam a contracepção por abstinência. Uma das palestras visava a ensinar homens a “serem homens”; outra palestrante contrapôs à máxima feminista “meu corpo, minhas regras” a seguinte advertência: “não é seu corpo, e, se você é cristã, sabe disso” (CALCAGNO, 2018) –

²⁰² A respeito da centralidade do corpo das mulheres para uma lógica *capitalista* de acumulação, ver Federici (2017).

²⁰³ As sessões aconteceram nos dias 3 e 6 de agosto de 2018 – respectivamente, uma sexta-feira e uma segunda.

²⁰⁴ Em 10 de agosto de 2018, essas informações encontravam-se disponíveis na página do evento no Facebook, em <<https://www.facebook.com/events/1988199904766770/>>. Em março de 2023, já não estavam mais acessíveis.

um exemplo cabal da instrumentalização de uma gramática *cristã* na cruzada antigênero e na *demonização* do feminismo.

Como forma de mobilizar a sociedade civil e visibilizar a movimentação em prol da ADPF 442, a campanha “Nem presa nem morta” organizou em Brasília, por ocasião da audiência pública, um “Festival pela Vida das Mulheres”, com “rodas de conversa, espaços de acolhimento, oficinas, manifestações culturais e artísticas, projeção da audiência ao vivo e shows” (NEM PRESA NEM MORTA, 2018). Nesse contexto – embora não estivesse prevista na programação oficial do festival divulgada no evento do Facebook –, realizou-se também, na madrugada do dia 6 (dia da segunda sessão da audiência sobre a ADPF 442, quando falariam os atores ditos “religiosos”),²⁰⁵ uma “vigília inter-religiosa”. Em postagem no Twitter replicada pela página feminista “Não me Kahlo” no Facebook, Camila Mantovani, integrante da FEPLA, explicou a proposta nos seguintes termos:

A principal argumentação dos fundamentalistas no STF é de que nenhuma religião concorda com a descriminalização do aborto, logo é antidemocrático descriminalizar. Vcs estão convidados pra nossa vigília inter-religiosa mostrando quanta gente religiosa apoia a descriminalização! [sic] (NÃO ME KAHLO, 2018.)

No vídeo da transmissão ao vivo da vigília, publicado na página da FEPLA no Facebook, veem-se algumas dezenas de mulheres reunidas em frente ao prédio do STF (Figura 27). Era muito cedo, ainda escuro. Mulheres de filiações religiosas diversas – cristãs e umbandistas – falaram ao megafone. Uma delas foi a pastora Odja Barros, da Igreja Batista do Pinheiro (IBP), em Maceió, que disse em sua prédica:

a religião cristã não é desses homens religiosos violentos que têm um discurso e uma prática completamente diferente do nosso mestre, do movimento que nos acolheu como mulheres; e é em nome desse Jesus e dessa fé cristã libertadora que nós estamos aqui como evangélicas e como

²⁰⁵ As duas sessões a compor a audiência, nos dias 3 e 6 de agosto, foram divididas em quatro blocos. Na manhã do dia 3, aberta pelas expositoras do Ministério da Saúde, falaram atores e representantes de associações médico-científicas e entidades profissionais e de pesquisa ligadas às saúdes mental e reprodutiva. À tarde, falaram preponderantemente organizações e entidades nacionais e internacionais de direitos humanos e políticas governamentais, incluindo representantes de coletivos feministas e as expositoras da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). A manhã do dia 6 foi ocupada por entidades religiosas e paraeclesiais, entre elas associações profissionais de juristas autoidentificadas como *cristãs*. Aí se incluíram a CNBB, a CBB e a Convenção Geral das Assembleias de Deus. À tarde, a audiência seria encerrada com um bloco composto preponderantemente por organizações do campo jurídico, mas incluindo também representantes da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e de entidades de direitos humanos (WEBER, 2018).

cristãs e disputando esse discurso. (*Apud* FRENTE EVANGÉLICA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2018c.)

Figura 27 – Vigília inter-religiosa diante do STF, na madrugada anterior à segunda sessão da audiência sobre a ADPF 442. A pastora Odja Barros está ao megafone. Impressão de tela da autora.



Fonte: FRENTE EVANGÉLICA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2018c.

Na sessão daquela manhã no STF, em um bloco esmagadoramente contrário à aprovação da ADPF 442, as duas vozes dissonantes que se ergueram das fileiras cristãs foram as de Maria José “Zeca” Rosado, presidente e uma das fundadoras de CDD no Brasil, e a pastora luterana Lusmarina Garcia, representando o ISER. O fato de uma associação civil de católicos leigos tradicionalistas, o Centro Dom Bosco de Fé e Cultura (CDBFC),²⁰⁶ ter ajuizado uma ação na tentativa de impedir que CDD se apresentassem publicamente como “católicas” na audiência (BARBOSA, 2018) – objetivo que a entidade finalmente atingiria com a decisão do TJ-SP de outubro de

²⁰⁶ Fundado em 2016, o CDBFC é um entre vários grupos similares de católicos leigos tradicionalistas que vêm surgindo no Brasil, e “tem o propósito de atacar em três frentes: oferecer formação intelectual católica presencial e on-line a partir dos grandes mestres e Doutores da Igreja, incentivar uma vida de piedade, oração e entrega a Deus e, por fim, defender a fé ainda que voltemos a ser doze”, conforme sua página no Facebook (TEMPLÁRIO DE MARIA, 2019). A referida “defesa da fé” se dá, em parte, por meio de processos judiciais – além de CDD, o grupo de humor Porta dos Fundos costuma ser alvo de suas ações na Justiça, visando à censura de seus vídeos com sátiras de temas cristãos (ASSAD, 2018).

2020 – pode ser um indicador do impacto estratégico da ruptura desse discurso *cristão* hegemônico.

Outro indício pode ser a virulência da reação. Depois que a antropóloga Débora Diniz, uma das principais expoentes do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, teve de buscar asilo fora do país em vista do assédio e das ameaças de morte que sofreu (PIRES, 2018), seria a vez de a pastora Lusmarina Garcia ver-se em situação análoga. Única religiosa ordenada a falar em favor da ADPF 442, no mesmo dia de sua participação ela já se tornaria alvo de ataques e ameaças, inclusive de morte, em seu perfil pessoal no Facebook (NOCAUTE, 2018). Camila Mantovani, diante das ameaças por seu protagonismo, como militante *evangélica*, na luta pela legalização do aborto – bem como na denúncia de várias formas de racismo e *violência* de gênero nas Igrejas cristãs –, teria de deixar o país em abril de 2019 (CONIC, 2019). Nas palavras de Simony dos Anjos (2019a), Camila despertou ódio e viu sua vida em perigo por “[usar] a bíblia como maneira de construir uma contra narrativa protagonizada por mulheres, seus corpos e suas vidas. Uma contra narrativa que busca na leitura da bíblia, pelos olhos das mulheres, instrumentos para combater o patriarcado”.

De maneira mais pulverizada e capilarizada, teólogas, pastoras e leigas, algumas delas filiadas a um ou mais desses grupos e movimentos, realizam encontros, debates, grupos de estudos, de maneira pontual ou continuada, muitas vezes em articulação com outros movimentos sociais, *cristãos* ou não; por exemplo, organizações de mulheres quilombolas, camponeses em luta pela terra, movimentos de juventude, movimentos negros, movimentos por moradia, ambientalistas e ecofeministas. Nesses eventos e grupos, convergem a hermenêutica das teologias feministas e a metodologia da leitura popular da Bíblia, herdada da teologia da libertação e baseada “na realidade e em defesa da vida” (CEBI, s.d.).²⁰⁷

Assim, em 2 de fevereiro de 2019, aconteceu em São Paulo a roda de diálogo “Meu corpo, minha fé: violências e abusos da religião”, conduzida pela teóloga

²⁰⁷ É importante assinalar que esse campo das teologias feministas no Brasil se integra ao ladino-amefricano mais amplo, sobretudo por meio da difusão de textos, artigos e vídeos, mas também de imagens, ilustrações para camisetas, *podcasts* e mídias as mais diversas. Um exemplo é a iniciativa de Camila Mantovani e Tabata Tesser (da rede de ativistas de CDD) de montar uma pasta pública no Google Drive contendo centenas de arquivos, entre textos, imagens e áudios com conteúdo de algum modo relacionado ao tema das teologias feministas. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/18zlaVWd0wf4AFI3n6nbkKqF8KCY7Nrc8>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Angelica Tostes,²⁰⁸ para discutir a violência sofrida por mulheres em espaços religiosos. Organizado pela ONG Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, EIG, FEED e Rede Ecumênica da Juventude (REJU) São Paulo, o encontro atraiu para o centro de São Paulo, em uma manhã de sábado de sol, mais de uma centena de pessoas, mulheres em sua maioria, eu entre elas (Figura 28); e se desdobraria, quinze dias depois, em uma oficina de cartazes (intitulada “Religiosas em protesto”) e na organização de uma Frente Religiosa Feminista para participar da marcha do 8 de março na Avenida Paulista, em São Paulo (KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA, 2019b).

Figura 28 – Roda de diálogo “Meu corpo, minha fé: violências e abusos da religião”, realizada em São Paulo em 2 de fevereiro de 2019. Autoria da foto não creditada.



Fonte: KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA, 2019a.

Também em São Paulo esteve sediado o movimento das “Feministas”, que se definia como uma “resistência feminista jovem pelo Estado Laico” – “um movimento protagonizado por mulheres de diversas religiões e que propõe a discussão sobre gênero e direitos humanos dentro das comunidades de fé” (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2019b). A partir da proposta de duas ativistas de CDD na capital paulista, Bruna David e Tabata Tesser, em 2019 a ONG promoveu uma série de rodas de conversa, apresentadas como “[espaços] de acolhimento, diálogo,

²⁰⁸ Foi provavelmente por meio do seu blog, “Angeliquisses” (<<https://angeliquisses.wordpress.com/>>), que tive meu primeiro contato com as teologias feministas.

empoderamento e solidariedade para mulheres de todas as religiões” (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2019a). Posteriormente, iniciou-se outro ciclo de rodas de conversa abordando temáticas mais específicas, por um viés interseccional, intitulado “CAFÉministas”, que teve duas edições em 2019: “Algumas experiências lésbicas nas religiões”, em 31 de agosto, celebrando o Dia da Visibilidade Lésbica; e, em 24 de outubro, “Os corpos negros na teologia”.

“Féministas” foi igualmente o título de uma coluna do site Justificando. Surgida em janeiro de 2018, era assinada pelas cientistas sociais Jacqueline Moraes Teixeira e Simony dos Anjos, “as duas de origem cristã e críticas à postura conservadora e retrógrada da Igreja”, segundo a apresentação da coluna. Sua proposta era “denunciar a estrutura machista das igrejas cristãs, [...] que oprimem milhares de mulheres cotidianamente através da leitura enviesada dos textos bíblicos” e “[abrir] um espaço importante de visibilidade aos inúmeros movimentos de resistência de pessoas cristãs comprometidas com a defesa dos direitos civis” (TEIXEIRA; ANJOS, 2018).

Há ainda o grupo de estudos Flor de Manacá, em Maceió, frequentado por mulheres da IBP e coordenado pela pastora Odja Barros. Suas integrantes dão testemunho do impacto sobre suas vidas e a vida de suas famílias que teve a leitura da Bíblia na perspectiva de mulheres nordestinas. No vídeo que marca os dez anos de atividade do grupo, uma delas diz que “ouvir as vozes silenciadas das mulheres da Bíblia por esse sistema patriarcal e opressor” a levou a “se reconhecer como mulher, como cristã, o nosso corpo, tudo aquilo foi modificando” (GRUPO FLOR DE MANACÁ, 2016).

Também no Nordeste, o Coletivo Vozes Marias nasceu como um grupo de acolhimento e intervenção em casos de violência contra mulheres, com foco especialmente em *evangélicas* e situações ocorridas em contexto eclesial. Uma das postagens no seu perfil no Instagram sugere como proceder diante de casos de mulheres em situação de violência:

Nesses dias de ativismo vamos refletir o que não dizer, como acolher uma mulher/menina que está numa situação de violência. A violência contra a mulher foi tratada, por muito tempo, nos espaços religiosos, como algo natural de um relacionamento e sob a culpabilização das mulheres. Exemplos de Questionamentos nesse sentido são: "O que você fez para irritar seu marido?"; "Ore que ficará tudo bem!"; "Espere ele se acalmar, é só uma fase!". O que gera uma falsa esperança de mudança, da espiritualização da violência e a culpabilização das mulheres. Por isso, afirmamos uma palavra profética para as mulheres cristãs que se

encontram em situação de violência: "IRMÃ, A CULPA NÃO É SUA!" Se precisar de ajuda, nós, enquanto Coletivo, estaremos aqui para te apoiar a romper com esse ciclo de violência! (VOZES MARIAS, 2020a.)

Em dezembro de 2021, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente esse trabalho – quando, a convite do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI),²⁰⁹ fui participar de uma mesa-redonda sobre “fundamentalismos” e ministrar uma oficina sobre “Diversidade: vidas que existem e resistem” no VII Seminário Discurso Religioso e Violência contra a Mulher e III Encontro de Mulheres, realizado na I Igreja Batista em Bultrins, Olinda (PE) (Figura 29). Ali, numa rua de terra, em meio a casas no tijolo, vi e ouvi uma das lideranças do Vozes Marias, Rafa D’tony, cantar a música “Deus é do gueto”, de Marina Peralta, cujo refrão diz: “Ama também os que vêm do gueto / Cuida daquele que é branco ou preto / Meu Deus é negro / Meu Deus é índio / Deus é mulher / Deus é menino” (PERALTA, 2016). E escutei da reverenda anglicana Lilian Conceição da Silva, que participou da mesma mesa e ministrou uma oficina intitulada “Racismo: mulheres negras e sua existência em produzir o belo”, que ela havia deixado de se apresentar como “reverenda” e passado a se identificar como “sacerdotisa da Ruah”²¹⁰ porque “enquanto eu falava sobre feminismo, ainda estava tudo bem. Depois que eu comecei a falar sobre racismo, fui execrada”.²¹¹

²⁰⁹ Associação ecumênica sem fins lucrativos fundada em 1979 para promover, mediante atividades e publicações diversas, o método de leitura popular da Bíblia (CEBI, s.d.).

²¹⁰ As teologias feministas resgatam e adotam o termo “Ruah”, palavra hebraica que se refere ao sopro do espírito de deus, para referir-se à divindade em uma dimensão feminina – uma vez que o termo, no hebraico, é genericado no feminino.

²¹¹ Comunicação pessoal.

Figura 29 – Mesa-redonda “Mulheres contra os fundamentalismos se fortalecendo na diversidade”, realizada na I Igreja Batista em Bultrins, Olinda (PE), em 3 de dezembro de 2021, como parte da programação do primeiro dos três dias do VII Seminário Discurso Religioso e Violência contra a Mulher e III Encontro de Mulheres, organizados pelo Coletivo Vozes Marias, CEBI e Diaconia. Impressão de tela da autora, a partir de vídeo no YouTube (CEBI_NACIONAL [OFICIAL], 2021).



Fonte: CEBI_NACIONAL [OFICIAL], 2021.

Outro exemplo, por fim, é o grupo das Mulheres do Caminho, organizado pelas mulheres membros da IBC, no Rio de Janeiro. Iniciado como um grupo de estudos de teologia feminista, o movimento acabou atraindo mulheres de diversas denominações, em sua maioria jovens. As reuniões, originalmente bimestrais, tornaram-se mensais em 2019, quando as integrantes se propuseram a estudar o livro “Maria vai com as outras”, da pastora metodista e teóloga feminista Nancy Cardoso Pereira. Na apresentação da obra, a autora explica que “a motivação maior desse trabalho é a de procurar alternativas para as mulheres, em especial as empobrecidas e marginalizadas, dentro dos apertados esquemas teológicos com os quais convivemos no cristianismo” (PEREIRA, 2016, p. 5). Convidada pelo grupo para fazer a pregação do último culto da IBC antes do Natal de 2019, Nancy dedicou sua prédica a descrever sua visão do cristianismo e, nela, a participação das mulheres:

A primeira informação do evangelho de Jesus [referindo-se ao Evangelho de Mateus] é uma lista de nomes que era pra ser de nomes de homens e não vai ser – tem cinco mulheres explosivas. É um barril de pólvora antipatriarcal, anti-imperial, anticoncentrador, são cinco mulheres maravilhosas, avós, bisavós de Jesus, ô família linda, essa família de Jesus! Só mulher complicada. [...] A comunidade de Mateus recupera um jeito de

olhar o Antigo Testamento a partir das mulheres, mas não qualquer mulher: da estrangeira, da migrante, da estuprada, da violentada, de todas elas que tiveram que rodar a baiana para entrar na história da salvação, que era delas também. Era por elas, era com elas também. [...] Agora, são as mulheres, depois da morte, que insistem e fazem a experiência da ressurreição de Jesus. São as mulheres que estão no relato de infância, e são as mulheres que estão no relato de ressurreição. Isso eu não tô inventando, não é porque eu sou teóloga feminista. [...] Não é teologicamente inexpressivo [...] que sejam as mulheres que são aquelas que vão dar conta de dar o salto pra ressurreição. Por quê? Não porque somos mulheres. Não porque seja algo que seja da nossa condição feminina. Mas pela nossa condição de marginalidade, pela nossa condição de dentro da sociedade patriarcal a gente não ter acesso e a gente não participar dos mecanismos de resolução e de condução dos processos. Por isso. [...] Não é porque nós, mulheres, somos melhores. [...] É por conta daquele lugar de exclusão, de marginalidade, que elas ouviam anjos, elas sonhavam com Deus encarnado na jovem, com Deus vindo pra nós menino, criança, pobre, e precisando de colo, precisando de peito, precisando de abrigo. E a mesa de iguais começa com Maria grávida se encontrando com Isabel grávida, e aí elas vão conversar. [...] Essas duas mulheres, nesse momento, uma que é idosa e que engravidou, e a outra é jovem... tudo fora do lugar. [...] Que que elas vão dizer? [Lendo Lc 1, 46-55] “A minha alma engrandece o Senhor, o meu espírito se alegrou em Deus, meu salvador, porque contemplou a humildade da sua serva. A sua misericórdia vai de geração em geração [...] dispersou os que no coração alimentavam pensamentos soberbos, derrubou dos seus tronos os poderosos, exaltou os humildes, encheu de bens os famintos, despediu de mãos vazias os ricos.” As mulheres ficaram grávidas e deram de fazer política! Quero te dizer que Deus vai subverter essa sociedade desigual. Que vai despedir os ricos de mãos vazias. Amém, igreja? [A assembleia, em coro: Amém!] [...] (IGREJA BATISTA DO CAMINHO, 2019.)

Assim, lançando mão não só do paradigma das teologias feministas e outras teologias contextuais, mas, sobretudo, de uma retórica, uma gramática e uma pedagogia *cristãs*, esses movimentos se empenham em realizar, especialmente junto às mulheres *cristãs*, um trabalho de disseminação, debate, sensibilização e esclarecimento de temas caros aos feminismos, com foco especial na denúncia e combate à violência de gênero nas igrejas, comunidades e espaços de vivência da fé, por um lado, e, por outro, na militância pelo direito ao aborto legal e seguro. Em sua atuação, mesclam-se trabalho pastoral, ativismo e uma produção acadêmica que já não se restringe ao campo da teologia, adentrando especialmente as ciências da religião e as ciências sociais – por meio da produção de artigos acadêmicos, dissertações e teses,²¹² publicação de livros²¹³ e compilações de relatos e testemunhos. Simony dos Anjos (2019b) chama atenção para esse diálogo entre ativismo e academia ao destacar o papel crucial do recente e crescente acesso de

²¹² Exemplos recentes são as teses de Flavia Melo (2021) e Odja Barros (2020), e a dissertação de Tabata Tesser (2022).

²¹³ Por exemplo: Mantovani *et al*, 2022 e Tostes; Ribeiro, 2019.

mulheres negras ao ambiente e à formação universitária (via políticas de ação afirmativa) na constituição da RMNE, por exemplo.

No diálogo e articulação dessas pautas (entre outras vinculadas à garantia e expansão de direitos) por mulheres cristãs, chama a atenção a complexidade das conexões entre ativistas, coletivos, organizações, movimentos; como tecem sobreposições e interligações entre os campos *feminista* e *religioso* – especialmente *cristão*, mas costurando também laços inter-religiosos –, ilustrando vividamente os “campos discursivos de ação” descritos por Sonia Alvarez (2014).

A pastora luterana Romi Bencke, membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), defende a importância da aliança entre mulheres feministas religiosas (especialmente *cristãs*) e não-religiosas (BENCKE, 2019). Para ela, a “hermenêutica patriarcal da Bíblia” é um dos principais pilares de sustentação do “patriarcado” – e argumenta: “a violência contra a mulher tem uma base de argumentação teológica também” (*apud* MAGELA, 2019).

Na vigília inter-religiosa realizada em Brasília naquela madrugada de 6 de agosto de 2018, uma das mulheres a tomar a palavra se disse “muito feliz porque hoje é o dia em que eu posso professar na minha militância, na minha luta, o Jesus que eu conheço e o Jesus que eu defendo” (*apud* FRENTE EVANGÉLICA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2018c). Suas palavras encontram eco num episódio que me foi relatado por Eleutéria Amora, coordenadora geral da Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA) – sobre uma jovem que, após uma roda de conversa, veio lhe *confessar*, muito nervosa, que era *cristã*. São situações que mostram a porosidade das fronteiras entre *ativismo feminista* e pertença religiosa *cristã*, e dão materialidade à intersecção entre *feminismos* e *cristianismos*, essa relação tão tensa e *incômoda* (MOCHEL, 2020).

5.1 “Não é seu corpo, e, se você é cristã, sabe disso”: Damares Alves, Michelle Bolsonaro e mulheres “empoderadas”

Você pode reescrever, mas não apagar.

Natalie Diaz

Em outubro de 2022, quando já havia sido eleita senadora pelo Distrito Federal, a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves envolveu-se numa controvérsia ao afirmar, durante um culto na igreja Assembleia de Deus Ministério Fama, em Goiânia, que crianças do Marajó (PA) “estariam sendo traficadas para o exterior e submetidas a mutilações corporais e a regimes alimentares que facilitam abusos sexuais” (CARNEIRO, 2022). Com a repercussão de suas declarações, ela daria diferentes versões da história nos dias seguintes, sempre sem apresentar qualquer prova ou evidência das supostas denúncias.

Não houve, no caso, nenhuma novidade em relação à sua trajetória. Como mostra Lucas Bulgarelli (2020), a ascensão política de Damares, até chegar ao ministério de Bolsonaro e ao Senado Federal, se deu justamente a partir de seu investimento em estabelecer-se como fonte de *informações* a respeito de (supostos) casos de afronta a *cristãos*, aos *cristianismos* e a seus *valores* – especialmente encarnados em (supostos) *escândalos* relacionados a *violências* sexuais, sobretudo contra crianças. Aí se incluem *denúncias* de *violências* em termos de uma pretensa “erotização infantil” (PRATES, 2022), como já mencionado, em geral abordada por ela no quadro do combate à chamada “ideologia de gênero” – fazendo dela uma protagonista da consolidação, no país, do que Bulgarelli (2020) descreve como “políticas antigênero” e “antisssexualidade”. Nas palavras de Eliane Brum, “as principais credenciais de Damares para ocupar [o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] foram seu furor para controlar os corpos das mulheres e sua sanha pela evangelização dos indígenas” (BRUM, 2021, p. 42).²¹⁴

Damares trabalhou intensamente com Michelle Bolsonaro na construção do movimento “Mulheres com Bolsonaro”, durante a disputa do segundo turno das eleições de 2022. Para Jacqueline Moraes Teixeira, não há como abordar as eleições desse ano sem pensar a participação das duas candidatas a primeira-dama nas campanhas dos respectivos maridos, Bolsonaro e Lula (CUNHA, 2022), em torno dos quais a campanha se polarizou desde o começo. Aqui, nos interessa em especial o investimento de Michelle na imagem de *mulher cristã* e *do lar*, que é “ajudadora do marido” (ARAÚJO; GOMES, 2022) e combate o “feminismo”.

²¹⁴ Brum relata ainda que Damares é “fundadora de uma ONG suspeita de tráfico e sequestro de crianças indígenas e de incitação de ódio aos indígenas”, além de haver adotado uma menina indígena de maneira irregular (BRUM, 2021, pp. 42-43).

Neste ponto, é crucial discernir os usos de “feminismo” como categoria êmica em permanente disputa no campo, como vemos desde a emergência do chamado “neofeminismo” entre mulheres *conservadoras* estadunidenses nos anos 1980 e 1990, tal como descrito por Susan Faludi (1992). Em especial, é preciso atentar para o discurso de “empoderamento” da mulher, exemplificado pelo destaque sem precedentes conferido a Michelle Bolsonaro ao assumir a presidência do setorial de mulheres do PL em março de 2023 (MELO, 2023). Ou pela seguinte declaração de Damares Alves, em entrevista à BBC News Brasil:

Você não pode usar certas palavras como empoderamento, porque é da esquerda. Espera aí. Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu? Uma menina que vem lá de baixo, que não tem sapato para estudar, vai a uma escola, sofre violência, é discriminada e chega a ser ministra? Isso é empoderamento da mulher. (SENRA; KRIEZIS, 2019.)

Com efeito, Solano, Rocha e Costa (2022) descrevem uma retórica de “empoderamento” da mulher, articulada em torno de noções de “superação heroica” das dificuldades – retórica que combina aspirações de representatividade no espaço público, especialmente em termos de êxito profissional e financeiro, protagonismo no âmbito familiar e doméstico e uma percepção da maternidade como algo *sagrado*. É interessante considerar, aqui, que é justamente na propalada *sacralidade* da maternidade que a retórica de “empoderamento” da mulher encontra o limite da interdição do aborto, traduzida em linguagem religiosa – tabu expresso na já citada frase da palestrante no I Congresso Antifeminista do Brasil: “não é seu corpo, e, se você é cristã, sabe disso” (CALCAGNO, 2018). Por outro lado, quando ativistas de CDD adotam o mote “até Maria foi consultada para ser mãe de Deus”, não apenas remetem à já mencionada moralidade articulada em torno das noções de “responsabilização” e “consentimento” descrita por Carrara (2015) como talvez estejam, em alguma medida, acenando na direção da retórica de “respeito” e “empoderamento” identificada por Solano, Rocha e Costa (2022).

Na valorização desses ideais articulados em torno da noção de “empoderamento”, podemos vislumbrar elementos do “discurso de empoderamento e autoestima neoliberal dos feminismos do Norte Global”, nas palavras de Heloísa Buarque de Hollanda (2020, p. 22). Fica evidente aí, também, o modo como certos *feminismos* hegemônicos são enraizados na família nuclear reprodutiva baseada na norma binária cis-heterossexual, conforme a crítica de Oyèrónké Oyèùmí (2020

[2004]).²¹⁵ “E isso apesar da crença generalizada entre as feministas de que seu objetivo é subverter essa instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo de que o movimento é antifamília”, comenta Oyèùmí com acidez (2020, p. 88).

5.2 “As netas das bruxas que não conseguiram queimar”: a *demonização* das *feministas*

You won't break my soul.

Beyoncé

De maneira recorrente, o “feminismo” e as “feministas” emergem como elementos de alta rejeição entre as evangélicas, como revelou pesquisa do ISER²¹⁶ (EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER, 2022a; CUNHA, 2022); entre mulheres autoidentificadas como “conservadoras” e eleitoras de Bolsonaro, conforme Solano, Rocha e Costa (2022); e entre os eleitores de Bolsonaro em 2018, de acordo com Isabela Kalil e equipe (2018). A pesquisa do ISER indica que o “feminismo” é mais *demonizado* que a chamada “ideologia de gênero” (EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER, 2022a).

Os achados de Solano, Rocha e Costa (2022) apontam para a intensa disputa do *imaginário* em torno dos *feminismos*. As pesquisadoras mostram que, dizendo-se ou não *feministas*, suas entrevistadas se alinham com determinadas *pautas feministas*, como o enfrentamento da violência doméstica, a maior participação de mulheres na política e a reivindicação de equiparação salarial entre homens e mulheres – crucial para a independência financeira das mulheres, elemento também valorizado. No entanto, sua investigação, como as outras duas citadas, constata uma aversão ao termo “feminismo” e, mais ainda, às “feministas”. Estas são associadas a “ativistas”, que seriam “radicais” e degradariam a “condição feminina” ao sair às ruas para protestar e “expor” o corpo nu. Assim, mesmo quando se dizem

²¹⁵ E como já denunciavam autoras lésbicas como Wittig (2022), Rich (1981) e Rubin (2007).

²¹⁶ Trata-se da pesquisa “Mulheres evangélicas, política e cotidiano”, conduzida por Jacqueline Moraes Teixeira e Lívia Reis (CUNHA, 2022; EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER, 2022a).

“feministas”, essas mulheres que também se identificam como “conservadoras” fazem questão de se diferenciar e distanciar de “ativistas”. Estas seriam “raivosas”, “desrespeitosas”, “odiarão” homens, a família e a igreja e “se rebaixariam” ao explorar seus corpos e sua sexualidade publicamente – e seriam, nesse sentido, *hipersexualizadas*, taxadas de “hereges” e “indecentes”.

Podemos pensar como dispositivo de controle de (corpos de) mulheres a conexão entre a *demonização* das “feministas” como mulheres *encarnadas* (mais que do “feminismo” como conjunto abstrato/mental/discursivo de ideias), de um lado, e, de outro, determinados tabus em relação à corporeidade e à sexualidade – tabus que têm uma longa história de expressão/tradução em uma retórica *cristã* de *pecado*.

A própria *demonização* da questão do aborto parece evocar fantasias de uma *liberdade* sexual *perigosa* por parte de mulheres – o que pode convergir com a hipótese de Federici (2017) de que a modernidade capitalista se organizaria em torno do corpo da mulher como instrumento de reprodução da força de trabalho. Tal *liberdade* seria tanto mais *perigosa*, talvez, por ser *selvagem* e, portanto, *indomável*, revelando fantasmas de *desordem* e perda de *controle* (tal como expressos, por exemplo, no receio de que o aborto seja “banalizado” como “método contraceptivo”). De fato, como assinala Sonia Corrêa,²¹⁷ o discurso *cristão*, especialmente *católico romano*, tem sido instrumental e muito bem-sucedido tanto na consolidação do imaginário da “crueldade” de que o feto é vítima indefesa quanto na apropriação da pauta da assim chamada “defesa da vida”. Assim, o *perigo* de uma sexualidade (de mulheres) livre se traduziria em imagens de *carnificina*, *assassinato* e *morte* de inocentes *imolados* em *holocausto/sacrifício*.²¹⁸ Inevitável lembrar, então, das reflexões de Anne McClintock (2010) acerca dos medos sexuais dos colonizadores, bem como da advertência de Gloria Anzaldúa de que “uma mulher que escreve tem poder. Uma mulher com poder é temida. Aos olhos do mundo, isso faz de nós feras perigosas” (ANZALDÚA, 2021b, p. 170).

²¹⁷ Comunicação pessoal.

²¹⁸ Não pode nos escapar a ironia, aqui, de que, nos textos bíblicos, é sempre a figura do pai/rei/deus que *imola* ou ameaça imolar o filho/criança *inocente* – desde a demanda divina do sacrifício de Isaac por Abraão (Gn 22) até o sacrifício do próprio Cristo na cruz, passando pela filha de Jefté (Jz 11), pelo arbítrio de Salomão no caso das mulheres que disputavam um bebê (1Rs 3, 16-28) e pela matança dos inocentes ordenada por Herodes (Mt 2, 16-18).

Lélia Gonzalez (2020) salienta a experiência acumulada por portugueses e espanhóis na racialização de *mouros* por conta das chamadas guerras de reconquista, e como tal experiência teria sido explorada no aprimoramento e consolidação de estratégias de racialização no âmbito do empreendimento colonial ibérico. Analogamente, também Federici (2017) chama atenção para a vasta experiência europeia na racialização de judeus – que, como sabemos, alcançaria seu ápice genocida no horror dos projetos nazifascistas da primeira metade do século XX. Talvez possamos pensar nessa mesma direção a longa experiência acumulada pela *crisandade* europeia na *demonização* de mulheres, como mostram, por exemplo, Elaine Pagels (1989) e Jean Delumeau (2009).

Em seu prefácio a Solano, Rocha e Costa (2022), Anielle Franco recorda que “quando éramos [ela e sua irmã Marielle] jovens, frequentando a igreja, o debate do feminismo não era nem ventilado, ainda que Mari desde pequena já liderasse movimentos na catequese” (*apud* SOLANO; ROCHA; COSTA, 2022, p. 12). E observa:

Nascemos e crescemos numa família matriarcal, negra, favelada, católica e nordestina, no meio de uma sociedade conservadora, patriarcal e racista [...] –, sonho e medo guiavam minha mãe, minhas tias e minha avó, mulheres fortes e arretadas, no desafio de nos criar. Elas nos ensinaram que o sonho era combustível para a vida e que nós mulheres podemos tudo, inclusive acreditar que podemos tudo. Eram feministas sem nunca terem sido apresentadas às teorias feministas. Eram ativistas por existirem e resistirem coletivamente às violências machistas e racistas cotidianas. (*Apud* SOLANO; ROCHA; COSTA, 2022, pp. 10-11.)

Seguindo sua pista, examinemos, para além da disputa em torno dos imaginários acerca de “feminismos”, “feministas” e “ativistas”, como as experiências das mulheres vão construindo *sentidos* que se *concretizam* em suas *vidas* e em *saberes de si*.

5.3 *Testemunhos de vida, para dar testemunho da vida*

Escrevam com suas línguas de fogo.

Gloria Anzaldúa

“Depois de ter percorrido um longo caminho de me desprender do fundamentalismo evangélico em que sempre estive presa, eu tinha essa última barreira quanto ao feminismo: aborto”, recorda Camila Mantovani (2021, p. 9). Até que ela se deparou com uma situação concreta: uma amiga, jovem, periférica, “criada na igreja, de família cristã”, com quem ela dividia a moradia, decidiu não seguir com uma gestação. E, um dia, Camila chegou em casa e a encontrou no processo de abortamento, passando mal, com muitas dores e desesperada:

ela começava a divagar sobre castigo, inferno e punição. Seu olhar foi tomado pelo pavor [...] Deus não a deixaria viva depois do que havia feito. [...] Quando me dei conta, estava deitada na cama, abraçando-a e cantando louvores. Foi um impulso, um movimento não calculado. [...] “Porque Ele vive, posso crer no amanhã. Porque Ele vive, temor não há. Pois eu bem sei, eu sei que a minha vida está nas mãos do meu Jesus que vivo está”.²¹⁹

Até aquele momento eu julgava um erro absurdo descriminalizar e legalizar o aborto. Mas é justo diante da fragilidade humana, diante do desespero e do sofrimento, que florescem dentro de nós os impulsos de compaixão capazes de romper os moralismos ociosos que sufocam a vida! (MANTOVANI, 2021, pp. 9-10.)

Já em 2018, no âmbito das disputas em torno da ADPF 442, Camila e outras *evangélicas*, organizadas em diferentes frentes de atuação feminista, começaram a examinar a argumentação articulada por homens evangélicos contra a ação – “que em suma era: o Brasil é um país religioso, logo, descriminalizar o aborto é contrariar a maioria da população, [...] e isso seria antidemocrático” (MANTOVANI, 2021, p. 11). Foi da indignação diante da “pretensão” daqueles homens de se posicionar em nome de **todas** as *religiões* e de **todos** os *evangélicos*, conta Camila, bem como da percepção de que era preciso organizar um movimento, que nasceu a FEPLA. Foi nesse contexto que sua mãe, pastora, a repreendeu, falando

sobre o tamanho da sua decepção em ver o quão longe eu andava do caminho que ela me ensinou a andar [...]. Eu queria que ela entendesse que eu andava justo por onde ela me ensinou a andar, carregando comigo todos os valores e princípios do evangelho que ela nos ensinou a encarar como norteadores de vida [...]. Perguntei a ela quantas mulheres atendidas no seu gabinete pastoral haviam passado por situações de abortamento [...]. Muitas! E eu segui perguntando para quantas delas ela havia chamado a polícia. [...] [Sua mãe respondeu:] “Como eu poderia fazer isso? A maioria delas chegava despedaçada emocionalmente, precisando de aconselhamento, de oração e abraço!” [...] Era só isso que nós pleiteávamos: acolhimento em vez de cadeia, oração e abraço em vez de processo criminal. Ela percebeu ali o que de fato era descriminalizar o

²¹⁹ Foi a mesma música cantada no culto da IBC no dia do segundo turno das eleições de 2018, conforme relatado no Capítulo 1 – um bom exemplo do acionamento das categorias “vida” e “morte” no campo.

aborto e notou que era isso o que ela, na prática, sempre havia defendido. (MANTOVANI, 2021, pp. 11-12.)

O relato de Camila é um caso exemplar do que foi constatado na referida pesquisa do ISER, “Mulheres evangélicas, política e cotidiano”: o fato de os posicionamentos das entrevistadas em geral serem baseados em suas *experiências* concretas e específicas, na vida *cotidiana* – inclusive no sentido de relativizar ou questionar prescrições das igrejas (EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER, 2022a). Esse dado vai ao encontro da sugestão de Heloísa Buarque de Hollanda (2020, p. 24) de que “a questão dos feminismos comunitários contemporâneos deve ser pautada com urgência. Refiro-me às populações rurais e às populações periféricas, que têm práticas bem diversas daquelas previstas no feminismo eurocêntrico”.

Como aponta Claudia de Lima Costa (2020), o recurso ao testemunho em primeira pessoa, seja no singular ou no plural, constitui uma prática de construção e circulação de saberes-de-si e imaginários comuns, além de ser uma importante ferramenta de desconstrução de discursos dominantes – inclusive feministas – na medida em que, como já vimos, configuram outros lugares de enunciação e promovem uma apropriação da possibilidade de representação.

Veena Das, por sua vez, rebate possíveis críticas ao acionamento de *testemunhos* como estratégia por estes serem, supostamente, depositários de uma conotação demasiado *cristã*:

Alguns antropólogos se perguntam se a noção de testemunho pode ser posta como lugar analítico a partir do qual escrever, porque argumentam que o forte substrato cristão desse conceito o torna uma categoria inadequada, quando não suspeita, para o trabalho antropológico. Considero essa posição excessivamente restritiva, como se outras culturas (p. ex., o Islã e o Hinduísmo) não tivessem noções de testemunho [...]. De qualquer maneira um conceito não se torna ilegítimo porque suas origens possam estar situadas num discurso adjacente, seja religião ou ciência, a menos que se possa mostrar a maneira específica em que ele afeta a descrição. (DAS, 2011, pp. 11-12.)

A pesquisa do ISER revela ainda a importância, para as entrevistadas, de um senso de comunidade e acolhimento na igreja, a ponto de esta ser equiparada a uma “família espiritual”:

De maneira geral, a noção de família apareceu articulada a três categorias básicas: união, cuidado e companheirismo. Essas categorias permitiram a essas mulheres estender a noção de família para parentes, crentes ou não, e amigos, isto é, pessoas muito presentes na vida cotidiana dessas

mulheres e, por isso, percebidas como parte da família. (EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER, 2022a.)

Nessa convergência entre *igreja* e *família*, o ambiente eclesial aparece ao mesmo tempo como extensão do espaço doméstico e consubstancial a ele – sendo vivido, portanto, como alertam recorrentemente feministas negras como Patricia Hill Collins (2019) e bell hooks (2019), como espaço de proteção, acolhimento, partilha, fortalecimento e consolidação de laços coletivos de solidariedade e do próprio senso de comunidade (diferentemente de *experiências*, sobretudo por parte de feministas brancas de classe média, por exemplo, do espaço privado do lar como lugar de enclausuramento e símbolo de opressão). Por outro lado, o trabalho realizado por ativistas e coletivos cristãos, numa perspectiva feminista, de denúncia e enfrentamento de *violências* e *abusos* sofridos por mulheres em ambientes eclesiais – e de que dão testemunho, por exemplo, diversas das cartas compiladas pela projeto zau em sua publicação (SELO ZAU, 2020) – nos lembra o comentário de Françoise Vergès (2020) sobre os “corpos cansados” das mulheres “que limpam o mundo”, sobretudo daquelas racializadas como não-brancas. Vergès fala sobre como o trabalho na esfera da domesticidade cria corpos de mulheres exauridos, explorados, esgotados, denunciando a esfera do trabalho doméstico, da limpeza, da arrumação, do cuidado, da organização – marcado por uma remuneração ínfima ou inexistente, dada a percepção de seu baixo valor e/ou gratuidade como “doação” e expressão de “amor” – como um lugar de *violências* contra as mulheres também pela via da *exaustão*, como uma forma de *aniquilamento*.

Também aqui, portanto, o testemunho cumpre o importante papel de revelar situações concretas e específicas e, por meio delas, construir e articular mutuamente imaginários e sentidos de si e da coletividade, inclusive em conexão com discursos de *identidade* (pessoal e, sobretudo, comunitária) como *diferença*. Como enfatiza Avtar Brah:

Paradoxalmente, a comunalidade que é evocada pode ser tornada significativa apenas em articulação com um discurso de diferença. As maneiras precisas como o discurso de comunalidade/diferença é invocado, e com quais efeitos para diferentes segmentos do grupo-alvo que procura mobilizar (ou até para os que constrói como fora do grupo) variam enormemente. (BRAH, 2006, p. 44.)

Assim, quando feministas lançam mão de slogans como “somos as netas das bruxas que não conseguiram queimar”, por exemplo – e que ousadia e perigo pode

haver em evocar *bruxas*, como sentiu na pele a pastora Eliad Santos²²⁰ –, vê-se aí o acionamento de uma narrativa mítica de origem que constrói certo senso de identidade coletiva a partir de uma marca da *violência*, da diferença e da exclusão que é, talvez de maneira paradoxal, (re)apropriada, valorizada e *celebrada*.

Como assinalam autoras como María Elvira Díaz (2020), historicamente os movimentos feministas têm mostrado mais facilidade para criar consensos em torno de pautas ligadas à vitimização e ao sofrimento que ao prazer e à construção de sentidos positivos de *vida*. Também Veena Das (2011) nos pede cautela para não depositarmos peso demais na *violência* e na *opressão* pelos fortes e em situações de dominação, subjugação e violação como determinantes das experiências coletivas e individuais – como se não houvesse *autocriação* possível. Aqui, a interdição do aborto e o incômodo gerado por *slogans* como “meu corpo, minhas regras” e afins parecem se articular em certa estigmatização de uma agenda positiva que tenha como eixo os *prazeres*.

5.4 Línguas de fogo: *tabu sexual vs. prazer como potência e saber sobre si*

I found god in myself and I loved her, I loved her fiercely.

Ntozake Shange

Em seu prefácio à edição brasileira do livro “Deus queer”, de Marcella Althaus-Reid (2019 [2003]), André Musskopf salienta a relevância teórica e política das categorias “indecência” e “teologia indecente”, lançadas pela autora em sua obra anterior (ALTHAUS-REID, 2005) e pelas quais é mais conhecida. Tal relevância se justifica, prossegue Musskopf, face à possibilidade (e mesmo à necessidade) de desenharmos termos e categorias capazes de dar conta de *traduzir* tanto o termo *queer* em si quanto as peculiaridades nativas da *vida* e dos *prazeres* nesta América Ladina. De fato, neste *mundo* em que *feministas* são *demonizadas* e constrói-se em torno delas um imaginário assombrado por fantasmas de *selvageria*, *perigo* e *morte*; em que a mera possibilidade de *liberdade* sexual e *prazer* em corpos de mulheres

²²⁰ Como vimos no Capítulo 4.

em imagens se transfigura em perversões *demoníacas*, seguindo os rastros com pés de bode dos manuais inquisitoriais – provavelmente é neste mundo que se faz **urgente**, mais que nunca, *celebrar a indecência*. Do contrário, nos expomos a severo risco, como alerta Nancy Cardoso Pereira:

Pensamos encontrar Deus onde o corpo termina: e o fizemos sofrer e o transformamos em besta de carga, em cumpridor de ordens, em máquina de trabalho, em inimigo a ser silenciado, e assim o perseguimos, ao ponto do elogio da morte como caminho para Deus, como se Deus preferisse o cheiro dos sepulcros às delícias do Paraíso. E ficamos cruéis, violentos, permitimos a exploração e a guerra. Pois se Deus se encontra para além do corpo, então tudo pode ser feito ao corpo. (PEREIRA, 2001.)

E porque o prazer pode e deve ser mais uma forma de saber sobre si e sobre a própria potência, escrevi para a publicação de CDD sobre “Teologias fora do armário”:

Angelica Tostes (2018) pergunta: “Pode o corpo falar? O corpo subalterno? O corpo que é sexualidade? O corpo que goza? Pode esse corpo ter o direito de fazer teologia? Ou teologia é essa coisa seca, sem lubrificação do afeto, do amor, do prazer?” Fazer teologia a partir de nossas próprias experiências e de nosso lugar no mundo – que a doutrina se empenha em desqualificar e deslegitimar justamente pela impossibilidade de negar a dimensão erótica de nossos corpos sexuados – possibilita resgatar a imagem do Deus do Evangelho, de que somos seguidores. Não podemos acreditar impunemente que Deus se fez carne e habitou entre nós. A irrupção de Deus na História vem sacralizar-nos na humanidade de nossos corpos – corpos erógenos e sacralizados em sua erogeneidade, em sua potência desejante, prazerosa e criativa como imagem da Criação. Corpos, como lembra Nancy Cardoso (2001) remetendo-se aos primeiros instantes da Criação, “que nada precisam esconder, tudo era bom, os olhos eram bons, imagem de Deus”. Reduzir esse corpo, “dádiva de Deus, destinado à eternidade” (PEREIRA, 2001), à sexualidade e esta, à reprodução mecânica da vida biológica; e condenar como abominação todo erotismo que não se enquadre nessa função utilitária do corpo é uma traição da mensagem cristã. (SERRA, 2019a, pp. 29-30.)

A peça “For Colored Girls Who Have Considered Suicide / When the Rainbow Is Enuf” (“Para meninas de cor que já consideraram o suicídio / Quando o arco-íris dá e basta”), de 1975, da feminista negra, dramaturga e poeta estadunidense Ntozake Shange, é encerrada pelo poema “A laying on of hands” (“Um cobrir de mãos”), declamado por uma personagem que chora a morte da sua filha, cercada por mulheres que choram com ela e a cobrem com suas mãos, num gesto de *cura*. Ao final, ela se ergue e exclama: “encontrei deus em mim mesma, e a amei ferozmente” (DATA WITCH CRIMSON, 2021). Linn da Quebrada, multiartista trans, expressa percepção semelhante:

Religião é se religar [...], é se reconectar. E deus... deus é uma palavra tão linda [...], composta de “eus”. Deus tem “eu” em si. E eu só posso acreditar em um deus que também acredite em mim. Por isso eu tive de reinventar esse conceito de deus... “de eus”. Eu acredito que o que seja sagrado está contido em mim e eu esteja contida, também, no sagrado. Deus é formado, e **trans**-formado, por todos os “eus” que eu já fui, e por todas aquelas que eu ainda vou ser. (QUEBRANDO O TABU, 2022.)

Talvez seja essa a profunda *revelação*, individual e coletiva, da *experiência* da *sacralidade do prazer*: a possibilidade de *encontrar* deus(a) *juntas*, em nós mesmas, e principalmente umas nas outras, e a nós mesmas em deus(a). Não um(a) deus(a) de *morte* e condenação, mas um(a) deus(a) de criação e multiplicação – criação e multiplicação materializadas em *vida*, individual e coletiva, **neste mundo**.

6 “A DIVERSIDADE COMO DOM DE DEUS”: DISSIDENTES DE GÊNERO E SEXUALIDADE CRISTÃOS E AUTONOMIZAÇÃO MORAL

6.1 O movimento brasileiro de “cristãos LGBTI+”: uma genealogia

Também sou Teu povo, Senhor / E estou nessa estrada.

Pe. Zezinho

No Brasil, o marco inicial de um movimento de “cristãos LGBTI+” pode ser identificado com o surgimento do primeiro grupo organizado de “católicos romanos LGBTI+”, em 2007 – como vimos, o Diversidade Católica, do Rio de Janeiro (DC-RJ).²²¹ Concebido inicialmente como um *site* para disponibilizar subsídios para a conciliação das dissidências de gênero e sexualidade com a vivência da fé cristã, a partir da publicação do material, em 2007, surgiu a demanda por encontros presenciais – que, desde então, em geral ocorrem mensalmente. As redes sociais tiveram importância crucial tanto na divulgação da existência e das ideias do coletivo quanto na comunicação com pessoas e grupos de todo o país em busca de apoio, acolhimento, orientação, inspiração e um veículo para troca de experiências (SERRA, 2019b; SBARDELOTTO, 2017). Como visto no Capítulo 1, esse meio de contato daria origem a diversos coletivos similares espalhados pelo país e possibilitaria a realização, em 2014, do I Encontro Nacional de Católicos LGBT, quando representantes de cinco grupos existentes no país fundaram a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT.

Após sua criação, em 2014, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT permaneceu basicamente inativa até que, em 2017, alguns participantes do I Encontro começaram a se mobilizar para a organização de uma nova reunião, a fim de tornar a Rede mais efetiva. Nesse processo, conduzido por uma pequena equipe com integrantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Brasília e Teresina, os recursos de comunicação disponíveis na época, como WhatsApp e Skype, foram cruciais. No II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, em 2018, se reuniram

²²¹ Outros grupos adotariam o mesmo nome, “Diversidade Católica”, diferenciando-se pela identificação da cidade.

representantes de quinze coletivos. Produziu-se então um novo manifesto – marcando, entre outros, os seguintes posicionamentos:

assumimos a tarefa desafiadora de atuar nessas “periferias existenciais” que a Igreja – inclusive no Brasil – ainda tem tido dificuldades e por vezes resistências para escutar e acompanhar pastoralmente. [...] somos Povo santo de Deus, membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana [...]. Considerando a pluralidade do próprio Deus, que se revela na Santíssima Trindade e se manifesta na beleza múltipla da Criação, lutamos pelo reconhecimento e pela celebração plena da diversidade de expressões, identidades, gêneros, sexualidades, raças, etnias, culturas e credos. (*Apud* SERRA, 2019b, p. 202)²²²

No primeiro semestre de 2023, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT congrega 21 coletivos leigos que se reúnem e promovem eventos presenciais e virtuais por todo o país, exceto região Norte. São dois grupos no Centro-Oeste (DF), dois no Sul (PR), sete no Nordeste e dez no Sudeste (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, s.d.). Além desses há um “núcleo de apoio” virtual, batizado de Santa Clara, que *congrega* num grupo de WhatsApp aquelas pessoas que ainda não se identificam com algum coletivo local específico. Esse núcleo promove encontros virtuais mensais de oração e partilha e estimula a criação de grupos locais.

Escrevendo em 2009, Júlio Simões e Regina Facchini (2009, p. 18) já assinalavam a importância da internet como “espaço para busca de parceiros, trocas, sociabilidade, discussões políticas e comunicação, com suas salas de bate-papo, suas listas de discussão e seus inúmeros e variados portais e páginas” voltados para as diferentes expressões de dissidências de gênero e sexualidade. Olhando para a importância dos diferentes recursos e *próteses tecnológicas virtuais* para a formação de contrapúblicos no campo “cristão progressista” mais amplo²²³ e nas *movimentações* de dissidentes de gênero e sexualidade *cristãos* em particular, constato o impacto da “internet” para a formação de coletivos e a constituição de um *movimento* propriamente dito.²²⁴

Gayle Rubin (2007), corroborada por Simões e Facchini (2009), comenta sobre a importância da migração de dissidentes de gênero e sexualidade de cidades menores para os grandes centros urbanos, onde têm a possibilidade de, por um

²²² O manifesto gerado no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ encontra-se reproduzido na íntegra no Anexo E, para fins de registro.

²²³ Como vimos no Capítulo 4.

²²⁴ Sobre *movimentações* (em contraste com *movimentos*), ver Simões e Facchini (2009, pp. 64-65).

lado, “desaparecer na multidão” e, por outro, encontrar ambientes de maior aceitação e construir comunidades com os *seus (suas)*. A “internet”, como espaço de encontro e formação desses contrapúblicos, parece ter efeito similar, proporcionando ambientes de sociabilidade, partilha e acolhimento. Em que pese a possibilidade igualmente presente de ocorrência de severas agressões, ameaças e *violências* em ambientes *virtuais* (que não excluem a possibilidade de serem extrapoladas para situações *reais*), é preciso reconhecer que esses meios de *contato online* oferecem oportunidades ampliadas de *acesso* a múltiplas formas de *encontro* entre dissidentes de gênero e sexualidade.²²⁵

Os recursos *virtuais* foram cruciais, por exemplo, para a organização e realização do III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+, em 20 e 21 de novembro de 2021. Foram feitas reuniões mensais e houve uma série de atividades preparatórias, tanto *online* quanto presenciais, oferecidas aos membros dos coletivos da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT desde o começo do ano. O encontro em si ocorreu de forma virtual, devido às limitações ainda impostas, então, pela pandemia de Covid-19; reuniu 140 inscritos, que participaram ativamente das discussões por sete horas no primeiro dia e seis no segundo. Ao final do processo, havia sido definido um conjunto de “metas estratégicas” para nortear a atuação da nova equipe de coordenação nacional, eleita na mesma ocasião para o biênio 2021-2023 (Figura 30).

²²⁵ No caso específico do movimento brasileiro de “católicos LGBTI+”, há ainda uma coincidência peculiar: uma das fundadoras do DC-RJ foi Heloísa Fischer, irmã de André Fisher, criador do portal Mix Brasil e importante ator na história das dissidências de gênero e sexualidade no país (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Ela se interessou pelo tema quando, já adulta, converteu-se ao catolicismo romano e foi interpelada pelos pais, que lhe perguntaram: “agora que você virou católica, não vai começar a discriminar seu irmão?” (comunicação pessoal).

Figura 30 – Equipe de coordenação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT no biênio 2021-2023, eleita no III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+, realizado de forma *online* nos dias 20 e 21 de novembro de 2021.



Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2021a.

É importante salientar que, no Norte Global, as primeiras iniciativas de criação de espaços seguros e afirmativos para dissidentes de gênero e sexualidade cristãos datam do final dos anos 1960, quando surgiram na esteira do fortalecimento político e da escalada dos ativismos pelos direitos gays, como eram chamados então.²²⁶

Um fator que provavelmente contribuiu para que os coletivos de dissidentes de gênero e sexualidade só tenham começado a se organizar como tal em América Ladina a partir da década de 2000 reside nas peculiaridades dos *movimentos LGBTI+* na região. No Norte Global, o “movimento de liberação gay” floresceu na década de 1970, a partir da chamada revolução sexual e as lutas por direitos civis da década de 1960. Em América Ladina, ao contrário, governos de *direita* – que em vários casos degeneraram em ditaduras violentas – prevaleceram na maior parte da região entre os anos 1970 e 1980, aos quais se seguiu a eclosão da epidemia de

²²⁶ Apresento panoramas da constituição e trajetória dos movimentos de dissidentes de gênero e sexualidade no Norte Global em Serra (2019b; 2022).

AIDS. Esses elementos, combinados às singularidades da conjuntura de cada país, levaram os movimentos de dissidentes de gênero e sexualidade a se organizarem em ritmos muito diferentes e com características muito distintas em cada caso (ENCARNACIÓN, 2016; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Por outro lado, nesse ínterim o referencial da teologia da libertação influenciou significativamente o desenvolvimento de uma teologia homossexual/gay/*queer* em contexto estadunidense (MUSSKOPF, 2008). Seria razoável supor que fornecesse também subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de teologias cristãs ladino-amefricanas que não abordassem as dissidências de gênero e sexualidade em termos de incompatibilidade e antagonismo com os *cristianismos*. No entanto, como aponta o teólogo luterano brasileiro André Musskopf, “a teologia da libertação não conseguiu (ou não quis) lidar com questões de gênero e sexualidade” (MUSSKOPF, 2008, p. 162). A seu ver, essa lacuna se deve a um “sexismo” e/ou “heterossexismo” por parte desses teólogos, por um lado, e, por outro, das próprias *esquerdas* ladino-amefricanas, com sua ênfase na análise de classe e o que Musskopf considera ser um “desprezo” por questões e agendas de gênero e sexualidade. De todo modo, ele assinala que somente a partir dos anos 1980 e 1990 surgiram sofisticadas teologias ladino-amefricanas sobre gênero e sexualidade (*dissidências* incluídas); entre estas, destaca-se a produção da teóloga argentina Marcella Althaus-Reid (2003; 2005).²²⁷

Além disso, no contexto político-religioso ladino-amefricano, não se pode ignorar o peso político de atores *cristãos* no debate público. Além do papel desempenhado historicamente pela ICR como substancial força política em toda a região desde os tempos coloniais, a partir de fins dos anos 1980 assistimos à crescente relevância dos *evangélicos* na esfera pública, como vimos nos capítulos anteriores. Se nunca é demais enfatizar que uma das principais características da *identidade* coletiva pública/política que esses atores *cristãos* vêm forjando para si é sua oposição aos feminismos e às dissidências de gênero e sexualidade, é igualmente necessário sublinhar a mutualidade do processo. Ou seja, como temos visto, também *identidades feministas* e *dissidentes* de gênero e sexualidade foram

²²⁷ Não foi o caso do campo católico romano, no entanto, onde ocorreu nesse mesmo período uma forte reação à teologia da libertação em contexto ladino-amefricano, capitaneada pelo polonês Karol Wojtila, o papa João Paulo II, e pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) por quase todo o pontificado de Wojtila e futuro papa Bento XVI.

se forjando em forte (e suposto) *antagonismo* e *incompatibilidade* com identidades *cristãs*.

6.1.1 Debates e tensões em torno da *institucionalidade* no catolicismo romano

Ainda no primeiro semestre de 2014, por conta de uma denúncia anônima, a arquidiocese de São Paulo chamou representantes do coletivo local de “católicos LGBTI+” para uma reunião com um bispo auxiliar. O bispo determinou que o grupo, até então chamado “Pastoral da Diversidade”, mudasse de nome, já que a designação “pastoral” refere-se a trabalhos vinculados oficialmente à estrutura hierárquica eclesial. O coletivo passou a chamar-se então “Grupo de Ação Pastoral da Diversidade” (GAPD-SP); em contrapartida, negociou com o bispo a elaboração de uma nota, a ser emitida pela Comissão Justiça e Paz da arquidiocese, convidando “as pessoas de boa vontade e, em particular, a todos os cristãos, a refletirem sobre essa realidade profundamente injusta das pessoas LGBT e a se empenharem ativamente na sua superação, guiados pelo supremo princípio da dignidade humana” (*apud* SERRA, 2019b, pp. 25-26).

Em contraste com a situação enfrentada, em 2014, pelo agora GAPD-SP, entre 2016 e 2017 surgiram, em Nova Iguaçu (RJ) e em Belo Horizonte, “Pastorais da Diversidade” propriamente ditas, com aprovação e apoio das respectivas (arqui)dioceses. A de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, foi anunciada pelo bispo, D. Luciano Bergamim, com direito a entrevista e foto no jornal (Figura 31), em fins de 2017 (RICARDO, 2017). Um episódio ocorrido logo na segunda reunião da pastoral oferece um certo retrato de D. Luciano.

Figura 31 – Publicação do jornal Extra sobre o lançamento da Pastoral da Diversidade de Nova Iguaçu, com foto de D. Luciano Bergamin. Impressão de tela da autora.



Fonte: RICARDO, 2017.

Estavam presentes uma jovem trans (esguia, cabelos longos tingidos de loiro, muito bem maquiada, cílios longos, com as sobrancelhas e unhas feitas, vestida com camiseta, calça jeans e tênis) e seus pais. A jovem havia se revelado trans para a família não fazia muito tempo, e o casal estava muito angustiado, sem compreender a situação. O pai se estendeu longamente contando a história da filha, referindo-se a ela o tempo todo pelo nome masculino. Quando ele acabou, uma das presentes, Cátia Cilene, liderança do movimento LGBTI+ na Baixada Fluminense, interveio, com experiência e delicadeza, e, antes de começar uma breve fala de acolhimento para os pais, perguntou à jovem como ela se chamava.

Cerca de meia hora depois, D. Luciano pediu licença e desculpou-se, porque precisava sair para outro compromisso. Disse que ficaríamos em excelentes mãos com o jesuíta Luís Corrêa Lima, padre que acompanha o DC-RJ desde o começo e é o encarregado de acompanhar o grupo da pastoral. Então, com um ar entre ingênuo e maroto, perguntou à jovem trans como era mesmo o seu nome. Ela respondeu e ele, sorrindo: “desculpe, não ouvi. Estou velho e sou meio surdo”. Repetimos todos em coro o nome da moça. Ele, sempre com um sorriso, levando a mão à orelha e alegando não escutar bem, nos fez repetir, cada vez mais alto – e acabamos gritando o nome dela algumas vezes, todos já rindo do que era

claramente uma simulação de D. Luciano para que a jovem tivesse seu nome pronunciado (em alto e bom som), *acolhido e reconhecido*.

Em Belo Horizonte, em contrapartida, surgiram “Pastorais da Diversidade” inseridas em duas paróquias distintas, uma iniciada em 2016 e outra, no ano seguinte. Em 2017, o jornal Estado de Minas chegou a publicar uma matéria descrevendo um deles como resultado “da nova postura do papa e da revisão da Igreja sobre configurações da família” (CIPRIANI, 2017). No final de 2018, no entanto, um vídeo em um pequeno canal do YouTube atacou D. Walmor de Azevedo, arcebispo local na época (que em 2019 seria eleito presidente da CNBB), por supostamente promover “ideologia de gênero” na arquidiocese. Acuado, D. Walmor gravou um áudio de WhatsApp que circulou amplamente, negando ter dado qualquer apoio ou mesmo saber da existência dos dois grupos. Ambos tiveram de assumir outros nomes para dar continuidade às suas atividades, agora sem o suporte institucional (SERRA, 2019b; CIPRIANI, 2017).

Em Curitiba, por sua vez, o Grupo Católico de Acompanhamento Pastoral com Pessoas LGBT, mesmo sem o nome “pastoral”, consta da lista de “pastorais sociais” da arquidiocese e se reúne oficialmente em uma paróquia franciscana. Uma das integrantes do grupo é Silvia Kreuz, mãe de uma jovem lésbica que fundou e coordena o MAMI, “Mães de Amor Incondicional” – grupo de acolhida e apoio a pais e familiares de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Silvia tem ministrado palestras e participado de atividades promovidas por diferentes instâncias da CNBB, além de ter publicado um livro contando sua história com a filha e o MAMI, significativamente intitulado “Um café na **fronteira**” (KREUZ, 2022).

O respeito com que Silvia é recebida por onde passa não apenas atesta sua competência, mas evoca a legitimidade e autoridade (chegando à *sacralidade*) conferidas à figura da *mãe*, especialmente em ambientes eclesiais católicos romanos. Nestes, a figura de Maria, mãe de Jesus, tem sido amplamente utilizada – sobretudo desde meados do século XIX e com fôlego renovado a partir do pontificado de João Paulo II – como modelo de feminilidade: mulher modesta, discreta, que a tudo se submete e suporta com paciência, mãe extremosa e ao mesmo tempo pura sexualmente. Nesse contexto, creio que é profundamente *subversiva* a figura dessa e de outras mães e pais que erguem suas vozes *ardorosamente* em favor de seus filhos e filhas dissidentes de gênero e sexualidade.

As comunidades de dissidentes de gênero e sexualidade católicas brasileiras geralmente tomam a iniciativa de informar por escrito tanto a (arqui)diocese local quanto a CNBB sempre que se reúnem, a cada dois anos, para encontros regionais ou nacionais. Sua intenção declarada é informar os bispos de suas reuniões com antecedência, não pedir permissão para se reunir. Há ocasiões em que a Rede envia notas e declarações à CNBB com comentários críticos acerca de questões relacionadas a dissidências de gênero e sexualidade na igreja.

Um exemplo se deu por ocasião da Campanha da Fraternidade²²⁸ de 2020, cuja proposta era tratar de relações de cuidado mútuo entre as pessoas, numa perspectiva de acolhimento inclusive do *diferente*. Um dos materiais elaborados pela CNBB para a campanha, voltado sobretudo para o público jovem, continha o (suposto) *testemunho* de uma moça contando como ela teria se afastado de deus e da igreja por ter se envolvido com “drogas e homossexualidade” – e como ter saído daquela “vida de devassidão” e retornado à igreja e a uma vida celibatária tinha feito dela uma pessoa mais feliz. Diante disso, a equipe de coordenação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT solicitamos aos membros de *nossos* coletivos que nos enviassem – e diretamente aos canais de contato da própria CNBB – breves *testemunhos* sobre como conciliavam suas *identidades* dissidentes de gênero e sexualidade e a pertença eclesial, a fim de compormos uma espécie de cartilha, que enviaríamos por e-mail à cúpula dos bispos católicos no Brasil.²²⁹

Uma vez que nenhum de nossos contatos recebeu resposta direta por parte da CNBB, entendemos que o episcopado brasileiro tem optado por não reconhecer a existência de um movimento organizado de dissidentes de gênero e sexualidade católicos romanos no país. De fato, em meio às tensões que atravessam esta América Latina, com o recrudescimento da *cruzada antigênero*, parece improvável que a alta hierarquia do clero católico romano brasileiro, em termos institucionais, se disponha a se engajar em algum tipo de atenção pastoral às dissidências de gênero e sexualidade – não, pelo menos, de maneira oficial e/ou demasiado visível.

A trajetória das duas “Pastorais da Diversidade” em Belo Horizonte, da criação ao *cancelamento*, foi um exemplo notável dessas tensões e paradoxos

²²⁸ As Campanhas da Fraternidade, coordenadas pela CNBB, são realizadas todos os anos no período quaresmal (entre a quarta-feira de cinzas e a páscoa), promovendo atividades de formação e reflexão acerca de problemas sociais específicos.

²²⁹ O e-mail enviado à CNBB encontra-se reproduzido na íntegra, para fins de registro, no Anexo F.

experimentados nos ambientes eclesiais católicos romanos. Um dos efeitos da *cruzada antigênero* é promover uma atmosfera de “caça às bruxas”, gerando desconfiança e receio de denúncias e perseguições – sentimentos e percepções que entram em tensão com certas tendências *antimoralistas* de acolhimento e abertura pastoral que ganharam força com a ascensão do argentino Jorge Bergoglio ao pontificado, como papa Francisco.²³⁰

Por outro lado, o já mencionado jesuíta Luís Corrêa Lima relata²³¹ o aumento da demanda, por parte de religiosas e religiosos católicos romanos ordenados, nos últimos anos, por cursos, palestras e atividades de formação acerca de questões relacionadas a gênero e sexualidade, em geral derivada do interesse em promover o acolhimento e acompanhamento pastoral de dissidentes de gênero e sexualidade. Eu mesma, entre outros companheiros e companheiras de movimento, tive ocasião de participar de reuniões de grupos de religiosos ordenados interessados nesses temas.

Atravessada pelas tensões entre as fortes tendências clericalistas entre católicos romanos, mesmo os dissidentes de gênero e sexualidade (e sobretudo por parte do número considerável de ex-seminaristas que frequentam os coletivos que compõem o movimento), de um lado, e, de outro, da busca de autonomização moral (como veremos adiante), as organizações de “católicos LGBTI+” brasileiras têm alcançado com frequência um *status* relativamente *institucionalizado* por meio do envolvimento em instâncias laicas da institucionalidade católica.

Assim, no Brasil (como, aliás, no restante da América Latina e demais continentes, conforme informações que circularam entre os grupos membros da GNRC), “católicos LGBTI+” participaram intensamente das atividades preparatórias

²³⁰ Curiosamente (ou quase anedoticamente, poderia dizer), houve uma ocasião em que um dos membros do DC-RJ se deparou com a sugestão, por parte de um padre de sua paróquia na pregação da homilia em uma missa, de que “todos os gays devam deixar a igreja”. Chocado, ele – que era coroinha e estava paramentado no altar ao lado do padre em questão – teve o ímpeto de levantar e sair. Porém, conforme ele conta, pensou: “esse padre um dia vai embora daqui, mas esta é **a minha igreja** desde criança, e vai continuar sendo” – e permaneceu. Posteriormente, porém, decidiu “escrever para o chefe do padre” – o papa – para relatar o caso. Meses depois, recebeu uma resposta do Vaticano, assinada por um assessor do papa Francisco, dizendo que este fora informado do caso, agradecia-lhe por sua carta, pedia-lhe sua bênção e sugeria que ele procurasse “alguém mais esclarecido que aquele padre” para conversar (comunicação pessoal; ver também SERRA, SILVA, ARAÚJO, 2020, p. 24).

²³¹ Comunicação pessoal.

para a Assembleia do Sínodo de Bispos²³² em 2024, de maneira individual ou organizados em grupos.²³³ O tema, “Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”, seria uma culminação do trabalho político que Bergoglio e seus aliados na igreja vêm realizando nesses dez anos de pontificado, no sentido de *democratizar* o funcionamento institucional – sendo, portanto, de imenso interesse para os dissidentes de gênero e sexualidade *católicos*.

De forma mais significativa, porém, especialmente no caso da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT tem sido interessante acompanhar os movimentos da organização no sentido de ingressar e participar do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB).²³⁴ Partiu do próprio CNLB, no final de 2021, o convite para filiação da Rede, depois que integrantes do mesmo participaram como observadores do III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+. A filiação foi consolidada em outubro de 2022 (REDE CATÓLICOS LGBT, 2022). Uma vez que o CNLB é parte da estrutura formal da igreja católica no Brasil, é um meio-termo interessante no sentido da busca de certa legitimação institucional por parte da Rede, que ao mesmo tempo a mantém relativamente resguardada do risco de arbitrariedades diretas por parte dos bispos, como se viu no caso das “Pastorais da Diversidade” em Belo Horizonte. Do mesmo modo, a Rede tem se integrado a atividades promovidas por outras instâncias institucionais católicas no país, tais como a Semana Social Brasileira, mobilizadas pela Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB (REDE CATÓLICOS LGBT, 2023b).

Em 15 de março de 2021, a notícia de que a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF)²³⁵ havia emitido uma declaração negando ao clero católico romano a possibilidade de abençoar uniões do mesmo sexo – sob a alegação de que a Igreja não poderia “abençoar o pecado” (LADARIA, 2021) – reverberou em todo o mundo.

²³² O Sínodo, instituição permanente, representaria o episcopado católico em sua totalidade; sua finalidade é aconselhar e auxiliar o papa. Como etapa de preparação para suas reuniões em torno de temas específicos, Bergoglio tem dado grande importância às consultas e diálogos sobre as questões em pauta em toda a comunidade católica romana, começando pelo estímulo à participação de leigos e leigas por meio de questionários.

²³³ Ver, por exemplo, Rede Católicos LGBT (2023a).

²³⁴ O CNLB, fundado em 1975, é um organismo de articulação, organização e representação dos católicos romanos leigos e leigas que promove atividades de formação e capacitação com viés francamente *progressista*.

²³⁵ Órgão da Santa Sé responsável por “promover e salvaguardar a doutrina sobre a fé e a moral católica em todo o mundo”, conforme o artigo 48 da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* (JOÃO PAULO II, 1988). Substituiu a Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício, antes Suprema e Sacra Congregação da Inquisição Universal.

Ainda em 15 de março, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT emitiu uma nota de protesto sobre o assunto (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2021b). Sua versão para o inglês foi então publicada nas redes sociais da Global Network of Rainbow Catholics (GNRC)²³⁶ e citada no dia seguinte pelo *The Tablet*, importante revista católica semanal londrina (ROBERTS; PONGRATZ-LIPPITT, 2021). O trecho citado era a tradução do seguinte:

Nós nos indignamos, mas não nos surpreendemos, porque vislumbramos neste documento aquela face da Igreja que o próprio Cristo criticou tão duramente nos doutores da Lei de seu tempo. Vemos aí aquela face da Igreja que se apropria do poder de interpretar a Palavra de Deus não para propagar a Vida e fazê-la jorrar em abundância, mas para fechar portas e recusar-se a ir ao encontro de seu Povo. Ao perder de vista a mensagem de serviço, amor e acolhimento incondicionais do Evangelho, a lei torna-se letra morta. Essa é a face de parte da Igreja, que cai, mais uma vez, no legalismo vazio tantas vezes denunciado por Cristo. (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2021b.)²³⁷

A convite de CDD, gravei um vídeo sobre a questão – no qual, a determinada altura, salientei:

O que vale a pena destacar, o que é, sim, a grande novidade desse documento, não é a resposta. A grande novidade desse documento é a pergunta. O fato de que a Congregação para a Doutrina da Fé tenha precisado responder essa pergunta: a Igreja pode abençoar uniões entre pessoas do mesmo sexo? Eles terem de responder essa pergunta fala muito sobre a mudança de mentalidade, a mudança de sensibilidade, no mundo e nos ambientes católicos, para a questão LGBTI+. E o quanto a doutrina católica sobre as pessoas LGBTI+, sobre sexualidade em geral, sobre matrimônio, está cada vez mais desconectada da vida das pessoas e faz cada vez menos sentido. Que a resposta tenha sido totalmente extemporânea, fora do tempo, e que esse descompasso e essa falta de sentido sejam muito evidentes para a maioria das pessoas católicas, não é novidade. Essa é a história da Igreja, desde Cristo: sempre mudando de baixo pra cima. As transformações vêm das bases, do chão da vida. É no chão, na vida concreta das pessoas, nas margens, nas catacumbas, que o Espírito sopra mais alto, sopra mais livre, e se faz ouvir com mais clareza. (AS CATÓLICAS, 2021.)

Em maio de 2021, após essa controvérsia acerca da CDF e sua interdição de bênçãos a uniões entre pessoas do mesmo sexo, as comunidades católicas de dissidentes de gênero e sexualidade latino-americanas se reuniram em uma

²³⁶ A GNRC é uma rede global de coletivos católicos de dissidentes de gênero e sexualidade de todos os continentes. Foi fundada em Roma em 2015, num encontro de que já haviam participado representantes do DC-RJ e do GAPD-SP, grupos-membros desde então. A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT tornou-se membro da GNRC em março de 2020, e no fim daquele ano ingressei em sua equipe de coordenação (*board*) como representante de diversidade, na condição de pessoa não-binária latino-americana. Foi por meio dessa minha conexão direta que a nota da Rede foi traduzida para o inglês no mesmo dia de sua publicação e divulgada nas redes sociais da GNRC.

²³⁷ A nota original em português encontra-se reproduzida na íntegra no Anexo G, para fins de registro.

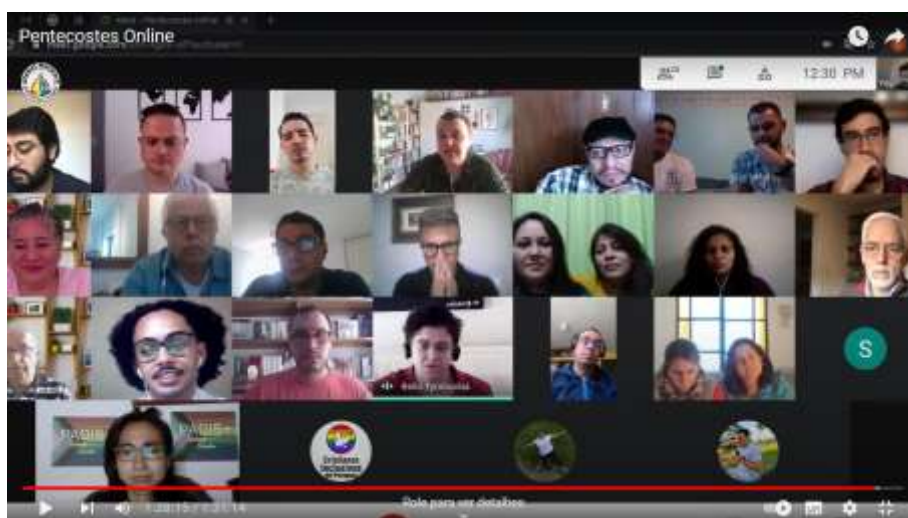
celebração de Pentecostes *online*, transmitida ao vivo no canal da GNRC no YouTube (Figura 32). Na ocasião, as e os participantes, com muita emoção, se abençoaram entre si e celebraram o fato de “serem igreja” uns para os outros e “com a Igreja” (Figura 33).

Figura 32 – Capa do vídeo com arte de divulgação da celebração de Pentecostes da GNRC ladino-amefricana, transmitido ao vivo em 23 maio de 2021. Arte: Mario António “Toño” Ortiz. Impressão de tela da autora.



Fonte: GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS, 2021.

Figura 33 – Vista parcial das e dos participantes da celebração de Pentecostes da GNRC ladino-amefricana. Àquela altura, a emoção já havia tomado conta. Impressão de tela da autora.



Fonte: GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS, 2021.

6.1.2 Movimentos de dissidentes de gênero e sexualidade nos protestantismos e entre “evangélicxs”

As primeiras *igrejas inclusivas* ladino-amefricanas surgiram nas décadas de 1980 e 1990 (MUSSKOPF, 2008; 2021), o que aponta não apenas para uma demanda de dissidentes de gênero e sexualidade *cristãos* por espaços seguros nos quais viver abertamente e compartilhar sua fé, mas também sua própria iniciativa para criar tais espaços. O fato de essas pessoas não estarem dispostas a abrir mão nem de sua fé *cristã* nem de suas experiências sexuais e de gênero dissidentes indica não apenas a consolidação e legitimação de suas *identidades dissidentes*, mas também as tensões e negociações envolvidas na tentativa de reconciliação destas com *identidades* e uma pertença eclesial *cristãs*. Sobretudo, fornece pistas significativas sobre os processos de emergência e estabilização/desestabilização de novos sujeitos eclesiais nos *cristianismos* ladino-amefricanos.²³⁸

No Brasil, o Movimento Episcopaz, pastoral anglicana de direitos humanos no Rio de Janeiro, teve uma atuação especialmente voltada para as dissidências de gênero e sexualidade no começo dos anos 2010. O Inclusão Luterana surgiu em 2014, com uma atuação menos pública. Em 2018, nasceu o Evangélicxs pela Diversidade, uma rede de dissidentes de gênero e sexualidade, aliadas e aliados, que entrou nas redes sociais em maio e vem realizando múltiplas atividades e iniciativas, como estamos vendo ao longo de todo este capítulo.

No Encontro do Evangélicxs na UERJ, em 2018,²³⁹ conheci os metodistas Alexandre Pupo, homem cis gay, e Natalia Blanco, mulher cis bissexual, que ali estavam como representantes da ONG Koinonia Presença Ecumênica e Serviço. Ambos faziam parte do Inclusão Metodista, articulação que em 2020 elaboraria “propostas pela inclusão, acolhimento integral e afirmação dos dons e ministérios das pessoas LGBTI+ na Igreja Metodista” (INCLUSÃO METODISTA, 2020) e as encaminharia ao 21º Concílio Geral da Igreja Metodista no Brasil, realizado em sessões online a partir de dezembro de 2021. As propostas seriam subscritas por

²³⁸ Muszkopf (2008; 2021) mapeia em detalhes as movimentações de dissidentes de gênero e sexualidade *cristãos* ladino-amefricanos a partir da década de 1990, sobretudo no Cone Sul. Seu trabalho historiográfico pioneiro faz dele uma referência fundamental neste *nosso campo*, tanto como pesquisador quanto como *pastor*.

²³⁹ Conforme descrito no Capítulo 1.

mais de trezentos membros, entre clérigas e clérigos, leigas e leigos, de mais de 75 igrejas metodistas brasileiras.

6.2 “Unidade na diversidade”: produção e difusão de *fazer*es e *saber*es(-de-si)

E se você tem uma luz, você a esconde num armário?

Renata Carvalho, em “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”

Buscamos vislumbrar como *sentidos, conhecimentos, práticas e pedagogias* vão sendo construídos, acumulados e postos em circulação – isto é, como se vão produzindo e disseminando *fazer*es e *saber*es(-de-si). Para tanto, será interessante observar aqui parcerias e intercâmbios não somente entre coletivos organizados de dissidentes de gênero e sexualidade *cristãos*, mas também seus *encontros* com outros atores individuais e coletivos, tanto do próprio campo das dissidências sexuais e de gênero quanto do campo de “*cristãos progressistas*” mais amplo.

Em junho de 2019, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, em parceria com a Paróquia da Santíssima Trindade, anglicana, organizou o “I Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+: Diálogos Ecumênicos para o Respeito à Diversidade”, que fez parte da programação oficial da semana da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.²⁴⁰ O congresso reuniu, por três dias, pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e cis-heterossexuais; clérigos e leigos de diferentes filiações religiosas, ou sem filiação religiosa; acadêmicos e ativistas (Figura 34). A programação do congresso dividiu-se entre mesas-redondas, oficinas, liturgias ecumênicas e momentos de socialização. Fui convidada a participar da mesa “Experiências de Resistência”, para falar sobre o movimento brasileiro de católicos LGBTI+. Ao final dos trabalhos, produziu-se um manifesto, a “Carta de São Paulo”,²⁴¹ e organizou-se

²⁴⁰ No site do congresso (1º CONGRESSO IGREJAS E COMUNIDADE LGBTI+, 2019a), foram publicados os vídeos das diferentes mesas-redondas e outros momentos da programação.

²⁴¹ A “Carta de São Paulo” encontra-se reproduzida na íntegra, para fins de registro, no Anexo H desta tese.

um bloco, batizado “Gente de Fé contra a LGBTfobia”, para participar da Parada do Orgulho (Figura 35).

Figura 34 – Participantes do I Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+: Diálogos Ecumênicos para o Respeito à Diversidade, realizado de 19 a 23 de junho de 2019 na Paróquia da Santíssima Trindade (anglicana), São Paulo. Foto: Julio Cesar Silva.



Fonte: MANZI; LIMA, 2019.

Figura 35 – Bloco inter-religioso Gente de Fé contra a LGBTfobia na 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em 23 de junho de 2019. Foto: Julio Cesar Silva.



Fonte: MANZI; LIMA, 2019.

A “Carta de São Paulo” começa por afirmar o direito das “pessoas LGBTQIA+” a “buscar a Deus, o sagrado, a espiritualidade, a fé, a verdade, o amor em qualquer espaço religioso, principalmente em suas tradições de origem”; e termina enfatizando:

a luta pela inclusão e reconhecimento das pessoas LGBTQIA+ contra o modelo religioso cis-heteronormativo, classista, racista e misógino não é uma necessidade e um tema que diz respeito somente às pessoas LGBTQIA+ e de populações vulneráveis. É uma luta que diz respeito a todas as pessoas de fé e é um elemento central da mensagem cristã e diversas outras religiões: a reconciliação das pessoas com Deus/sagrado, consigo mesmas, com seus corpos, com as outras pessoas e com a realidade. (1º CONGRESSO IGREJAS E COMUNIDADE LGBTI+, 2019b.)

Em maio de 2021, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT ofereceu um curso intitulado “Teologias plurais” (Figura 36), composto por sete aulas divididas em módulos sobre teologias feminista (ministrado por Nancy Cardoso),²⁴² *queer* (a cargo de Ana Ester)²⁴³ e negra (por Jackson Augusto),²⁴⁴ com os seguintes objetivos:

²⁴² Nancy Cardoso é teóloga feminista e referência fundamental no campo. Utiliza a metodologia popular da Bíblia para postular a importância crucial de *(re)erotizar os corpos* e a vida *encarnada*, e tem uma vasta experiência de trabalho com mulheres camponesas. Ler sua escrita e, principalmente, ouvi-la falar estão entre os grandes privilégios que já tive nesta vida.

²⁴³ Ana Ester tem realizado em suas redes sociais um trabalho de produção e circulação de reflexões desde os referenciais de uma teologia lésbica, feminista, *queer* e *indecente*, a partir sobretudo de

Primeiro, o de questionar a centralidade dos corpos brancos, cisgêneros, masculinos e heterossexuais, que vêm historicamente protagonizando a produção da teologia cristã hegemônica que conhecemos – uma teologia que é tomada como universal, mas que é absolutamente centrada nas experiências e visões de mundo desses sujeitos, quase sempre servindo à manutenção de uma ordem de mundo desigual, que privilegia esses sujeitos; segundo, o de apresentar perspectivas de produção de outras teologias cristãs (no plural), particularmente as teologias propostas e protagonizadas por mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+, que vêm há muito tempo criando rupturas e resistências frente a essa hegemonia, denunciando as injustiças promovidas pelas teologias fundamentalistas, e profetizando outras visões de Deus, de Bíblia, de Teologia e de Igreja. (MURO PEQUENO, 2021.)

Figura 36 – Capa do site com informações sobre o curso Teologia Plurais, oferecido pela Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT em maio de 2021. Arte: Murilo Araújo.



Fonte: MURO PEQUENO, 2021.

Em 2019, Bob Luiz Botelho e Flavio Conrado, então na coordenação nacional do Evangélicxs pela Diversidade, contribuíram com o capítulo de abertura da revista “A Palavra na Vida”, publicada pelo CEBl. Foi o primeiro número dedicado inteiramente à questão das dissidências de gênero e sexualidade (BOTELHO; CONRADO, 2019). Bob e Flavio constroem seu texto sobre o acolhimento desses

categorias da teóloga argentina Marcella Althaus-Reid, numa contribuição significativa e *apaixonada* para a construção de um corpo de *saberes sagrados* desde, sobre e para corpos dissidentes de gênero e sexualidade. Ver, por exemplo, Ester (2023).

²⁴⁴ Jackson Augusto, militante da teologia negra e membro da coordenação do Movimento Negro Evangélico, administra um perfil nas redes sociais chamado Afrocrente, em cujos canais divulga e reflete sobre temas diversos desde uma perspectiva afrocentrada.

dissidentes nas comunidades de fé cristã usando depoimentos extraídos de um livro em que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) denuncia tentativas de “cura” de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade baseadas em princípios religiosos (CFP, 2019). E incluem um breve glossário explicativo de termos ligados ao tema, como “LGBTI+”, “homofobia” e “ideologia de gênero”.

De abril a novembro de 2021, o Evangélicxs pela Diversidade, em parceria com a Plataforma Intersecções, ofereceu o curso FLEA.lab – Laboratório de Formação de Lideranças Evangélicas Afirmativas, em formato *online* (Figura 37). Seriam “90 horas/aula sobre diversidade sexual e de gênero e a sua relação com a fé evangélica de maneira afirmativa [...] 15 módulos ministrados por professores(as) ligadas às demandas concretas e próximas às realidades do Evangélicxs e das igrejas cristãs”. A proposta era que o curso fosse “um espaço único de formação e mentoria sobre diversidade sexual e de gênero no mundo evangélico que vai reunir jovens, ativistas e lideranças evangélicas progressistas de todo o país” (EVANGÉLICXS PELA DIVERSIDADE, 2021).

Figura 37 – Arte de divulgação do FLEA.lab, oferecido pelo Evangélicxs pela Diversidade em parceria com a Plataforma Intersecções, de abril a novembro de 2021.

FLEA.lab
Laboratório de Formação de Lideranças Evangélicas Afirmativas

Um espaço único de formação e mentoria sobre diversidade sexual e de gênero no mundo evangélico que vai reunir a juventude, ativistas e lideranças evangélicas progressistas de todo o país

CONHEÇA O CURSO

- 15 módulos de 6h cada
- 90 horas/aula em 8 meses
- Duas turmas:
 - Terças, quartas e quintas
 - Sábados
- Aulas online quinzenais
- Parcelado em até 10x no cartão
- Professores convidados

Saiba mais em www.intersecoes.com

PARCERIAS

EVANGÉLICXS PELA DIVERSIDADE

intersecções

Fonte: EVANGÉLICXS PELA DIVERSIDADE, 2021.

Em junho de 2021, mês em que se celebra o “Orgulho LGBTI+”, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, o Evangélicxs pela Diversidade e o CEBI realizaram seu primeiro ciclo de atividades conjuntas – “a campanha

#OrgulhoCelebraomFé, composta por uma série de atividades em conjunto para refletir o tema da diversidade sexual e de gênero desde uma perspectiva cristã e bíblica” (EVANGÉLICXS_, 2021b). Segundo o material de divulgação:

O objetivo central é mostrar que os textos bíblicos podem ser ferramentas potentes para construir espaços religiosos em que as pessoas LGBTI+ sejam acolhidas, respeitadas e possam, inclusive, exercer protagonismo.

Este debate vem ganhando força nos últimos anos com o florescimento de diversas iniciativas cristãs pelo Brasil que adotam uma postura afirmativa em suas comunidades de fé e rejeitam a tradicional carga condenatória à diversidade sexual e de gênero, geralmente associada ao cristianismo.

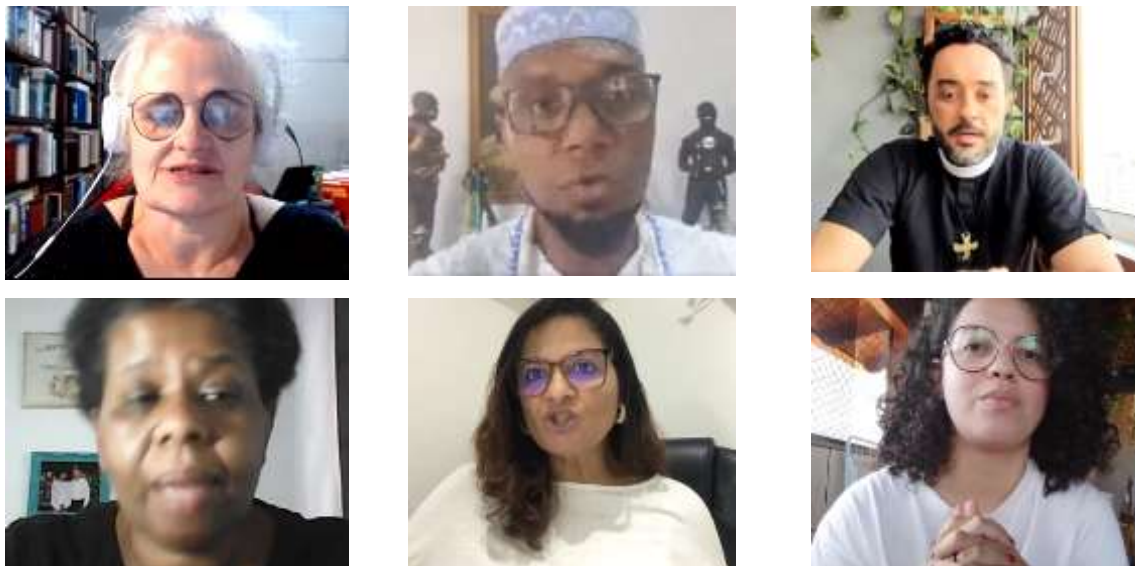
Composta por reflexões em texto e uma *live*, a campanha é a primeira parceria entre as três organizações. Os textos, que serão publicados nas redes sociais das organizações, refletirão as seguintes perguntas: “O que é a Bíblia para nós?”, “Que experiências nós temos com a Bíblia?” e “Como a Bíblia nos celebra?”. A campanha será encerrada com a *live* “As pessoas LGBTI+ e a Bíblia”, por meio de uma transmissão simultânea nas páginas das organizações, no dia 29 de junho. (EVANGÉLICXS_, 2021b.)²⁴⁵

Na Semana Santa de 2021, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT desenvolveu uma série de vídeos intitulada “Diálogos pela Unidade na Diversidade”, partindo do tema proposto pela Campanha da Fraternidade Ecumênica²⁴⁶ daquele ano, “Fraternidade e Diálogo: Compromisso de Amor”. Foram convidadas para cada um dos vídeos a pastora Romi Bencke, secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), que fez sua reflexão sobre a perspectiva geral do projeto, “unidade na diversidade”; o babalorixá Rodney William, que tratou de “liberdade religiosa”; o reverendo anglicano Arthur Cavalcante, que falou sobre “justiça e igualdade para pessoas LGBTI+”; a pastora metodista Eliad Santos, que trouxe uma reflexão sobre “igualdade racial”; a pastora batista Odja Barros, falando desde uma perspectiva teológica feminista sobre “igualdade de gênero”; e a militante evangélica pela descriminalização do aborto Camila Mantovani, sobre “defesa da vida” (Figura 38).

²⁴⁵ Adiante examinaremos parte do conteúdo teológico produzido no âmbito da campanha.

²⁴⁶ Desde 2000, a Campanha da Fraternidade é realizada, aproximadamente a cada cinco anos, em caráter ecumênico, envolvendo diversas denominações cristãs em sua realização.

Figura 38 – Pessoas convidadas para a série de vídeos intitulada “Diálogos pela Unidade na Diversidade”: Romi Bencke, Rodney Williams, Arthur Cavalcante, Eliad Santos, Odja Barros, Camila Mantovani. Montagem com impressões de tela da autora.



Fonte: Instagram da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, @redecatólicoslgbt.

Conectando seu tema com a *espiritualidade* do dia em que seu vídeo seria publicado, a Sexta-feira da Paixão, em que se faz memória da crucificação e morte de Cristo, Camila declarou:

Quando um membro adoece, todo o corpo está doente. Está na Bíblia. Se um membro não tem garantia de direitos e sua dignidade assegurada, todo o corpo está doente. Essa é a principal razão pela qual podemos dizer que temos uma igreja e uma sociedade adoecidas. Pensar nisso na Sexta da Paixão é pensar que, em 2021, o corpo de Cristo ainda está sendo crucificado. (REDE CATÓLICOS LGBT, 2021)

Vale assinalar aqui o que Jeferson Batista chama de “ecumenismo da diversidade”. Para ele, o diálogo ecumênico e inter-religioso relativamente intenso entre dissidentes de gênero e sexualidade cristãos, engajados ou não em coletivos e movimentos organizados, constitui uma estratégia de atuação pastoral e política:

De um modo geral, um dos objetivos em criar espaços ecumênicos entre religiosos LGBT é a possibilidade em praticar a fé cristã ao lado de pessoas consideradas iguais e que, mesmo não ligadas a mesma instituição, podem ser consideradas aliadas e ajudam a forjar elementos pastorais, políticos e teológicos que dão conta de sustentar a luta pela inclusão plena no cristianismo [...]. É através do diálogo ecumênico que os “católicos LGBT” organizados buscam caminhos para se aproximar de outros setores sociais, incluindo o movimento LGBT. Em outras palavras, é através da união de igrejas e coletivos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais que se busca espaços no movimento social. (BATISTA SILVA, 2019, p. 127.)

6.3 Teologias políticas de “celebração” da “diversidade”

A teologia não é o que ela quer ser, mas o que a gente faz dela.

James Cone

Em contraste com as chamadas “igrejas inclusivas”, que se constituem em denominações à parte, esses grupos e movimentos organizados **no interior** das denominações *cristãs* têm como tônica a **permanência** e a *reivindicação* de espaço e reconhecimento **dentro** de seus ambientes eclesiais de origem (SERRA, 2019b) – numa dinâmica muito similar aos processos de *cidadanização* descritos por Sergio Carrara (2015).²⁴⁷ Assim, constituem espaços de *resistência* e *existência* – *(re)existência*, nos termos de Conceição Evaristo (2021)? – na *diferença*, especialmente naquelas comunidades e instituições *religiosas* mais pautadas pelo rigorismo moral e “defesa de uma ordem sexual restritiva” (VAGGIONE, 2014, p. 221; tradução minha). No posfácio do já citado livro “Testemunhos da Diversidade”, vemos que esses coletivos leigos são necessários como espaços seguros para a comunidade católica romana – e, de resto, *cristã* – de dissidentes de gênero e sexualidade

porque prevalece ainda, na Igreja e no mundo, a noção de uma suposta incompatibilidade entre a diversidade sexual e de gênero e a pertença religiosa, especialmente a pertença ao cristianismo em geral, e ao catolicismo romano em particular. (*Apud* SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020, p. 50.)

A atitude de respeito e acolhimento face a cada realidade humana particular, arraigada em *experiências* humanas *vivas* e *encarnadas*, leva a uma concepção da própria “diversidade” como fruto da “Infinita Criatividade com que toda a Criação foi gestada e trazida à luz – Criatividade que faz da diversidade da vida um atributo divino” (*apud* SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020, p. 50). A “diversidade” deve, pois, ser celebrada como uma dádiva:

²⁴⁷ Carrara (2015, p. 337) se refere a “um amplo projeto de incorporação social e política de categorias sociais marginalizadas que se apoia sobre o triplo processo de individualização, racionalização e responsabilização”. Sendo assim, diz ele, “o conceito parece-me apropriado também para a análise do que vem acontecendo desde os anos 1960 em diferentes países ocidentais com a diversidade sexual e de gênero”.

Considerando a pluralidade do próprio Deus, que se revela na Santíssima Trindade e se manifesta na beleza múltipla da Criação, lutamos pelo reconhecimento e pela celebração plena da diversidade de expressões, identidades, gêneros, sexualidades, raças, etnias, culturas e credos. (*Apud* EQUIPE DIVERSIDADE CATÓLICA, 2018).

Aqui é interessante considerar a opção pelo termo “diversidade”, inclusive na expressão “diversidade sexual e de gênero”, em contraste com termos como “dissidência”, por exemplo, muito menos utilizado por atores no campo – sendo em geral adotado por aqueles e aquelas que tendem a uma abordagem mais *provocativa* (de resto, perfeitamente legítima), como Ana Ester e André Musskopf (e, cada vez mais, eu). Por um lado, o termo “diversidade” e afins pode ser uma alternativa estratégica, relativamente *domesticada*, contornando certo *tabu* em torno da afirmação de *sexualidades e/ou identidades e expressões* de gênero que se afastem mais radicalmente da norma e possam, por isso, ser encaradas como *excessivas* – demasiado *selvagens, agressivas, ofensivas* ou *escandalosas* (como vimos no capítulo anterior). Por outro lado, talvez “diversidade” se conecte mais facilmente a uma *rede de sentidos* mais ampla, no sentido da valorização de uma *pluralidade de mundos e múltiplas possibilidades de existência*.

De todo modo, trabalhando em uma perspectiva de *autonomização moral* (SERRA, 2019b), esses coletivos *cristãos* procedem a uma releitura crítica, situada histórica e culturalmente, das Escrituras e outros documentos eclesiais, em especial das passagens bíblicas usadas com mais frequência para justificar a condenação das dissidências de gênero e sexualidade.²⁴⁸

Um ponto interessante pode ser encontrado na parceria entre Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, Evangélicxs pela Diversidade e CEBl, que girou em torno da Bíblia e sua *(re)leitura* por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade *cristãs*. Ali, lê-se como essa *(re)leitura* pode converter-se em “dádiva”, numa estratégia de *inversão/subversão* de posições em que aquelas e aqueles *violentados*, aquelas e aqueles *exilados* nas *fronteiras e/ou para além delas* (“bodes expiatórios”, nos termos de Mary Douglas [2014]), se tornam fonte de algo *precioso e necessário*:

A Bíblia pode ser muitas coisas. Deveria ser sempre Palavra Sagrada e Bendita; mas tantas vezes é violentamente mal usada, e mal dita. Especialmente nós – dissidentes das normas sexuais e de gênero em vigor neste mundo, neste tempo e nesta Igreja – temos como vocação singular a

²⁴⁸ Para uma revisão da exegese dessas passagens, um bom ponto de partida é Helminiak (1998).

escuta do texto bíblico não como letra morta, nunca como lei sem amor, mas sempre como alegre diálogo e feliz encontro com a Boa Nova encarnada por Cristo. O anúncio do amor incondicional e irrestrito de Deus precisa iluminar os caminhos que percorremos em nossas vidas e em nossas relações, como pessoas e como comunidades.

É sempre à luz da Boa Nova que todas e todos nós, que caminhamos nos passos de Jesus, precisamos redescobrir a Bíblia e reaprender a lê-la, de novo, a cada vez; e então ofertar, como dádiva para nossa Igreja, essa chave de uma leitura bíblica que seja reconversão permanente à sua mensagem de Amor, para que a Bíblia seja sempre para nós, povo de Deus, caminho de comunhão e libertação. (EVANGÉLICXS_, 2021a.)

Evoca-se, então, uma *tradição cristã* de denúncia *profética* e combate à injustiça, criticando e opondo-se frontalmente a *tradições* “legalistas” e “moralistas”, como vimos no Capítulo 4. De modo geral, de fato, esses grupos trabalham, por um lado, para ultrapassar uma concepção de *igreja* que deposita a prerrogativa da *verdade* última sobre a divindade e o sentido da existência humana nas autoridades eclesiais; por outro, para encontrar posições de maior *autonomia*, pessoal e coletiva. Caminham, portanto, para superar uma atitude apologética e, em vez de procurar se justificar ou aguardar permissão para entrar ou permanecer na igreja, não só afirmam sua presença (como fato consumado), como *reivindicam* seu *direito* de estar aí – como vimos, numa lógica de *cidadanização*. Mais que isso: para além de uma **demanda**, há uma afirmação de **valor**, em termos não só da importância, mas mesmo da **necessidade** de sua presença.

Ao tomar a palavra para falar por si, os coletivos de dissidentes de gênero e sexualidade *cristãos* brasileiros travam diálogos simultâneos com discursos *doutrinários*, discursos *identitários* de *ativismos* e discursos de *especialistas* em ciências humanas e sociais. Apropriar-se deles e de suas próprias vozes lhes permite superar a concepção eclesiológica que confere à hierarquia e à institucionalidade das igrejas autoridade sobre a *Verdade Última sobre Deus* (sim, tudo em maiúsculas) e sobre a *experiência* humana.

Um exemplo: no final de 2013, o GAPD-SP, que então ainda se chamava “Pastoral da Diversidade”, elaborou uma carta em resposta ao “documento preparatório” da Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos em 2014, enviado às paróquias por determinação do Vaticano. Antes de responder as perguntas propriamente ditas do documento, a carta tece algumas considerações, entre as quais se lê:

[...] os leigos vão se dando conta cada vez mais facilmente de que não há nenhuma desordem objetiva intrínseca ao fato de alguém ser LGBT. Mas o clero, mesmo sabendo que muitos pertencem à nossa tribo, não consegue tratar deste assunto honestamente [...]. Os esforços pastorais hoje existentes, a partir dos quais escrevemos esta carta, sobrevivem na clandestinidade, sem acolhimento sincero, aberto e fraterno, em espaços eclesiais não reconhecidos como tais. Pedimos, então, não como mera questão acadêmica, mas como urgente exercício de responsabilidade pastoral, que os Senhores busquem a maneira de entrar pública e honestamente no processo de elucidar conosco aquilo que realmente é neste campo. Sem medo da verdade, pois sem ela, nenhuma Pastoral Católica é possível. (GRUPO DE AÇÃO PASTORAL DA DIVERSIDADE, 2013.)

Tendo reconhecido criticamente as limitações da autoridade do clero e da dimensão institucional da igreja, os coletivos de dissidentes de gênero e sexualidade *cristãos* brasileiros lutam por maior *autonomia moral* e afirmam tanto seu *autoconhecimento* quanto sua própria *autoridade* para falar por si mesmos. “Porque temos Jesus em nossas vidas, como nosso amigo íntimo e pessoal, aprendemos com Ele a nos ver com seus olhos, e assim aprendemos sempre de novo o significado de nos amarmos como Ele nos ama” (SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020, pp. 50–51). Ao fazê-lo, *subvertem a autoridade* dos supostos detentores da *Verdade Sagrada* – o que, por sua vez, lhes permite interpelar a *legitimidade* de uma igreja capaz de marginalizar, excluir e perpetrar *violência* (MUSSKOPF, 2012; SERRA, 2019b).²⁴⁹ É o que faz o manifesto divulgado no I Encontro Nacional de Católicos LGBT, em 2014, que cita Bergoglio para recomendar:

A Igreja deve ser sempre a casa aberta do Pai, onde há lugar para todos os que enfrentam fadigas em suas vidas, e não uma alfândega dos sacramentos. O confessionário não deve ser uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos. A Eucaristia não é prêmio dos perfeitos, mas remédio generoso e alimento aos que necessitam.²⁵⁰

²⁴⁹ Sobre *violências* contra dissidentes de gênero e sexualidade em ambientes eclesiais, escrevi em artigo com Vanessa Leite: “no tocante à diversidade sexual e de gênero, é imperioso reconhecer e denunciar a violência vigente na sociedade em geral e como esta se reflete e se traduz nas diferentes instituições e ambientes religiosos. É preciso igualmente reconhecer o modo como preceitos religiosos – ou uma moral de fundo religioso, mesmo que não se acionem argumentos explicitamente religiosos – são usados não só para condenar a diversidade sexual e de gênero como para justificar e promover formas de violência física e psicológica contra pessoas fora da norma cis-heterossexual. Tais violências incluem prescrições doutrinárias de privação afetivo-sexual e a interdição de expressões de gênero dissidentes das normas e estereótipos vigentes. Compreendem também, sobretudo em contextos cristãos, rituais de ‘exorcismo’, orações de ‘cura e libertação’ e ‘terapias de reversão’ mais ou menos institucionalizadas, chegando ao extremo de agressões, tortura e morte” (SERRA; LEITE, 2021, p. 165).

²⁵⁰ Ver Anexo C.

Ao se apropriar desse tipo de *autoridade*, bem como da responsabilidade de dizer a verdade sobre si mesmos, as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade *cristãs* tornam-se *sujeitos* visíveis e vocais dentro da igreja, tanto no plano individual quanto no coletivo (SERRA, 2019b; SBARDELOTTO, 2017)

Isso resulta em duas *saídas de armário* concomitantes. Por um lado, ao *saírem do armário* e se *visibilizarem* na igreja, essas pessoas dissidentes demonstram que, na *vida* concreta e cotidiana, simplesmente **não existe** uma igreja binária cis-heterossexual homogênea. Emerge uma visão da própria igreja como um terreno muito mais *diverso* e *acidentado*, contraditório e incoerente em suas quebras, brechas, fissuras e falhas, no sentido de que nela coexiste uma ampla gama de *experiências* humanas *encarnadas* peculiares, para muito além da coerência e da coesão pretendidas pela lógica prescritiva das normatividades. Por outro lado, uma vez que *cristãos saem do armário* como dissidentes de gênero e sexualidade, também *tiram do armário* a própria *comunidade LGBTI+* no que diz respeito à diversidade de *filiações religiosas* e *experiências de fé* e do *sagrado* de seus membros.

Ao afirmar *nossa* autonomia para dizer *quem somos* e decidir se e como conciliar, estabilizar e desestabilizar, ampliar e estreitar, costurar e esgarçar *nossas* múltiplas *identidades* e *diferenças* – como, enfim, *habitá-las* – as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade *cristãs* ampliamos os limites do que significa ser *cristão* e do que significa ser *pessoas LGBTI+*. Expomos, pois, a permeabilidade e porosa sobreposição das fronteiras do próprio *mundo* que supõe que essas tantas *identidades* sejam incompatíveis – e o *mundo* é, assim, expandido. Também os “sujeitos eclesiais” que Moisés Sbardelotto (2017) vê se autocriando, portanto, atravessam e são atravessados por processos de centramento e descentramento (ALVAREZ, 2014; FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020).

6.4 Um tecido eclesial atravessado por disputas teológicas

Ensinaram-me a rezar, e eu tenho fé, porque ainda sou pequeno. [...] passarei muitas noites rezando para que, ao despertar, a vida seja outra, para que o dia seguinte seja diferente. No começo eu rezo para mudar, para ser como eles querem. Mas, na medida em que me interno nessa fé cada vez maior, começo a rezar para despertar no outro dia convertida na mulher que quero ser. Na mulher que sinto dentro de mim com tanta franqueza que as horas se passam rezando por ela.

Camila Sosa Villada, em “O Parque das Irmãs Magníficas”

É importante não perder de vista que as disputas teológicas, eclesiológicas e mesmo cristológicas promovidas pelas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade organizadas em coletivos atravessam e tensionam o *tecido eclesial* como um todo, traduzindo-se em conflitos e negociações que vão além da mera organização de *comunidades* que constituam, em alguma medida, *corpos estranhos* no seio das igrejas; a rigor, tais disputas ultrapassam as próprias reivindicações de espaço e liberdade por parte desses coletivos em si.

As prolongadas controvérsias em torno da ordenação de clérigos homossexuais, da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da aceitação de pessoas não-cis-heterossexuais como membros plenos em diversas denominações são indicadoras das disputas em torno dos limites da “inclusividade” de cada igreja e comunidade cristã. Assim, no Brasil foram necessários 21 anos de debates para que a igreja anglicana local fosse a terceira no mundo a autorizar a realização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, em 2018 (LUIZ, 2018). Em 2016, a Igreja Batista do Pinheiro (IBP), de Maceió, foi sumariamente excluída da *conservadora* Convenção Batista Brasileira (CBB), num processo que se deu no tempo recorde de poucos meses, por ter decidido aceitar pessoas assumidamente não-heterossexuais como membros plenos de sua comunidade (BARROS; NASCIMENTO, 2019). Hoje a IBP integra outra associação de igrejas batistas, a Aliança de Batistas do Brasil, de caráter francamente *progressista*.

Encontra-se continuamente em curso um diálogo multilateral e multidimensional, no sentido de que não se trata apenas de pessoas *cristãs* refletindo sobre gênero, sexualidade, normas e dissidências como algo que lhes seja *estranho* e *alheio*. Afinal, pessoas *cristãs* são também lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, *queer*, intersexo – e acrescenta-se aqui quaisquer outras *identidades* que venham a se constituir e se consolidar socialmente. Pessoas *cristãs* são também pais e mães, irmãos e irmãs, filhas, primas, sobrinhas, amigas, vizinhas, conhecidas de dissidentes de gênero e sexualidade – ou, no mínimo, vivem em um *mundo*, e em *igrejas*, em que tais dissidentes (cada vez mais) *existem*. Suas reflexões e os *sentidos* que vão construindo sobre *identidades, diferenças, sexualidades, orientações sexuais, experiências* e *expressões* de gênero, suas e de outrem, ocorrerão sempre, como em tudo inevitavelmente, também desde suas próprias vivências religiosas e concepções *cristãs*. Do mesmo modo, suas reflexões e os *sentidos* que vão construindo sobre suas vivências religiosas e concepções *cristãs* se darão também desde suas próprias *identidades, diferenças, sexualidades, orientações sexuais, experiências* e *expressões* de gênero. São reflexões e *sentidos*, em seu conjunto, muito mais ricos, matizados e multifacetados do que a ênfase de alguns nas (pretensas) *univocidade, unidirecionalidade* e *ortodoxia* das doutrinas *cristãs*, dos discursos eclesiais oficiais e da autoridade magisterial podem *nos* levar a crer.

Como vemos, para além dos discursos hegemônicos sobre *sexualidade* e *gênero* nos cristianismos, há uma multiplicidade de concepções contra-hegemônicas que atravessam desde as práticas pastorais e *encontros* mais cotidianos até as elaborações teológicas mais sofisticadas. Multiplicidade que se soma ao conjunto de *discursos* e *práticas* para compor uma vasta rede de linhas de força que se cruzam e se tensionam, em permanente negociação, busca de legitimação, estabilização e desestabilização, conforme os processos descritos por Sonia Alvarez (2014) com relação aos “campos discursivos de ação”.

Nesse sentido, buscando ultrapassar as categorias êmicas de “inclusão” e “igrejas inclusivas”, Ana Ester introduz uma tipologia segundo o grau de “inclusividade” e “afirmação” não só de igrejas inteiras, mas de movimentos e comunidades intraeclesiais (FREIRE, 2020), a partir da categoria “igreja afirmativa das diferenças”. Segundo a autora,

Igreja afirmativa das diferenças é uma expressão discursiva e estratégica, autodeterminada e polissêmica. Discursivamente estratégica porque o termo inclusão já não é mais capaz de compreender as novas configurações das relações entre a religião e a sexualidade. Autodeterminada porque é uma denominação atribuída pelas próprias igrejas para se apresentarem como espaço não somente de inclusão, como também de afirmação das identidades. Ou seja, as pessoas não são incluídas em uma comunidade que pressupõe uma homogeneidade a partir das diferenças, mas sim celebra a diversidade como sendo dom de Deus.²⁵¹ (FREIRE, 2019, pp. 215-216)

Vemos, assim, como vão sendo forjadas e negociadas *identidades* e *diferenças* e produzidas *legitimidades* e *ilegitimidades* nos ambientes eclesiais, numa dinâmica tanto de construção e disputa de *narrativas* e *tradições* quanto de *apropriação* e *ocupação* de espaços por e para dissidentes de gênero e sexualidade e suas *dissidências*, em processos constantes e simultâneos de *centramento* e *descentramento* de *sujeitos político-eclesiais* no campo (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020; SBARDELOTTO, 2017). Uma dinâmica que se dá, como vemos, a despeito das *violências* e do senso comum consolidado em torno da suposta *incompatibilidade* entre cristianismos e a dissidências de gênero e sexualidade.

6.5 Transcendência e imanência numa teologia do estrangeiro, ou dos corpos estranhos

But what have I got? / Let me tell ya what I've got / That nobody's gonna take away [...] Got life, I got my life

Nina Simone, em "Ain't got no/I got life"

Citando Frantz Fanon, Ronilso Pacheco nos lembra que o projeto moderno colonial promove “uma negação sistematizada do outro” (2019, p. 27) – negação que recusa a esse *outro* todo e qualquer atributo de *humanidade*. Desde o que Sueli Carneiro (2023) chama de “paradigma do Outro”, esse ente convertido em não-humano tem seu “martírio” justificado em termos *religiosos*, diz ela, como forma de *expição* pelo seu “pecado”: sua (suposta) não-humanidade (CARNEIRO, 2023, p. 10).

²⁵¹ Sobre a noção de “celebração da diversidade”, ver também Serra (2019a).

Partindo de um deus daquelas e daqueles “**sem poder**” (PACHECO, 2019, p. 26; grifo meu), Pacheco nos fala de uma teologia capaz de subverter essa lógica de dominação por *destituição*, por *esvaziamento*, por *aniquilação*. Uma teologia que não elabore teorias abstratas sobre *a experiência*, mas, ao contrário, que *dê testemunho das experiências*. Uma teologia que permaneça na especificidade *material* deste *mundo*, portanto; uma teologia que, em lugar de criar sentidos *transcendentes* que se pretendam *absolutos* e *universais*, aponte para a dimensão *imane*nte da *existência*. Só assim, teremos uma teologia que tenha *olhos para ver* as *experiências* de *(re)existências* (EVARISTO, 2021); *experiências* de vidas que se erguem, que se *afirmam* e *reivindicam* estar aí; que perseveram na caminhada no *deserto*, em meio à lógica da *morte* e do *extermínio*. Tal teologia, afirma Pacheco,

Nasce inclusiva, plural e dialogal porque, desde a experiência que lhe dá sentido, o estrangeiro está inserido, e ele não deve ser hostilizado ou vulnerabilizado (ver Êxodo 22:20-23 e Levítico 19:33-34). O *estrangeiro* é mais que o sujeito que pertence a outra etnia ou nacionalidade, é categoria de análise para dar conta do que significa acolher os diferentes. A diferença não é rechaçada, suprimida ou engolida, ela é inserida como parte de um todo diverso. O *estrangeiro* não é um sujeito e um nome. É um corpo, uma história, um *outro*, uma escolha, uma identidade, um pertencimento cultural, religioso, sexual, social. (PACHECO, 2019, pp. 26-27.)

E, de fato, o *estrangeiro* está *entre nós*, nos *corpos estranhos* que *nos* habitam e habitam este *mundo*, e pelas *frestas*, pelas *brechas*, pelas *quebras*, pelas *fendas*, pelas *catacumbas*, pelas *fronteiras*, pelos *desencontros*, pelos *desconcertos*, pelas *incoerências*, pelas *feridas*, respiram – e o *mundo* respira com eles, por eles e através deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei a Deus e não o encontrei. Procurei o meu próximo, e nos encontramos os três.

Gabriela Mistral

Entre caminhos e descaminhos, alguns achados da pesquisa

Esta tese é sobre caminhos. Sobre caminhos que percorrem paisagens inóspitas. Caminhos no deserto. Lá, onde não se supõe que haja vida. E, no entanto, há. Caminhos percorridos por aquelas e aqueles que não deveriam existir. E, no entanto, existem. Caminhos nas bordas do mundo. Caminhos que atravessam fronteiras, caminhos que forjam encruzilhadas impossíveis, caminhos que forjam encontros, um emaranhado de vida em abundância. Porque, mais do que sobreviventes, *nós*, com *nossos* corpos estranhos, marcados pra *desexistir*, *nós* não desistimos. *Nós* seguimos, no impossível. E celebramos *nossas* vidas, justamente porque são impossíveis, e são também abundantes. E celebramos *nossos* encontros. Porque *nós* amamos uma festa. E quem vive quando não deveria viver sabe: a vida há que ser festejada. Em abundância. Esta tese é uma celebração. Das *nossas* vidas. Dos *nossos* encontros.

Comecei trazendo o contexto eleitoral de 2022 para examinar um contexto em que certas estéticas, certas retóricas, certas gramáticas cristãs cada vez mais violentas são usadas como armas políticas em defesa de uma certa ordem de coisas, de uma certa conformação do mundo, muito articulada em torno de um determinado ordenamento de gênero e sexualidade, de raça, de classe – uma lógica de privilégio masculino, branco, cis-heterossexual que vem mostrando de maneira cada vez mais explícita seu caráter *supremacista* (SERRA, 2023). Vai se consolidando nesse cenário uma série de lugares comuns a respeito do que é e do que não é cristianismo, como é, e de quem pode, ou não, ser ou se dizer *cristão*. Procuro entender esses lugares comuns, como funcionam, a que interesses servem,

que efeitos geram, fazendo o que *nós* fazemos: trabalhando para *desmontá-los por dentro*.

Para analisar e questionar percepções tão consolidadas, recorro a vozes negras, ladino-amefricanas, lésbicas, islâmicas, asiáticas, africanas, procurando dialogar com elas e colocá-las em diálogo entre si. Lanço mão de perspectivas feministas, decoloniais ou críticas da colonialidade, interseccionais, porque só nelas encontrei chaves para romper com as categorias e percepções modernas sobre gênero, família, raça, religião e secularismo que marcam nosso modo de ver o mundo. Apenas com as feministas decoloniais, com as negras, as marrons, as *sapatonas*; com as *mestiças*, as contra-hegemônicas, as marginais – dissidentes de algum modo e de todo tipo – encontrei chaves para ler *nosso* campo. Um campo atravessado por essas categorias coloniais modernas que constroem este mundo em que vivemos e, ao mesmo tempo, por toda sorte de fendas e brechas. Por essas rachaduras caminha uma gente *esquisita*, *corpos estranhos* que transitam por zonas cinzentas, desertos empoeirados e pântanos úmidos; corpos que escorregam por arco-íris e lançam raízes no lodo, corpos que se atrevem para além das fronteiras do mundo conhecido, que descem aos infernos e voltam com olhos capazes de enxergar na escuridão, com pernas capazes de caminhar pela lama, com pés plantados em diferentes mundos, corpos que dançam em volta do fogo entre os raios e trovões e a ventania das tempestades. Vidas que tecem outros mundos com sua carne, seu sangue, suas lágrimas, seu suor, seus risos, suas feridas, seus prazeres e seus amores.

Nesse percurso, no primeiro capítulo desta tese comecei a discutir essas chaves de leitura, procurando conectá-las também com meu caminho pessoal, com o modo como fui lançando as bases e sendo trazida para essa pesquisa, procurando compreender também onde *me encontro* e desde onde olho para esse campo – que é *meu* campo em muitos sentidos, não só no sentido de que é a *minha* pesquisa, mas é também a *minha terra* e a *minha gente*. No segundo capítulo, examinei a trajetória de Jair Bolsonaro até a presidência do país, por entendê-la como um ponto por onde passa e para onde converge um conjunto de forças e atores num contexto específico. Trabalhei com foco especial na ascensão e centralidade política de atores que têm se engajado no debate público e no jogo político em sentido estrito, em conexão com o Estado, e que não apenas se chamam de “evangélicos” como derivam seu capital político da pretensão de falar em nome de uma massa

supostamente homogênea de “evangélicos” e/ou “cristãos”. No terceiro capítulo, dei continuidade a essa análise estendendo meu olhar para a cruzada antigênero, antidireitos e antipluralista mais ampla. Busquei evidenciar, nesse contexto, a articulação de *religião* e *família* como dispositivos de controle e asseguramento de uma certa ordem social – de novo, uma ordem articulada em torno dos eixos do privilégio masculino, branco e cis-heterossexual.

No quarto capítulo, cheguei ao campo identificado como “cristão progressista”, entendido como campo discursivo de ação (ALVAREZ, 2014) em que sujeitos políticos são continuamente produzidos, reproduzidos e desproduzidos, estabilizados e desestabilizados, produzindo e pondo em circulação práticas, conhecimentos, estratégias, pedagogias, linguagens, estéticas. Aqui, comecei a examinar o modo como forças e atores ditos *religiosos*, ao se apropriar de estratégias, linguagens e elementos que em princípio lhe são estranhos, se integram a esse emaranhado e também se deixam interpelar em sua própria linguagem e em sua própria estética, em seus próprios termos. Meu interesse principal foi – examinando certas estratégias de ação e reação que vêm sendo adotadas por esses atores e forças ditos “progressistas” – começar a mostrar o imbricamento, a interpenetração, a constituição mútua dessas forças, desses sujeitos, de seus saberes e seus fazeres.

No quinto capítulo, abordei as feministas cristãs. Incluem-se aí não só coletivos organizados, mas também o trabalho capilarizado de pastoras e teólogas atuando no chão das comunidades a partir dos referenciais da teologia feminista e da metodologia de leitura popular da Bíblia. Trata-se de pedagogias, da produção e circulação de conhecimentos, da disseminação de uma linguagem teológica e uma estética feministas nas igrejas. Nesse campo, há um trabalho importante realizado desde o Sudeste por intelectuais orgânicas, por organizações e movimentos diversos e iniciativas em diferentes formatos, como *podcasts*. Porém, é imperioso reconhecer a caminhada das ativistas e teólogas que há décadas trabalham com leitura popular da Bíblia em comunidades, em meios populares, em meios periféricos, entre populações marginalizadas. Em especial, há que assinalar a experiência das mulheres, pastoras, teólogas feministas nordestinas, que desenvolvem um trabalho primordial e pioneiro bem anterior às movimentações nos centros e territórios privilegiados mais ao sul do país.

No sexto e último capítulo, tratei dos coletivos de dissidentes de gênero e sexualidade cristãos. Não tive a pretensão de traçar uma história desse movimento no Brasil, mas sim uma genealogia, de modo a examinar as dinâmicas e as disputas em pauta. Nesse contexto, considero as peculiaridades da constituição dos próprios movimentos de dissidentes de gênero e sexualidade em América Latina, e nos processos de produção e legitimação dessas identidades dissidentes na região. Outros pontos de destaque são as tensões, disputas e estratégias desses coletivos em torno da sua institucionalização dentro das igrejas, sobretudo no catolicismo, onde a questão institucional é bastante acentuada; por outro lado, também há as tensões, disputas e estratégias desses coletivos em diálogo com o movimento e ativistas LGBTI+.

Contudo, o que me parece essencial nesse capítulo é o debate sobre as estratégias desses coletivos, principalmente (1) as articulações entre diferentes grupos, que Jeferson Batista (2019) chama de “ecumenismo da diversidade” – um ecumenismo, poderíamos dizer, *estratégico*; (2) as estratégias pedagógicas de produção, sistematização e circulação de saberes por dissidentes de gênero e sexualidade cristãos sobre si mesmos, tanto pra consumo *interno* quanto *externo*; e (3) no contexto dessa produção, sistematização e circulação de saberes e *verdades sobre si*, a produção e difusão de uma teologia de *celebração* da diversidade, mais baseada numa lógica local, encarnada, situacional, pessoal, concreta, imanente, do que numa lógica abstrata, teórica, generalista e transcendente.

Nessa lógica mais imanente que transcendente, o recurso a testemunhos de experiências *encarnadas*, individuais e coletivas emerge como ferramenta crucial, não só por parte de dissidentes de gênero e sexualidade, mas também feministas e “cristãos progressistas” em geral, o que remete a toda uma discussão sobre a questão da produção de *identidades* e *diferenças*, articuladas em torno da ênfase nas *experiências*.

A meu ver, alguns dos principais achados dessa tese seriam, primeiro, as disputas em torno do que seja uma *tradição*, ou *tradições*, cristãs. Em contraste com uma *tradição* totalitarista e excludente, tratada no singular e com T maiúsculo, proliferam no campo “cristão progressista” em geral – e nos coletivos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade não é diferente – referências a *outras tradições cristãs*. São *tradições* proféticas de denúncia de violências e injustiças e anúncio da boa nova de outros horizontes utópicos, outros mundos

possíveis; *tradições* subversivas das autoridades constituídas; *tradições* de luta por justiça social; *tradições* leigas e anticlericalistas. Essas *tradições*, mesmo que não sejam chamadas por esse nome – e aqui meu uso de “tradição” como categoria analítica emerge em paralelo ao seu uso no campo como categoria nativa²⁵² – constituem *narrativas míticas*. Tais narrativas se apresentam como *mitos de origem* fundamentais para contar histórias e criar sentidos sobre quem *somos*, onde *estamos*, como *chegamos* aqui, como *viemos* a ser quem *somos*, o que faz de *nós* comunidade – e que tipo de comunidade, que igreja *somos* juntos e juntas, uns para os outros, umas para as outras. São *tradições* que promovem *outros* projetos de comunidade de fé, de igreja, de sociedade, de mundo.

Segundo, e ligadas a essa questão das tradições, há as disputas em torno de diferentes teologias políticas. Não existe **uma** teologia cristã, **um** cristianismo apenas. Existem, no plural, teologias, cristianismos e projetos de igreja, de sociedade e de mundo sempre disputados, em constante construção e desconstrução. Nesse contexto, as imagens e o corpo de deus são fundamentais como *encarnações* de projetos essencialmente *políticos*.

O terceiro achado a destacar seria certa *virada estratégica* desses movimentos cristãos de feministas e dissidentes de gênero e sexualidade: a passagem de pessoas que precisam ser *salvas* e de uma atitude apologética – de quem pede licença para entrar ou permanecer na igreja e para existir no mundo – para uma assunção de autonomia moral e autoridade pessoal e coletiva para enunciar verdades sobre si, sobre sua *experiência de deus*, sobre deus, sobre o mundo e sobre a igreja. Trata-se da virada estratégica de uma posição marginal e subalterna para um lugar de celebração de quem *nós somos*, como portadores de *dádivas necessárias* para a *salvação* da igreja e do mundo – confirmando e ampliando achados de minha pesquisa anterior (SERRA, 2019b).

Arrisco-me aqui a fazer algumas apostas em temas que parecem tender a se tornar cada vez mais relevantes. Em primeiro lugar, algo que ficou claro no processo eleitoral de 2022: as disputas em torno da identidade, ou de identidades, *cristãs*. Quem pode se dizer *cristão*? Nesse sentido, pode haver aprendizados importantes de estratégias e pedagogias com as feministas e as pessoas dissidentes de gênero

²⁵² Agradeço ao comentário de Horacio Sívori (comunicação pessoal), que chamou minha atenção para essa distinção.

e sexualidade cristãs – essas de quem *sempre* se disse que “não são” *cristãs*, que “não podem” ser *cristãs*, que nem ao menos *existem*.

Em segundo lugar, a partir principalmente das lutas antirracistas nas igrejas (com destaque para a atuação dos jovens feminismos negros), uma virada que talvez já *estejamos* dando, tanto como ativistas quanto como pesquisadoras e pesquisadores, é na direção da visibilização, denúncia e enfrentamento do privilégio masculino, cis-heterossexual e branco nas igrejas. Trata-se de ir além de uma estratégia até certo ponto *defensiva* de combate ao racismo como um problema de pessoas negras e indígenas; de combate ao sexismo como um problema das mulheres; de combate à LGBTIfobia como um problema de dissidentes de gênero e sexualidade. Ou seja, trata-se de ultrapassar o foco nesses *outros* do sujeito (supostamente) universal do projeto colonial moderno – o homem cis-heterossexual branco – rumo ao entendimento de que, quando se fala em racismo, o problema fundamental, e invisível, é o privilégio branco. Quando se fala em sexismo, machismo, violência de gênero, o problema fundamental, e invisível, é o privilégio masculino. Quando se fala em LGBTIfobia, os problemas fundamentais, e invisíveis, são a cis-heterossexualidade compulsória e o binarismo de gênero. Torna-se imperioso, portanto, começar a *estranhar, enquadrar e produzir* esse homem cis-heterossexual branco e seus privilégios estruturais, que constroem *este mundo* tal como o conhecemos, como o cerne do problema. Um problema que é de **todas e todos nós**.

Deus em disputa num mundo encarnado

O primeiro vídeo da pré-campanha de Lula à presidência em 2022 a que assisti, intitulado “Dois Lados”, mostrava uma série de pares de imagens em agudo contraste entre si, remetendo a dualidades: *morte* vs. *vida*, *ódio* vs. *amor*, *escassez* vs. *fartura*. Na primeira versão do vídeo que me caiu em mãos, uma versão instrumental da música “Oração de São Francisco” se ouvia ao fundo – “onde houver ódio, que eu leve o amor / onde houver ofensa, que eu leve o perdão / onde houver

discórdia, que eu leve a união” e assim por diante, num evidente aceno ao eleitorado *cristão* (PODER360, 2022b).²⁵³

Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgada em fevereiro de 2023 revelou um número recorde de mulheres que sofreram algum tipo de violência ou agressão no ano anterior: quase 51 mil por dia, sendo as mulheres negras as maiores vítimas (MENON, 2023). Em 31 de janeiro, haviam circulado os resultados do levantamento realizado todos os anos pelo Grupo Gay da Bahia com base em notícias publicadas na imprensa: o Brasil continua sendo o país com o maior número de dissidentes de gênero e sexualidade assassinados no mundo (CAVALCANTE, 2023; CARVALHO, 2023). Não por acaso, neste mesmo país é proposto um novo projeto de lei antitrans por dia (AVELAR, 2023).

Já uma pesquisa do IPEC realizada em março revelava que 44% da população temia uma suposta “ameaça comunista” relacionada ao governo Lula (IORY; GOMES, 2023). Pesquisa do Datafolha divulgada em julho apontou percentual ainda maior, 52%, de entrevistados que compartilhavam total ou parcialmente do receio de que o Brasil estivesse próximo do “comunismo” (MANDELLI, 2023). Nesse contexto, Esther Solano entende que o chamado “bolsonarismo” está para além da figura de Jair Bolsonaro e seu clã; pelo contrário, o êxito desse movimento se deve à sua capacidade de articular e capitalizar politicamente um conjunto de valores mais profundos e estruturantes “da sociedade brasileira”:

O bolsonarismo é representativo. Durante muito tempo, o campo da esquerda entendeu o bolsonarismo como a síntese da negação: antissistema, antipolítica, antiesquerda, antipetista. Claro que é tudo isso, e a negação já é profundamente representativa. Mas ele também representa uma forma de entender o mundo. Sem entender o valor da ordem, do fundamentalismo religioso, da rejeição à pauta identitária, o valor de toda uma lógica do patriarcado branco masculino de classe, sem entender tudo isso, a gente não vai entender essa raiz profunda do bolsonarismo. E outro ponto importante: o elemento do ódio. Se a gente não entender como o Brasil também se constrói no ódio como elemento fundante da política, a gente não vai entender o potencial do bolsonarismo. (*Apud* MACHADO, 2023.)

Enquanto isso, a chamada “bancada evangélica” reuniu-se em abril com o presidente da Câmara, determinada a fazer frente a uma série de medidas do Executivo para promover a igualdade de gênero e raça, sob a alegação de serem

²⁵³ A música foi substituída depois, ao que consta por questões ligadas a direitos autorais (PODER360, 2022a).

indícios de “ideologia de gênero” (BRAGON, 2023). Isso, embora em fevereiro esse grupo de parlamentares ainda se mostrasse dividido entre a oposição e o apoio ao novo governo: o número de integrantes da FPE que se aproximaram do governo eleito, somados ao contingente que ficou neutro na disputa eleitoral, correspondia então a metade da frente (MARZULLO, 2023). As tensões continuariam evidentes em julho, quando parte de seus membros expressou desconforto diante de acenos do novo presidente da FPE, Silas Câmara (Republicanos/AM), ao governo Lula (BALLOUSSIER, 2023). Enquanto isso, diante da decisão do TSE que tornou Jair Bolsonaro inelegível até 2030, multiplicavam-se as especulações em torno da possível candidatura de Michelle Bolsonaro ou de Damares Alves à presidência em 2026 (PODER360, 2023; TEIXEIRA; BRANT, 2023).

Entre junho e julho de 2023, o pastor André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha (IBL), então com 5,7 milhões de seguidores no Instagram, realizou uma série de pregações, transmitidas em vídeo nas redes sociais de sua igreja, em que atacou as dissidências de gênero e sexualidade. Destacaram-se aí um culto intitulado “Deus odeia o orgulho”, em referência à celebração do Mês do Orgulho LGBTI+ (BARBOSA, 2023), e outro em que Valadão sugeriu que seus seguidores teriam a missão de matar pessoas LGBTI+:

Essa porta foi aberta quando tratamos como normal aquilo que a Bíblia já condena. Agora é hora de retomar o controle e dizer: “não, pode parar, resetar”. Aí Deus diz: “não posso mais [...], se eu pudesse, eu mataria tudo e começaria tudo de novo. Mas já prometi para mim mesmo que não posso, então agora está com vocês”. Vocês não entenderam o que eu disse: agora está com vocês. Vou repetir: está com vocês. (*Apud* HAILER, 2023).

Denunciado em diferentes instâncias por crime de homotransfobia, ele gravaria um novo vídeo alegando não ter sugerido assassinato nem “segregação”, mas sim “resetar, levar de volta à essência, ao princípio” (*apud* GUIMARÃES, 2023).

Em suas redes sociais, a jornalista Luciana Petersen, uma das responsáveis pelo *podcast* Projeto Redomas e coordenadora de comunicação do ISER, lembrou que a família Valadão, à frente da IBL, havia apoiado Marina Silva na campanha presidencial de 2010 e, posteriormente, Dilma Rousseff, antes de aderir à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018. Destacou ainda que a igreja de André Valadão possui também uma “estância” onde se promovem as chamadas “terapias de reversão” da homossexualidade, envolvendo rituais de exorcismo e tratamentos com “psicólogos cristãos” (HAILER, 2023; CORREIA, 2020b). A mesma IBL, por

outro lado, abrigava um grupo denominado “Movimento Cores”, voltado para dissidentes de gênero e sexualidade. Poucos dias após a pregação em que Valadão indicou aos fiéis que “agora está com vocês”, veio a público que o grupo estava em processo de se desvincular da igreja (PORTAL DO TRONO, 2023).

Deus continua em disputa. E, por seu intermédio, as *vidas* das pessoas seguem em disputa. **Neste mundo.**

Penso nos sodomitas. A história bíblica da destruição de Sodoma e Gomorra (Gn 19) fala dos anjos que visitam Ló e da intenção dos habitantes da cidade de estuprá-los. Ló, ele mesmo também estrangeiro naquela terra, tenta negociar, oferecendo suas duas filhas virgens em lugar dos visitantes. Os homens de Sodoma recusam a oferta. Os anjos puxam Ló para dentro de casa e cegam os sodomitas, que já não conseguem encontrar a porta para violentá-los. Na sequência, a cidade é destruída, junto com a vizinha Gomorra. Orientados pelos anjos, apenas Ló e sua família escapam com vida.

Essa narrativa é usada com frequência como evidência da condenação, por deus, das relações entre pessoas do mesmo sexo (nenhuma palavra sobre a oferta das filhas virgens em holocausto). No entanto, mesmo em outras referências bíblicas ao episódio este é lido pela chave de um pecado muito mais grave para os antigos hebreus: o orgulho e a arrogância expressos na violação das leis da *hospitalidade*.²⁵⁴ O *estrangeiro* que pede *abrigo*, como indica Ronilso Pacheco (2019), é *sagrado*.

A partir das categorias *mestiças* que examinamos aqui, pode-se talvez sugerir um descentramento desse *encontro*. Que o território, visto por olhos *estrangeiros*, seja terra tão *estranha* quanto os *corpos estranhos* que a ela chegam. Contemplemos a possibilidade de que o território seja menos terreno delimitado, fixado e mapeado, e mais uma *encruzilhada*. Um *ponto de encontro* entre *estranhos* – *estranhos* que se encontrem em *encontros* que abram para novos laços, para entrelaçamentos que permitam criar novos *nós*, para a criação de coletividades tensionadas entre dinâmicas de centramento e descentramento, entre contradições

²⁵⁴ Sobre a exegese das passagens bíblicas tradicionalmente usadas para condenar a “homossexualidade”, o trabalho pioneiro de Daniel Helminiak (1998) segue sendo uma referência central. Marciano Vidal (2008) conduz uma discussão importante sobre a moral sexual do Antigo e Novo Testamentos, bem como de diferentes correntes teológicas ao longo da história dos cristianismos, com ênfase no catolicismo romano.

e enodamentos. E que assim se fundem novos mundos. Nas palavras de Marielle Macé:

Pois “nós” não designa uma adição de sujeitos (“eu” mais “eu” mais “eu”...), mas um sujeito coletivo, dilatado ao redor de mim, que fala: eu e não eu, em parte indefinido, eu e tudo aquilo a que posso ou quero me ligar. [...] “Nós” é o resultado de um “eu” que se abriu (que se abriu para aquilo que ele não é), que se dilatou, se colocou fora, **se ampliou**.

“Nós” não significa os meus, todos aqueles que são parecidos comigo, mas todos aqueles que poderão ser o “eu” desse “nós”, endossá-lo, retomá-lo por conta própria, experimentar sua força. Com “nós” não se trata de dizer quem eu sou, de me declarar; não se trata nem ao menos de dizer como quem eu sou; trata-se, sim, daquilo que poderemos fazer se nos enodarmos. “Nós” não poderia abrir para a questão da identidade (você faz parte?), mas para a tarefa infinita que consiste em fazer e desfazer coletivos (sim, desfazer também), plurais suficientemente aglutinados para que possam se enunciar. (MACÉ, 2023, pp. 25-26; grifo da autora.)

Fica o desafio de tecer enodamentos capazes de abertura. Enodamentos peregrinos, capazes de movimento. *Nós* que não sejam *cegos*. *Nós* capazes de converter exílios em diásporas.²⁵⁵

E assim, em meio às tensões, contradições e disputas do Brasil desta terceira década de século XXI, esta tese procurou caminhos, entre encontros e desencontros, para uma *hospitalidade* capaz de acolher e celebrar os *corpos estranhos* no meio de *nós*. E, ousou sugerir:

Bem-aventuradas nós,
as incoerentes.
Bem-aventuradas nós,
as indecentes, nós
as canhestras, cambaias,
mancas, mulambas, aleijadas,

bem-aventuradas

as feridas

as aventureiras, as atrevidas
as que viajamos entre mundos,

²⁵⁵ Agradeço a Ana Ester Freire por essa sugestão (comunicação pessoal).

exploramos horizontes e espaços,
pontes sempre inacabadas
e inacabáveis, costas
sempre por alcançar, passos,
atravessamentos,

travessias

i n t e r m i n á v e i s .

Bem-aventurados nós.

Bem-aventuradas nós, porque
sim

vivamos.

REFERÊNCIAS

- 1º CONGRESSO IGREJAS E COMUNIDADE LGBTI+. 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+: Diálogos Ecumênicos para o Respeito à Diversidade, 2019a. Página inicial. Disponível em: <<https://igrejasecomunidade.wixsite.com/igrejaselgbti>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- _____. *Carta de São Paulo*. São Paulo, 22 jun. 2019b. Disponível em: <<https://igrejasecomunidade.wixsite.com/igrejaselgbti/pos-congresso>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ABU-LUGHOD, Lila. Do Muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. *American Anthropologist* 104(3), 2002. Pp. 783-790.
- AD VITÓRIA EM CRISTO. *Oração profética em prol do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro*. S.l.: AD Vitória em Cristo, 30 out. 2018. 1 vídeo (14:31 mins). Disponível em: <<https://youtu.be/Oi9RF5e-nrY>>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ADNET, Marcelo. [Sem legenda.] S.l., 7 nov. 2020. Twitter: @MarceloAdnet. Disponível em: <<https://twitter.com/MarceloAdnet/status/1325144629256232967>>. Acesso em: 08 nov. 2020.
- AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. Câmara aprova Estatuto da Família formada a partir da união de homem e mulher. Brasília, 08 out. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- AGÊNCIA NOVOS DIÁLOGOS. Campanha #FéNaDiversidade pede perdão pela LGBTfobia das igrejas evangélicas. *Novos Diálogos*, 23 de junho de 2020. Disponível em: <<https://novosdialogos.com/noticias/campanha-fenadiversidade-pede-perdao-pela-lgbtfobia-das-igrejas-evangelicas/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- AGUIÃO, Sílvia. *“Fazer-se no Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- _____. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *cadernos pagu* (46), janeiro-abril de 2016. Pp. 279-310.
- AILER, Marcelo. Senado enterra PLC 122; movimento LGBT diz que não há recuo. *Revista Fórum*, São Paulo, 18 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/12/18/bancada-fundamentalista-enterra-plc-122-movimento-lgbt-diz-que-nao-ha-recuo/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ALENCAR, Gustavo. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 2019, pp. 173-196.

ALESSI, Gil. A bênção de Edir Macedo para Jair Bolsonaro na TV. *El País Brasil*, 05 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/05/politica/1538709789_434443.html>. Acesso em: 06/11/2020.

ALMEIDA, Marcos. *Não é mais segredo – Marcos Almeida e Paulo Nazareth*. S.l.: omarcosalmeida, 07 de nov. 2016. 1 vídeo (3:55 min). Disponível em: <<https://youtu.be/V6GjDP8yFT4>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: Evangélicos e conservadorismo. *cadernos pagu*, n. 50, 2017.

_____. Deuses do Parlamento: Os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas, Editora da Unicamp, 2018, pp. 163-193.

_____. *O Brasil elegeu o seu primeiro presidente evangélico?* S.l., 28 out. 2018. Facebook: Ronaldo de Almeida. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=10156252084538462&id=604743461>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____; TONIOL, Rodrigo (org.). Introdução. In: *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas, Editora da Unicamp, 2018, pp. 7-13.

ALTHAUS-REID, Marcella. *Deus Queer*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019 (2003).

_____. *La teología indecente: Perversiones teológicas en sexo, género y política*. Barcelona: Bellaterra, 2005. 300 pp.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: Reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu*, n. 43, janeiro-junho de 2014, pp. 13-56.

_____. Beyond NGOization? Reflections on Latin America. *Development* n. 52(2), Rome, Palgrave-McMillan/Society for International Development, 2009, pp.175-184.

ALVES, Chico. Grupo vai a hospital para defender aborto legal de menina de 10 anos. *UOL*, 16/08/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/08/16/grupo-vai-a-hospital-para-defender-aborto-legal-de-menina-de-10-anos.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. *EcoDebate*, 31/10/2018. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

AMÂNCIO, Thiago. Contrários a qualquer tipo de aborto no Brasil atingem 41%. *Folha de S. Paulo*, 10/01/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ainda-minoria-contrarios-a-qualquer-tipo-de-aborto-no-brasil-atingem-41.shtml>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

ANATER, Rubens e CHEREM, Carlos Eduardo. Michelle Bolsonaro diz que Planalto era um 'lugar consagrado a demônios'. *Estadão*, 07/08/2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/michelle-bolsonaro-diz-que-planalto-era-um-lugar-consagrado-a-demonios/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (1983).

ANJOS, Simony dos. Mais uma exilada da era Bolsonaro: Camila Mantovani foi embora para não morrer. *Justificando*, 30 de abril de 2019a. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/04/30/mais-um-exilada-da-era-bolsonaro-camila-mantovani-foi-embora-para-nao-morrer/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. *Religião e Feminismo: A insurgência das Féministas*. S.l.: IFCH Unicamp, 15 out. 2019b. 1 vídeo (2h27m23s). Disponível em: <https://youtu.be/b_dSELkN3zg>. Acesso em: 07 nov. 2019.

_____. *Você já deve ter escutado que as feministas são contra a "mulher feminina", isso não é verdade!* S.l., 13 ago. 2020. Facebook: Simony dos Anjos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=10218104554748879&set=a.10210942931872783>>. Acesso em: 10 set. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021a [1991]. 255 pp.

_____. Speaking in tongues: a letter to Third World women writers. In: ANZALDÚA, Gloria; MORAGA, Cherrie (eds.). *This bridge called my back: Writings by radical women of color – 40th anniversary edition*. Albany: State University of New York Press, 2021b [1981]. Pp. 161-172.

_____; MORAGA, Cherrie (eds.). *This bridge called my back: Writings by radical women of color – 40th anniversary edition*. Albany: State University of New York Press, 2021 [1981]. 286 pp.

ARAÚJO, Carla. TSE acata pedido de Tebet e suspende propaganda com Michelle Bolsonaro. *UOL*, 01/09/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/01/tse-acata-pedido-tebet-suspensao-propaganda-michelle-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 15 set. 2022.

_____; GOMES, Beatriz. Michelle em evento com Bolsonaro: 'Mulher tem que ser ajudadora do esposo'. *UOL*, 14/09/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/14/michelle-bolsonaro-natal.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

AS CATÓLICAS. *#TodoAmorÉSagrado* S.l., 23 mar. 2021. Instagram: @ascaticas. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CMw7kzBnzg5/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

ASAD, Talal. *Formations of the secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003. 269 pp.

_____. *Genealogies of religion: Discipline and reasons of power in Christianity and Islam*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993. 335 pp.

_____. Thinking about religion, belief, and politics. In: ORSI, R. A. (Ed.). *The Cambridge Companion to Religious Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Pp. 36-57.

ASSAD, Paulo. Como um grupo ultraconservador atrai militantes. *Revista Época*, 08/08/2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/como-um-grupo-ultraconservador-atrai-militantes-22946895>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. Após boatos e distorções, Comissão suspende votação de projeto que institui Estatuto das Famílias do Século XXI. *IBDFAM*, 21/08/2019. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/noticias/7031/Ap%C3%B3s+boatos+e+distor%C3%A7%C3%B5es%2C+Comiss%C3%A3o+suspende+vota%C3%A7%C3%A3o+de+projeto+que+institui+Estatuto+das+Fam%C3%ADlias+do+S%C3%A9culo+XXI>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

AUDI, Amanda. A mágoa de Magno Malta: “eu achava que ia ser ministro e eu não fui”. *The Intercept Brasil*, 5 dez. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/04/entrevista-magno-malta-dispensado-ministro/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

AUGUSTO, Leonardo; AZEVEDO, Victoria. Lula diz que Bíblia tem que ser cumprida e que Bolsonaro é 'desequilibrado mentalmente'. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/lula-diz-que-bolsonaro-e-pessoa-desequilibrada-mentalmente.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

AVELAR, Dani. Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia, e 'efeito Nikolas' preocupa. *Folha de S. Paulo*, 30 mar. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

AZEVEDO, Victoria. Lula diz que não fará campanha pautada por religião após citar Bíblia e acenar a evangélicos. *Folha de S. Paulo*, 19 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/lula-diz-que-nao-fara-campanha-pautada-por-religiao-apos-citar-biblia-e-acenar-a-evangelicos.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Antipetismo joga maiores líderes evangélicos do Brasil no colo de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 03 out. 2018a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/antipetismo-joga-maiores-lideres-evangelicos-do-brasil-no-colo-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Bancada evangélica racha com receio de proximidade com Lula. *Folha de S. Paulo*, 17 jul. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/bancada-evangelica-racha-com-receio-de-proximidade-a-lula.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

_____. Bolsonaro diz que mandou 'cartinha de amor' para seu vice dos sonhos, Magno Malta. *Folha de S. Paulo*, 31 mai. 2018b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/bolsonaro-diz-que-mandou-cartinha-de-amor-para-seu-vice-dos-sonhos-magno-malta.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

_____. Bolsonaro precisa pregar mais amor e tolerância, diz líder da Marcha para Jesus. *Folha de S. Paulo*, 31 mai. 2018c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/bolsonaro-precisa-pregar-mais-amor-e-tolerancia-diz-lider-da-marcha-para-jesus.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

_____. Católico, Bolsonaro investe em pauta evangélica e domina segmento. *Folha de S. Paulo*, 30 out. 2018d. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2018/10/catolico-bolsonaro-investe-em-pautaevangolica-e-domina-segmento.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Michelle Bolsonaro ecoa intolerância de evangélicos ao repostar Lula em ritual do candomblé. *Folha de S. Paulo*, 10 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/michelle-bolsonaro-ecoa-intolerancia-de-evangelicos-ao-repostar-lula-em-ritual-do-candomble.shtml>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____; BOGHOSIAN, Bruno. Datafolha: Mulheres evangélicas impedem que Bolsonaro vá melhor nas igrejas. *Folha de S. Paulo*, 08 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/datafolha-mulheres-evangelicas-impedem-que-bolsonaro-va-melhor-nas-igrejas.shtml>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

_____; MEIRELES, Maurício. Repúdio a Lula e à esquerda leva a expurgo de pastores e até a fiel baleado. *Folha de S. Paulo*, 27 set. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/repudio-a-lula-e-a-esquerda-leva-a-expurgo-de-pastores-e-ate-a-fiel-baleado.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2022.

BARBON, Júlia. Datafolha: Bolsonaro amplia vantagem entre evangélicos; Lula tem o dobro entre católicos. *Folha de S. Paulo*, 19 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/datafolha-bolsonaro-amplia-vantagem-entre-evangelicos-lula-tem-o-dobro-entre-catolicos.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BARBOSA, Kathlen. 'Deus odeia o orgulho': deputada Erika Hilton denuncia pastor Andre Valadao ao MP por homotransfobia. *O Globo*, 05/06/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/deus-odeia-o-orgulho-deputada-erika-hilton-denuncia-pastor-andre-valadao-ao-mp-por-homotransfobia.ghtml>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BARBOSA, Renan. Grupo pró-aborto é processado por uso do termo "Católicas". *Gazeta do Povo*, 19/07/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/justica/grupo-pro-aborto-e-processado-por-uso-do-termocaticas-9nvdrl3tu4hgj4zyezhq3oy06/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [1995]. Pp. 207-214.

BARROS, Odja. *Flores que rompem raízes: leitura popular e feminista da Bíblia*. São Paulo: Recriar, 2020. 312 pp.

_____; NASCIMENTO, Paulo. (org.). *Vocação para a igualdade: Fé e diversidade sexual na Igreja Batista do Pinheiro*. Brasília: Selo Novos Diálogos, 2019.

BATISTA, Micael. Silas Malafaia celebra casamento do deputado Bolsonaro na Mansão Rosa. *O Fuxico Gospel*, 2013. Disponível em: <<https://www.fuxicogospel.com.br/2013/03/silas-malafaia-celebra-casamento-do.html>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BATISTA SILVA, Jeferson. “*Um lugar à mesa*”: Estudo sobre a produção pastoral do ativismo católico LGBT brasileiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BBC NEWS BRASIL. *Como pensam evangélicas, que podem definir eleição para presidente*. S.l.: BBC News Brasil, 11 mai. 2022. 1 vídeo (33:51 min). Disponível em: <<https://youtu.be/ADriEhBGI10>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BENCKE, Romi Márcia. *Laicidade e direito ao aborto: intersecções e conexões entre o debate feminista secular e feminista religioso*. S.l.: Sexuality Policy Watch; CFemea, outubro de 2019. 20 pp. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/laicidade_direito_aborto.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 pp.

BEZERRA, Marcos Otavio. Corrupção e produção do Estado. *Repocs*, v.14, n.27, jan/jun. 2017. Pp. 99-130.

BIGON, João Marcos. O Movimento Negro Evangélico e o futuro. *CEBI*, 12/01/2020. Disponível em: <<https://cebi.org.br/noticias/o-movimento-negro-evangelico-e-o-futuro/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BIROLI, Flávia. *Aborto em debate na Câmara dos Deputados*. Brasília: Cfemea, Ipas e Observatório de Sexualidade e Política, 2016. 36 pp. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/aborto_em_pauta_cd_flavia_biroli.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. Formato digital (epub).

_____; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLSONARO, Jair M. *Jair Bolsonaro recebe visita de Dom Antonio Augusto Dias Duarte, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro*. S.l., 15 out. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1051932474538950656>>. Acesso em: 15 set. 2022.

BONFIM, Evandro de S. O Espírito Santo e o “rei do fim do mundo”: transmissão de carisma e iconografia escatológica no governo Bolsonaro. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v.22, e020025, 2020.

BOTELHO, Bob; CONRADO, Flavio. Reconhecer, questionar, transformar. In: CABRAL, Pedro Caixeta (org.) *Espectro visível*. A Palavra na Vida, n. 384, 2019, pp. 7-23.

BRAGA, Isabel. Bolsonaro se filia ao PSC e é lançado como pré-candidato à Presidência. *O Globo*, 02/03/2016a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-se-filia-ao-psc-e-lancado-como-pre-candidato-presidencia-18792086>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. PSC anuncia que Feliciano fica na Comissão de Direitos Humanos. *O Globo*, 26/03/2016b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/psc-anuncia-que-feliciano-fica-na-comissao-de-direitos-humanos-7946317>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRAGON, Ranier. Bancada evangélica põe na mira atos de Lula sobre igualdade de gênero e raça. *Folha de S. Paulo*, 11 abr. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/bancada-evangelica-poe-na-mira-atos-de-lula-sobre-igualdade-de-genero-e-raca.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

_____. Lula informa ao TSE ter criado perfis nas redes sociais direcionados a evangélicos. *Folha de S. Paulo*, 20 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/lula-informa-ao-tse-ter-criado-redes-sociais-direcionadas-a-evangelicos.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu* (26), janeiro-junho de 2006 [1996]: pp.329-376.

BRASIL DE FATO. "Não vote em racista": leia as reações aos ataques de Michelle Bolsonaro às religiões afro. *Brasil de Fato*, 10 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/10/nao-vote-em-racista-leia-as-reacoes-aos-ataques-de-michelle-bolsonaro-as-religoes-afro>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRAUN, Julia. Eleições 2022: pastores fazem pressão por voto e ameaçam fiéis com punição divina e medidas disciplinares. *BBC News Brasil*, 19 outubro 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63209750>>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRIEGER, Pedro *et al.* *Neofascismo: de Trump a la extrema derecha europea*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019. Edição do Kindle. 119 pp.

BRONZATTO, Thiago; MATTOS, Marcela. 6 de setembro de 2018: um dia para entrar na história. *Veja*, 6 set. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/facada-bolsonaro-um-ano/>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BROWN, Wendy. American nightmare: Neoliberalism, neo-conservatism, and dedemocratization. *Political Theory*, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

_____. *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

BRUM, Eliane. *Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 394 p.

_____. Inquisição moderna. *Revista Época*, 20/02/2009. Disponível em: <<https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT45283-15228,00.html>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRUTA FLOR FILMES. *O Averso do Claustro*. S.l.: Bruta Flor Filmes, 2016. 1 vídeo (2:44:32 hs). Disponível em: <<https://vimeo.com/175852211>>. Acesso em: 10 set. 2022.

BULGARELLI, Lucas. Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antissexualidade no Brasil. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. Pp. 393-409.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas, Editora da Unicamp, 2018, pp. 15-66.

_____. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? (1) *Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?*, ano 5, n. 22-23a, novembro de 2010a. Disponível em: <www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=415&cod_boletim=23&tipo=Artigo>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? (2) *Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?*, ano 5, n. 22-23a, novembro de 2010b. Disponível em: <www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=416&cod_boletim=23&tipo=Artigo>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020. Pp. 195-215.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a. 264 pp.

_____. *Discurso de ódio: Uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021 [1997]. 282 pp.

_____. Obituário: Saba Mahmood – um trabalho pioneiro na batalha das ideias. *Debates do NER: pensando com Saba Mahmood*, Porto Alegre, ano 19, nº 36, ago./dez. 2019b. Pp. 143-146.

_____. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018 (2009).

CALCAGNO, Victor. “Feche as pernas”: o que pregam os participantes do 1º Congresso Antifeminista do Brasil. *Revista Época*, 12/08/2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2JdFBG4>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. *G1*, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Talíria Petrone é a nova líder do Psol na Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias, 03/02/21. Disponível: <<https://www.camara.leg.br/noticias/725383-taliria-petrone-e-a-nova-lider-do-psol-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CAMAZANO, Priscila, RIBEIRO, Tayguara e MARTINS, Cristiano. País tem proporção recorde de candidaturas de mulheres e negros. *Folha de S. Paulo*, 15 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/pais-tem-proporcao-recorde-de-candidaturas-de-mulheres-e-negros.shtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CANALGOV. *Dilma Rousseff comenta luta do governo contra práticas homofóbicas e suspensão do kit homofobia*. S.l.: CanalGov, 27 mai. 2011. 1 vídeo (1:12 min). Disponível em: <<https://youtu.be/Me-7Tutt9rU>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CANINEU, Maria Laura. Um ano desastroso para os direitos humanos. *Folha de S. Paulo*, 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/um-ano-desastroso-para-os-direitos-humanos.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARDOSO, Nancy. Con la teóloga ecofeminista Nancy Cardoso: el surgimiento del “crisofascismo” en Brasil. *La diaria política*, 18 de mayo de 2019. Entrevista a Nicolás Iglesias Schneider. Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2019/5/con-la-teologa-ecofeminista-nancy-cardoso-el-surgimiento-del-crisofascismo-en-brasil/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023 [2005]. 431 pp.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [2003]. Pp. 313-321.

CARNEIRO, Taymã. Damares e o Marajó: cronologia da relação da ex-ministra e o arquipélago com piores IDH do Brasil. *G1*, 17/10/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/10/17/damares-e-o-marajo-cronologia-da-relacao-da-ex-ministra-e-o-arquipelago-com-piores-idh-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v.4, n.05, 2010, pp. 131-147.

_____. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, 2015, pp. 323-345.

_____. Négocier les frontières, négocier aux frontières: l'anthropologie et le processus de "citoyennisation" de l'homosexualité au Brésil. *Brésil(s)* [online], 4, 2013. Disponível em: <<http://bresils.revues.org/269>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____; VIANNA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da "Constituição Cidadã". In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Orgs.). *A constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; ANPOCS, 2008. Pp. 334-359.

CARVALHO, Cleide. Brasil registrou 256 mortes violentas de LGBT+ em 2022, mostra Grupo Gay da Bahia. *O Globo*, 19/01/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violentas-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARVALHO, Osmar. Opinião: Quando a Frente de Evangélicos vai se posicionar contra a homofobia religiosa? *Ativismo Protestante*, 4 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.ativismoprotestante.wordpress.com/2019/04/04/opinio-quando-a-frente-de-evangelicos-vai-se-posicionar-contra-a-homofobia-religiosa/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Muitos espaços religiosos acabam silenciando e apagando a vida e as particularidades das mulheres*. S.I., 11 ago. 2019a. Facebook: catolicasdireitodecidir. Disponível em: <<https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/photos/a.106166089563697/1221877674659194/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Você sabe o que é Féminismo?* S.l., 09 abr. 2019b. Facebook: catolicasdireitodecidir. Disponível em: <<https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/photos/a.106166089563697/1139424166237879/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CAVALCANTE, Ana Mary. Brasil segue como país com maior número de pessoas LGBT+ assassinadas. *Radioagência Nacional*, 31 jan. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-segue-como-pais-com-maior-numero-de-pessoas-lgbt-assassinadas>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CAZAL, Simón; REIS, Toni (orgs.). *Manual de cristianismo e LGBTI+*. Curitiba: IBDSex, 2021. 162 pp. Disponível em: <<https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-cristianismo-gay-latino-version-2022-01-25.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CEBI. “Então hoje, com essa mesma lei, Deus nos manda comer carne de porco!”. *CEBI*, s.d. Disponível em: <<https://cebi.org.br/historia/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Manifesto de cristãos sobre o caso do Espírito Santo. *CEBI*, 25 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://cebi.org.br/noticias/manifesto-de-cristas-sobre-o-caso-do-espírito-santo/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CEBI_NACIONAL [OFICIAL]. *VII Seminário de discurso religioso e violência contra mulher - III Encontro de mulheres - #Dia01*. S.l.: CEBI_Nacional [Oficial], 03 dez. 2021. 1 vídeo (2:17:35h). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AxefzBeXpjk>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: A ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1. 2020. Pp. 91-120.

_____. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia* (São Paulo, Online), v. 62 n. 3: 530-557. USP, 2019. Pp. 530-557.

CFP (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA) (Brasil). *Resolução nº 001, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

_____. *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP, 2019. 220 pp. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CHADE, Jamil. Com intolerância religiosa, Michelle expõe ao ridículo a diplomacia do país. *UOL*, 10/08/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/10/com-intolerancia-religiosa-michelle-expoe-ao-ridiculo-a-diplomacia-do-pais.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CHAGAS, Gustavo. Manuela D'Ávila descarta concorrer nas eleições de 2022: 'não são os mandatos que me fizeram militante'. *G1*, 28/05/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/05/28/manuela-davila-descarta-concorrer-nas-eleicoes-de-2022.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Lilian. Juiz condena Ustra por seqüestro e tortura. *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CIC (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA). Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, Paulus, 2009.

CIPRIANI, Juliana. Santuário São Judas Tadeu tem primeira Pastoral da Diversidade Sexual de BH. *Estado de Minas*, 12/06/2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/12/interna_gerais,875818/santu-rio-sao-judas-tadeu-tem-1-pastoral-da-diversidade-sexual-de-bh.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2018.

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. 2018. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Rio de Janeiro, 2018.

COELHO, Gabriela. Ministro do TSE suspende propagandas com falas associadas a Michelle Bolsonaro. *CNN Brasil*, 15/09/2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministro-do-tse-suspende-propagandas-com-falas-associadas-a-michelle-bolsonaro/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics*. Londres: Routledge, 2015 (1972). 328 pp.

COLETIVO CRISTÃO: O AMOR VENCE O ÓDIO. [Sem legenda]. S.l., 19 out. 2018a. Facebook: oamorvenceodio. Disponível em: <<https://www.facebook.com/oamorvenceodio/photos/pcb.266738830850617/266738447517322>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. [Sem legenda]. S.l., 19 out. 2018b. Facebook: oamorvenceodio. Disponível em: <<https://www.facebook.com/oamorvenceodio/photos/pcb.266738830850617/266738110850689>>. Acesso em: 15 set. 2022.

COLLINS, Patricia H. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019 [2000]. 493 pp.

CONE, James H. *Deus dos oprimidos*. São Paulo: Recriar, 2020a [1997]. 338 pp.

_____. *Teologia negra*. São Paulo: Recriar, 2020b [1970]. 243 pp.

COLOMBARI, Emanuel. Witzel discursou no ato em que placa destruída de Marielle foi exibida. *UOL*, 08/10/2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/witzel-participou-de-ato-em-que-placa-destruida-de-marielle-foi-exibida.htm>>. Acesso em: 05 set. 2022.

COMITÉ Clandestino Revolucionario Indígena; COMANDANCIA General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Cuarta declaración de la selva lacandona. *Enlace Zapatista*, 01 jan. 1996. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONGRESSO EM FOCO. Michelle Bolsonaro comemora com pulos aprovação de André Mendonça. *Congresso em Foco*, 04 dez. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/michelle-bolsonaro-comemora-com-pulinhos-aprovacao-de-andre-mendonca/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONIC. Jovem evangélica brasileira terá que deixar o país após série de ameaças. *CONIC*, 26 abril 2019. Disponível em: <<https://conic.org.br/portal/noticias/3071-jovem-brasileira-tera-que-deixar-o-pais-apos-serie-de-ameacas>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

COOPER, Melinda. *Family values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Nova York: Zone Books, 2017.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *cadernos pagu*, Campinas, nº 50, 2017.

CORRÊA, Sonia. *Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? Sexuality Policy Watch*, 12/11/2018. 15p. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____; KALIL, Isabela. Políticas antigênero en América Latina: Brasil – ¿La catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA, 2020. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CORREIA, Mariama. As novas Damares da política. *Agência Pública*, 5 de novembro de 2020a. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/11/as-novas-damares-da-politica/>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

_____. Para curar a homossexualidade, jovem teria sido submetida a isolamento, exorcismos e terapia em seminário evangélico. *Agência Pública*, 17 de dezembro de 2020b. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/12/para-curar-a-homossexualidade-jovem-teria-sido-submetida-a-isolamento-exorcismos-e-terapia-em-seminario-evangelico/>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

_____; FONSECA, Nathalia. Pastores relatam perseguições e até ameaças de morte por voto em Lula. *Agência Pública*, 19 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/10/pastores-relatam-persegucoes-e-ate-ameacas-de-morte-por-voto-em-lula/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

COSTA, Anacely G. *As (im)possibilidades do desenvolvimento: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo*. 2018. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 321-341.

_____; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005. Pp. 691-703.

COSTA, Fernando C. Evangélicos progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)*. São Luís - Vol. 4 - Número Especial - Jul./Dez. 2018. Pp. 545-556.

COSTA E SILVA, Alvaro. Com Cristo, fazendo arminha. *Folha de S. Paulo*, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alvaro-costa-e-silva/2019/06/com-cristo-fazendo-arminha.shtml>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

CUNHA, Magali do Nascimento. Evangélicos alcançam protagonismo e visibilidade. A que preço? *Carta Capital*, 7 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/evangelicos-alcancam-protagonismo-e-visibilidade-a-que-preco/>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

_____. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020a. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/publicacoes/fundamentalismos-crise-da-democracia-e-ameaca-aos-direitos-humanos-na-america-do-sul-tendencias-e-desafios-para-a-acao/7773>>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Notas preliminares sobre religião nas eleições 2020. *Carta Capital*, 18 de novembro de 2020b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/notas-preliminares-sobre-religiao-nas-eleicoes-2020/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do “inimigo” no caso Marco Feliciano. *Comunicação Mídia e Consumo*, PPGCOM – ESPM, ano 10, vol. 10, n. 29, p. 51-74. Set./Dez. 2013.

_____. Política, mídia e religião: O ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, set./dez. 2017, pp. 217-244.

_____. *Religião e política*: Ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Perseu*, N° 11, Ano 7, 2016. Pp. 147-166.

_____. Religião e eleições: observações, incertezas e elucidações. *Religião e Poder*, 02 dez. 2022. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/religiao-e-eleicoes-observacoes-incertezas-e-elucidacoes/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [2014]. Pp. 120-138.

D'ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. Edição do Kindle.

DANIEL, Rachel; MANTOVANI, Camila. Quando se demonizam os evangélicos... *Mídia Ninja*, 16/01/2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/racheldaniel/quando-se-demonizam-os-evangelicos/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *cadernos pagu* (37), julho-dezembro de 2011. Pp. 9-41.

DATA WITCH CRIMSON. *For Colored Girls Who Have Considered Suicide/When the Rainbow Is Enuf (1981)*. S.l.: Data Witch Crimson, 19 jun. 2021. 1 vídeo (1:17:06h). Disponível em: <<https://youtu.be/5H4uRtxdSV4>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

DAVIS, Angela. Justiça para comunidades lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras. *Margem esquerda: Revista da Boitempo*, 33, 2º semestre 2019 [2008]. Pp. 53-64.

_____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 pp.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. 696 pp.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 261-283.

DIVERSIDADE CATÓLICA. [Sem legenda]. S.l., 29 jul. 2014a. Facebook: diversidadecatolica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/diversidadecatolica/photos/a.269111929959282/269646863239122/>>. Acesso em: 13 set. 2022.

_____. *Aconteceu neste 26/7 o I Encontro Nacional de Católicos LGBT aqui no Rio de Janeiro, com a presença, além dos integrantes do Diversidade Católica do RJ, de membros de nossos grupos-irmãos*. S.l., 27 jul. 2014b. Facebook: diversidadecatolica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.269111929959282&type=3>>. Acesso em: 13 set. 2022.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2014 (1966).

DU MEZ, Kristin Kobes. *Jesus e John Wayne: Como o Evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022. 320 pp.

DUARTE, Luiz Fernando D. Ethos privado e justificação religiosa: negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, M. L. *et al* (Orgs.) *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Pp. 137-175.

_____. Desejo e diferença – à guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. Pp. 7-15.

DUCHIADE, André. Diabo surge como figura recorrente na primeira semana da eleição presidencial. *O Globo*, 20/08/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/google/amp/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/diabo-surge-como-figura-recorrente-na-primeira-semana-da-eleicao-presidencial.ghtml>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989. 530 pp.

EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. *Religião e Sociedade*, v. 39, n. 3, Rio de Janeiro, set./dez. 2019.

ENCARNACIÓN, Omar G. *Out in the periphery: Latin America’s gay rights revolution*. Nova York: Oxford University Press, 2016. 256 pp.

ÉPOCA. Jair Bolsonaro: “Sou preconceituoso, com muito orgulho”. S.I., 02/07/2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00-JAIR+BOLSONARO+SOU+PRECONCEITUOSO+COM+MUITO+ORGULHO.html>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

EQUIPE RELIGIÃO E POLÍTICA DO ISER. Mulheres evangélicas para além do voto: concepções sobre política e cotidiano. *Religião e Poder*, 30 set. 2022a. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/mulheres-evangelicas-para-alem-do-voto-concepcoes-sobre-politica-e-cotidiano/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Pesquisa do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados. *Religião e Poder*, 12 dez. 2022b. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Religião, política e democracia – Entrevistas com lideranças evangélicas progressistas. *Religião e Poder*, 18 jan. 2023. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/religiao-politica-e-democracia-entrevistas-com-liderancas-religiosas-progressistas/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 97-118.

_____. *Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022a. 160 pp.

_____. "Feminismo decolonial", *Conferencia Yuderkys Espinosa*. S.l.: Yuderkys Espinosa Miñoso, 25 mai. 2022b. 1 vídeo (2h37min26s). Disponível em: <<https://youtu.be/S8NghqAHf7E>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ESTADÃO. *Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016*. S.l.: Estadão, 13 ago. 2019. 1 vídeo (48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ESTAMOS PRONTAS. Nossa força move o Brasil. *Estamos Prontas*, s.d.a. Disponível em: <<https://www.estamosprontas.org/saiba-mais>>. Acesso em: 05 set. 2022.

ESTAMOS PRONTAS. O Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem tornam público o edital para seleção de mulheres negras, para integrarem a iniciativa de fortalecimento de lideranças mulheres negras. *Estamos Prontas*, s.d.b. Disponível em: <<https://www.estamosprontas.org/edital>>. Acesso em: 05 set. 2022.

ESTER, Ana. *Dezmandamentos: teologia lésbico-queer-feminista*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2023. 112 p.

EVANGELISTA, Ana Carolina; TEIXEIRA, Jacqueline; REIS, Livia. O que querem as mulheres evangélicas nesta eleição? *Folha de S. Paulo*, 19 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/08/o-que-querem-as-mulheres-evangelicas-nesta-eleicao.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

EVANGÉLICOS COM LULA. *JUNTE-SE AO TIME DE EVANGÉLICOS COM LULA!*. S.l., 27 ago. 2022a. Facebook: evangelicoscomlula. Disponível em: <<https://www.facebook.com/evangelicoscomlula/posts/pfbid02EDzi1bSuYShAuS46yfNjCivjMwyPrXhNWdyNfe5wq9RtyGMKGZPrXkkryhfbAbaKI>>. Acesso em: 03 set. 2022.

_____. *Nesta sexta, Lula e Alckmin se encontram com evangélicos em São Gonçalo, cidade da região metropolitana do RJ*. S.l., 09 set. 2022b. Facebook: evangelicoscomlula. Disponível em: <<https://www.facebook.com/evangelicoscomlula/posts/pfbid0DWc7Q1JV87Ccy4AGLnLkWJw8CoyNH9Vm3ETAxffb2pphaJrhAnpyuJwBjyPjo1ngl>>. Acesso em: 12 set. 2022.

EVANGELICXS_. "O que é a Bíblia para nós?" é a pergunta que abre a campanha #OrgulhoCelebracomFé, do @cebi_nacional, @redecatolicoslgbt e @evangelicxs_. S.l., 18 jun. 2021a. Instagram: @evangelicxs_. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CQR5viSpj7b/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Organizações cristãs realizam atividades para marcar o Mês do Orgulho LGBTI+*. S.l., 17 jun. 2021b. Instagram: @evangelicxs_. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CQPR7lxp0mx/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

EVANGÉLICXS PELA DIVERSIDADE. [Olá, Cristiana.]. Messenger: [mensagem enviada a @cristiana.assis.serra]. 17 mai. 2018. 22:00. 1 mensagem de Messenger.

_____. Encontro Nacional do Evangélicxs pela Diversidade 2018. *Evangélicxs pela Diversidade*, s.d. Disponível em: <<https://evangelicxs.com/encontros-nacionais/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. FLEA.lab – Evangélicxs e Intersecções lançam curso para formar lideranças evangélicas afirmativas. *Evangélicxs pela Diversidade*, 2021. Disponível em: <<https://evangelicxs.com/2021/04/flea-lab-evangelicxs-e-intersecoes-lancam-curso-para-formar-liderancas-evangelicas-afirmativas/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

EVARISTO, Conceição. Narrativas de (re)existência. In: PEREIRA, Amilcar Araujo. *Narrativas de (re)existência: antirracismo, história e educação*. Campinas: Editora da Unicamp/SciELO Books, 2021. Pp. 23-47.

EXTRA. Enquanto votação do impeachment acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. *Extra*, 12/05/16. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James *et al.* *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. Pp. 311-329.

_____. *Sopa de letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____; CARMO, Íris N.; LIMA, Stephanie P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 41, e230408, 2020.

FALUDI, Susan. *Backlash: the undeclared war against American women*. New York: Three Rivers Press, 1992.

FASSIN, Eric. A double-edged sword: Sexual democracy, gender norms and racialized rhetoric. In: BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth (org.). *The question of gender*. Joan W. Scott's critical feminism. Bloomington: Indiana University Press, 2011, pp. 143-158.

_____. *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017. 464 pp.

FERNANDES, Karine. Sigo a Cristo e acredito que o amor vence o ódio. *Justificando*, 24 out. 2108. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/10/24/sigo-a-cristoe-acredito-que-o-amor-vence-o-odio/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FIGARI, Carlos; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Introdução – Sexualidades que importam: Entre a perversão e a dissidência. In: *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Pp. 21-29.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. In: *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 241-258.

FIORINZA, Elizabeth S. *But She Said: Feminist Practices of Biblical Interpretation*. Boston: Beacon Press, 1993.

FOLHA DE S. PAULO. Após protestos contra 'cura gay', PSDB divulga nota para se descolar do projeto. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1302032-apos-protestos-contracura-gay-psdb-divulga-nota-para-se-descolar-do-projeto.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2020.

_____. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro após receber a faixa presidencial. *Folha de S. Paulo*, 1 jan. 2019a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-aposreceber-a-faixa-presidencial.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. *Folha de S. Paulo*, 1 jan. 2019b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-aintegra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Magno Malta diz que não será vice de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 11 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/magno-malta-diz-que-nao-sera-vice-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

_____. Pastor pode assumir Comissão de Direitos Humanos da Câmara. *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2013b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/02/1238710-pastor-pode-assumir-comissao-de-direitos-humanos-da-camara.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FOLHA PRESS. Debate sobre racismo em igreja frequentada por Michelle Bolsonaro é cancelado. *Diário de Pernambuco*, 19/07/2019. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2019/07/debate-sobre-racismo-em-igreja-frequentada-por-michelle-bolsonaro-e-ca.html>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FORO DE TERESINA #214: Deus, o cabo eleitoral. [Locução de]: Fernando Barros e Silva, José Roberto de Toledo e Thais Bilenky. [S. l.]: Rádio Novelo, 19 ago. 2022. *Podcast*. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/214-deus-o-cabo-eleitoral/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011 (1976).

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995 (1979), Pp. 15-37.

_____. *O enigma da revolta: Entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. São Paulo: n-1 edições, 2019. 144 pp.

_____. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 479 pp.

_____. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. *Margem esquerda: Revista da Boitempo*, 33, 2º semestre 2019. Pp. 45-51.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56–80, 1990.

FRAZÃO, Felipe. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. *Estadão*, 30 set. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro,70002526353>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FREIRE, Ana Ester Pádua. *Armários queimados: igreja afirmativa das diferenças e subversão da precariedade*. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, 2019.

_____. *O Bom Samaritano e a Igreja Afirmativa das Diferenças*. S.l.: Ana Ester, teóloga, 2020. 1 vídeo (15m07s). Disponível em: <<https://youtu.be/tQAgCdgFKcE>>. Acesso em: 21 set. 2020.

FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. *A Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito*. S.l., 23 mai. 2019. Facebook: frentedeevangelicos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/1214698398692847/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

FRENTE EVANGÉLICA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO. *É hora de intensificar a disputa de narrativas*. S.l., 06 jun. 2018a. Facebook: frenteevangelicapelalegalizaçaoaborto. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizaçaoaborto/posts/pfbid0b8Z1qvQr78DVxz7JkrNRYdjbcffhtsaaQpCbdbM3KTUnEXM5vMRhjudUgEg9MnHYI>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. *Começando!* S.l., 26 jun. 2018b. Facebook: frenteevangelicapelalegalizaçaoaborto. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizaçaoaborto/videos/2196183910610559>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. *Na porta do STF, vigília inter-religiosa pela Laicidade do Supremo, em memória das mulheres mortas em abortos clandestinos!* S.l., 06 ago. 2018c.

Facebook: [frenteevangelicapelalegalizacaodoaborto](https://www.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizacaodoaborto). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizacaodoaborto/videos/2239473852948231/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FRIEDMAN, Elizabeth J. *Interpreting the Internet: Feminist and Queer Counterpublics in Latin America*. Oakland: University of California Press, 2016. 248 pp.

G1. Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado. Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Criticado por apoiar criacionismo, novo presidente da Capes diz em nota que defende “liberdade de cátedra”. 30/01/2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/01/30/novo-presidente-da-capes-diz-que-vai-priorizar-solucoes-de-problemas-nacionais-em-sua-gestao.ghtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

_____. Datafolha: 29% dizem que Bolsonaro e Lula são os candidatos que mais atacam cristãos. 11/09/2022a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/09/11/datafolha-29percent-dizem-que-bolsonaro-e-lula-sao-os-candidatos-que-mais-atacam-cristaos.ghtml>>. Acesso em: 12 set. 2022.

_____. Datafolha: 51% dizem que Bolsonaro é o candidato que mais ataca as mulheres. 10/09/2022b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/09/10/datafolha-51percent-dizem-que-bolsonaro-e-o-candidato-que-mais-ataca-as-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 12 set. 2022.

_____. Deputado associa na TV namoro com negras a “promiscuidade”. Brasília, 29/03/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/deputado-associa-na-tv-namoro-com-negras-promiscuidade.html>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

_____. Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco. S.l., 15/03/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. Podemos expulsa deputado Marco Feliciano por apoio à campanha de Bolsonaro em 2018. Brasília, 06/01/2020b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/06/podemos-expulsa-deputado-marco-feliciano-da-legenda-por-infidelidade-partidaria.ghtml>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

GARCIA, Lusmarina Campos. A espiritualidade como disfarce para um projeto político baseado no crime. *Portal Catarinas*, 26/08/2020a. Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/a-espiritualidade-como-disfarce-para-um-projeto-politico-baseado-no-crime/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. As lideranças cristãs que elegeram Bolsonaro. *Portal Catarinas*, 26/08/2020b. Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/as-liderancas-cristas-que-elegeram-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. *Não estou no Rio e não conseguirei ir a este encontro, mas apoio o evento e incentivo todos os colegas pastores e pastoras e todas as lideranças evangélicas a se encontrarem com Lula e Alckmin*. S.l., 08 set. 2022.

Facebook: lusmarinacg. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/lusmarinacg/posts/pfbid02LiYucgrX3RNSvVNaCoKNBgX27jANYV1miWmZrdmffWYihM3H5HiPzemaUg1DXd7vl>>. Acesso em: 10 set. 2022.

GARRARD, Virginia. *New Faces of God in Latin America: Emerging Forms of Vernacular Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2020. 300 pp.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Atlânticos, 2012 (1993). 432 pp.

GIUMBELLI, Emerson. A Noção de crença e suas implicações para a modernidade: um diálogo imaginado entre Bruno Latour e Talal Asad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 327-356, jan./jun. 2011.

_____. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowiskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.17, n.48, p. 91-107, 2002.

GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS. *Pentecostes online*. S.l.: Global Network of Rainbow Catholics, 23 mai. 2021. 1 vídeo (1:31:14 h). Disponível em: <<https://youtu.be/PYJvAEUcR0k>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GÓES, Tony. Fui hétero, Jesus me libertou. *Blog Tony Góes*, 27 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.tonygoes.com.br/2011/05/fui-hetero-jesus-me-libertou.html>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado - Volume 29. Número 2. Maio/Agosto 2014*. Pp. 433-447.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. *Religião, Política e Direitos Sexuais: Controvérsias públicas em torno da “Cura Gay”*. 2020. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.

GONZÁLEZ ORTUÑO, Gabriela. Como viver uma fé queer? Os desafios das teologias da libertação, as tensões entre o exercício da fé e as dissidências sexuais. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 207-220.

_____. Devenir mujer como categoría de liberación en la teología de liberación feminista latinoamericana. *Oxímora Revista Internacional de Ética y Política*, núm. 7, otoño 2015. Pp. 16-33

GORTÁZAR, Naiara. Um ministro “terrivelmente evangélico” a caminho do Supremo Tribunal Federal. *El País Brasil*, Brasília, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

GOSPEL+. *O Brasil é um Estado cristão, diz Jair Bolsonaro*. S.l.: Gospel+, 13 fev. 2017. 1 vídeo (1m). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gHnwzEAmgfU>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GRUPO FLOR DE MANACÁ. *Grupo Flor de Manacá: 10 anos de Mulher, Bíblia e Nordeste*. S.l., 03 de novembro de 2016. Facebook: flordemanacaibp. Disponível em: <<https://www.facebook.com/flordemanacaibp/videos/225093464562766/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GUIMARÃES, Pedro. 'Não digo nós matarmos': pastor André Valadão tenta explicar fala homofóbica, mas é alvo de denúncias de parlamentares. *O Globo*, 04/07/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/noticia/2023/07/nao-digo-nos-matarmos-pastor-tenta-explicar-fala-homofobica-mas-e-alvo-de-denuncias-de-parlamentares.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

HACK, Aline (org.). *Feminismos e Podcasts*. São Paulo: Blimunda, 2023. 306 pp.

HAILER, Marcelo. A obsessão de André Valadão contra as LGBTQ+ faz parte de um projeto de poder; entenda. *Revista Fórum*, 5/7/2023. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2023/7/5/obsesso-de-andre-valado-contras-lgbt-faz-parte-de-um-projeto-de-poder-entenda-138920.html>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1985]. Pp. 157-210.

_____. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

_____. Teddy Bear Patriarchy: Taxidermy in the Garden of Eden, New York City, 1908-1936. *Social Text*, No. 11 (Winter, 1984-1985), pp. 20-64.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022. 428 pp.

HELMINIAK, Daniel. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo: Summus/Edições GLS, 1998.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018 (1983).

HOLANDA, Marianna. 'Menino veste azul e menina veste rosa é metáfora para respeitar o que é natural', diz secretária. *Estadão*, 05 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-e-metaphora-para-respeitar-o-que-e-natural-diz-secretaria/>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

HOLLANDA, Heloísa B. Introdução. In: *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 11-34.

HOLLANDA, Mariana; MIRANDA, Ricardo. Bolsonaro faz 1º ato de campanha em Juiz de Fora e fala de milagres e socialismo. *Folha de S. Paulo*, 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/bolsonaro-faz-1o-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora-e-fala-de-milagres-e-socialismo.shtml>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 175 pp.

HUNT, Mary. Teologia feminista lésbica católica. In: JUNG, Patricia B.; CORAY, Joseph A. *Diversidade sexual e catolicismo para o desenvolvimento da teologia moral*. São Paulo: Loyola, 2005. Pp. 319-334.

IGREJA BATISTA DO CAMINHO. *Participação especial de Nancy Cardoso na IB Caminho*. S.l.: Igreja Batista do Caminho, 14 dez. 2019. 1 vídeo (01:30:03 h). Disponível em: <<https://youtu.be/5Qj-OMPZycE>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. *TESTEMUNHO DO EVANGELHO JESUS CRISTO DE NAZARÉ*. Rio de Janeiro, 28 out. 2018. Facebook: ibdocaminho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ibdocaminho/videos/254469148592707>>. Acesso em: 05 set. 2022.

ILUSTRÍSSIMA CONVERSA: Esther Solano: Discussão sobre família não pode ficar na mão de Bolsonaro. Entrevistada: Esther Solano. Entrevistador: Eduardo Sombini. S. l.: Folha de S. Paulo, 27 ago. 2022. *Podcast*. Disponível em: <<https://omny.fm/shows/ilustr-ssima-conversa/esther-solano-discuss-o-sobre-fam-lias-n-o-pode-fic>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

INCLUSÃO METODISTA. *É com muita felicidade e gratidão em Deus que anunciamos*. S.l., 05 ago. 2020. Instagram: @inclusaometodista. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CDhqDiGgccT/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

INSTITUTO DATAFOLHA. *Eleições 2018: Intenção de voto para presidente da República – 2º turno – 25/10*. *Datafolha*, 26/10/2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05e73e.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. *A violência política contra mulheres negras: Eleições 2020*. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2020. 34 pp. Disponível em: <<https://www.violenciapolitica.org/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. *Violência política de gênero e raça no Brasil 2021*. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021. 93 pp. Disponível em: <<https://www.violenciapolitica.org/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

INTERSECÇÕES. Festival Reimaginar. *Intersecções*, s.d. Disponível em: <<https://intersecoes.com/iniciativas/festival-reimaginar/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

IORY, Nicolas; GOMES, Bianca. Pesquisa Ipec: Brasil vive risco de comunismo com Lula? Quase metade da população vê 'ameaça comunista'. *O Globo*, 19 mar. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/03/pesquisa-ipecc-brasil-vive-risco-de-comunismo-com-lula-quase-metade-da-populacao-ve-ameaca-comunista.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

JIMÉNEZ, Carla. Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital. *El País Brasil*, 16 ago. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

JOÃO PAULO II, Papa. *Constituição Apostólica Pastor Bonus sobre a Cúria Romana*. [S.l.], 1988. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-index.html>. Acesso em: 03 nov. 2016.

JORNAL DE BRASÍLIA. Religiosos em passeata. *Jornal de Brasília*, 30 de maio de 2011. P. 18.

JORNAL O GLOBO. *O primeiro discurso de Lula após vitória: 'Não existem dois Brasis'*. S.l.: Jornal O Globo, 30 out. 2022. 1 vídeo (23:59 min). Disponível em: <https://youtu.be/p0fuU-d6r_8>. Acesso em: 05 fev. 2023.

JOTA. Por que as igrejas não pagam impostos no Brasil e como funciona em outros países? *Jota*, 10 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/por-que-as-igrejas-nao-pagam-impostos-no-brasil-imunidade-tributaria-10052022>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério D. *A gênese de uma categoria*. CLAM, 20 dez. 2017. Entrevista a Laura Lowenkron e Claudia Mora. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. *A invenção da ideologia de gênero: um projeto reacionário de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022. 312 pp.

JURKEWICKZ, Regina (org.). *Teologias fora do armário: teologias, gênero e diversidade sexual*. Jundiaí (SP): Max, 2019. 150 pp. Disponível em: <<https://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2020/08/2019-Livro-Teologias-Fora-do-Armario-Catolicas.pdf>>. Acesso em 11 set. 2022.

KALIL, Isabela O. (coord.). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro/2018. 27 p. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA. [Sem legenda.] S.l., 04 fev. 2019a. Facebook: koinoniapes. Disponível em: <<https://web.facebook.com/koinoniapes/photos/pcb.2143251499100833/2143138449112138>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Meu corpo, minha fé: violências e abusos da religião*. S.l., 2019b. Facebook: koinoniapes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/741405822903356/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras: Malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020 [1487]. 700 pp.

KREUZ, Silvia. *Um café na fronteira: a missão de mães cristãs no acolhimento de filhos LGBTQIA+*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2022. 224 pp.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (orgs.). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. Bruxelas: Rowan & Littlefield, 2017.

LABOISSIÈRE, Paula. Pastor Silas Malafaia é alvo de operação da PF. *Agência Brasil*, 16/12/2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/pastor-silas-malafaia-e-conduzido-coercitivamente-em-operacao-da-pf>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

LACERDA, Marina B. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LADARIA, Luís. Responsum of the Congregation for the Doctrine of the Faith to a dubium regarding the blessing of the unions of persons of the same sex, 15-03-2021. Disponível em: <<https://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2021/03/15/210315b.html>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaios de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2019 [1991]. 191 pp.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1987]. Pp. 121-155.

LAZREG, Marnia. Decolonizando o feminismo (mulheres argelinas em questão). In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [1994]. Pp. 172-190.

LEITÃO, Matheus. Igrejas pressionam pelo ministro 'terrivelmente evangélico' no STF. *Veja*, 09 set. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/igrejas-pressionam-pelo-ministro-terrivelmente-evangelico-no-stf/>>. Acesso em: 04 out. 2020.

LEITE, Glauco S.; BRITO, Marina F. L.; VALENÇA, Natália B. O direito ao aborto e a portaria do Ministério da Saúde. *Consultor Jurídico (ConJur)*, 21 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-21/opiniao-direito-aborto-portaria-ministerio-saude#_ftn1>. Acesso em: 29 nov. 2020.

LEITE, Vanessa J. A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. *Psicologia Clínica* (PUCRJ. Impresso), v.24, pp. 89-103, 2012.

_____. Em defesa das crianças e da família: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 32, ago. 2019a, pp. 119-142.

_____. *Hoje o dia está muito difícil...* S.l., 14 mar. 2019b. Facebook: vanessa.leite.1848. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vanessa.leite.1848/posts/pfbid0ysp7JKor1Sq5NQe2YbKYUnEepYbr3uZwcYmU98S9o77sQztZoUn9miTQ7i2mRmtDI>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. “*Impróprio para menores*”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. 2014. 366 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. “Impróprio para menores”: desafios, controvérsias e resistências envolvendo diversidade sexual e de gênero na adolescência e juventude. 32ª RBA – *Reunião Brasileira de Antropologia*. Apresentação no GT 49 – Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos. Rio de Janeiro, outubro-novembro de 2020. [Manuscrito]

_____. *Sexualidade adolescente como direito?* A visão de formuladores de políticas públicas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LEMOS, Iara. Deputado vê 'podridão' em gays e diz que há 'maldição' sobre africanos. *G1*, 31/03/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/deputado-ve-podridao-em-gays-e-diz-que-africanos-sao-amaldicoados.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

LIMA, Renato Sérgio *et al.* *Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022 – Percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia*. S.l.: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. 104 pp. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/pesquisa-violencia-e-democracia-2022-fbsp-raps.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2022.

LIMA, Stephanie P. *A gente não é só negro!* Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. 2020. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2020.

LINHARES, Juliana. A bela da fera, conheça a mulher de Jair Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/a-bela-da-fera-conheca-a-mulher-de-jair-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

LIONÇO, Tatiana. As *fake news* e o esvaziamento do debate público sobre gênero. *Justificando*, 6 de novembro de 2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/11/06/as-fake-news-e-o-esvaziamento-do-debate-publico-sobre-genero/>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

LOPES, Natália. Bolsonaro no The Send: “Hoje o governo é temente a Deus”. *Pleno News*, 8 fev. 2020. Disponível em: <<https://pleno.news/brasil/politica-nacional/bolsonaro-no-the-sendhoje-o-governo-e-temente-a-deus.html>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*: Ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 237 pp.

LÖWY, Michael. *The war of gods*: religion and politics in Latin America. Londres/Nova York: Verso, 1996.

LUCCHESI, Bette; FREIRE, Felipe; MARTINS, Marco Antônio. Flordelis vira ré, apontada por mandar matar o marido, pastor Anderson; polícia prende 5 filhos e 1 neta. *G1*, 24/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/24/operacao-tenta-prender-suspeitos-da-morte-do-pastor-anderson-do-carmo-flordelis-e-denunciada.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

_____. *et al.* Pastor Everaldo e filhos são presos em operação que afastou Witzel do governo de RJ. *G1*, 28/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/28/pastor-everaldo-e-preso-em-operacao-que-afastou-witzel-do-governo-de-rj.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [2008]. Pp. 52-83.

_____. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [2010]. Pp. 357-377.

LUIZ, Gabriel. Após 21 anos de discussão, Igreja anglicana libera casamento homoafetivo no Brasil. *G1*, 10/06/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-21-anos-de-discussao-igreja-anglicana-libera-casamento-homoafetivo-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LUNA, Ylena. "Não te estupro porque você não merece", volta a dizer Bolsonaro a deputada. *JusBrasil*, 2014. Disponível em: <<https://lunatenorio.jusbrasil.com.br/noticias/156410097/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-volta-a-dizer-bolsonaro-a-deputada>>. Acesso em: 05 set. 2022.

LUNA, Naara. A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, p. 367-391, maio/ago. 2014.

MACÉ, Marielle. *Nossas cabanas*: lugares de luta, ideias para a vida em comum. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. 93 pp.

MACEDO, Cleber. *A “clínica pastoral” dos psicólogos cristãos no Brasil*. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 7, 2012, pp. 25-37.

_____. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020. Pp. 83-133.

_____. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. São Paulo: FGV, 2006. Formato digital (epub).

_____. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

_____; MARIZ, Cecília L.; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 42(2), 2022. Pp. 225-248.

MACHADO, Uirá. Bolsonarismo representa forma de entender o mundo, é estruturante, diz socióloga. *Folha de S. Paulo*, 03 abr. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/bolsonarismo-representa-forma-de-entender-o-mundo-e-estruturante-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MAGELA, Geraldo. Igrejas têm papel na superação da violência contra a mulher, diz pastora. *Agência Senado*, 26/11/2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/26/igrejas-tem-papel-na-superacao-da-violencia-contra-a-mulher-diz-pastora>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MAHMOOD, Saba. Razão religiosa e afeto secular: uma barreira incomensurável? *Debates do NER: pensando com Saba Mahmood*, Porto Alegre, ano 19, nº 36, ago./dez. 2019 [2009]. Pp. 17-56.

_____. *Religious difference in a secular age: a minority report*. Princeton: Princeton University Press, 2016. 237 pp.

MALTA, Magno. *Oração de Magno Malta na Vitória de Jair Bolsonaro - O Brasil Mudou*. S.l.: Magno Malta, 29 out. 2018. 1 vídeo (2m24s). Disponível em: <<https://youtu.be/ixUfHHJnMjo>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MANDELLI, Mariana. 2023 e a crença em um Brasil comunista. *Folha de S. Paulo*, 07 jul. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/07/2023-e-a-crenca-em-um-brasil-comunista.shtml>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MANTOVANI, Camila *et al.* *Bíblia, mulheres e justiça reprodutiva*. Brasília: Novos Diálogos, FEPLA, 2021. 175 pp.

MANZI, Mario; LIMA, Wesley. Igrejas e Comunidades LGBTI+ realizam Congresso em São Paulo. *Koinonia Presença Ecumênica e Serviço*, 25 de junho de 2019. Disponível em: <<https://kn.org.br/noticias/igrejas-e-comunidades-lgbti-realizam-congresso-em-sao-paulo/6896>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 238-258, maio-ago. 2011.

_____. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005. 248 pp.

_____; GERARDI, Dirceu André. (2019), Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120: 61-76.

MARZULLO, Luísa. Ala da bancada evangélica dá guinada e acena para Lula, em meio a divisões no grupo. *O Globo*, 05/02/2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/02/ala-da-bancada-evangelica-da-guinada-e-acena-para-lula-em-meio-a-divisoes-no-grupo.ghtml>>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MASUZAWA, Tomoko. *The invention of world religions: Or, how European universalism was preserved in the language of pluralism*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005. 384 pp.

MATTOS, Amana R.; CIDADE, Maria Luiza R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus: Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

MATTOS, Laura. Brasil tem mais de um ataque por mês em escolas desde agosto. *Folha de S. Paulo*, 28 mar. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/03/brasil-tem-mais-de-um-ataque-por-mes-em-escolas-desde-agosto.shtml>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. 309 pp.

_____. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018 [2003]. 80 pp.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1995]. 598 pp.

MELO, Flávia Valéria C. B. *Ruah está soprando as flores: mulheres e suas militâncias no fazer teológico feminista no Brasil*. 2021. 269 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

MELO, Geovana. Michelle Bolsonaro toma posse como presidente do PL Mulher. *G1*, 21/03/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/21/michelle-bolsonaro-toma-posse-como-presidente-do-pl-mulher.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MELO, Jacira. A polêmica do aborto na imprensa. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.5, n.2, p. 406-412. 1997.

_____. A cobertura da imprensa com relação ao tema do aborto. Anotações. In: PEREIRA, I. G. (Org.) *Aborto legal: implicações éticas e religiosas*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 125-128. (Cadernos Católicas pelo Direito de Decidir).

MENA, Fernanda. Em direitos humanos, o que era ruim ficou pior, e Brasil encara desafios complexos. *Folha de S. Paulo*, 09 fev. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/em-direitos-humanos-o-que-era-ruim-ficou-pior-e-brasil-encara-desafios-complexos.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MENDES, Lucas. Apoiadores protestam por liberdade de Silveira e Jefferson na CPAC. *Poder 360*, 04 set. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/apoiadores-protestam-por-liberdade-de-silveira-e-jefferson-na-cpac/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MENON, Isabella. Todas as formas de violência contra mulher aumentam em 2022, diz pesquisa. *Folha de S. Paulo*, 02 mar. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/todas-as-formas-de-violencia-contra-mulher-aumentam-em-2022-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MÍDIA NINJA. *Pastor Henrique Vieira emociona a todos do ato Inter-Religioso para Marielle Franco*. S.l.: Mídia Ninja, 22 mar. 2018. 1 vídeo (1:02 min). Disponível em: <https://youtu.be/Jj0dbE_1S3A>. Acesso em: 30 abr. 2022.

MIGUEL, Luis F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, pp. 590-621.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*. Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

MITSP. O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu. *7ª Mostra Internacional de Teatro de São Paulo*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://mitsp.org/2020/o-evangelho-segundo-jesus-rainha-do-ceu-com-renata-carvalho/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOCHEL, Lorena. Colidindo epistemologias feministas no sex shop de uma favela carioca. In: HOLLANDA, Heloisa B. *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 113-130.

MOHANTY, Chandra T. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, No. 30 (Autumn, 1988), pp. 61-88.

MOMBAÇA, Jota. *Ñ vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 138 p.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, 2012, v. 32, nº 1: 167-183.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006. Pp. 103-116.

MOYN, Samuel. From Communist to Muslim: European Human Rights, the Cold War, and Religious Liberty. *The South Atlantic Quarterly* 113:1, 2014.

MURO PEQUENO. *Na Semana Santa de 2019, publiquei no YouTube uma série de vídeos*. S.l., 07 abr. 2023. Instagram: @muropequeno. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cqvvv37ACSC/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. Teologias plurais: curso introdutório online. *Muro Pequeno*, 2021. Disponível em: <<https://www.muropequeno.com/event-details/teologiasplurais>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MUSSKOPF, André. *Fazemos a teologia que podemos: Igrejas inclusivas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990*. Belo Horizonte: Senso, 2021.

_____. *Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*. 2008. 525 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia, 2008.

NÃO ME KAHLO. *Fica a dica para quem é religiosa e apoia a descriminalização do aborto!*. S.l., 30 jul. 2018. Facebook: NaoKahlo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205/1043698109137188/>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021 [1974-1994]. 272 pp.

NASCIMENTO, Gilberto. Bispo evangélico Hermes Fernandes é ameaçado e decide deixar o país após apoiar Lula. *The Intercept Brasil*, 25 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/10/25/bispo-evangelico-pro-lula-ameacado-deixa-o-pais/>>. Acesso em: 5 fev. 2023.

_____. *O reino: A história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NEGRAS EVANGÉLICAS. Nossa história. *negrasevangelicas.org*, s.d. Disponível em: <<https://www.negrasevangelicas.org/nossa-hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

NEM PRESA NEM MORTA. *Festival Pela Vida das Mulheres :: 3 a 6/08 :: Brasília*. S.l., 2018. Facebook: nempresanemmorta. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1679233825465542/>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

NÉRI, Felipe. Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos. *G1*, 07/03/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 23 out. 2020.

NEXO. Michelle Bolsonaro compartilha vídeo que associa Lula a 'trevas'. *Nexo*, 09 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/08/09/Michelle-Bolsonaro-compartilha-v%C3%ADdeo-que-associa-Lula-a-%E2%80%98trevas%E2%80%99>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022. 316 pp.

NOCAUTE. Pastora luterana que defendeu a descriminalização do aborto no STF é ameaçada. *Nocaute*, 08/08/2018. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2018/08/08/pastora-luterana-aborto-stf/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

O INQUIETO. Permanecer e transgredir. *Blog do Diversidade Católica*. Rio de Janeiro, 22 mar. 2011. Disponível em: <<http://diversidadecatolica.blogspot.com.br/2011/03/permanecer-e-transgredir.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

ODILLA, Fernanda; NUBLAT, Johana; FALCÃO, Márcio. Projeto da 'cura gay' será retirado pelo autor, João Campos. *Folha de S. Paulo*, 02 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305027-projeto-da-cura-gay-e-retirado-pelo-autor-joao-campos.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2020.

OLIVEIRA, Danielle; RODRIGUES, Guilherme. Padre Robson pede afastamento após operação que apura desvio de doações de fiéis na Afipe. *G1*, 21/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/08/21/padre-robson-pede-afastamento-apos-operacao-que-apura-desvio-de-doacoes-de-fieis-na-afipe.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OLIVEIRA, Fabíola. *CANCELAMENTO DA JORNADA DE CONTEÚDO "DECOLONIZANDO O OLHAR: O RACISMO ATINGE A IGREJA?"*. S.l., 18 jul. 2019b. Facebook: Fabíola Oliveira. Disponível em: <https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10156074951831326&id=736636325>. Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. *CARTA ABERTA AO BRASIL BATISTA*. S.l., 15 jul. 2019a. Facebook: Fabíola Oliveira. Disponível em: <https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10156067621121326&id=736636325>. Acesso em: 27 abr. 2020.

OLIVEIRA, Flávia. 'A base vem forte', diz Flávia sobre participação da juventude nos atos pela democracia. *GloboNews*, 11 ago. 2022a. 1 vídeo (3:26 min). Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/globonews-em-pauta/video/a-base-vem-forte-diz-flavia-sobre-participacao-da-juventude-nos-atos-pela-democracia-10841436.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. Chamar pelo nome. *O Globo*, 19/08/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaoflavia-oliveira/coluna/2022/08/chamar-pelo-nome.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2022b.

_____; SIMAS, Luiz Antonio. Respeito. *Portal Geledés*, 17/08/2022. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/respeito-2/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, Marco Davi. *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?* Viçosa (MG): Ultimato, 2015. 134 pp.

OLIVEIRA, Mariana. História e Bíblia mostram 'maldição' contra África, diz Feliciano em defesa. *G1*, 05/04/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/ao-stf-feliciano-diz-que-historia-e-biblia-mostram-maldicao-africanos.html>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ONU NEWS. Íntegra do discurso do presidente do Brasil na Assembleia Geral. *ONU News*, 22 setembro de 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727082>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

OYÈÛMI, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [2004]. Pp. 85-95.

PACHECO, Ronilso. 'Conversar com os evangélicos' não surtirá efeito agora. *The Intercept Brasil*, 7 de outubro de 2022a. Disponível em: <<https://theintercept.com/2023/01/11/igrejas-conservadoras-serao-incubadoras-da-extrema-direita-se-governo-nao-mudar-forma/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Grupos pró-vida e pró-família são grupos de ódio que usam Bíblia como alibi. *UOL*, 18/08/2020a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2020/08/18/grupos-pro-vida-aborto.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Igrejas conservadoras serão incubadoras da extrema direita se governo não mudar forma de lidar com elas. *The Intercept Brasil*, 11 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://theintercept.com/2023/01/11/igrejas-conservadoras-serao-incubadoras-da-extrema-direita-se-governo-nao-mudar-forma/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Igrejas evangélicas radicalizaram extremistas no Capitólio – e no Brasil também. *The Intercept Brasil*, 31 de outubro de 2022b. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/10/31/igrejas-evangelicas-radicalizaram-extremistas-no-capitolio-e-no-brasil/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: DU MEZ, Kristin Kobes. *Jesus e John Wayne: Como o Evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022c. Pp. 13-24.

_____. Quem são os evangélicos calvinistas que avançam silenciosamente no governo Bolsonaro. *The Intercept Brasil*, 4 de fevereiro de 2020b. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/02/04/evangelicos-calvinistas-bolsonaro/>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. *Teologia negra: o sopro antirracista do Espírito*. Brasília: Novos Diálogos; São Paulo: Recriar, 2019. 169 pp.

_____. Um mergulho na pregação de Silas Malafaia contra o PT e a favor de Bolsonaro numa rádio evangélica. *The Intercept Brasil*, 26 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/26/pastores-intimidacao-malafaia-bolsonaro/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PADILHA, Anivaldo *et al.* *As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã*. São Paulo: Alameda, 2022. 230 pp. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1SD1CrWhp2qTd1llqk4OdKejvH-t0kHID/view>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PAGELS, Elaine. *Adam, Eve, and the Serpent: Sex and Politics in Early Christianity*. New York: Vintage, 1989. 224 pp.

PAULUZE, Thaiza. Justiça proíbe Católicas pelo Direito de Decidir de usar 'católicas' no nome. *Folha de S. Paulo*, 27 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/justica-proibe-catolicas-pelo-direito-de-decidir-de-usar-catolicas-no-nome.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2020.

PELLEGRINO, Antonia; MIKLOS, Manoela. Mulheres estão no olho do furacão antidemocrático. *Folha de S. Paulo*, 29/04/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonia-pellegrino-e-manoela-miklos/2019/04/mulheres-estao-no-olho-do-furacao-antidemocratico.shtml>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

PERALTA, Marina. *Marina Peralta - Deus é do gueto*. S.l.: Marina Peralta, 03 jun. 2016. 1 vídeo (5:54 min). Disponível em: <<https://youtu.be/yIxfC57pItM>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PEREIRA, Nancy Cardoso. *Maria vai com as outras: mulheres libertárias libertadoras da Bíblia*. São Leopoldo (RS): CEBl, 2016. 63 pp.

_____. *Palavras... Se feitas de carne: Leitura feminista e crítica dos fundamentalismos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2013.

_____. Sagrados corpos. Introdução. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla*. Petrópolis: Vozes, n. 38, 2001. Pp. 5-10.

PEREIRA, Réia Sílvia Gonçalves. “Deixa o menino rodar”: O carisma reteté em uma igreja pentecostal da periferia. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 36, ago./dez. 2019, pp. 267-305.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020. Pp. 17-109.

PIERUCCI, Antônio F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, ANPOCS, p. 104-132, 1989.

PIRES, Breiller. Antropóloga convive com a “covardia da dúvida” de quem a ameaça de morte. *El País Brasil*, 16 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html>. Acesso em: 11 jan. 2020.

PIRES, Breno; AFFONSO, Julia; SHALDERS, André. As 11 histórias que custaram o cargo do ministro da Educação, Milton Ribeiro. *Estadão*, 28/03/2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/as-11-historias-que-custaram-o-cargo-do-ministro-da-educacao-milton-ribeiro/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PODER360. Bolsonaro diz que Michelle pode vir a ser candidata à Presidência. *Poder 360*, 27 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-diz-que-michelle-pode-vir-a-ser-candidata-a-presidencia/>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

_____. Bolsonaro já defendeu tortura para quem pediu para ficar em silêncio em CPI; assista. *Poder 360*, 18 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-ja-defendeu-tortura-para-quem-pediu-para-ficar-em-silencio-em-cpi/>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

_____. Com comercial político-religioso, PT e Lula voltam às origens. *Poder 360*, 08 mai. 2022a. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/comercial-politico-religioso-pt-e-lula-voltam-as-origens/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Propaganda do PT mostra opositos com Bolsonaro: "Brasil do ódio ou do amor?"*. S.l.: Poder360, 10 jun. 2022b. 1 vídeo (1:39 min). Disponível em: <<https://youtu.be/ywuNXOP2Sx8>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PORTAL DO TRONO. Exclusivo: ‘Movimento Cores’, dedicado ao público LGBT, se desvincula da Igreja Batista da Lagoinha. *Portal do Trono*, 10 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.portaldotrono.com/exclusivo-movimento-cores-dedicado-ao-publico-lgbt-se-desvincula-da-igreja-batista-da-lagoinha/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PORTINARI, Natália. A costura política que uniu Bolsonaro aos evangélicos. *Época*, 06/11/2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/a-costura-politica-que-uniu-bolsonaro-aos-evangelicos-23211834>>. Acesso em: 14 out. 2020.

PRATES, Vinícius. Damares promete combater a 'erotização de crianças' no Senado. *Estado de Minas*, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/21/interna_politica,1423616/damares-promete-combater-a-erotizacao-de-criancas-no-senado.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o mostro que vos fala*: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 90 p.

_____. Quem defende a criança queer? In: *Um apartamento em Urano*: Crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 (2013). Pp. 69-73.

PROJETO REDOMAS. *A história de Madalena é icônica para nós, mulheres, porque além de ser uma síntese de todas as opressões e silenciamentos que sofremos, é também um testemunho da nossa força e resistência.* S.l., 22 jul. 2020. Facebook: Projeto Redomas. Disponível em: <<https://web.facebook.com/%201031121603594282/posts/3352967991409620/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Ao vivo 09/09 | Lula se encontra com Evangélicos em São Gonçalo-RJ.* São Gonçalo: PT – Partido dos Trabalhadores, 09 set. 2022. 1 vídeo (2:19:39 hs). Disponível em: <<https://youtu.be/wFT0miLzD9g>>. Acesso em: 10 set. 2022.

PY, Fábio. Bolsonaro's Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. *International Journal of Latin American Religions* (2020a), <https://doi.org/10.1007/s41603-020-00120-4>. 17 pp.

_____. Nunca se viu um governo tão abençoado: fundamentos teológicos do bolsonarismo. *Mídia Ninja*, 09/10/2020b. Disponível em: <<https://midianinja.org/fabiopy/nunca-se-viu-um-governo-tao-abençoado-fundamentos-teologicos-do-bolsonarismo/>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

_____. O elitismo e o mal banal dos protestantes tradicionais no governo Bolsonaro. *Coletivo Bereia*, 3 ago. 2020c. Disponível em: <<https://coletivobereia.com.br/o-elitismo-e-o-mal-banal-dos-protestantes-tradicionais-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

_____. *Pandemia cristofascista*. Série: contágios infernais. São Paulo: Recriar, 2020d.

QUEBRANDO O TABU. *Nossa gente... coisa mais linda do universo a Linn da quebrada falando sobre o que é "Deus" pra ela.* S.l., 25 jan. 2022. Facebook: quebrandootabu. Disponível em: <<https://web.facebook.com/watch/?v=318628170036616>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

RAMOS, Rafael. Bolsonaro: “Não está sendo fácil, mas é missão de Deus”. *Pleno News*, 10/02/2020. Disponível em: <<https://pleno.news/brasil/politica-nacional/bolsonaro-nao-esta-sendo-facil-mas-e-missao-de-deus.html>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

RANGEL, Everton; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Barreiras incomensuráveis? Um comentário. *Debates do NER: pensando com Saba Mahmood*, Porto Alegre, ano 19, nº 36, ago./dez. 2019. Pp. 79-90.

REDE CATÓLICOS LGBT. *A filiação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT foi aprovada por unanimidade pelo colegiado do Conselho Nacional do Laicato do Brasil!* S.l., 28 out. 2022. Instagram: @redecaticoslgbt. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CkQw0Vort2m/>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. *É com grande alegria que saudamos a criação do Núcleo Madalenas de nossa Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT!* S.l., 22 jul. 2020. Instagram: @redecaticoslgbt. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CC9uqDKJVLB/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. *Nesta Sexta-Feira Santa, a reflexão da nossa série, a partir do tema #DiálogospelaDefesadaVida, é de Camila Mantovani (@camila_mantov)*. S.I., 02 abr. 2021. Instagram: @redecaticoslgbt. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CNKz9GyJ4R3/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT participa da Etapa Continental do Sínodo*. S.I., 08 mar. 2023a. Instagram: @redecaticoslgbt. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cpc5xilutO_/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

_____. *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT participa do Seminário Nacional "O Brasil que temos"*. S.I., 04 mar. 2023b. Instagram: @redecaticoslgbt. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CpYUCpGvr4i/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT. [Sem legenda.] S.I., 10 jun. 2018a. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt/photos/a.923827281111857/924757207685531/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. *A equipe de Coordenação Nacional mais linda*. S.I., 10 jun. 2018b. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt/photos/a.923827281111857/923852344442684/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. *A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT anuncia sua nova coordenação, eleita no dia 21 de novembro de 2021, durante plenária realizada no III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+*. S.I., 22 nov. 2021a. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://web.facebook.com/photo/?fbid=1922366737924568&set=pb.100068322314279.-2207520000.>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT marcando presença na 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo*. S.I., 10 jun. 2018c. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt/photos/a.923827281111857/923857991108786/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. *Acompanhamos neste 15 de março a repercussão das lamentáveis declarações da Congregação para a Doutrina da Fé, ao recusar a possibilidade de que uniões entre pessoas do mesmo sexo sejam abençoadas por sacerdotes da Igreja*. S.I., 15 mar. 2021b. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://web.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt/photos/pb.100068322314279.-2207520000./1728953537265890/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *E se Jesus vivesse nos tempos de hoje e fosse uma mulher transgênero?* S.I., 10 jun. 2018d. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt/posts/pfbid0WkKMLAhp28yffiY8kgBrkFNM2ELhZrCyY5DqynzSFHtcXX1KrpFN3hE2VMdajKcl>>. Acesso em: 15 set. 2022.

_____. Onde estamos. S.l., s.d. *Site da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT*. Disponível em: <<https://redecaticoslgbt.com.br/onde-estamos/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. *Partilhando a alegria do trabalho feito com Amor*. S.l., 10 jun. 2018e. Facebook: redenacionalcatolicoslgbt. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redenacionalcatolicoslgbt/photos/a.923827281111857/923852584442660>>. Acesso em: 05 set. 2022.

REIS, Lívia. Do voto evangélico ao cristão: o que as eleições de 2020 têm a nos dizer? *Nexo Jornal*, 04 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Do-voto-evangélico-ao-cristão-o-que-as-eleições-de-2020-tem-a-nos-dizer>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

REIS, Luiz Felipe. 'Jesus é tido como a imagem e semelhança de todos, menos das pessoas trans', critica atriz. *O Globo*, 05/06/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/jesus-tido-como-imagem-semelhanca-de-todos-menos-das-pessoas-trans-critica-atriz-22747777>>. Acesso em: 10 set. 2022.

RELIGIÃO E PODER. Partidos têm aumento de até 163% em candidaturas com nomes religiosos nas urnas em 2020. *Religião e Poder*, novembro de 2020. Disponível em: <<http://religioepolitica.com.br/partidos-aumento-candidaturas-religiosos/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RIBEIRO, Jeferson. Lula sanciona lei que cria o Dia Nacional da Marcha para Jesus. *G1*, 03/09/09. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1291943-5601,00-LULA+SANCIONA+LEI+QUE+CRIA+O+DIA+DA+MARCHA+PARA+JESUS.html>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

RIBEIRO, Kelly. Conheça Fabíola Oliveira, pastora de dupla pertença religiosa, defensora da liberdade de fé. *Catarinas*, 5 out. 2022. Disponível em: <<https://catarinas.info/conheca-fabiola-oliveira-pastora-de-dupla-pertenca-religiosa-defensora-da-liberdade-de-fe/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

RIBEIRO, Marcelo. Vídeo de Bolsonaro contra Jean Wyllis é falso, aponta perícia. *Exame*, 08/12/2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/video-de-bolsonaro-contra-jean-wyllis-e-falso-aponta-pericia/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

RICARDO, Igor. Diocese de Nova Iguaçu cria Pastoral da Diversidade e divide opiniões. *Extra*, 14/11/17. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/diocese-de-nova-iguacu-cria-pastoral-da-diversidade-divide-opinioes-22065613.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

RICH, Adrienne. La contreinte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. *Nouvelles questions féministes*, nº 1, mar. 1981. Pp. 15-43.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. 271 pp.

ROBERTS, James; PONGRATZ-LIPPITT, Christa. German bishops 'not happy' with same-sex blessing rule. *The Tablet*, 16 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.thetablet.co.uk/news/13952/german-bishops-not-happywith-same-sex-blessing-rule>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021. 240 pp.

RODA VIVA. *Roda Viva | Cida Bento | 02/05/2022*. S.l.: Roda Viva, 2022. 1 vídeo (1:34:17 h). Disponível em: <<https://youtu.be/pA7bZnpRWnY>>. Acesso em: 20 mai. 2022

RODAS, Sérgio. Psol pede que Supremo descriminalize aborto feito até terceiro mês de gravidez. *Consultor Jurídico*, 8 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mar-26/rosa-convoca-audiencia-publica-descriminalizacao-aborto>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

RODRIGUES, Basília. Governo edita nova portaria com regras para aborto legal. *CNN Brasil*, 24 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/24/governo-edita-nova-portaria-com-regras-para-aborto-legal>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

RODRIGUES, Matheus. Bolsonaro é lançado candidato à reeleição em evento com ataque ao STF e discurso de Michelle. *G1*, 24/07/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/24/convencao-do-pl-de-lancamento-da-candidatura-de-bolsonaro-no-maracanazinho.ghtml>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

RODRIGUES, Julian; FACCHINI, Regina. "Ideologia de gênero", atores e direitos em disputa: uma análise sobre o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2013-2015). In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. M.; OLIVEIRA, Gustavo Gilson S. (orgs.). *Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo*. Recife: Editora UFPE, 2018.

ROZA, Gabriele; SILVA, Vitória Régia da. Eleições 2022: Entre as pré-candidaturas LGBTQ+, mulheres trans são as mais articuladas e as que mais negociaram recursos. *Gênero e número*, 27 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/pre-candidaturas-lgbt-2022/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

RUBIN, Gayle S. The traffic in women: Notes on the "political economy" of sex. In: REITER, Rayna (ed.). *Toward an anthropology of women*. Nova York: Monthly, 1975. Pp. 157-210.

_____. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (Eds.). *Culture, society and sexuality: a reader*. Londres/Nova York: Routledge, 2007 (1984). Pp. 150-187.

RUPP, Isadora. Como Michelle Bolsonaro agrega votos de mulheres evangélicas. *Nexo Jornal*, 08 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/08/08/Como-Michelle-Bolsonaro-agrega-votos-de-mulheres-evang%C3%A9licas>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Persona Humana sobre alguns pontos de ética sexual*. Cidade do Vaticano, 29 dez. 1975. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SALES, Gabriella. Grupo de cristãos lança candidatura coletiva pelo PSOL em Porto Alegre. *Revista Fórum*, 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/grupo-de-cristaos-lanca-candidatura-coletiva-pelo-psol-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, 2019, pp. 9-27.

SALVADOR, Alexya. *Aprendemos com o próprio Jesus a subverter o sistema*. S.l., 09 set. 2020. Facebook: AlexyaSalvador. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AlexyaSalvador/posts/10217546507281110>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SANCHES, Mariana. Por que investimento bilionário em segurança nas escolas não impediu aumento de ataques nos EUA. *BBC News Brasil*, 08 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gr34rk8g4o>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura Souza; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, pp. 14-23.

SANTOS, Maria Carolina. Plataformas online agregam candidaturas trans, LGBTQIA+, negras e feministas. *Marco Zero*, 30/08/2022. Disponível em: <<https://marcozero.org/plataformas-online-agregam-candidaturas-trans-lgbtqia-negras-e-feministas/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

SARDINHA, Edson. Marco Feliciano, aliado de Bolsonaro, critica “despreparo” do governo: “Somos amadores”. *Congresso em foco*, 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/marco-feliciano-aliado-de-bolsonaro-critica-despreparo-do-governo-somos-amadores/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

SASSINE, Vinicius. Jean Wyllys admite que cuspiu “na cara” de Bolsonaro. *O Globo*, 17/04/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/jean-wyllys-admite-que-cuspiu-na-cara-de-bolsonaro-19110700>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

SBARDELOTTO, Moisés. *E o Verbo se fez rede: Religiosidades em reconstrução no ambiente digital*. São Paulo: Paulinas, 2017. 397 p.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2020. 214 pp.

SCHWARCZ, Lilia M. História não é bula de remédio. In: *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1986]. Pp. 49-80.

_____. *Sex & secularism*. Princeton: Princeton University Press, 2018. 235 pp.

SELO ZAU (org.). *Vozes que não se calam: Cartas de um evangelho brasileiro, feminino e negro*. São Paulo: Selo Zau, 2020. 210 pp.

SENADO FEDERAL. Notas taquigráficas. 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. 155ª Sessão (Sessão Deliberativa Ordinária). 12 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/sessao/pdf/23544>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SENRA, Ricardo; KRIEZIS, Elisa. Damares Alves: “Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?”. *BBC News Brasil*, 18 dezembro 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SERRA, Cris. *[Olá, boa noite]*. Messenger: [mensagem enviada a @evangelicxs]. 17 mai. 2018a. 22:00. 1 mensagem de Messenger.

_____. Diversity as a gift: LGBTQI+ Roman Catholic organizations in twenty-first-century Brazil. *International Journal of Latin American Religions* 6, 2022, pp. 248–280.

_____. Há um deus sob medida para projetos fascistas de dominação e morte. *Carta Capital*, 13 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/ha-um-deus-sob-medida-para-projetos-fascistas-de-dominacao-e-morte/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

_____. Não há cura para quem não está doente. *CLAM*, 01/05/2018b. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/busca/conteudo.asp?cod=12780>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. O coração, a santa e a dádiva: contribuições teológicas de corpos fora-da-lei. In: JURKEWICKZ, Regina (org.). *Teologias fora do armário: teologias, gênero e diversidade sexual*. Jundiaí (SP): Max, 2019a.

_____. *Vimos pra comungar*. Os grupos de católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019b.

_____; LEITE, Vanessa. (Des)construindo tradições: Diversidade sexual e de gênero em disputas de narrativas e valores religiosos. In: RIBEIRO, Claudio (org.). *Religiões & Direitos Humanos: Múltiplos Olhares*. São Paulo: Saber Criativo, 2021. 208 pp.

_____; SILVA, Jeferson Batista; ARAÚJO, Murilo (orgs.). *Testemunhos da Diversidade: Histórias de fé, amor e comunhão*. Rio de Janeiro: Autorale, 2020. [livro eletrônico] Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1brwAXLhawHjMG3yHRqeivkm3Ct_FKlhB/view>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SERRANO-AMAYA, José Fernando. La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 27, 2017.

SILVA, Camila Mantovani da. *Menos de 48h de evento da Frente evangélica pela legalização do aborto no ar, e já estamos contabilizando as páginas fascistas e misóginas que puxaram convocações pra boicote do nosso espaço!* S.l., 08 jun. 2018. Facebook: camila.mantovani.399. Disponível em: <<https://www.facebook.com/camila.mantovani.399/posts/pfbid02YNn4mRyWJs32RX9Dmcbx42enEcetytu9bQRvUWFZzYG6GYTCzFbkLTRoLJsjaV3l>>. Acesso em: 05 set. 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022. 480 p.

SILVA, Vitória Régia da. Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016. *Gênero e número*, 19 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/trans-eleitas-em-2020/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

SIMÕES, Júlio A. e FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. 189 pp.

SIMON, Gut *et al.* *Semente de vida: Rejeição e aceitação de filhos/as/es LGBTI+ em lares cristãos*. São Paulo: Ed. dos Autores, 2022. 295 pp.

SOARES, Ingrid. Em reunião com católicos, Bolsonaro diz que eleição em 2018 foi um milagre. *Correio Braziliense*, 21/05/2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica,857185/em-reuniao-com-catolicos-bolsonaro-diz-que-eleicao-em-2018-foi-um-mil.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. 128 pp.

_____; ROCHA, Camila; e COSTA, Beatriz Della. *Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras*. São Paulo: Boitempo Editorial / Instituto Update, 2022. Edição do Kindle.

SÖLLE, Dorothee. *Beyond mere obedience: Reflections on a Christian Ethic for the Future*. Minneapolis: Augsburg, 1970.

SOULFORCE. ¿Qué es la supremacía cristiana? *Soulforce*, 2019. Disponível em: <<https://soulforce.org/download/que-es-la-supremacia-cristiana/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SOUZA, Renata. Femicídio político: Um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. Vol. 06, N. 02, Abr.–jun. 2020. Pp. 119-133.

SPIVAK, Gayatri C. Subaltern studies: Deconstructing historiography. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri C. (eds.). *Selected Subaltern Studies*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1988.

STABILE, Arthur; VASCONCELOS, Caê. Antifas: quem são e por que lutam. *Ponte Jornalismo*, 04/06/20. Disponível em: <<https://ponte.org/antifas-quem-sao-e-por-que-lutam/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. 13/06/2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TAVARES, Joelmir. Bolsonaro é ovacionado em Marcha para Jesus e fala em problemas de ética, moral e economia. *Folha de S. Paulo*, 20 jun. 2019. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/bolsonaro-e-ovacionado-em-marcha-para-jesus-e-fala-em-problemas-de-etica-moral-e-economia.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. Datafolha: Lula reduz vantagem de Bolsonaro entre evangélicos. *Folha de S. Paulo*, 15 set. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-lula-reduz-vantagem-de-bolsonaro-entre-evangelicos.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2022.

TEIXEIRA, Faustino. *Cristianismos e teologia da libertação*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014. 174 pp.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências, programa de Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

_____. Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal. *Contemporânea*, v. 12, n. 3, set.-dez. 2022. Pp. 743-767.

_____; ANJOS, Simony dos. Quem são as (fé)ministas? *Justificando*, 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/15/quem-sao-as-feministas/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

TEIXEIRA, Matheus; BRANT, Danielle. Damares se torna aposta de evangélicos para 2026 com inelegibilidade de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 17 jul. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/07/damares-se-torna-aposta-de-evangelicos-para-2026-com-inelegibilidade-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

TEMPLÁRIO DE MARIA. Centro Dom Bosco processa a Netflix e Porta dos Fundos. *Templário de Maria*, 14/12/2019. Disponível em: <<https://templariodemaria.com/centro-dom-bosco-processa-a-netflix-e-porta-dos-fundos/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

TESSER, Tabata P. *Entre terços e palanques: ativismos de deputadas católicas antifeministas na Câmara Federal*. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

TIRE OS FUNDAMENTALISMOS DO CAMINHO. *Conheça a campanha "Tire os Fundamentalismos do Caminho! Pela vida das mulheres!"*. S.l., 14 ago. 2020. Facebook: tireosfundamentalismosdocaminho. Disponível em: <<https://web.facebook.com/tireosfundamentalismosdocaminho/posts/656760564936337>>. Acesso em: 10 set. 2020.

TONIOL, Rodrigo. Pontifício tribunal de justiça. *Piauí*, 06 nov. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/pontificio-tribunal-de-justica/>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

TOSTES, Angelica. Quem tem o direito de fazer teologia? *Angeliquisses*, 17 mai. 2018. Disponível em: <<https://angeliquisses.com/2018/05/17/quem-tem-o-direito-de-fazer-teologia/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

_____; CORAZZA, Delana. “Foi preciso enegrecer Deus”, diz pastora metodista Eliad Santos sobre Teologia Negra. *Brasil de Fato*, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/foi-preciso-enegrecer-deus-diz-pastora-metodista-eliad-santos-sobre-teologia-negra>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____; RIBEIRO, Claudio de Oliveira (orgs.). *Religião, corporeidade e direitos reprodutivos: Outras vozes dentro da fé cristã*. São Paulo: Annablume, 2019. 122 pp.

TV 247. *Giro das Onze: Leitura da Carta pelo Estado Democrático de Direito, ao vivo*. S.l.: TV 247, 11 de ago. de 2022. 1 vídeo (2:58:28 hs). Disponível em: <<https://youtu.be/aXnBRHA-VBw>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

URIBE, Gustavo; SALDAÑA, Paulo. Bolsonaro sonda três evangélicos para o MEC após pressão de aliados. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/bolsonaro-sonda-tres-evangelicos-para-o-mec-apos-pressao-de-aliados.shtml>>. Acesso em: 04 out. 2020.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *cadernos pagu* (50), 2017.

_____. La politización de la sexualidad y los sentidos de lo religioso. *Sociedad y Religión* nº 42, Vol XXIV, 2014, pp. 209-226.

_____. Reactive politicization and religious dissidence: The political mutations of the religious. *Social Theory and Practice*, vol. 31, n. 2, April 2005, pp. 233-255.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu, 2020. 144 p.

VIANA, Natalia. *O diabo entra na disputa eleitoral*. Destinatários: destinatários da newsletter “Democracia em xeque”. S.l., 15 de agosto de 2022. 1 mensagem eletrônica.

VIDAL, Marciano. *Sexualidade e condição homossexual na moral cristã*. Aparecida: Editora Santuário, 2008. 196 pp.

VIEIRA, Isabela. Religiosos criticam citações a Deus na sessão da Câmara que votou impeachment. *Agência Brasil*, Brasília, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/religiosos-criticam-citacoes-deus-na-sessao-do-impeachment-na-camara>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VIEIRA, Pastor Henrique. *No debate "Cristianismo e Direitos Humanos: Uma resposta ao fundamentalismo", com Frei Betto, Ariovaldo Ramos e Camila Mantovani. Sigamos!* Rio de Janeiro, 30 out. 2017. Twitter: @pastorhenriquev. Disponível em: <<https://twitter.com/pastorhenriquev/status/925124071083397120>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. *Folha de S. Paulo*, 20 set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

VITAL DA CUNHA, Christina. Apoio evangélico a Bolsonaro é marcado por uma grande volatilidade. Entrevista a Patricia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos*, 27 setembro 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592934-apoio-evangelico-a-bolsonaro-e-marcado-por-uma-grande-volatilidade-entrevista-especial-com-christina-vital-da-cunha>>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. Cancelamento de judeus e evangélicos à esquerda nas eleições 2022. *Instituto Humanitas Unisinos*, 01 novembro 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623549-cancelamento-de-judeus-e-evangelicos-a-esquerda-nas-eleicoes-2022-artigo-de-christina-vital-da-cunha>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Retórica da perda e os Aliados dos Evangélicos na política brasileira. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020. Pp. 237-256.

_____; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, v. 16, n. 29 ago. 2019.

_____; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião, 2013.

_____; _____. LUI, Janayna. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2017.

VIVAS, Fernanda. “Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”, diz Damares ao assumir Direitos Humanos. *G1*, 02/01/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

VIVEROS VIGOYA, Mara. Los colores del antirracismo (en América Latina). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 36, dez. 2020. Pp.19-34.

_____; RODRÍGUEZ RONDON, Manuel Alejandro. Hacer y deshacer la ideología de género. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 27, dez. 2017. Pp. 118-127.

VOZES MARIAS. Nesses dias de ativismo vamos refletir o que não dizer, como acolher uma mulher/menina que está numa situação de violência. S.l., 28 nov. 2020a. Instagram: @vozesmarias. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CIJmA5XLrD/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Rede Madalenas é um grupo formado por diversos coletivos de mulheres e se propõe a oferecer escuta ativa e acolhimento àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. S.l., 10 dez. 2020b. Instagram: @vozesmarias. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CloAtDZrLIR/>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

WACHHOLZ, Wilhelm; REINKE, André Daniel. “Pela paz de Jerusalém”: A origem do sionismo cristão, sua influência na igreja protestante brasileira e sua atuação no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIII, n. 37, Maio/Agosto de 2020. Pp. 253-273.

WALMOR, Dom. *Lamentável presenciar aqueles que representam a Lei e o Estado com a missão de defender a vida*. S.l., 17 ago. 2020. Facebook: DomWalmor. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DomWalmor/posts/1183312905381978>>. Acesso em: 10 set. 2020.

WEBER, Rosa. *Decisão com a Relação dos Inscritos Habilitados, Data, Ordem dos Trabalhos e Metodologia*. STF, junho de 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF442habilitados.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its discontents: Meanings, myths & modern sexualities*. Nova York: Routledge, 1995 (1985). 324 pp.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022 [1992]. 144 pp.

ZACARIAS, Nilza Valeria. Não há uma relação fechada entre evangélicos e Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique*. Edição 179, 2 de junho de 2022. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/nao-ha-uma-relacao-fechada-entre-evangelicos-e-bolsonaro/>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ZANINI, Fábio. Evento conservador consolida Eduardo Bolsonaro como herdeiro político do pai. *Folha de S. Paulo*, 13 out. 2019. Disponível em: <<https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2019/10/13/evento-conservador-consolida-eduardo-bolsonaro-como-herdeiro-politico-do-pai/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ZIMBRÃO, Adélia Cristina. *Igualdade e diferença em tensão: disputas travadas por reconhecimento de direitos na arena legislativa*. 2018. 364 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018.

ANEXO A – Matéria do Jornal de Brasília sobre a “Caminhada por uma Educação Inclusiva”, chamada pelo Diversidade Católica do Rio de Janeiro e realizada com participação da Comunidade Betel (futura ICM Rio) em 28 de maio de 2011.

18

BRASIL

Segunda-feira, 30 de maio de 2011

Jornal de Brasília

HOMOSSEXUALIDADE

Religiosos em passeata

■ Gays católicos e evangélicos vão às ruas do Rio protestar contra suspensão de kit

Dezenas de pessoas caminharam pela orla da Praia de Ipanema, na zona sul da cidade, na manhã de ontem, em uma manifestação contra a decisão da presidenta Dilma Rousseff, na quarta-feira passada, de suspender a distribuição do kit anti-homofobia nas escolas públicas do país.

A caminhada foi organizada por grupos gays das igrejas Católica e Evangélica que carregavam faixas e cartazes pedindo uma educação mais inclusiva. Membro do grupo Diversidade Católica, formado por gays católicos, Juliana Luvizano disse que a passeata busca, sobretudo, chamar a sociedade para discutir a questão do homossexualismo nas escolas, que não é tratado de maneira responsável e cidadã.

“Ninguém transforma ninguém em gay. Assim como não se pode transformar um gay em heterossexual. Pedimos uma educação inclusiva dentro de casa e na escola, porque a violência contra alunos que se descobrem homossexuais ou transexuais é grande e o número de evasão escolar dessas crianças é enorme”.

Juliana afirmou ainda esperar que Dilma Rousseff reformule o kit para que atenda a todas as camadas da sociedade, mas que o material não deixe de ser oferecido nas escolas.

“O kit foi feito com a ajuda de diferentes grupos da sociedade e foi aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação (Unes-

RUDY TRINDADE/NEWS FREE/RE



Grupos de diversidade faz caminhada e pede reformulação do kit, aprovado pela Unesco, nas escolas

SAIBA +

O kit anti-homofobia suspenso inclui um caderno com orientações para professores, uma carta para o diretor da escola, cartazes de divulgação em murais, boletins e vídeos.

O movimento estudantil fará uma mobilização na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados nesta semana.

co). Trata-se de um material para ajudar o educador e os alunos a praticarem o respeito à pluralidade e às diferenças.

O consultor financeiro Renato Roizenblit, que passeava no calçadão da Praia de Ipanema com a esposa Daniele e a filha Raissa, de 1 ano de idade, comemorou a iniciativa. “Essa passeata deveria ter acontecido há muito tempo, mas antes tarde do que nunca, né? A gente tem que educar as pessoas para aceitarem as diferenças”, disse.

NEGOCIAÇÃO

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a As-

sociação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) estão tentando negociar com o governo a liberação de dois, dos três vídeos que compõem o kit informativo de combate à homofobia nas escolas públicas de ensino médio.

No último dia 26, a Ubes apoiou a decisão da presidenta Dilma Rousseff de suspender a distribuição do kit informativo. No entanto, segundo o presidente da entidade, Yarin Evanovick, parte do material deve ser liberada. Para ele, apenas o vídeo sobre bissexualidade tinha conteúdo inadequado e não pode ser veiculado nas escolas.

ANEXO B – Materiais de divulgação dos eventos abertos realizados pelo DC-RJ entre 2012 e 2014.

Figura 39 – Programação do evento “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, na UNIRIO, em 3 de junho de 2012.



O AMOR DE CRISTO NOS UNIU
GAYS CRISTÃOS NA IGREJA CATÓLICA

CONHEÇA O DIVERSIDADE CATÓLICA
LEIGOS QUE PROMOVEM O DIÁLOGO E A REFLEXÃO
SOBRE VIVER A FÉ CRISTÃ E SER GAY

PROGRAMAÇÃO

14h Abertura:
A história do Diversidade Católica, de 2007 até hoje

14h30 Mesa-redonda:
Fé cristã e diversidade sexual
“A verdade que emerge”
• James Alison, padre católico, teólogo e escritor

“Panorama bíblico sobre a homossexualidade”
• Marcio Retamero, mestre em História Moderna/UFF e pastor da Igreja Presbiteriana da Praia de Botafogo e da Igreja da Comunidade Metropolitana Betel do RJ

“Diversidade Sexual e fé católica dentro de um Estado Laico”
• Cristiana Serra, psicóloga e católica leiga

16h30 Coffee break

16h45 Gay e cristão:
Alguns depoimentos pessoais

17h45 Encerramento

QUANDO
03 DE JUNHO DE 2012, DE 14H ÀS 18H

ONDE
UNIRIO AUDITÓRIO DO CCET
AV. PASTEL, 456 - BOTAFOGO/
PRAIA VERMELHA

ENTRADA FRANCA

diversidade Católica
PELA INCLUSÃO
LGBT NA IGREJA

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 40 – Programação do evento “O jovem homossexual na Igreja: 1º encontro de relatos e experiências”, na UNIRIO, em 25 de julho de 2013.



O JOVEM HOMOSSEXUAL NA IGREJA

1º ENCONTRO DE RELATOS E EXPERIÊNCIAS

CONHEÇA O DIVERSIDADE CATÓLICA
LEIGOS QUE PROMOVEM O DIÁLOGO E A REFLEXÃO
SOBRE VIVER A FÉ CRISTÃ E SER GAY

PROGRAMAÇÃO

O evento terá **entrada franca** e **será aberto ao público**, sujeito apenas a lotação do espaço físico.

<p>14h Abertura:</p> <p>"Ser homossexual na Igreja hoje".</p>	<p>15h Partilha.</p> <p>Perguntas e comentários do público.</p>
<p>14h15 Relatos e testemunhos.</p> <p>Membros do grupo falarão sobre suas experiências religiosas e vivências em suas paróquias, comunidades e famílias.</p>	<p>15h45 Lanche e confraternização.</p> <p>Encerramento.</p>

QUANDO
25 DE JULHO DE 2013,
DE 14H ÀS 16H

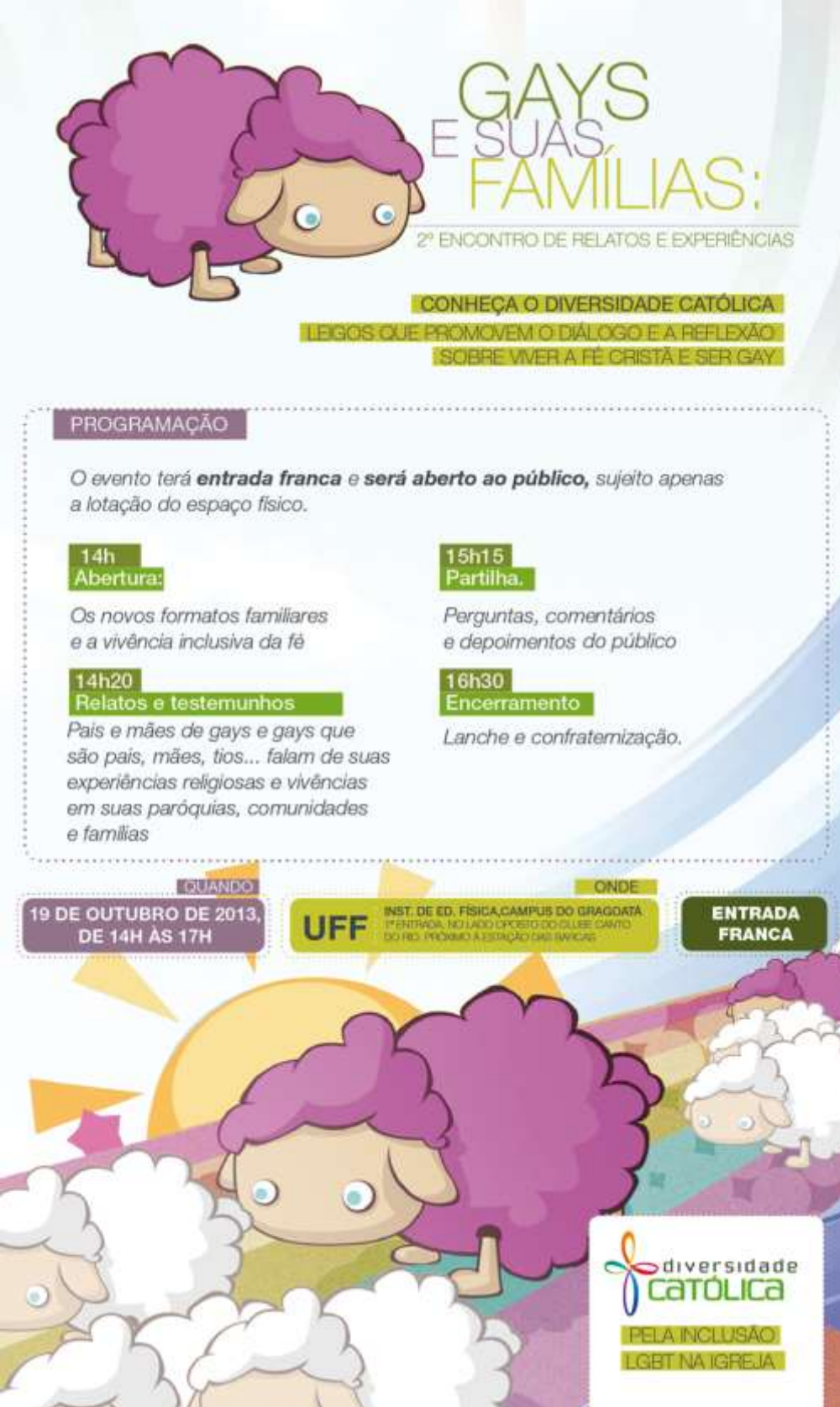
ONDE
UNIRIO VERA JANACÓPULOS
AV. PASTEUR, 296 - BOTAFOGU
FRIA VERMELHA

ENTRADA FRANCA



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 41 – Programação do evento “Gays e suas famílias: 2º encontro de relatos e experiências”, na UFF, em 19 de outubro de 2013.



GAYS E SUAS FAMÍLIAS:

2º ENCONTRO DE RELATOS E EXPERIÊNCIAS

**CONHEÇA O DIVERSIDADE CATÓLICA
LEGOS QUE PROMOVEM O DIÁLOGO E A REFLEXÃO
SOBRE VIVER A FÉ CRISTÃ E SER GAY**

PROGRAMAÇÃO

O evento terá **entrada franca** e **será aberto ao público**, sujeito apenas a lotação do espaço físico.

<p>14h Abertura:</p> <p>Os novos formatos familiares e a vivência inclusiva da fé</p>	<p>15h15 Partilha.</p> <p>Perguntas, comentários e depoimentos do público</p>
<p>14h20 Relatos e testemunhos</p> <p>Pais e mães de gays e gays que são pais, mães, tios... falam de suas experiências religiosas e vivências em suas paróquias, comunidades e famílias</p>	<p>16h30 Encerramento</p> <p>Lanche e confraternização.</p>

QUANDO
19 DE OUTUBRO DE 2013, DE 14H AS 17H

UFF INST. DE ED. FÍSICA, CAMPUS DO GRAGUATÁ
1ª ENTRADA, NO LADO OPOSTO DO COLÉGIO SANTO DO REI (PRÓXIMO À ESTAÇÃO DAS LAVINAS)

ONDE

ENTRADA FRANCA

diversidade católica
PELA INCLUSÃO
LGBT NA IGREJA

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 42 – Programação do evento “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT”, na UNIRIO, em 26 de julho de 2014.



TUA FÉ TE SALVOU

I ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBT

CONHEÇA A DIVERSIDADE CATÓLICA
LEIGOS QUE PROMOVEM O DIÁLOGO E A REFLEXÃO
SOBRE VIVER A FÉ CRISTÃ E SER GAY

PROGRAMAÇÃO

O evento terá entrada franca e será aberto ao público, sujeito apenas a lotação do espaço físico.

13h30 Início:	15h20 Partilha:
<i>Chegada e acolhida</i>	<i>Microfone aberto para partilha.</i>
13h45 Abertura e apresentação:	16h30 Encerramento.
<i>Homoafetividade e fé cristã.</i>	
14h10 Grupos:	16h40 Confraternização:
<i>Apresentação de cada grupo.</i>	<i>Lanche.</i>

QUANDO
26 DE JULHO DE 2014,
DE 13H30 ÀS 17H

ONDE
UNIRIO AUDITÓRIO PAULO FREIRE DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CCHS
ALameda Rio de Janeiro, 100 - Botafogo, RJ - CEP: 22250-010

ENTRADA FRANCA

diversidade
CATÓLICA
PELA INCLUSÃO
LGBT NA IGREJA

Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO C – Manifesto gerado no evento “Tua fé te salvou: I Encontro Nacional de Católicos LGBT”, realizado na UNIRIO em 26 de julho de 2014.

MANIFESTO DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT DO BRASIL

Nós, cristãs e cristãos católic@s LGBT reunid@s em nosso I Encontro Nacional, no Rio de Janeiro, somos filhas e filhos de Deus e da Igreja. cremos que Deus é amor, criador de todas as coisas e de todos os seres humanos. cremos que Ele ama a todos igualmente, chamando-nos à vida em abundância e à liberdade. cremos em Jesus Cristo, que nos revela a face divina e nos oferece o seu jugo leve e o seu fardo suave, para nos libertar de todo fundamentalismo e opressão. cremos no Espírito Santo, que age na humanidade continuando e atualizando a obra de Jesus. Como filhos da Igreja, nela batizados, recebemos o dom da fé através de nossos pais e de nossas comunidades. Ao conhecer-nos a nós mesmos, descobrimos a condição homossexual. Somos solidários aos demais LGBT em favor de uma sociedade sem homofobia e sem discriminação.

Alegramo-nos com as palavras e ações do Papa Francisco em favor da renovação da Igreja, convocando-a a dirigir-se às “periferias existenciais”, ao encontro dos que sofrem com as injustiças, com a violência e diversos tipos de conflitos. Concordamos com sua crítica às estruturas caducas, incapazes de acolhimento e fechadas aos novos caminhos que Deus nos apresenta. Sabemos que tudo o que vem d’Ele nos realiza e nos dá a verdadeira alegria e serenidade, porque Deus nos ama e quer apenas o nosso bem. Compartilhamos as exortações do Papa quando diz que o anúncio do amor salvador de Deus precede toda e qualquer obrigação moral e religiosa. Este anúncio deve concentrar-se no essencial, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como aconteceu aos discípulos a caminho de Emaús ao encontrarem o Cristo ressuscitado. A Igreja deve ser sempre a casa aberta do Pai, onde há lugar para todos os que enfrentam fadigas em suas vidas, e não uma alfândega dos sacramentos. O confessionário não deve ser uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos. A Eucaristia não é prêmio dos perfeitos, mas remédio generoso e alimento aos que necessitam. A célebre interrogação do

Papa deve calar fundo em todos: “se uma pessoa é gay, busca a Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgar?”.

A Igreja se prepara para o Sínodo sobre a família, interrogando-se sobre a atenção pastoral às uniões homossexuais. E, caso adotem crianças, como lhes transmitir a fé. Neste contexto, desejamos dar nossa contribuição a partir de nossa vivência cristã. Merecem apoio as iniciativas pastorais dos bispos de acolher, orientar e incluir nas comunidades aqueles que vivem em novas configurações familiares, incluindo as uniões entre pessoas do mesmo sexo, pois estes são desafios inadiáveis.

É preciso, mais do que nunca, levar em conta a nova compreensão da humanidade a respeito da homossexualidade. Desde o final do último milênio, as grandes organizações de medicina, saúde pública e psicologia não consideram mais a atração pelo mesmo sexo como doença, distúrbio ou perversão; e proíbem seus profissionais de colaborarem em serviços que proponham a sua cura. É anacrônico considerá-la como uma tendência objetivamente desordenada, bem como encaminhar pessoas LGBT a orações de “cura e libertação”. É profundamente desumano considerar as uniões homoafetivas e suas expressões amorosas como depravação ou imoralidade.

Muitos LGBT deixam ou já deixaram a Igreja por se depararem com estas posturas. Todos perdem com isto. O acolhimento da diversidade e do pluralismo enriquece a todos e testemunha ao mundo a grandeza do amor de Deus. Estamos abertos ao diálogo construtivo. Temos certeza de que o Espírito Santo há de nos iluminar e fortalecer nesta caminhada.

Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

Diversidade Católica do Rio de Janeiro (DCRJ); Grupo de Ação Pastoral da Diversidade - São Paulo; Diversidade Católica de Belo Horizonte; Diversidade Católica de Brasília; Diversidade Católica do Paraná (DCPR); Diversidade Católica Ribeirão Preto/SP e região (DCRP); Pastoral da Diversidade – PERNAMBUCO; núcleos em formação em Itajaí (SC), Anápolis (GO) e Passos (MG)

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2014

ANEXO D – Nota da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT sobre a controvérsia gerada pelo cancelamento da apresentação da peça “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu” no Rio de Janeiro, em junho de 2018.

E se Jesus vivesse nos tempos de hoje e fosse uma mulher transgênero? Essa pergunta é a premissa da peça "O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu", monólogo encenado por Renata Carvalho. O texto, da dramaturga britânica Jo Clifford, traduzido por Natalia Mallo (que dirige o espetáculo), é construído do começo ao fim sobre o texto dos Evangelhos, e busca atualizar a história de Jesus para o mundo contemporâneo, na pele de uma mulher trans.

Desde o início de sua trajetória, em 2016, a produção brasileira vem sofrendo uma sucessão de ataques e censuras sob a acusação de “desrespeito” e “ofensa” aos valores cristãos, por apresentar Cristo encarnado em uma mulher trans e representado por uma atriz travesti. A mais recente agressão foi perpetrada pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, na figura do prefeito Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, que determinou o cancelamento não só do espetáculo, mas de toda a programação da Mostra Corpos Visíveis prevista para ocorrer no Parque Madureira no sábado, 9 de junho, na qual a peça estava inserida.

Nada, porém, é capaz de deter a Verdade e a Justiça. Assim, mostra e peça encontraram abrigo nesse dia na Fundação Progresso. E o público lotou o teatro na Lapa, a ponto de ser preciso aumentar a capacidade da casa com cadeiras extras e realizar uma segunda sessão para atender à demanda. Porque a Vida, quando jorra, é em abundância, e nada – nenhum apagamento, nenhum autoritarismo, nenhuma arbitrariedade, nenhuma hipocrisia, nenhuma censura, nenhuma violência, nenhuma perseguição, nenhum poder deste mundo, nada – é capaz de deter o jorro em sua fonte.

O texto de Clifford, traduzido por Natalia e vivido por Renata, é teologia encarnada. É experiência viva do Cristo encarnado nos corpos feridos das pessoas que sofrem, nos corpos violentados das pessoas excluídas, nos corpos martirizados das pessoas vulneráveis. E também dá testemunho do Amor encarnado e incondicional de Deus que é Pai e Mãe por cada um de seus filhos e filhas pequeninas; do Amor Vivo de Deus que nos abençoa e sacraliza em nossos corpos, nosso sexo e nossos afetos. A peça é testemunho vivo do Evangelho de Cristo entre

nós, da Boa Nova da redenção das pessoas excluídas deste mundo, herdeiras que são do Reino de Deus. E Renata Carvalho carrega sua atuação de Verdade, como só alguém que caminha com o Cristo Vivo poderia fazer.

Só temos palavras de gratidão e estímulo a Renata, Natalia e demais pessoas envolvidas na produção da peça – e da Mostra Corpos Visíveis, que a trouxe para o Rio de Janeiro este fim de semana – pela cruzada que vêm movendo por esse espetáculo. Somos gratas e gratos pela coragem, pela perseverança, pela honestidade, pela coerência, pela integridade do seu trabalho e da sua luta. A cruzada de vocês é a nossa cruzada; contem conosco sempre. Sua montagem de “O Evangelho de Jesus, Rainha do Céu” é Verbo Encarnado em nossos tempos, especialmente nos tempos tão árduos que vivemos hoje em nosso país. E sabemos o que acontece à Verdade em tempos de trevas.

Parafrazeando a Jesus travesti de Renata: bem-aventuradas as pessoas perseguidas em nome da Verdade, porque elas trazem a mudança. E a mudança virá, porque nada pode impedir a Fonte de Água Viva de jorrar, nem o fogo do Espírito de arder em nossos corações e mover nossos passos e nossa luta por Justiça neste mundo. Cristo é conosco, e nada nos deterá.

Cristo é conosco, e somos todes sagrades.

Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018d.

ANEXO E – Manifesto gerado no “II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+”, realizado em São Paulo em 1 e 2 de junho de 2018.

São Paulo, 2 de junho de 2018

Nós, leigas e leigos católicos reunidos no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, assumimos a missão de Promover e difundir a Boa Nova de Jesus Cristo e o projeto plenamente inclusivo do Reino de Deus, partilhando a experiência do Amor, da Liberdade, da Justiça e da Vida em abundância com todas as pessoas que são excluídas da Igreja e/ou da sociedade em virtude de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Nosso Encontro nasceu como um fruto importante do trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Rede Nacional desde a sua fundação, no ano de 2014 – quando ocorreu o primeiro encontro de católicos LGBTI+ do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro –, e pelos grupos que a compõem desde o surgimento do primeiro deles, em 2007. Desde então, nosso trabalho tem se concentrado no desenvolvimento de ações pastorais dedicadas à promoção da cidadania de pessoas LGBTI+ na Igreja e na sociedade. Comprometidas e comprometidos com a construção de uma “Igreja em saída”, assumimos a tarefa desafiadora de atuar nessas “periferias existenciais” que a Igreja – inclusive no Brasil – ainda tem tido dificuldades e por vezes resistências para escutar e acompanhar pastoralmente. Com as graças de Deus, a ação do Espírito tem sido sentida de forma abundante em nosso trabalho, que vem revelando inúmeros frutos e dons de amor, de fé, de esperança e de serviço ao Reino de Deus.

Somos filhas e filhos amados de Deus, que é Pai e Mãe, testemunhas do amor salvífico e incondicional de Jesus Cristo e, movidos pelo Seu Espírito, abraçamos a proposta do Evangelho como centro e fundamento maior das nossas vidas e do nosso trabalho.

Somos Povo santo de Deus, membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana e, acolhidos pela proteção de Maria, mãe desta mesma Igreja, nos reunimos à comunidade de irmãos e irmãs batizados em Cristo, contribuindo com nossos dons, em toda a sua diversidade, na jornada da construção do Reino.

Impelidos pelo Espírito Santo, assumimos o chamado e a vocação a sermos sal da terra e luz do mundo, valorizando o protagonismo e a participação ativa do laicato na realização da missão de Cristo e da Igreja.

Considerando a pluralidade do próprio Deus, que se revela na Santíssima Trindade e se manifesta na beleza múltipla da Criação, lutamos pelo reconhecimento e pela celebração plena da diversidade de expressões, identidades, gêneros, sexualidades, raças, etnias, culturas e credos.

Primamos pelo exercício do diálogo aberto e fraterno como caminho para construir pontes, diminuir muros, ampliar horizontes e aproximar corações e mentes, favorecendo a construção de novas relações, baseadas em uma perspectiva inclusiva, solidária e não violenta.

Por amor à causa do Evangelho, inspiramo-nos na tarefa profética de anunciar a Esperança, resistir à opressão e denunciar a injustiça, e nos comprometemos a trabalhar pela construção de uma sociedade verdadeiramente justa e fraterna para todas as pessoas, sem qualquer distinção.

Nós nos abrimos para o diálogo com nossas irmãs e irmãos de outras tradições religiosas, cristãs e não-cristãs, para, em amizade fraterna e sem proselitismo, caminharmos juntos na construção de um mundo em que reinem o Amor e a Justiça, e onde todas e todos tenham espaço para serem quem são.

Seguimos em comunhão com nossas irmãs e irmãos em Cristo e conclamamos a Igreja, as comunidades de fé e a sociedade como um todo a caminhar conosco na opção preferencial pelos excluídos. Temos a certeza de que o Espírito Santo há de nos iluminar e fortalecer nessa caminhada.

Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

ANEXO F – E-mail da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT à CNBB, comentando conteúdo para jovens da Campanha da Fraternidade 2020, datado de 3 de fevereiro de 2020. Fonte: arquivo pessoal.

Estimados senhores, a paz de Cristo!

Como equipe de coordenação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, representamos algumas centenas de católicos e católicas LGBTI+ que se reúnem em 23 grupos organizados espalhados pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Nesta qualidade, estamos entrando em contato com os senhores, respeitosamente, para compartilhar nosso choque e indignação face a parte do material contido na cartilha da Campanha da Fraternidade 2020 voltada para o público jovem, intitulada “Jovens na CF”. Chegou ao nosso conhecimento o depoimento de “Lilian”, 28 anos, em cuja história se associam abuso de álcool e drogas e homossexualidade. Lamentamos profundamente que esse tipo de estereótipo pejorativo esteja sendo reproduzido em material da CF, em especial em material voltado para jovens, contribuindo para uma visão necessariamente negativa e destrutiva da vivência e da realidade das pessoas LGBTI+. Esse tipo de estereótipo apenas legitima e alimenta a segregação, a discriminação e o sofrimento de pessoas que são LGBTI+, especialmente as que são também católicas, criando para elas um ambiente nocivo e tóxico na Igreja, que deveria ser porto seguro e acolhedor.

Não podemos perder de vista que muitas pessoas católicas – pessoas que em geral foram criadas e socializadas em ambientes católicos; pessoas ativamente engajadas em suas comunidades de fé como agentes de pastoral, catequistas, membros de conselhos paroquiais; pessoas cujas famílias, amigos e amigas são católicos; pessoas cuja experiência de fé, cuja espiritualidade e cujo contato com o sagrado se expressam e encontram sentido no catolicismo – muitas pessoas católicas em algum momento de suas vidas se entendem e passam a se identificar como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Essas pessoas tendem a ter sua afetividade e sexualidade estigmatizadas e, por isso mesmo, invisibilizadas e silenciadas; ou reveladas sob o risco de isolamento, exclusão, exílio da sua comunidade de fé. Nem por isso deixamos de ser católicos e católicas. É com alegria que podemos dizer que nossa fé em Cristo e em Sua Igreja se mantém viva

e forte. Resistimos em Cristo e na Igreja, a despeito da violência, da perseguição e do exílio – violência que o referido material da CF 2020, lamentavelmente, perpetua e reproduz.

Causou-nos profundo choque ver a Campanha da Fraternidade – em suas origens um fundamental meio de promoção dos direitos humanos em nosso país – ser veículo de degradação e estigmatização das pessoas LGBTI+. O material em questão vai de encontro à concepção de uma Igreja “de portas abertas” e “em saída”, que se volte para as “periferias existenciais” em lugar de constituir-se em “alfândega moral”, como tem propalado o Papa Francisco; é incompatível também com os gestos concretos por meio dos quais o Papa tem mostrado, pelo seu exemplo, como tentar promover uma acolhida pastoral mais efetiva às pessoas LGBTI+.

Lamentavelmente, como mostra claramente o material desenvolvido para a CF deste ano, nossa Igreja ainda se faz surda às nossas vozes e ignora amplamente o testemunho vivo de tantos e tantas irmãs e irmãos LGBTI+ – com consequências funestas não só para nós mas para nossas comunidades, profundamente feridas pelo isolamento e dor de seus membros LGBTI+ e privadas da dádiva do encontro com Cristo na diversidade. Por isso, como discípulos e discípulas de Cristo sentimo-nos chamados a oferecer nossos testemunhos à Sua Igreja, de que somos filhos e filhas, na esperança de que nossas vozes sejam ouvidas. No intuito de oferecer alternativas positivas à abordagem da questão LGBTI+ em perspectiva católica, convidamos os membros de nossos grupos a compartilhar com os senhores, por este e-mail, seus testemunhos de como a experiência de pessoas LGBTI+ não só não é incompatível com a vivência da fé cristã como, ao contrário, podem contribuir e enriquecer nosso encontro com Deus e nossa experiência individual e coletiva da fé.

Que o Espírito Santo possa se manifestar e fazer-se ouvir nesse encontro. Despedimo-nos pedindo sua bênção apostólica e nos comprometendo a sempre orar pela Igreja no Brasil e pela presidência da CNBB. Também nos colocamos à sua disposição para construir diálogos frutíferos em favor da plena acolhida das pessoas LGBTI+ em nossa Igreja, a serviço da justiça e da vida, rogando à Senhora Aparecida, padroeira de todo o Brasil, que permaneça conosco nesta caminhada-construção rumo ao reino definitivo.

Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

ANEXO G – Nota da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT sobre a declaração da CDF negando ao clero católico romano a possibilidade de abençoar uniões do mesmo sexo, em 15 de março de 2021.

Figura 43 – Arte que acompanhou a publicação da nota da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT sobre a declaração da CDF, em 15 de março de 2021. Ilustração: Latuff.



FONTE: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2021b.

Acompanhamos neste 15 de março a repercussão das lamentáveis declarações da Congregação para a Doutrina da Fé, ao recusar a possibilidade de que uniões entre pessoas do mesmo sexo sejam abençoadas por sacerdotes da Igreja. É com indignação, mas sem maiores surpresas, que tomamos conhecimento tanto da negativa em si quanto dos argumentos por meio dos quais o documento procura justificá-la.

Nós nos indignamos, mas não nos surpreendemos, porque vislumbramos neste documento aquela face da Igreja que o próprio Cristo criticou tão duramente

nos doutores da Lei de seu tempo. Vemos aí aquela face da Igreja que se apropria do poder de interpretar a Palavra de Deus não para propagar a Vida e fazê-la jorrar em abundância, mas para fechar portas e recusar-se a ir ao encontro de seu Povo. Ao perder de vista a mensagem de serviço, amor e acolhimento incondicionais do Evangelho, a lei torna-se letra morta. Essa é a face de parte da Igreja, que cai, mais uma vez, no legalismo vazio tantas vezes denunciado por Cristo.

Nós nos indignamos, mas não nos surpreendemos, quando o documento fala em respeito às pessoas que somos e sublinha a necessidade de evitar qualquer discriminação injusta, aparentemente sem se dar conta da incoerência fundamental entre suas palavras e a atitude que essas palavras traduzem. Nos indignamos, mas não nos surpreendemos, com a perversidade de chamar de “respeito”, “acolhimento” e “amor” o que não passa de recusa de parte da Igreja ao diálogo e à escuta da experiência de fé que compartilhamos e do testemunho de seguimento de Cristo que damos com nossas vidas.

Nós nos indignamos, sobretudo, com a violência e a dor que esse documento promove e legitima contra todas aquelas pessoas que se movem nas margens das normas sexuais e de gênero vigentes – e não só contra as pessoas que somos, mas também contra nossas famílias, nossos amigos e todas aquelas e aqueles que nos amam e nos enxergam para além das normas. Não nos surpreendemos porque vemos mais uma vez, neste documento, como os doutores da Lei, em nome de uma lei sem Amor, conspiram para condenar à morte Emanuel, Deus Conosco, que vive em nossas vidas e santifica nossos corpos.

Por isso, hoje, é desde a nossa indignação – indignação santa, que nasce da fome e sede de justiça que só o Cristo Vivo pode saciar – é desde nossa indignação que nos dirigimos hoje àquelas e àqueles de nós que podem estar feridos, e àquelas e àqueles que caminham conosco, para que perseveremos na fé, mesmo sob perseguição. Permaneçamos firmes em Cristo. Mantenhamo-nos juntos, fieis ao Evangelho e na certeza de que Ele caminha conosco. Pois ouvimos o que nos foi dito: nosso lugar à mesa não nos será tirado, nem a morte terá a última palavra.

A Palavra de Deus é viva, se encarna em nossos corpos e se revela na História. A própria pergunta que motivou a redação deste documento revela a ação do Espírito que sopra e se manifesta nos desejos e questionamentos do Povo de Deus, diante da realidade das pessoas LGBTI+. É nessa pergunta que pulsa, sim, o Corpo do Cristo Vivo, e com Ele permanecemos em comunhão. Sempre na

convicção de que a Verdade triunfará, seguimos dando nosso testemunho de fé, afirmando nossa pertença filial à Igreja de Cristo, nossa herança, e construindo uma Igreja capaz de celebrar a diversidade e acolher a todas e todos nós.

Coerentes com o Evangelho de Cristo, sejamos a palavra encarnada do Espírito que sopra. Sejam nós esperança para a Igreja. Sigamos sendo sinais das alegrias e das bênçãos do afeto e da sexualidade, em nossas vidas e em nossos corpos.

Sempre em comunhão,
Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

Fonte: REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2021.

ANEXO H – Carta de São Paulo

Documento do 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+: Diálogos Ecumênicos para o Respeito à Diversidade

Nós, pessoas reunidas no **1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+**, realizado **na cidade de São Paulo**, na Paróquia da Santíssima Trindade da Diocese Anglicana de São Paulo/IEAB, entre os dias **20 a 22 de junho de 2019**, e coorganizado por Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, produzimos a seguinte **Carta de São Paulo**:

Afirmamos que pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais, não binárias, intersexo, queer e outras expressões de gênero, assim como toda e qualquer pessoa, têm direito de buscar a Deus, o sagrado, a espiritualidade, a fé, a verdade, o amor em qualquer espaço religioso, principalmente em suas tradições de origem. Esse direito não é exclusivo das pessoas cisgênero, heterossexuais e brancas.

Afirmamos que as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais, não binárias, intersexo, queer e outras expressões de gênero, assim como toda e qualquer pessoa, têm direito a ler, estudar, interpretar a Bíblia e outros textos sagrados e produzir teologia, em diálogo com suas comunidades, com sua história, com suas leituras de realidade, suas experiências de vida, fé, sofrimento, alegria e esperança. Esse direito não é exclusivo de homens cisgênero e de pessoas heterossexuais e brancas.

Afirmamos que as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais, não binárias, intersexo, queer e outras expressões de gênero, assim como toda e qualquer pessoa, têm direito a ser respeitadas, acolhidas, reconhecidas e a participar plenamente da vida de fé de suas comunidades religiosas, assumindo, inclusive, lugares de tomada de decisão e posições de ministérios, pastorais, liderança e protagonismo. Esse direito não é exclusivo de homens cisgênero e de pessoas heterossexuais e brancas.

Constatamos e lamentamos que muitas instituições têm sido cúmplices e que a linguagem religiosa tem sido apropriada para constituir, reproduzir e perpetuar o

sistema cisheteronormativo de controle dos corpos e subjetividades. Um sistema que tem produzido exclusões, apagamentos, sofrimentos, violências e mortes. As mortes de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, mas sobretudo de travestis, transexuais, pessoas não binárias, intersexo, queer e outras expressões de gênero, no Brasil e na América Latina, estão atravessadas pela teologia cristã hegemônica.

Lamentamos e denunciemos que muitas comunidades de fé, sobretudo entre as cristãs, tenham se tornado espaços de silenciamento, opressão, humilhação, exclusão e abuso espiritual, psíquico, econômico e sexual. Máximas como “Deus ama o pecador, mas odeia o pecado” e “macho e fêmea os criou” são frequentemente utilizadas para produzir medo, vergonha, culpa e silenciamento. Discursos e práticas como esses têm contribuído para produzir relações familiares violentas, sofrimento psíquico e, no limite, muitos casos de depressão e suicídio entre pessoas lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, travestis, transexuais, não binárias, intersexo, queer e de outras expressões de gênero, especialmente negras, pobres e de territórios vulnerabilizados.

Lamentamos e denunciemos que, como estratégia para alcançar representatividade, muitas lideranças políticas e midiáticas do campo religioso, sobretudo entre cristãos, estejam se apropriando e instrumentalizando o imaginário e a linguagem religiosa e teológica para produzir e disseminar pânico moral, ressentimento, medo e ódio a partir de expressões como “ideologia de gênero” e reforço da “hombridade”. Esse modelo de atuação política, além de trair os próprios princípios éticos cristãos e de diversas religiões, tem produzido a fragmentação e a destruição de relações em muitas famílias e comunidades de fé. Também tem produzido um efeito perverso de negação de direitos fundamentais de proteção e de cidadania de diversas populações vulnerabilizadas e estigmatizadas. Uma das faces mais perversas desse problema tem sido a negligência diante de questões de saúde pública, tais como a prevenção e tratamento do HIV/aids e mortes evitáveis por abortamento inseguro, além de incentivo à busca por reorientação sexual e de reversão de cirurgias de redesignação sexual. Outro grave efeito tem sido a desarticulação de políticas públicas de educação voltadas para o combate à violência e à discriminação relacionadas a gênero e orientação sexual.

Lamentamos e denunciemos que a linguagem religiosa e teológica venha sendo instrumentalizada, especialmente entre cristãos, para justificar e promover o

racismo religioso e a desumanização de populações negras, povos e comunidades tradicionais, do campo, das águas e das florestas, moradores de periferias urbanas, camponeses, imigrantes, refugiados, mulheres, LGBTQIA+ e outros grupos vulnerabilizados. Essa desumanização tem sido a base para a necropolítica, materializada em processos de exclusão, invisibilização, miserabilização, violência e extermínio dessas populações. Uma das faces mais perversas desse problema tem sido os ataques violentos a comunidades tradicionais de matriz africana e indígena, igrejas inclusivas e outros templos e espaços religiosos não cristãos.

Lamentamos que muitas vezes lideranças religiosas que têm assumido compromissos com o acolhimento, o apoio pastoral e a defesa dos direitos das populações LGBTQIA+ e outras comunidades vulneráveis estejam sendo perseguidas, excluídas e/ou silenciadas em suas comunidades de fé e denominações religiosas de origem.

Vemos com alegria e esperança a existência e o surgimento de novas comunidades de fé que têm assumido a responsabilidade de acolher e de tornar-se espaços seguros para a celebração, a partilha e a vivência da fé de pessoas LGBTQIA+ e assumido compromissos no combate ao sexismo, às desigualdades de classe e ao racismo. Afirmamos a importância de valorizar, visibilizar e fortalecer a atuação dessas comunidades, bem como celebrar as gerações que nos antecederam na luta pelos direitos de LGBTQIA+ e abriram caminhos para que novas formas de luta e de acolhimento pudessem se tornar realidade.

Enfatizamos, todavia, que não é suficiente o mero acolhimento formal das pessoas LGBTQIA+. É necessário desenvolver comunidades seguras, que não reproduzam modelos de exclusão, invisibilização, silenciamento, abuso e violência espiritual, simbólica, psicológica, sexual, econômica e física e que criem condições para a cura e a reconciliação diante desses processos.

A luta pela inclusão e reconhecimento das pessoas LGBTQIA+ contra o modelo religioso cis-heteronormativo, classista, racista e misógino não é uma necessidade e um tema que diz respeito somente às pessoas LGBTQIA+ e de populações vulneráveis. É uma luta que diz respeito a todas as pessoas de fé e é um elemento central da mensagem cristã e diversas outras religiões: a reconciliação das pessoas com Deus/sagrado, consigo mesmas, com seus corpos, com as outras pessoas e com a realidade. A homofobia é um problema das pessoas heterossexuais; a transfobia é um problema das pessoas cisgênero; o sexismo é um

problema dos homens; a injustiça social é um problema dos ricos e o racismo é problema das pessoas brancas.

É necessário, especialmente entre as pessoas cristãs, recuperar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo do amor radical e transformador; confrontar os modelos religiosos do legalismo e da exploração da culpa, do ressentimento, do medo e do ódio. O caminho a ser seguido passa necessariamente pelo desafio de desenvolver novos modelos de vivência comunitária da fé, baseados na esperança, na amizade, na criatividade, na beleza e na busca pela construção de uma nova realidade a partir do horizonte do amor, paz, solidariedade e justiça.

Oramos para que o sopro renovador do Espírito Santo e a força da fé inspirem e restaurem o nosso tempo. Convidamos todas as pessoas que partilham desse sonho a participar da construção dessa realidade!

Esta carta foi construída por **pessoas** presentes ao Congresso e que se identificaram a partir das seguintes tradições, denominações e afiliações religiosas e não religiosas, que não necessariamente representam o pensamento oficial de cada uma das instituições:

Aids Healthcare Foundation – AHF Brasil

Aliança de Batistas do Brasil

Anglicanxs – Catedral Anglicana da Santíssima Trindade – PoA/RS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)

Associação Hikari

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Caminho da Graça

Catedral Anglicana do Bom Samaritano-Diocese Anglicana do Recife

Católicas pelo Direitos de Decidir-CDD

Centro de Estudos Bíblicos- CEBI

Centro de Estudos Anglicanos- CEA

Centro Espírita Kardecista Comissão LGBT do MST

Comissão Pastoral da Terra- CPT

Comunidade Anglicana Redenção – Diocese Anglicana no Brasil

Comunidade Cristã Nova Esperança- CCNE da Vila Mariana

Comunidade de Vida Cristã do Brasil – CVX Brasil

Comunidades Tradicionais de Religião de Matriz Africana - Ilê Axé Omó Nanã;
Ilê Asé Iyalode Oyó; RENAFRO-SP

Diversidade Católica – Rio de Janeiro; Campinas; São Paulo

Evangélicas pela Igualdade de Gênero – EIG

Evangélicxs pela Diversidade

Fé, Família, Igualdade – A Mesa-Redonda Latinx

Feministas

Força Tarefa Jovens Lideranças

Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Grupo de Ação Pastoral da Diversidade (GAPD)

Igreja Adventista do Sétimo Dia

Igreja Batista Igreja Batista do Caminho

Igreja Betesda

Igreja Católica Apostólica Romana-ICAR

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil- IEAB

Igreja Evangélica Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil-IECLB

Igreja Metodista do Brasil-IMB

Igreja Metodista Unida

Igreja Pentecostal Igreja Presbiteriana do Brasil-IPB

Igrejas da Comunidade Metropolitana – ICM Brasil

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)

Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço

Mães pela Diversidade

Missão One Heart for Healing

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Movimento Negro Evangélico de Pernambuco

Movimento Pastoral LGBT “Marielle Franco” – MOPA

Paróquia da Santíssima Trindade-Diocese Anglicana de São Paulo

Pastoral da Juventude Rural

Pessoas “desigrejadas”

Pessoas sem religião

Raiwbow Sangha

Rede Ecumênica da Juventude – REJU

Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

Scottish Episcopal Church

The Episcopal Church - USA

UMForward

We Are Church – São Paulo

Fonte: 1º CONGRESSO IGREJAS E COMUNIDADE LGBTI+, 2019b. Grifos do original.